

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**Campus de Presidente Prudente**

---

**DIÂNICE ORIANE DA SILVA**

**Transformações no espaço rural do Norte Pioneiro Paranaense:  
Estratégias de resistência e/ou permanência dos  
agricultores familiares no município  
de Jacarezinho / PR**

---

**Presidente Prudente  
2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DIÂNICE ORIANE DA SILVA

**Transformações no espaço rural do Norte Pioneiro Paranaense:  
Estratégias de resistência e/ou permanência dos  
agricultores familiares no município  
de Jacarezinho / PR**

Tese de Doutorado elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, para fins de obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Rosângela Ap.  
de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente  
2008

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Presidente e Orientadora:** \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup> Dra. Rosângela Ap.de Medeiros Hespanhol

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**3º Examinador:** \_\_\_\_\_

**4º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Resultado:** \_\_\_\_\_

**Presidente Prudente, 20 de Agosto de 2008.**

**Aos meus familiares,**

*Que têm sido o maior incentivo, pela força que me deram nesta caminhada. E a meu companheiro que tem me apoiado em todas as dificuldades enfrentadas no percurso. E para quem acabou de chegar: Sahmuel, que desde a última primavera me enche de luz e fez repensar muito os objetivos de vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em relação ao doutorado são muitos os agradecimentos.

Em primeiro lugar quero agradecer a Profa. Dra. Rosângela Ap. Medeiros Hespanhol, minha orientadora, pela sua competência, paciência, sabedoria e presteza com a qual atendeu as minhas solicitações. Suas contribuições foram de suma importância e sua sensibilidade foi fundamental para aliviar os momentos de maior tensão.

Aos professores do programa de doutorado que contribuíram para que a nossa formação acadêmica caminhasse no sentido de superar as fronteiras dos saberes disciplinares, em busca do conhecimento das múltiplas dimensões das relações sociedade e natureza.

Aos professores doutores Alba Regina Azevedo Arana e José Gilberto de Souza que com muita gentileza participaram da banca do Exame de Qualificação da tese, pela análise atenta deste trabalho e com seus vastos conhecimentos fizeram sugestões para aperfeiçoamento que enriqueceram sobremaneira a tese.

Aos membros do GEDRA (Grupo de Estudo da Dinâmica Regional e Agropecuária), em especial aos colegas Rejane, Érica, Antônio e Rosângela Américo, que nos auxiliaram por meio dos debates e das valiosas contribuições dadas para a análise da questão agrária.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação em Geografia que sempre nos atenderam com gentileza e prontidão, além dos funcionários alocados na biblioteca e as secretárias do Departamento de Geografia.

Ao meu paciente companheiro Juliano que foi capaz de compreender minha constante ausência nesses últimos quatro anos e de continuar dando o carinho, incentivo e apoio necessário para que eu finalizasse o doutorado.

Ao Robson Emídio de Sousa, da Emater-PR, regional de Jacarezinho, pela cooperação em diversas fases da pesquisa, colocando à disposição as informações sobre a realidade agrícola regional.

Aos funcionários da Prefeitura de Jacarezinho pela colaboração no acesso aos mapas e ao cadastro do INCRA do município de Jacarezinho/PR.

À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de estudos, que sem esta não seria possível a conclusão deste trabalho.

Ao prof. José Carlos Dalmas (Dep. Matemática Estatística da Universidade Estadual de Londrina/PR), pela ajuda com seus conhecimentos estatísticos.

À Henrique, Eduardo e Juliano pela colaboração na aplicação dos questionários durante a pesquisa de campo.

Aos gerentes administrativos das agroindústrias: Seara-Jacarezinho, Almir Peruck; Laticínio Carolina Ltda, Carlos Henrique e a coordenadora de qualidade e desenvolvimento de produção, Lívia Mainardi; e ao técnico da Agroindústria Fujimura do Brasil, Hideo Kobayashi, pelo tempo cedido para nos atender e pelas contribuições técnicas que respaldaram este trabalho.

A profa. Sandra Aparecida Santos pela versão do resumo em inglês e pela revisão na parte gramatical.

Para finalizar, quero agradecer com o mais profundo respeito todas as famílias de agricultores familiares que nos receberam e contribuíram de forma decisiva para a realização deste trabalho.

*“ Todas as coisas do universo manifestam-se em nós através do pensamento. Assim, quando sonhamos com alguma coisa e desenhamos mentalmente o seu ‘esboço’, o seu ‘projeto’, isso passa a constituir uma força propulsora que nos leva a agir de modo a concretizá-la no plano fenomênico” ( M. Taniguchi).*



## **RESUMO**

A questão central que orientou este trabalho constitui-se em compreender as estratégias adotadas pelo produtor rural para que permaneça vinculado a terra/propriedade e se reproduza socialmente no município de Jacarezinho/PR. Estes produtores estão inseridos em uma localidade com amplo potencial para o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, especialmente a canavieira pela presença de duas agroindústrias sucroalcooleiras no município em questão. Dentre as estratégias para que não sejam expropriados de seus meios de produção e com base no trabalho familiar, verificou-se a diversificação de atividades nas propriedades rurais, a vinculação às agroindústrias de beneficiamento animal, além da comercialização direta ao consumidor. Assim, refletimos que para os produtores familiares permanecerem na propriedade rural utilizaram como estratégia a subordinação as regras impostas pelas agroindústrias às quais se vincularam, por possuírem uma comercialização direcionada da sua matéria-prima e um retorno econômico mais rápido dos investimentos realizados.

**Palavras-chave:** Produção familiar, reprodução socioeconômica, diversificação das atividades, agroindústria.

**ABSTRACT**

The central issue that guided this work it constitutes in comprehend the strategies adopted by the rural producer so that it remain entailed for land and reproduce socially in Jacarezinho/PR's Municipal district. These producers are inserted in a place with wide potential for the development of a managerial agriculture, especially the sugar-cane culture by the presence of two sugar-alcohols agro-industries in the municipal district at issue. Among the strategies so that they are not expropriated of their production means and with at work family base, it verified the activities diversification in the rural properties, the associated to agro-industries of animal benefit, besides the direct commercialization to the consumer. This way, we reflect that for the family producers to remain in the rural property used as strategy the subordination the rules imposed by agro-industries to which ones entailed, for own a commercialization addressed of your raw material and a faster economic return of the accomplished investments.

**Keywords:** family production, socioeconomic reproduction, diversification of the activities, agro-industries,

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense e suas respectivas Microrregiões e Municípios..	22
Figura 2	Subdivisão do Estado do Paraná em três grandes regiões, conforme sua ocupação	36
Figura 3	Caminho das Tropas: Séculos XVIII E XIX	39
Figura 4	Expansão da cafeicultura no Brasil até 1960	51
Figura 5	Divisão Política-Administrativa da Microrregião Geográfica de Jacarezinho	79
Figura 6	Município de Jacarezinho – 2006	80
Figura 7	Aspectos Físicos e Topográficos do Município de Jacarezinho – PR	87
Figura 8	Bosque tipo “Papelão”, com 156 células de encasulamento para as lagartas, usado pelos produtores visitados	153
Figura 9	Padrão de folhas de amoreira adequadas para cada idade das lagartas do bicho-da-seda	156
Figura 10	Defeitos comuns em casulos do bicho-da-seda: a) casulo de primeira, b) manchado, c) riscado, d) furado, e) sujo, f) duplo e g) irregulares	160
Figura 11	Localização das propriedades visitadas e agroindústrias existentes no município de Jacarezinho – 2006.	214
Figura 12	Localização das propriedades rurais visitadas e a distribuição das atividades desenvolvidas no município de Jacarezinho em 2005 / 2006.	215

## LISTA DE FOTOS

Foto 1	Usina Jacarezinho, situada na BR-153 , no município de Jacarezinho / PR	108
Foto 2	Bezerro pastando na propriedade para ser vendido posteriormente. Alternativa adotada pelas famílias como fonte de reserva financeira	137
Foto 3	Associação Agropecuária de Jacarezinho (AGROJAC), situada à margem da Rodovia BR 153, no perímetro urbano de Jacarezinho	139
Foto 4	Caminhão do Laticínio Carolina coletando, a granel, a produção leiteira nas propriedades	140
Foto 5	Embalagens de iogurtes, com marcas próprias de redes de hipermercados, envasados pelo Laticínio Carolina , de Ribeirão Claro (PR), e distribuídos para todo o país.	142
Foto 6	Caminhão sendo abastecido com subprodutos derivados de leite na saída da câmara fria do Laticínio Carolina, em Ribeirão Claro (PR), para disponibilizar no mercado consumidor	143
Foto 7	Entrepasto da Agroindústria Fujimura do Brasil, situada próximo da BR 153, no município de Jacarezinho/PR	149
Foto 8	Companhia Fujimura do Brasil S/A, situada na BR 369, no município de Cornélio Procópio /PR	150
Foto 9	Lagartas do bicho-da-seda em propriedade visitada, na terceira idade, alimentando-se das folhas da amoreira	153
Foto 10	Organização do barracão para a criação das lagartas do bicho-da-seda	158
Foto 11	Agroindústria Seara Alimentos S/A, situada no km 15 da BR 153, no município de Jacarezinho	169
Foto 12	Visão parcial de barracão com criação de aves em propriedade integrada à Seara/Jacarezinho.	174
Foto 13	Barracão destinado à avicultura de corte integrada à Seara e, à esquerda, o cultivo de café, representando a diversificação de atividades em propriedade rural	174
Foto 14	Plasticultura utilizada no cultivo de hortaliças realizada nas propriedades rurais pesquisadas	219
Foto 15	Cultivo de amoreiras em propriedade rural criadora de bicho-da-seda. Em primeiro plano, a identificação do proprietário em placa que informa que a propriedade é também integrada a Sara Alimentos S/A	210
Foto 16	A presença de gado especializado no produção leiteira (Gir e Holandesa), em propriedade rural pesquisada, adquirido em leilão da Feira Agropecuária de Sto. Antônio da Platina, no início 2006.	211
Foto 17	O cultivo de tomate é realizado por 8 produtores rurais pesquisados	216
Foto 18	Venda direta do produtor ao consumidor na feira-livre, realizada às quartas, à tarde, e aos domingos, de manhã	229
Foto 19	Caminhão fretado pela Fujimura do Brasil S/A, para a retirada das lagartas do bicho-da-seda em uma propriedade, no momento da aplicação do questionário	230

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipos de combinação de culturas na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense	52
Quadro 2	Síntese das principais características das unidades de produção familiar pesquisadas no município de Jacarezinho – PR (2005/2006)	184
Quadro 3	Classificação dos agricultores beneficiários do PRONAF	224

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de cafeeiros na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense - 1920/1934	53
Tabela 2	Indicadores da modernização agrícola no Estado do Paraná, de 1970 a 1995/96	62
Tabela 3	Área cultivada e número de tratores na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e Estado do Paraná – 1970-1995/96	63
Tabela 4	Área dos estabelecimentos agropecuários, por utilização das terras, na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaenses e no Estado do Paraná, em mil hectares – 1970-1995/96	65
Tabela 5	Área cultivada com as principais culturas na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense 1970-1995/96	66
Tabela 6	Número e dimensão média dos estabelecimentos agropecuários na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro e no Estado do Paraná.	68
Tabela 7	Número de estabelecimentos agropecuários na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e no Estado do Paraná, por grupo de área – 1970-1995/96	69
Tabela 8	Área dos estabelecimentos agropecuários na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro e Estado do Paraná, por grupo de área - 1970- 1995/96	70
Tabela 9	Condição do Produtor, segundo o número de estabelecimentos na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e no Estado do Paraná (em mil) – 1970-1995/96	71
Tabela 10	Condição do Produtor, segundo a área dos estabelecimentos agropecuários, na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e no Estado do Paraná entre 1970 e 1995/96, em mil ha.	72
Tabela 11	Evolução da população Pural e Urbana na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro e Estado do Paraná – 1970 a 2000 (em mil)	73
Tabela 12	População Rural e Urbana da Microrregião Geográfica e do município de Jacarezinho de 1940 a 1960	84
Tabela 13	Evolução da população total, urbana e rural do município de Jacarezinho – 1970 a 2000	90
Tabela 14	População rural e urbana da Microrregião Geográfica de Jacarezinho – 1970 a 2000	90
Tabela 15	Grupos de área total em área ocupada (ha) na Microrregião Geográfica de Jacarezinho / PR	92
Tabela 16	Número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área, no município de Jacarezinho – 1970 – 1995/96	94
Tabela 17	Condição do produtor, segundo número e área dos estabelecimentos agropecuários no município de Jacarezinho / PR – 1970 a 1995/96	96
Tabela 18	Uso da terra nos estabelecimentos agropecuários no município de Jacarezinho / PR – 1970 a 1995/96	99

Tabela 19	Utilização das terras por grupo de área total no município de Jacarezinho – 1995/96	102
Tabela 20	Área cultivada (ha) com as principais culturas temporárias na Microrregião Geográfica e município de Jacarezinho-1970 a 2004	104
Tabela 21	Evolução de moagem da cana-de-açúcar e produção de álcool da Cauja e Dacalda de Jacarezinho: 1986 a 2004	110
Tabela 22	Área de cultivos temporários dos estabelecimentos por grupos de áreas totais no município de Jacarezinho – 1995/96	112
Tabela 23	Área cultivada com o café na Microrregião Geográfica de Jacarezinho e município de Jacarezinho (em hectares) – 1970 a 2004	113
Tabela 24	Lavoura permanente de amora na Microrregião Geográfica e Município de Jacarezinho – 1970 a 1995/96	115
Tabela 25	Evolução do efetivo bovino, vacas ordenhadas e leite produzido na Microrregião Geográfica e Município de Jacarezinho – 1970 a 2004	117
Tabela 26	Evolução dos efetivos de bichos-da-seda, frangos e suínos na Microrregião Geográfica e Município de Jacarezinho de 1970 - 2004	121
Tabela 27	Evolução do número de máquinas e implementos agrícolas no município de Jacarezinho – 1970 a 1995/96..	125
Tabela 28	Utilização de fertilizantes e defensivos, segundo o número e o percentual dos estabelecimentos no Município de Jacarezinho - 1970 a 1995/96	127
Tabela 29	Pessoal ocupado em categorias, segundo a Microrregião Geográfica de Jacarezinho e o Município de Jacarezinho – 1970 a 1995/96	128
Tabela 30	Número de pessoal ocupado por gênero em grupos de área total no município de Jacarezinho / PR – 1995/96'	132
Tabela 31	Principais custos com o início da atividade avícola no Estado do Paraná	173
Tabela 32	Parâmetro de análise do resultado - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA E PRODUÇÃO (IEP)	180
Tabela 33	Distribuição dos imóveis rurais no município de Jaxcarezinho/PR – 2000 / 2002	185
Tabela 34	Gênero do proprietário rural pesquisado	191
Tabela 35	Faixa etária dos produtores pesquisados no município de Jacarezinho	192
Tabela 36	Nível de escolaridade do proprietário rural pesquisado visitado.	193
Tabela 37	Estado civil dos produtores rurais pesquisados no município de Jacarezinho/PR	194
Tabela 38	Nível de escolaridade dos filhos dos produtores residentes nas propriedades rurais.	195
Tabela 39	Tamanho das propriedades rurais pesquisadas no município de Jacarezinho/PR	199

Tabela 40	Localização das propriedades rurais pesquisadas no município de Jacarezinho, por bairros e distritos	200
Tabela 41	Tipo de força de trabalho empregada na propriedade rural	202
Tabela 42	Área das culturas desenvolvidas nas propriedades rurais familiares visitadas no município de Jacarezinho/PR.	207
Tabela 43	Efetivo da pecuária bovina (corte, bezeros e leiteiro) entre os produtores pesquisados em Jacarezinho, divididos por grupos de área	211
Tabela 44	Efetivo dos rebanhos (exceto bovinos) nas propriedades pesquisadas no município de Jacarezinho/PR	212
Tabela 45	Combinação de atividades agropecuárias nas propriedades pesquisadas em Jacarezinho/PR	213
Tabela 46	Implementos agrícolas existentes nas propriedades rurais pesquisadas em Jacarezinho/PR	218
Tabela 47	Distribuição de tratores existentes nas propriedades rurais pesquisadas por grupos de área	219
Tabela 48	Utilização de insumos agrícolas nas propriedades rurais pesquisadas em Jacarezinho/PR	221
Tabela 49	Valor da produção no município de Jacarezinho/PR (em reais)	227
Tabela 50	Destino da produção agrícola das propriedades rurais pesquisadas no município de Jacarezinho/PR	228
Tabela 51	Motivos alegados pelos produtores para se integrarem as agroindústrias	231
Tabela 52	Avaliação dos produtores integrados sobre a assistência técnica prestada pelas agroindústrias (Seara e/ou Fujimura)	232
Tabela 53	Tipo de moradia das propriedades rurais pesquisadas em Jacarezinho	238
Tabela 54	Condições de acesso a água	238
Tabela 55	Acesso à Infra-estrutura e bens das propriedades rurais pesquisadas Jacarezinho	239
Tabela 56	Principais reclamações proprietários rurais pesquisados com o intuito de melhoria das condições de vida no campo	241



### LISTA DE SIGLAS

AGREGAR	Agregação de Renda à Atividade Rural
ABRASSEDA	Associação Brasileira das Fiações de Seda
AGROJAC	Associação Agropecuária de Jacarezinho
AVISCO	Avicultura Comércio e Indústria Ltda.
CAUJA	Companhia Agrícola Usina Jacarezinho
CMNP	Companhia Melhoramento Norte do Paraná
COCAJA	Campanha Canavieira de Jacarezinho
COCAMAR	Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá Ltda.
COPERSUCAR	Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.
COPRAMIL	Cooperativa Regional Agrícola Mista de Cambará Ltda.
DACALDA	DaCalda Açúcar e Álcool Ltda
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
FAFIJA	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da cafeicultura
IAA	Instituto do Açúcar e Álcool
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEP	Índice de Eficiência e Produção.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTEGRADA	Integrada Cooperativa Agroindustrial.
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAM	Produção Agrícola Municipal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMQL	Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UTM	Universal Transverse Mercator (Projeção Universal Transversal de Mercator)

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	3
AGRADECIMENTOS.....	4
EPÍGRAFE.....	6
RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE FOTOS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE TABELAS .....	12
LISTA DE SIGLAS.....	15
SUMÁRIO.....	16
INTRODUÇÃO.....	19
<b>1        OCUPAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO PARANÁ E DA          MESORREGIÃO DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE.....</b>	<b>32</b>
1.1    AS FASES DE OCUPAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL PARANAENSE.....	34
1.1.1   O processo de ocupação e evolução econômica da região do Paraná Antigo ou Tradicional.....	37
1.1.2   O processo de ocupação e evolução econômica da região oeste/sudoeste do Estado do Paraná.....	41
1.1.3   O processo de ocupação, a evolução econômica da Grande Região Norte paranaense e da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro.....	42
1.2    A    DINÂMICA    SOCIOECONÔMICA    DA    CAFEICULTURA    NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE PIONEIRO.....	50
1.3    A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE PIONEIRO PARANAENSE.....	56
<b>2        A ESTRUTURA AGRÁRIA E A EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NA          MICRORREGIÃO E NO DO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO.....</b>	<b>77</b>
2.1    A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOESPACIAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JACAREZINHO E DO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO/PR.....	78

2.2	A ESTRUTURA AGRÁRIA DA MICRORREGIÃO E DO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO - PR.....	88
2.2.1	Estrutura fundiária do município de Jacarezinho.....	92
2.2.2	Condição do produtor.....	96
2.2.3	Utilização das terras.....	97
2.3	EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO PERÍODO DE 1970 A 2004.....	103
2.3.1	Evolução das principais lavouras temporárias e permanentes.....	103
2.4	EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA, DA SERICICULTURA E DA AVICULTURA DE CORTE.....	115
2.5	A INCORPORAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS QUÍMICOS NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO.....	125
<b>3</b>	<b>A VINCULAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO/PR AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL..</b>	<b>133</b>
3.1	A PECUÁRIA LEITEIRA E A AGROINDÚSTRIA PROCESSADORA.....	134
3.2	A SERICICULTURA E A AGROINDÚSTRIA PROCESSADORA .....	144
3.3	A AVICULTURA DE CORTE E A AGROINDÚSTRIA PROCESSADORA...	165
<b>4</b>	<b>AS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E SUJEIÇÃO AO CAPITAL.....</b>	<b>185</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO.....	187
4.1.1	Aspectos teóricos.....	187
4.2	IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	190
4.2.1	Faixa etária dos produtores familiares.....	191
4.2.2	Escolaridade do proprietário.....	192
4.2.3	Estado civil.....	193
4.2.4	Escolaridade dos filhos.....	195
4.3	CONDIÇÃO DE ACESSO A TERRA E TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS PRODUTORES FAMILIARES PESQUISADOS.....	196

4.3.1	Formação do patrimônio.....	197
4.3.2	Tamanho das propriedades e localização.....	198
4.4	RELAÇÕES DE TRABALHO EMPREGADAS NA PROPRIEDADE RURAL...	201
4.4.1	Força de trabalho familiar.....	201
4.4.2	O trabalho temporário e a ajuda mútua.....	204
4.5	A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	205
4.5.1	Culturas desenvolvidas nas propriedades.....	206
4.5.2	Diversificação de atividades agropecuárias.....	213
4.6	MEIOS DE PRODUÇÃO DISPONÍVEIS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ACESSO AO CRÉDITO RURAL.....	217
4.7	A COMERCIALIZAÇÃO E O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: A SUJEIÇÃO DO PRODUTOR FAMILIAR AO MERCADO E AS RELAÇÕES COM O CAPITAL AGROINDUSTRIAL.....	226
4.7.1	Valores da produção.....	226
4.7.2	Destino da produção agrícola.....	227
4.7.3	Justificativas para a integração.....	230
4.8	OUTRAS FONTES DE RENDA.....	235
4.9	A PROPRIEDADE COMO ESPAÇO DE VIDA.....	237
4.9.1	Tipos de moradia.....	237
4.9.2	Principais reclamações dos proprietários rurais.....	240
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	242
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	251
	<b>ANEXOS.....</b>	263

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da produção familiar justifica-se pelo fato de que, com a modernização da agricultura, houve o aprofundamento das relações capitalistas no campo, ocasionando mudanças, como a expropriação de inúmeros pequenos produtores rurais. Para parcela significativa daqueles que conseguiram se manter no campo, a alternativa encontrada foi a diversificação das atividades nas unidades produtivas.

Ao focar, nesta análise, a produção familiar, concorda-se com Wanderley (1995) quando a autora enfatiza que esta sempre foi vista de forma segregada (secundária), como unidade precária e de subsistência, perante o latifúndio, o qual, permanentemente dependeu, e ainda depende, dos recursos disponibilizados pelas políticas agrícolas para sua reprodução.

A ação do Estado, em particular no período pós 1964, privilegiou a grande propriedade, geradora de divisas, por meio da exportação de produtos agrícolas. O avanço no consumo de produtos industrializados, destinados à agricultura, consolidou os complexos agroindustriais.

Nesse período, diversos instrumentos foram estruturados para garantir o lucro das indústrias, sem prejuízo aos grandes agricultores. Para isso, houve a atuação do Estado com relação à política agrícola (crédito com juros especiais e subsidiados) e a expansão da fronteira agrícola.

Desta maneira, o pequeno produtor rural ocupou um lugar não privilegiado na sociedade brasileira, constituindo-se num setor impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção.

Parte-se da premissa que na década de 1970 ocorreram profundas transformações no espaço rural brasileiro, estimuladas pelas modificações na estrutura econômica da sociedade, iniciada em décadas anteriores, tais como:

- rápido processo de urbanização;
- crescimento acentuado do comércio exterior na segunda metade dos anos de 1960;
- alteração na base técnica da produção rural, com absorção de capital; e,
- definição de um sistema nacional de crédito rural.

Todos estes fatores motivaram e marcaram o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira.

Não diferente do contexto nacional, neste período, o Estado do Paraná passou por mudanças na sua estrutura produtiva que desencadeou um intenso movimento do capital urbano-industrial no campo.

A segunda metade da década de 1980 caracterizou-se pela valorização da agricultura empresarial, via consolidação da propriedade privada, além da integração de capitais (financeiro, comercial, industrial e agrícola).

O final dos anos de 1980 e início da década de 1990 foi marcado por discussões sobre o neoliberalismo e seus desdobramentos para a sociedade brasileira. Os problemas econômicos e sociais do país agravaram-se ainda mais com a crise fiscal do Estado.

Na segunda metade da década de 80 diversos movimentos organizados foram desencadeados, sendo que as reivindicações principais eram a realização da reforma agrária e a criação de políticas específicas para os pequenos produtores rurais.

Já nos anos de 1990, o ambiente econômico brasileiro sofreu grandes mudanças nas ações governamentais, destacando-se a política de abertura comercial intensa e rápida, em que a prioridade era a integração competitiva, e a implantação de um programa de estabilização. Paralelamente, o setor privado reestruturou-se, com a mesma intensidade e rapidez.

A agricultura familiar, a partir de meados dos anos 1990, passou a ser um dos temas centrais, nos meios acadêmicos e governamentais, em virtude do papel desempenhado pelos produtores no desenvolvimento do país<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para Hespanhol (2000) a mudança de perspectiva deveu-se a fatores sociais e políticos.

Entre os vários aspectos abordados referentes a essa temática no período, ganharam expressividade os relacionados à inserção social e econômica dessas explorações, sendo elas:

- a pluriatividade nas unidades produtivas;
- os impactos decorrentes das políticas públicas destinadas a tais produtores, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- a questão do desenvolvimento local;
- as organizações coletivas como associações e cooperativas; e,
- as estratégias de reprodução social dessa categoria de produtores rurais.

Dada à diversidade e complexidade que caracteriza a agricultura familiar no país, elegeu-se como recorte analítico deste estudo o município de Jacarezinho, pertencente à Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense<sup>2</sup>. Esta Mesorregião é composta por 5 (cinco) Microrregiões que podem ser visualizadas na Figura 1.

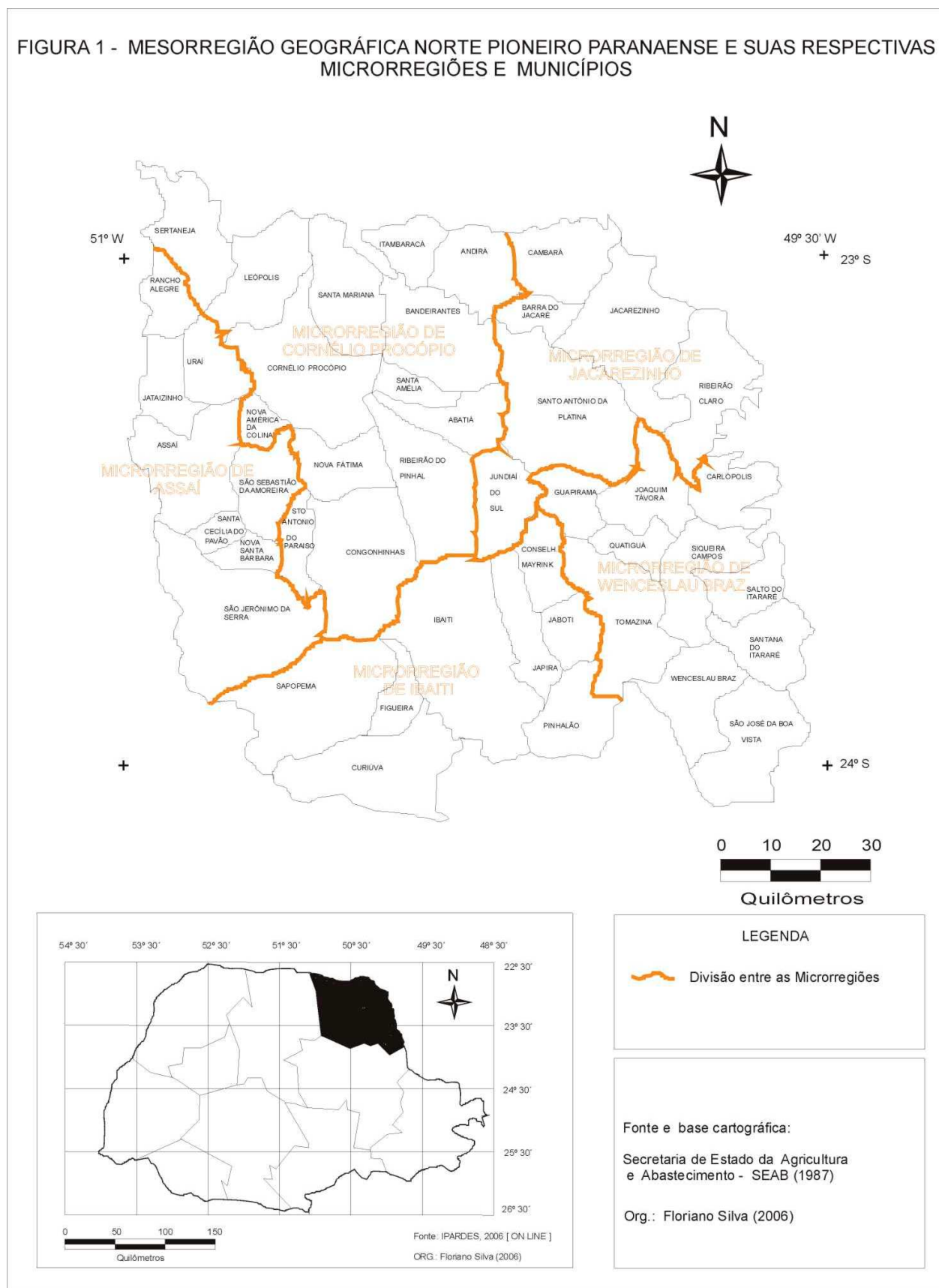
O objetivo principal desta pesquisa é promover a reflexão e a discussão sobre a resistência/permanência nas unidades produtivas do município de Jacarezinho, situado na Microrregião Geográfica de Jacarezinho/PR.

Este município está localizado na porção nordeste da Mesorregião e apresentou, desde o início do processo de ocupação, uma estrutura fundiária que reproduziu as características do país: um número restrito de grandes propriedades ocupando vastas extensões territoriais, coexistindo com uma quantidade significativa de pequenas propriedades rurais, ocupando reduzida área.

---

<sup>2</sup> O documento elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2004), diferencia as atividades produtivas da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense da seguinte maneira: no noroeste penetrou a soja e o trigo, empregando moderna tecnologia (Microrregiões Geográficas de Assaí e Cornélio Procópio); no sul ainda há a influência mineira, presente na pecuária e no cultivo de feijão e milho, este associado à criação de suínos (Microrregiões Geográficas de Ibaiti e Wenceslau Braz); e, na porção norte da Mesorregião, há expansão da cultura canavieira, a implantação de destilarias e usinas de açúcar (porção leste da Microrregião Geográfica de Cornélio Procópio e de Jacarezinho).

FIGURA 1 - MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE PIONEIRO PARANAENSE E SUAS RESPECTIVAS MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS





Do ponto de vista histórico, a posse da terra neste município se deu por meio da atuação de paulistas e mineiros, a partir de 1880, quando aconteceu a formação do núcleo urbano ligada à ação de fazendeiros e à construção de uma capela.

Com gênese em 1884, Jacarezinho caracterizou-se como um dos primeiros municípios fundados em todo o norte do Estado do Paraná.

Além da presença de grandes propriedades neste processo de ocupação, que tinham a comercialização do café direcionada para o Estado de São Paulo e auferia a renda fundiária gerada localmente, também estiveram presentes os pequenos produtores rurais que iniciaram seus cultivos com produtos alimentícios para subsistência e a criação de porcos (no sistema de safras).

O Estado de São Paulo respondia pelo recebimento e comércio dos produtos, tanto daqueles produzidos na região quanto dos industrializados; como também pelo reinvestimento de excedentes econômicos de grandes proprietários.

Como houve a resistência à expropriação capitalista pelos pequenos produtores, esses mantiveram-se no espaço rural. Sendo assim é bastante relevante e pertinente o estudo da unidade de produção familiar no município de Jacarezinho/PR.

O município de Jacarezinho apresenta, ainda, algumas particularidades, tais como:

- as transformações que ocorreram no espaço agrário local que serviu como porta de entrada para a cafeicultura paranaense no início do século XX;
- a localização na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, onde encontra-se o entroncamento rodoviário: Raposo Tavares (SP-270) que liga São Paulo (capital) com a divisa do Mato Grosso do Sul; Transbrasiliana (BR-153) que liga desde o Estado do Pará, passando por Brasília, com o extremo sul do Brasil; e, Rodovia Melo Peixoto (BR-369), que liga desde o interior de Minas Gerais, passa pelo interior de São Paulo, corta todo o norte e oeste do Paraná até quase a divisa com o Paraguai. Esta última rodovia é ponto estratégico para a instalação de empresas de logística, além de

facilitar o acesso da agroindústria empresarial a inúmeros mercados consumidores; e,

- a presença de complexos agroindustriais sucroalcooleiros, que ocupam os melhores solos para o desenvolvimento da cultura canavieira bem como a agroindústria avícola Seara Alimentos, que visa atender ao mercado internacional.

Os produtores rurais, com base no trabalho familiar, apoiam-se na diversificação de atividades, como a produção de gêneros alimentícios, matérias-primas e a pecuária. Esta diversidade de produção objetiva atender as demandas das agroindústrias regionais (Laticínio Carolina Ltda, Fujimura do Brasil S/A e Seara Alimentos S/A); da indústria cerâmica (olaria); e, do comércio local.

Assim, procurou-se investigar quais seriam as condições socioeconômicas das unidades de produção, por estarem situadas em um local de fácil acesso aos grandes mercados consumidores.

Desta forma, tem-se como tese a ser defendida nesta pesquisa, que a subordinação da unidade de produção familiar à agroindústria é uma estratégia adotada pelos produtores para permanecerem vinculados à terra/propriedade e se reproduzirem socialmente.

A opção do produtor em trabalhar com a pecuária leiteira, a sericicultura e a avicultura de corte, deu-se por estas atividades não necessitarem de extensas áreas, possuírem comercialização direcionada e um retorno econômico mais rápido dos investimentos realizados, diferentemente do cultivo de lavouras.

É oportuno apresentar que nesta pesquisa foram levantadas as seguintes indagações:

a) Em que contexto histórico-econômico ocorreu o processo de ocupação e desenvolvimento do espaço agrário paranaense?

b) Com o processo de ocupação e desenvolvimento do espaço agrário, quais as conseqüências que a unidade de produção familiar sofreu?

c) Quais são as características das relações de produção e das condições socioeconômicas do produtor familiar na Microrregião Geográfica e no município de Jacarezinho?

d) A diversificação de atividades adotadas pelos agricultores em sua unidade produtiva é uma alternativa para garantir a manutenção e a reprodução socioeconômica?; e,

e) Até quando o produtor e sua unidade de produção, mesmo diversificando as atividades, se subordinarão aos complexos agroindustriais?

Partindo das indagações levantadas foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- a crise na economia cafeeira foi a principal responsável pelas transformações espaciais rurais e urbanas que atingiu não só os proprietários rurais, mas também arrendatários, parceiros e meeiros, provocando seu deslocamento (êxodo rural) para as áreas urbanas na Microrregião Geográfica de Jacarezinho e, em particular, no município de Jacarezinho;
- a vinculação às agroindústrias é uma alternativa para que os produtores rurais consigam permanecer na terra e se reproduzam socialmente, pois a pecuária leiteira, a sericicultura e a avicultura de corte são atividades que não necessitam de extensas áreas; e,
- a diversificação de atividades na unidade produtiva é uma estratégia para minimizar os reflexos da subordinação do produtor familiar às agroindústrias e garantir a sua manutenção e reprodução socioeconômica.

O que se pôde observar no município estudado é que desde a sua formação, os produtores buscaram estratégias de reprodução para manterem-se na terra, como a diversificação de atividades.

Surge, aqui, uma questão: até quando a unidade de produção familiar se adaptará às agroindústrias e até quando o capital direcionará a produtividade?

Ainda não há uma resposta precisa para este questionamento, pois o envelhecimento da população que permanece no campo e a saída dos

jovens devido às inúmeras dificuldades são pontos para futuras reflexões sobre a resistência/permanência da agricultura familiar.

Para que haja a reflexão e a discussão sobre a resistência/permanência do produtor há a necessidade de se pormenorizar a análise do tema proposto. Para isso foram elaborados objetivos de cunho mais específicos, visando:

- Analisar as estratégias de reprodução socioeconômica das unidades de produção familiar no município de Jacarezinho/PR no período que se estende entre o início da década de 1970 e o ano de 2006;
- Investigar e caracterizar as relações de produção, as condições socioeconômicas e as estratégias adotadas pelos produtores nas unidades produtivas para permanecerem no campo; e,
- Analisar a subordinação da unidade de produção aos complexos agroindustriais, por meio da apropriação do sobretabalho, nos casos do laticínio, da sericicultura e da avicultura.

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa foi realizada a partir da adoção de diversos procedimentos metodológicos.

A princípio, realizou-se pesquisa em livros, periódicos, dissertações e teses sobre a temática da agricultura familiar no âmbito geográfico, histórico e socioeconômico. Essa pesquisa foi realizada nas bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina - UEL; Universidade Estadual Paulista UNESP - Campus Pres. Prudente e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA). Também foram pesquisadas publicações disponibilizadas por meio da rede mundial de informações - Internet.

Segundo George (1982), para a efetivação de uma pesquisa em Geografia Agrária é necessário que algumas questões sejam resolvidas. Essas questões vão desde a apropriação da terra e a sua exploração (produção; tipos e sistemas de culturas que a envolvem; mobilidade populacional e colonização) até às questões econômicas (área explorada, relações de trabalho e destino da produção).

Realizou-se também o levantamento de dados em fontes primárias e secundárias.

Com relação às fontes secundárias, foram coletados e analisados os dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1970 a 1995/96; os Censos Demográficos de 1940 a 2000; a Produção Agrícola Municipal (PAM) e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) de 2000 e 2004.

Também houve o levantamento em fontes documentais e mapas disponibilizados em diversos órgãos governamentais, tais como: Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR).

Quanto à fonte primária, realizou-se o levantamento de dados junto à Relação de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais do Município de Jacarezinho, referente ao Exercício 2000/2002, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Neste levantamento foram encontradas 760 propriedades no município de estudo. Entretanto, o interesse estava nas áreas inferiores a 100 hectares; sendo localizadas 648 propriedades neste perfil.

Com o auxílio do Professor Dr. José Carlos Dalmas, do Departamento de Estatística da Universidade Estadual de Londrina - UEL, se definiu o tipo de amostragem a ser realizada nesta pesquisa.

Desta forma, utilizou-se do processo de amostragem sistemática, no qual os elementos da população já se achavam ordenados, sem a necessidade de construção de um sistema de referência, ou seja, a listagem emitida pelo INCRA. Neste caso, a seleção dos elementos que constituíram a amostra, pôde ser realizada. A Amostragem Sistemática é constituída de elementos retirados da população, segundo um esquema pré-estabelecido, uma seqüência a ser seguida<sup>3</sup>.

Dos 648 imóveis rurais, retirou-se o tamanho da amostra: 161 imóveis a serem visitados. Com esta quantidade ter-se-ia uma média aproximada de 1 visitado para cada 4 imóveis rurais existentes no município. Porém, nestes 161 imóveis, 4 produtores se recusaram a receber e a responder o questionário. Assim, 157 imóveis rurais foram o universo de estudo, totalizando 24,2% dos existentes no município de Jacarezinho/PR.

Para a localização desses 157 imóveis rurais utilizou-se uma carta do IBGE do ano de 2000, com projeção Universal Transverse Mercator (UTM), na escala 1:1000.

A colaboração de dois universitários foi de fundamental importância na aplicação do questionário junto aos agricultores familiares.

Dois critérios fundamentais foram levados em consideração na aplicação do questionário aos pesquisados, sendo eles:

- a) a dimensão das unidades de produção rural, que não poderia exceder ao equivalente a 5 módulos rurais, que na Microrregião Geográfica corresponde a 20 hectares cada, ou seja, 100 hectares; e,
- b) a renda familiar, em que a principal fonte deveria ser a atividade agropecuária.

O estabelecimento desses critérios para a escolha dos produtores rurais pesquisados ocorreu devido ao fato de que estes têm procurado, através de estratégias diversificadas, alternativas econômicas e sociais que possibilitem a sua reprodução socioeconômica. Além disso, verificou-se ainda que a exploração da unidade de produção é feita diretamente pelo responsável (chefe de família) e/ou por outros membros da família (esposa, filhos etc.).

A pesquisa de campo teve como objetivo coletar e registrar os dados de fonte primária, através de visitas a todos os selecionados, com a aplicação do questionário, que foi realizada em duas etapas.

A primeira, constituiu-se num pré-teste para verificar se as questões eram suficientemente abrangentes e com linguagem adequada, além de verificar o tempo a ser dispendido para a aplicação de cada questionário. Realizadas as devidas correções, a segunda etapa de levantamento dos dados de fonte primária iniciou-se.

Neste estudo de caso, o instrumental utilizado foi o questionário semi-estruturado, aplicado aos produtores familiares. Para obter-se informações sobre o funcionamento das agroindústrias leiteira, sericícola e avícola foram realizadas entrevistas (o roteiro de

---

<sup>3</sup> Martins; Fonseca. Estatística. São Paulo. Ed. Atlas. 6<sup>a</sup>. Ed., 1996.

entrevista se encontra nos anexos), com alguns representantes dessas unidades em Jacarezinho/PR.

Segundo Yin (2001), dentre as várias razões para se utilizar da entrevista em uma pesquisa qualitativa, destaca-se o fato que nem sempre é possível, ou conveniente, utilizar métodos plenamente estruturados ou formais para obter informações dos questionados. Pode ser que as pessoas não queiram responder a certas perguntas ou mesmo não estejam preparadas para isso.

Nesse sentido, o pesquisador deve estar permanentemente aberto para reformular suas hipóteses e/ou alterar seus procedimentos de coleta de dados. De forma alguma se deve partir de noções preconcebidas ou mostrar disposição de seguir, rigidamente, as diretrizes definidas no planejamento inicial, como enfatiza Yin (2001).

O estudo de caso tem a premissa de buscar uma imagem mais completa e real dos fatos que caracterizam o problema pesquisado.

Outro referencial é o representado pela observação *in loco* da realidade sob estudo, através da visita, do contato direto com o agricultor envolvido. A incursão pelos domínios da prática cotidiana da atividade agrícola (dentro e fora do imóvel rural) tem como objetivo a comprovação ou não de certos fundamentos teóricos oriundos da bibliografia estudada e das hipóteses levantadas.

A coleta de elementos não disponíveis, que, ordenados sistematicamente, de acordo com processos adequados, possibilitam o conhecimento de uma determinada situação, hipótese ou norma de procedimento. (YIN, 2001, p. 85)

Concomitantemente à aplicação do questionário, verificou-se a necessidade da realização de entrevistas informais com alguns moradores locais e entrevistas formais com representantes das agroindústrias vinculadas aos produtores.

Tais informações serviram de base para se conhecer as relações capitalistas existentes entre as agroindústrias e os agricultores familiares.

Com os dados coletados na pesquisa de campo pretendeu-se traçar o perfil dos pesquisados (número de pessoas por família, nível de instrução, faixa etária, origem, atividades desenvolvidas etc.).

A sistematização dos resultados obtidos na pesquisa de campo e nas fontes secundárias possibilitou a confecção de tabelas, gráficos e quadros. Também foram selecionadas algumas fotos que registraram os imóveis rurais e suas principais atividades.

A organização gráfica deste trabalho é composta de recursos fotográficos e figuras do município, os quais proporcionaram uma melhor interpretação da realidade estudada. Estes recursos podem ser visualizados e analisados ao longo do texto.

Para a apresentação desta pesquisa, bem como os seus resultados, o trabalho está estruturado em quatro capítulos.

No capítulo 1 procurou-se ressaltar o desenvolvimento rural e econômico do Estado do Paraná e da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense. Nesse capítulo houve destaque para a cafeicultura, seguida pela modernização parcial do espaço agrário; pela implantação das agroindústrias sucroalcooleiras e, posteriormente, pela indústria de beneficiamento de produtos de origem animal. Neste sentido as agroindústrias possuem, na unidade de produção familiar, sua principal fonte de matérias-primas.

No capítulo 2 demonstrou-se como se organiza a Microrregião Geográfica de Jacarezinho e, mais especificamente, o Município de Jacarezinho/PR. Procurou-se analisar a sua evolução histórico-econômica, seus aspectos físicos e a sua estrutura agrária, a partir dos dados censitários (demográficos e agropecuários) entre os anos de 1970-1995/96. Desta forma foi possível apresentar um panorama geral das relações de trabalho, uso da terra e incorporação das atividades agroindustriais, especialmente as que os produtores se vinculam.

No capítulo 3 procurou-se analisar, através da pesquisa bibliográfica, o processo de vinculação das unidades de produção familiar ao capital agroindustrial e as informações sistematizadas obtidas nas entrevistas realizadas junto aos representantes das três principais agroindústrias (Seara, Fujimura e Carolina) presentes no município e com parte dos produtores.

No capítulo 4, elaborado a partir da sistematização dos resultados obtidos com o questionário, procurou-se traçar um perfil das famílias pesquisadas, bem como analisar a estrutura das propriedades



rurais (os equipamentos, a mão-de-obra e suas estratégias de resistência para permanecerem na unidade de produção). Ainda foi abordada a comercialização dos produtos e a busca por crédito governamental (PRONAF), para o reinvestimento na propriedade e garantir a permanência dos produtores no campo.

Finalmente, algumas das considerações possíveis de se reafirmar é que a subordinação do produtor rural familiar à agroindústria torna-se uma estratégia para se manter na terra, mesmo sendo explorado pelo sobretrabalho. Com esta sujeição, o produtor tem como certa a venda de seus produtos. O retorno do investimento é relativamente rápido e garantido, ao contrário do cultivo de lavouras que oscila muito por questões naturais e de mercado.

Dessa forma, a unidade de produção familiar consegue coexistir com as grandes propriedades rurais neste município, no qual a agricultura empresarial é predominante em valor de produção e extensão das terras.

## 1

**OCUPAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO PARANÁ E  
DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE**

O objetivo deste capítulo é caracterizar o processo de ocupação do espaço agrário do Estado do Paraná, com maior ênfase para a Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, em que se localizam a Microrregião Geográfica de Jacarezinho<sup>4</sup> e o município-sede. Desta forma, compreende-se a ascensão, a decadência da cafeicultura e a inserção da modernização da agricultura, com seus conseqüentes efeitos socioeconômicos.

---

<sup>4</sup> Além da Microrregião Geográfica de Jacarezinho, compõem a Mesorregião Geográfica do Norte Pioneiro Paranaense, as Microrregiões de Assaí, Cornélio Procópio, Ibaiti e Wenceslau Bráz.

Para atingir este objetivo, partiu-se de uma periodização da história econômica paranaense, buscando reconstruir a sua trajetória.

A importância que se atribui à periodização traduz-se no fato de que o processo de ocupação e as atividades econômicas no Estado do Paraná ocorreram através de ciclos.

No entanto, ressalta-se que toda mudança de período, época ou ciclo econômico, implica num momento de crise, ruptura e transformação; fatores importantes para a compreensão das ascensões e declínios de cada atividade agropecuária.

No caso da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, eis duas questões importantes a serem respondidas neste capítulo. Primeiro, teria sido a crise na economia cafeeira a principal responsável pelas transformações rurais e urbanas que atingiram não só os proprietários rurais, mas também arrendatários, parceiros e meeiros?

Segundo, quanto ao processo de modernização da agricultura, como este foi implementado nesta Mesorregião e quais suas conseqüências?

A periodização e a contextualização histórico-econômica adotada nesta parte do trabalho foram definidas, tendo como embasamento Souza (2000), em quatro momentos, a saber:

a) a ocupação e o crescimento econômico do Estado do Paraná com base em atividades extrativistas, que abarcou o período entre 1720 e 1960;

b) com a crise dos ciclos econômicos da erva-mate e madeira, no sistema extrativista, ocorreu o surgimento de uma nova atividade econômica: a cafeicultura, especialmente na porção setentrional do estado (de 1920 a 1960);

c) o crescimento agrícola, a modernização e a formação de importantes complexos agroindustriais, levaram a graves conseqüências socioeconômicas, que marcaram o período de 1960 a 1985/89; e,

d) a implementação de uma política de desenvolvimento agropecuário no Estado do Paraná que permita reverter o padrão atual de exclusão a que se encontra submetida a população rural paranaense. Isto

é proporcionado por meio de projetos como o Paraná-Rural<sup>4</sup> e o Paraná 12 meses<sup>5</sup>, com ênfase especial para as "Vilas Rurais", a partir da década de 1990.

Com a análise das mudanças engendradas nessas quatro fases espera-se evidenciar como ocorreu o processo de ocupação e a evolução econômica do Estado do Paraná e, em particular, da Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense.

### 1.1 AS FASES DE OCUPAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL PARANAENSE

Segundo Hespanhol (1990), os vários trabalhos realizados sobre o processo de ocupação e evolução econômica do Estado do Paraná possuem diferenciação em relação às periodizações propostas e as perspectivas que fundamentaram essas pesquisas<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Souza (2000) menciona que o Programa Paraná-Rural tinha como objetivo contribuir na redução das disparidades sociais e regionais, através principalmente da conservação dos solos e do meio ambiente, aumento da produção e da produtividade de produtos de abastecimento interno e o fomento de novas atividades de produção que pudessem aumentar a renda do produtor, com ações nas áreas de irrigação e drenagem, produção animal e fruticultura.

<sup>5</sup> Segundo documento publicado pelo Governo do Estado do Paraná (1996), o programa adquiriu este nome pois o mesmo tem como objetivo principal contribuir para que a renda provinda da agropecuária familiar rural, que é sazonal, tenha um incremento e que seja possível obtê-la durante todos os meses do ano. A preparação deste público (capacitação e profissionalização) atinge não apenas atividades agropecuárias como também atividades de prestação de serviços ao meio urbano. Dessa forma, procura-se prolongar a permanência desses produtores no campo, agregando-os e buscando orientá-los a descobrir 'nichos' de mercado, que por suas características *não interessam à grande produção tecnificada*, bem como melhorar sua qualidade de vida quanto à infraestrutura da propriedade e com acesso aos serviços sociais. Esse programa visa atender tanto os pequenos produtores rurais empobrecidos do estado em determinadas zonas consideradas prioritárias, através do desenvolvimento de várias ações (habitação, saúde, geração de ocupação e de renda, organização comunitária e cidadania, recuperação dos solos via manejo adequado dos mesmos, etc.) quanto os trabalhadores rurais volantes através da implantação do programa de construção de moradias nas "Vilas Rurais" tendo como objetivo a melhoria imediata das condições de vida destas famílias.

<sup>7</sup> Pode-se agrupá-los em dois grandes blocos, de acordo com o tipo de abordagem e pela forma de divisão do espaço paranaense em seus estudos, como:

a) numa primeira vertente estariam inseridos os trabalhos de Bernardes (1952); Bernardes (1953); Müller(1956); Barthelmes (1962); Westpalen et al. (1968); Balhana (1969); Souza (1971); Monbeig (1984); Waibel (1984); Linhares (1985); e Magalhães Filho (s/d). Entre esses estudos, poderíamos destacar: Linhares (1985) que estabeleceu análises com relação às principais atividades na formação sócio-econômica do Estado do Paraná, em particular na porção leste, com a importância da pecuária e da erva-mate no processo de ocupação; Bernardes (1953) que analisou a expansão das chamadas "frentes pioneiras", utilizando como ponto de referência espacial as cinco grandes unidades do relevo como os vales dos principais rios; Souza (1971) que tratou do povoamento e da colonização do estado, dividindo o processo nas seguintes fases: a) primeira fase: início da ocupação do litoral, na metade do século XVII, pelos portugueses e áreas da porção ocidental pelos espanhóis; b) segunda fase: pela ocupação e povoamento do primeiro e segundo planalto no decorrer do século XVIII, através da expansão da atividade pecuária; c) terceira fase: marcada pelo desenvolvimento da cultura cafeeira no norte e pela ocupação do sudoeste do estado por migrantes sulinos; Barthelmes (1962) que estudou o processo de ocupação e organização das áreas mais antigas do estado, destacando o tropeirismo e a pecuária extensiva, também o caráter tardio da ocupação do restante do estado, sobretudo do norte, por suas condições naturais (terra roxa, clima favorável e relevo suave). Estes trabalhos foram publicados entre as décadas de 1950 e 1980, quando o processo de incorporação de novas áreas encontrava-se em expansão. As principais características destes trabalhos foram as descrições físicas e a riqueza em detalhes, necessárias para a compreensão do processo de ocupação do território paranaense, através das grandes unidades do relevo.

B) na segunda vertente estão os trabalhos mais recentes, do início da década de 1970, quando o processo de ocupação do estado paranaense já estava consolidado. Esses trabalhos tiveram como base a divisão do estado em três conjuntos: o Paraná Antigo ou Tradicional (com a formação mais antiga), o Grande Norte (o Norte que se constituiu como um prolongamento da economia paulista e a ela manteve-se relacionada por longo tempo) e o Oeste/Sudoeste (a região Sudoeste/Oeste, com sua ocupação

Entre os autores e instituições que adotaram como critério de regionalização o processo de ocupação, destacam-se: Lima (1974), Carmo (1981), Padis (1981)<sup>7</sup>, Fleischfresser (1988), Massola (1993), Istake(1999), além dos trabalhos publicados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social -IPARDES - (2003 e 2004).

De modo geral, Massola (1993) e Istake (1999) ressaltam que a identidade histórica do Estado do Paraná esteve estruturada no setor de subsistência e na exploração de algumas atividades específicas, que foram as suas marcas iniciais.

Os mesmos autores destacam ainda que a evolução econômica, a partir do século XIX, do Estado do Paraná apresentou os seguintes ciclos: da Erva-Mate (1820-1930); da Madeira - no chamado Paraná Antigo (1947-1970); do Café - no Norte do Paraná (1920-1960); da Suinocultura (a partir de 1953); e, do binômio Trigo e Soja (a partir de 1960).

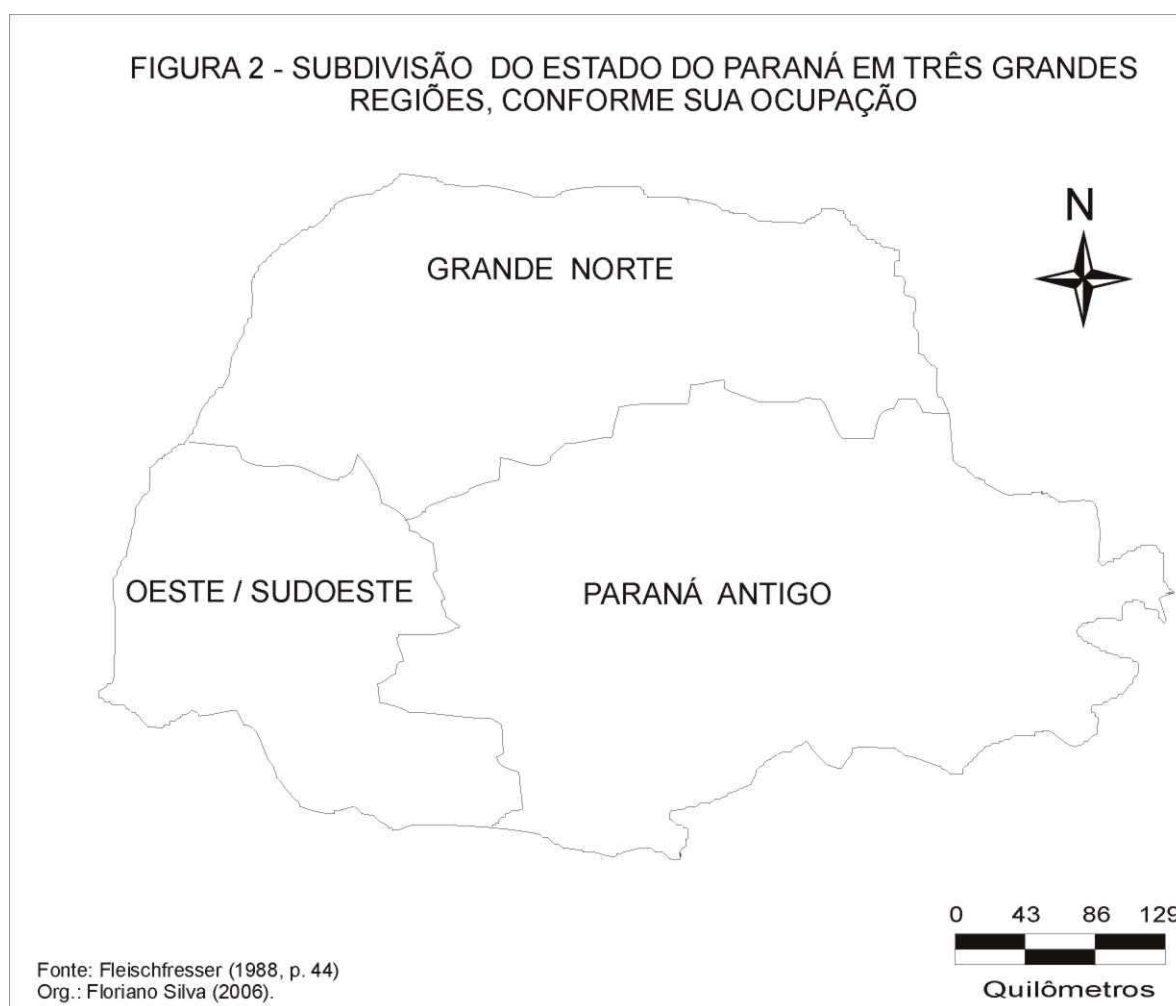
Ao consultar o trabalho publicado pelo IPARDES, constatou-se que este adotou a divisão do estado em três grandes conjuntos regionais, através dos principais ciclos econômicos pelos quais passaram a economia paranaense. Sucintamente, o Estado do Paraná pode ser dividido em três grandes regiões (Figura 2), as quais foram constituídas em diferentes épocas e a partir de formas diferenciadas de ocupação<sup>8</sup>.

---

realizada como consequência de problemas que atingiu o Rio Grande do Sul, a ocupação desta porção foi motivada por fatores de expulsão de outras áreas, e não por fatores atrativos), utilizando como critério definidor o período de ocupação e a origem dos fluxos populacionais. Essas divisões podem ser observadas na Figura 2.

<sup>7</sup> Padis (1981) ao analisar a evolução histórica da economia paranaense através da mineração, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, considerou-a periférica, em relação à economia paulista, considerado centro hegemônico da economia nacional. A divisão territorial proposta por Padis passou a ser utilizada por outros autores nas décadas de 1970 e 1980, um período de transformações de grandes proporções na estrutura produtiva agrícola do estado.

<sup>8</sup> Uma relação sintética dos estudos anteriores que orientaram essa regionalização é apresentada em Raggio (1985, p.14).



A análise do processo de ocupação do Estado do Paraná e da evolução econômica será realizada com base nos três conjuntos regionais. Primeiramente, será apresentada a ocupação e a evolução econômica do Paraná Antigo ou Tradicional; posteriormente será enfocada a região Oeste/Sudoeste; e, por último, a chamada Grande Região Norte.

Na região do Paraná Antigo ou Tradicional, cujas áreas de abrangência são as regiões leste e centro-sul, a ocupação data de meados do século XVI, tendo como atividades principais: a captura e o comércio do indígena, a exploração do ouro, o tropeirismo e as atividades extrativas da erva-mate e da madeira.

A segunda região é denominada de Oeste/Sudoeste, onde houve a predominância das atividades de exploração madeireira, nas décadas de 1930 e 1940.

A terceira região paranaense é a do Norte, também denominada de Grande Região Norte, que teve como principal atividade econômica a expansão cafeeira paulista na década de 1910. Sua ocupação foi marcada pelo empreendimento da colonização dirigida através de companhias estrangeiras.

A partir da identificação destes três grandes conjuntos regionais, focar-se-á como ocorreu, de forma diferenciada, o processo de ocupação no Estado do Paraná; como também a importância desempenhada pelas atividades econômicas para sua efetiva incorporação à economia nacional.

#### **1.1.1 O processo de ocupação e evolução econômica da região do Paraná Antigo ou Tradicional**

Segundo Fleischfresser (1988) e Hespanhol (1990), o chamado Paraná Antigo ou Tradicional compreende a porção Centro-Oriental do estado, abrangendo o Litoral, a Serra do Mar e o Primeiro Planalto Paranaense.

Foi por estas áreas que se iniciaram as primeiras ocupações humanas no Estado do Paraná, através do desenvolvimento das seguintes atividades econômicas: captura e comércio do indígena, mineração, tropeirismo, erva-mate e madeireira.

A mão-de-obra indígena era considerada, pelos primeiros povoadores, como de "segunda classe", pois não se submetia, com grande facilidade, ao trabalho disciplinado e organizado, além de ser também pouco afeita às ocupações sedentárias.

Conforme mencionado por Furtado (1988) e Prado Jr. (1998) a **captura e o comércio de indígenas** se deram com a descoberta do ouro no litoral do Estado, constituindo-se na primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à lavoura do açúcar.

De acordo com Wachowicz (1988), os portugueses atraídos pela exploração aurífera não chegaram a ganhar o capital necessário para a aquisição de escravos africanos. Tal fato explica, de certa forma, porque no Estado do Paraná o trabalho mais pesado foi realizado, sobretudo, pela mão-de-obra indígena escravizada.

A atividade de **mineração** foi a de aluvião, desenvolvida nas areias da Baía de Paranaguá e no leito do rio Nhundiaquara. Esse ciclo teve sua expressão máxima no século XVII, no Estado do Paraná, e contribuiu para a formação de pequenos povoados, chamados de "arraiais", mantidos pela agricultura de subsistência.

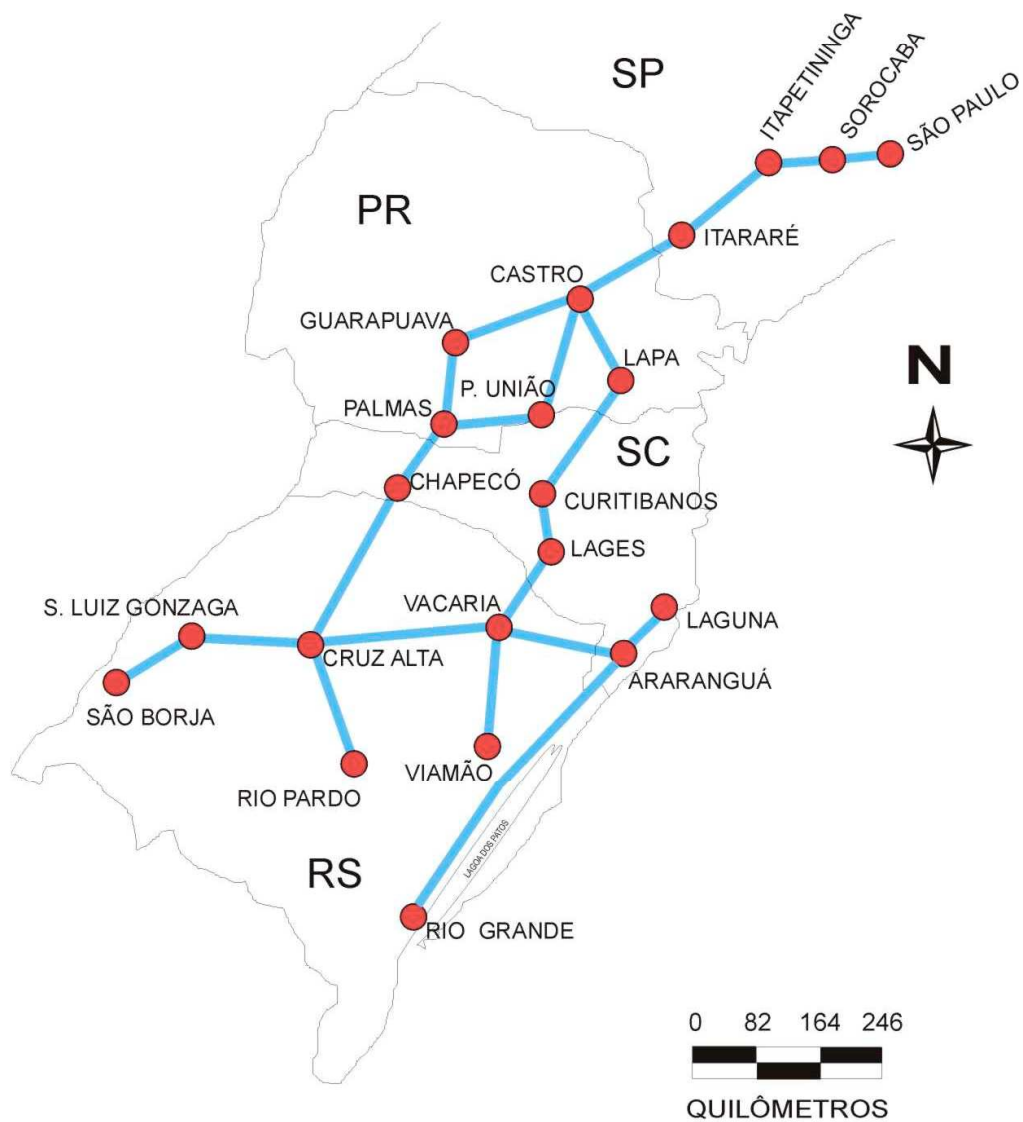
Paralelamente à mineração, outras atividades também levaram à expansão da ocupação do estado paranaense no sentido sul-norte. Neste caso, destacou-se, principalmente, a pecuária, que segundo Fraga et al. (2004), foi responsável pela ligação do Estado do Paraná com o restante do Brasil, por meio do Tropeirismo.

O Tropeirismo constituiu-se na passagem das tropas de muares e bovinos pelos Campos Gerais do Paraná, com destino à Sorocaba (SP).

Com tal atividade ampliou-se a ocupação do Paraná, estimulando a formação (junto às rotas e aos melhores pastos) de pousadas, ranchos; enfim, povoados que deram origem às cidades de Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, como pode ser visto na Figura 3.



FIGURA 3 - CAMINHO DAS TROPAS : SÉCULOS XVIII E XIX



Fonte: Padis (1981, p.23).  
Org.: Floriano Silva (2006)

Para Hespanhol (1990) e Souza (2000), o ciclo da extração e preparo da erva-mate emergiu no início do século XIX e intensificou-se, sobretudo após 1822, quando se permitiu o comércio com os mercados platinos (principalmente com Buenos Aires e Montevideu) e para o Chile, pois o produto já era amplamente consumido desde o início da ocupação do Estado do Paraná<sup>9</sup>.

Ainda que a erva-mate tenha se constituído na principal atividade econômica no período, ela começou a perder importância a partir de 1914, devido à participação crescente de outros produtos de maior rentabilidade na economia local, como a exploração da madeira.

Pela própria conformação de suas matas, o Paraná sempre contou com expressiva variedade de madeiras, tanto na Mata Atlântica como na de Araucárias, com alto valor econômico.

De acordo com Oliveira (2001), as serrarias constituíram-se em estabelecimentos presentes na paisagem paranaense durante o ciclo madeireiro (1947-1970), atendendo à demanda interna por madeira para a construção de habitações nas cidades paranaenses, em franco processo de crescimento.

A maior dificuldade enfrentada pela atividade madeireira foi a deficiência do sistema de transportes, sendo minimizado com a construção da estrada de ferro que liga Curitiba-Paranaguá (1883) e a implantação da Ferrovia São Paulo - Rio Grande (1906), como observado por Hespanhol (1990).

Sanadas tais dificuldades, a economia madeireira atraiu a presença de capitais estrangeiros, principalmente de origem inglesa e norte-americana. As pessoas que estavam à frente dessas atividades eram intrinsecamente atreladas ao setor ferroviário.

Entretanto, a economia madeireira não foi completamente absorvida pelo capital externo, permanecendo um setor madeireiro local, industrial e exportador importante.

**A cafeicultura teve início, em escala considerável no Paraná, a partir da segunda metade do século XIX (1860), em virtude da expansão dos cafeeiros paulistas que começaram a ocupar moderadamente a**

porção norte-nordeste do Estado até as duas primeiras décadas do século XX.

A partir de 1920, os cafezais expandiram-se por esta área, o que será aprofundado posteriormente no subitem que trata da ocupação da Grande Região Norte paranaense.

### 1.1.2 O processo de ocupação e evolução econômica da região oeste/sudoeste do Estado do Paraná<sup>10</sup>

Segundo Hespanhol (1990), a ocupação desta porção do Estado<sup>11</sup> ocorreu de forma mais sistemática, a partir da década de 1940.

Isso porque, a partir dos anos 1940, houve a intensificação do processo de colonização da área e a procura de terras, pelos colonos gaúchos e catarinenses, foi muito elevada. Estas terras foram ofertadas pela companhia privada de colonização, a Empresa Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S/A (MARIPA)<sup>12</sup>.

Como resultado desse processo, em 1951, todas as terras demarcadas haviam sido comercializadas.

A evolução das atividades econômicas desta região ganhou dinamismo com o movimento migratório oriundo do Estado do Rio Grande do Sul, o qual propiciou uma colonização dirigida por meio de empresas particulares nas terras devolutas do Estado.

Tal fato favoreceu a criação de propriedades rurais, de pequenas dimensões, dedicadas à suinocultura e à agricultura de subsistência.

---

<sup>9</sup> Anteriormente a este fato, o abastecimento do mercado consumidor destes países era feito pelos ervais paraguaios. Os problemas de ordem que resultaram no massacre do Paraguai pela Tríplice Aliança na década de 1860, levaram ao boicote pelo mercado do Prata à erva paraguaia, beneficiando a economia paranaense.

<sup>10</sup> Por não ser essa área objeto específico da pesquisa, se optou em fazer apenas alguns apontamentos sobre o processo de ocupação e evolução econômica desta porção do Estado do Paraná.

<sup>11</sup> Limitando-se a oeste com o rio Paraná, fronteira com o Paraguai, a noroeste e a nordeste com os rios Piquiri e Ivaí, respectivamente, e ao sul com o Estado de Santa Catarina, delimita-se o conjunto regional, denominado por Fleischfresser (1988) de oeste/sudoeste paranaense.

<sup>12</sup> De origem gaúcha, que em 1946 adquiriu cerca de 3.000.000 ha de terras na região, dividindo-as em pequenos lotes e implantando três núcleos urbanos: Toledo (sede da empresa), Marechal Cândido Rondon e Cascavel.

### 1.1.3 O processo de ocupação, a evolução econômica da Grande Região Norte e da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense

A denominada Grande Região Norte tem sua história interligada à expansão dos cafeeiros paulistas e, fazer referência a esta região, exige um esforço devido à importância que ela teve para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná.

Quanto ao processo de colonização, Monbeig (1984) observou que o avanço da frente pioneira, nessa região, constituiu-se como um prolongamento da marcha pioneira do território paulista. Ao considerar o período em que ocorreu a ocupação, o referido autor subdividiu-a em três regiões, denominadas de: Norte Velho; Norte Novo e Norte Novíssimo.

Neste trabalho, no entanto, será enfatizado o Norte Velho ou a Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro<sup>13</sup> como frente pioneira, criando uma população excedente.

Esta era composta, principalmente, por parceiros e colonos, que tiveram o acesso à terra por meio da compra e da grilagem/posse, nessa região, onde está inserido o município de Jacarezinho, objeto de estudo deste trabalho.

Caracterizada a delimitação regional, busca-se entender como esta porção do Estado se desenvolveu enquanto frente pioneira, constituindo-se, assim, no centro dinâmico da economia paranaense após a Segunda Guerra Mundial, como ressalta Cancian (1981).

De acordo com Hespanhol (1990), o processo de ocupação da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro teve início na década de 1860,

---

<sup>13</sup> A princípio, é necessário que se faça a delimitação do que se constitui, segundo a proposta do IBGE (1991) e que será utilizada, a Mesorregião Geográfica Norte Pioneira Paranaense ou Norte Velho, a Mesorregião Geográfica do Norte Central ou Norte Novo e a Mesorregião Geográfica do Noroeste Paranaense ou Norte Novíssimo. Há um consenso entre os autores, especialmente após a contribuição de Müller, em seu trabalho realizado em 1950, que a porção mais setentrional do Estado do Paraná tem seus limites ao norte pelo rio Paranapanema, a leste pelo rio Itararé e a oeste pelo rio Paraná. O documento elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2004), diferencia as atividades produtivas da Mesorregião Geográfica Norte Pioneira Paranaense da seguinte maneira: no noroeste penetrou a soja e o trigo, empregando moderna tecnologia (Mesorregiões Geográficas de Assaí e Cornélio Procópio); no sul ainda há a influência mineira, presente na pecuária e no cultivo de feijão e milho, este associado à criação de suínos (Mesorregiões Geográficas de Ibaiti e Wenceslau Braz); e, na porção norte da Mesorregião, há expansão da cultura canavieira, a implantação de destilarias e usinas de açúcar (Porção leste da Microrregião Geográfica de Cornélio Procópio e a Microrregião Geográfica de Jacarezinho). As Microrregiões que compõem a Mesorregião Geográfica Norte Pioneira Paranaense, podem ser visualizadas na Figura 1.

com a chegada dos fazendeiros vindos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais<sup>14</sup>.

A chegada de paulistas no território paranaense, a partir de 1884, tornou-se mais representativa em termos quantitativos do que a de mineiros. Isto colaborou para a fundação de cidades como Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Andirá e Cornélio Procópio (1924).

O Norte Pioneiro do Estado do Paraná é caracterizado, economicamente, como uma região em que a produção agrícola esteve associada a um crescimento expressivo da produção de gêneros alimentícios e da cafeicultura, nas décadas de 1920 e 1940. Neste contexto, existem estreitas relações com o Estado de São Paulo, com o qual faz divisa.

As fases que marcaram essa ocupação regional são, de acordo com Balhana, Machado e Westphalen (1969, p.72), as seguintes:

- a) Norte Velho: área compreendida desde a divisa nordeste com São Paulo, até o município de Jataizinho, situado à margem direita do rio Tibagi, ocupado pelos migrantes paulistas e mineiros, entre 1860 e 1925. Predominou a ocupação espontânea até por volta de 1920, quando o estado decide interferir na organização do espaço e estimular a colonização;
- b) Norte Novo: área delimitada pelos rios Tibagi e Ivaí até as margens do rio Paranapanema, ocupada entre 1920 e 1950, basicamente através de projetos de colonização desenvolvidos pela iniciativa privada;
- c) Norte Novíssimo: área que se estende do rio Ivaí ao rio Paraná e ao rio Piquiri, colonizada a partir de 1940. Na década de 1960, com a ocupação das últimas faixas de terra do norte novíssimo, a frente pioneira completa-se.

Segundo Bragueto (1996), o comportamento regional do Norte do Paraná, como frente de expansão, teve maior importância em meados do século XIX, com o deslocamento dos mineiros, os quais, no início da década de 1840, além de grandes proprietários de terras, eram também tropeiros<sup>15</sup>.

Durante o século XIX, a agricultura não se desenvolvia, pois ocorriam problemas na comercialização, devido à falta de vias de comunicação rodoviária ligando a região com o restante do território.

---

<sup>14</sup> O fluxo de migrantes mineiros ocupou praticamente todas as terras localizadas entre os rios Itararé e Cinzas, caracterizando-se pela presença de proprietários de terras.

<sup>15</sup> Utilizavam o caminho Viamão-Sorocaba, do centro produtor de gado, no Rio Grande do Sul, até o principal mercado consumidor, Sorocaba (SP), passando pelo Estado do Paraná. O Estado de Minas Gerais ainda sofria os impactos da decadência da mineração e perturbações políticas também reforçaram a partida de mineiros para novas terras.

Não havia, ainda, uma agricultura para o mercado, e destacava-se, principalmente, a criação e engorda de porcos<sup>16</sup>.

Os posseiros, menos abastados economicamente, praticavam a queimada da mata e, após, plantavam o milho que se destinava à alimentação dos porcos.

No final do século XIX, quando a expansão cafeeira paulista atingiu o Estado do Paraná, trouxe levas de migrantes paulistas e mineiros, além de migrantes nordestinos.

Na ocasião, grande parte do Norte Pioneiro, considerado como porta de entrada da "marcha do café" no Estado, estava ocupado por extensas propriedades, cujos proprietários eram principalmente mineiros, safristas<sup>17</sup>, detentores do capital e do poder político local.

Nas primeiras décadas do século XX, enquanto a suinocultura perdia espaço e declinava, a cafeicultura se consolidava e dinamizava a economia da região.

Neste contexto a população cresceu e vários municípios surgiram, como Jacarezinho (1900) e Cambará (1904), marcando o avanço das lavouras de café em direção às novas áreas com solo e clima favoráveis, no norte paranaense.

Como se não existissem os limites políticos, as 'fazendas de café', organizadas nos moldes paulistas, multiplicaram-se rapidamente. Ourinhos, no Estado de São Paulo, atingido pela Estrada de Ferro Sorocabana em 1908, tornou-se a porta de entrada do Norte do Estado do Paraná.

Desde o início, a Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense esteve voltada para a economia paulista, da qual parecia ser um "prolongamento", como foi observado por Magalhães Filho (1996).

Nas décadas de 1930 e 1940 a região que mais cresceu no Estado do Paraná, impulsionada pela cafeicultura, foi o Norte Velho. Isto devido às alterações sofridas nas bases econômicas, nos aspectos

---

<sup>16</sup> A atividade suinocultora pelo sistema de safras, tornou-se a principal atividade econômica da região. Segundo Wachowicz (1988), os safristas percorriam a região comprando porcos e reunindo-os em tropas (de quinhentos a mil porcos), levando-os a pé até os mercados compradores.

<sup>17</sup> De acordo com Ferreira (2000), os safristas eram homens semi-nômades: plantavam milho para engorda de porcos e, ao final da safra, partiam para as cidades distantes visando à comercialização dos animais.

demográficos, na força de trabalho e na distribuição territorial da população e da riqueza.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o café ocupou todas as terras disponíveis no Norte do Paraná, permitindo o despontar de dezenas de cidades na região.

Os núcleos urbanos surgidos estavam, em grande parte, ligados por uma estrada-tronco, o que possibilitou um rápido avanço da frente pioneira pelo norte do Paraná, como relatou Bernardes (1953).

Com a expansão da área cultivada com café e outras lavouras a ela associadas nas décadas de 1940 e 1950, a consequência imediata foi, além do crescimento populacional, a implantação de um setor comercial voltado para as atividades de transporte, beneficiamento e comercialização, que a própria produção agrícola demandava.

Tudo isso, segundo Padis (1981), esteve fortemente associado à presença de uma rede de transportes e à localização próxima dos núcleos urbanos.

Estes fatores contribuíram para facilitar a comercialização dos produtos, criando condições muito favoráveis aos colonos, recém instalados, e ao rápido crescimento econômico/populacional da região.

Nos anos posteriores à década de 1950, alguns elementos contribuíram para colocar a economia cafeeira em crise e levá-la à decadência no Norte Velho.

O excesso de oferta de café, no mercado mundial, provocou forte queda do preço, desencadeando profunda crise na cafeicultura nacional. Isto fez com que o governo federal promovesse a erradicação de dois (2) bilhões de cafeeiros no país.

Bragueto (1996) destaca que no Estado do Paraná, a cafeicultura foi seguidamente atingida por geadas, sendo que os prejuízos determinaram o abandono desta atividade pelos produtores rurais.

Foram erradicados, nesta unidade da federação, cerca de 470 milhões de cafeeiros, que liberaram 627 mil hectares, reconvertidos, principalmente, em pastagens e, em menor escala, no cultivo de lavouras temporárias, tais como: milho; arroz; algodão; feijão e cana-de-açúcar.

A substituição de áreas anteriormente cultivadas, com o café, por culturas temporárias ocorreu paralelamente à incorporação, intensiva, ao processo produtivo, do uso de maquinários agrícolas (tratores, colheitadeiras etc.); sementes melhoradas e insumos industriais (adubos, fertilizantes, herbicidas etc.).

Houve também a implantação de diversas agroindústrias para o processamento industrial que, por sua vez, favoreceu a expansão das culturas de soja, trigo e milho.

A pecuária bovina e suína também cresceu, incentivando a implantação de frigoríficos em municípios da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro, como Bandeirantes, Jacarezinho, Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina, cujos rebanhos eram significativos.

Bragueto (1996) informa que, na década de 1960, o espaço rural do Norte Paranaense sofreu grandes mudanças em virtude do desencadeamento do processo de modernização da agricultura brasileira.

Fleischfresser(1988) esclarece que o conceito de modernização assume a conotação explícita de modernização tecnológica. Isto foi devido às alterações na base técnica da produção agrícola pela adoção de meios de produção industrial, externos à unidade produtiva rural e adquiridos através do mercado.

A autora menciona ainda que a adoção desse modelo de modernização da agricultura foi direcionado e estimulado pelo Estado, por meio de medidas políticas e econômicas.

Assim, os princípios da Revolução Verde criaram a expectativa de superação do subdesenvolvimento, através de transformações no setor agropecuário<sup>18</sup>.

Em síntese, a agricultura reestruturou-se para elevar sua produtividade, que tinha como meta uma produção e um retorno econômico (lucro) maiores e mais rápidos.

Fleischfresser (1988) ressalta que o modelo agrícola adotado na década de 1960-70 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa, em que grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes.



O acesso a esse modelo agrícola era facilitado pelo crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores.

Para Balsan (2006), a partir de 1960, ocorreu o processo de modernização da agricultura brasileira, que trouxe vários impactos, destacando-se:

a) os ambientais: agravados em virtude do estímulo à monocultura e que resultaram na erosão e na perda da fertilidade dos solos; na destruição florestal; na dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; na contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos; e,

b) os socioeconômicos: ocasionados pelos incentivos governamentais direcionados para a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, levaram à mudanças na produção agrícola (opção por culturas como soja e trigo) que resultaram na concentração fundiária, instabilidade do trabalho e o aumento da pobreza no campo.

Desta forma, Graziano da Silva (1999) ressalta ainda que a estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador (nas mãos de poucos proprietários) e excludente (por deter a maior porção de terras rurais e sua exploração), dificultando, qualquer tipo de acesso à terra, aos trabalhadores rurais.

Com a difusão da modernização, ocorreu um processo de especialização da agricultura, em escala nacional.

Em algumas regiões, desenvolveu-se e modernizou-se a produção de lavouras que, embora presentes em economias familiares, são consideradas típicas de uma agricultura comercial<sup>19</sup>.

No Norte do Estado do Paraná, segundo publicação do IPARDES (2004), o desestímulo mais intenso para que os produtores rurais não

---

<sup>18</sup> Fleischfresser (1988) enfatiza que este setor era visto como uma barreira ao crescimento econômico e com a introdução de novas técnicas de produção (químicas, de sementes apropriadas e de mecanização) este setor se dinamizaria e haveria o aumento da produção, acabando com a fome da população e o aumento de divisas, além de um progresso generalizado e auto-sustentado.

<sup>19</sup> Foi o que aconteceu com a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo e o cacau (no Nordeste), o café, o algodão e a cana-de-açúcar (no Sudeste) e o arroz, o trigo, a soja e a uva (no Sul) (SOARES, 2000).

continuassem na produção cafeeira foi, sem dúvida, a grande geada de 1975, denominada de Geada Negra<sup>20</sup>.

Esta dizimou a maioria dos cafezais não só dessa região, como, praticamente, de todo o estado. Na ocasião, iniciou-se sua substituição pelo algodão e pela cana-de-açúcar, os quais absorveram parte da mão-de-obra ocupada no café.

Além destas culturas comerciais, os solos desgastados pelo café foram direcionados para as práticas da pecuária extensiva e para as lavouras de subsistência (arroz, feijão, milho e mandioca).

Com relação ao Norte Novo ou Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, Hespanhol (1990) observa que esta se estende do rio Tibagi, a leste, até à margem direita do rio Ivaí, a oeste, limitando-se a norte e noroeste com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Este autor deixa bem claro como ocorreu o processo de ocupação do Norte Novo Paranaense: foi devido ao impulso dado nas décadas de 1920 e 1930 pela colonização dirigida, tanto por empresas privadas quanto pela ação oficial (HESPANHOL, 1990).

Entre os projetos de colonização implantados no Norte Novo, destacou-se o efetivado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (razão social da empresa - Parana Plantation Limited - de capital inglês), que adquiriu, durante a década de 1920, mais de 1,2 milhões de hectares de terras na área.

Seu objetivo foi instalar fazendas de algodão e máquinas de beneficiamento para suprir a demanda das indústrias inglesas de fiação e tecelagem. Porém, logo de início, a empresa optou pela colonização da área.

A empresa colonizadora implantou, no loteamento, a infraestrutura mínima para viabilizar a exploração econômica. Ao final dos anos de 1920, financiou a construção de novos trechos das linhas da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná acompanhando o loteamento, cuja aquisição, pela empresa, deu-se no início da década de 1930.

---

<sup>20</sup> De acordo com publicação do IPARDES (2004), essa geada foi considerada negra porque houve primeiro ventos frios e, segundo, pelo fato do orvalho caído durante a madrugada ter queimado, através do congelamento, todo tipo de vegetação, só podendo ser visualizado na manhã seguinte.

O Norte Novo tornou-se uma área densamente povoada, com núcleos urbanos planejados e em franca expansão. Sua economia estava calcada na atividade cafeeira.

O Norte Novíssimo, a outra porção da Grande Região Norte, constitui-se na área de ocupação mais recente de todo o Estado.

Esta região é limitada pela margem esquerda do rio Ivaí, ao norte/nordeste até a margem direita do rio Piquiri, ao sul/sudeste; a oeste limita-se com o Estado do Mato Grosso do Sul, possuindo, como limite natural, o rio Paraná.

A área é denominada pelo IBGE (1991) de Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense.

A ocupação do Norte Novíssimo derivou da expansão dos cafeeiros do Norte Novo e também pela chegada de colonos sulinos, com uma ocupação planejada, realizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Hespanhol(1990) esclarece que a própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná adquiriu, em 1944, aproximadamente, 70.000 hectares nas proximidades do rio Ivaí, dividindo-os em lotes, como ocorrido no Norte Novo.

O mesmo autor ainda menciona que a ocupação das demais áreas do Norte Novíssimo foi efetuada sem planejamento prévio, sendo que a titulação das terras, pelo estado, ocorreu com a implantação de colônias em áreas já ocupadas e de forma aleatória.

Com isso houve a dupla titulação de áreas, o que originou conflitos pela posse de terras na região.

Diante do exposto, pode-se afirmar que dos ciclos econômicos mencionados, a pecuária, através da figura do tropeiro, foi a que mais contribuiu para a ocupação do território paranaense, devido ao surgimento de vários núcleos urbanos.

Isso não significa que a economia ervateira e a madeireira não tiveram sua importância, porém, com menor destaque em relação à ocupação do Estado.

A outra atividade que contribuiu para o crescimento econômico e social paranaense foi a cafeicultura. Dentre todos os

ciclos econômicos que ocorreram no Estado do Paraná, o café deixou marcas profundas na economia agrícola estadual.

## 1.2 A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA CAFEICULTURA NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE PIONEIRO

Pretende-se, neste subitem, focar a atividade cafeeira e sua evolução no norte pioneiro paranaense, com ênfase nas duas primeiras fases que, de acordo com Cancian (1981), foram entre 1903-1929 e 1930-1945.

Também serão abordadas as relações de trabalho que se estruturavam na região, fazendo-se um paralelo com as mudanças ocorridas após a decadência da cafeicultura.

A expansão da cafeicultura na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense ocorreu devido à descoberta de "terras roxas"<sup>21</sup> no século XIX.

Essa descoberta estimulou ainda mais a ocupação por produtores paulistas e mineiros, impulsionados pela expansão da cultura irradiada dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, como pode-se observar na Figura 4.

O processo de ocupação foi facilitado pela aproximação do ramal da Ferrovia Sorocabana, que estimulou um maior contato da região norte paranaense com o território paulista.

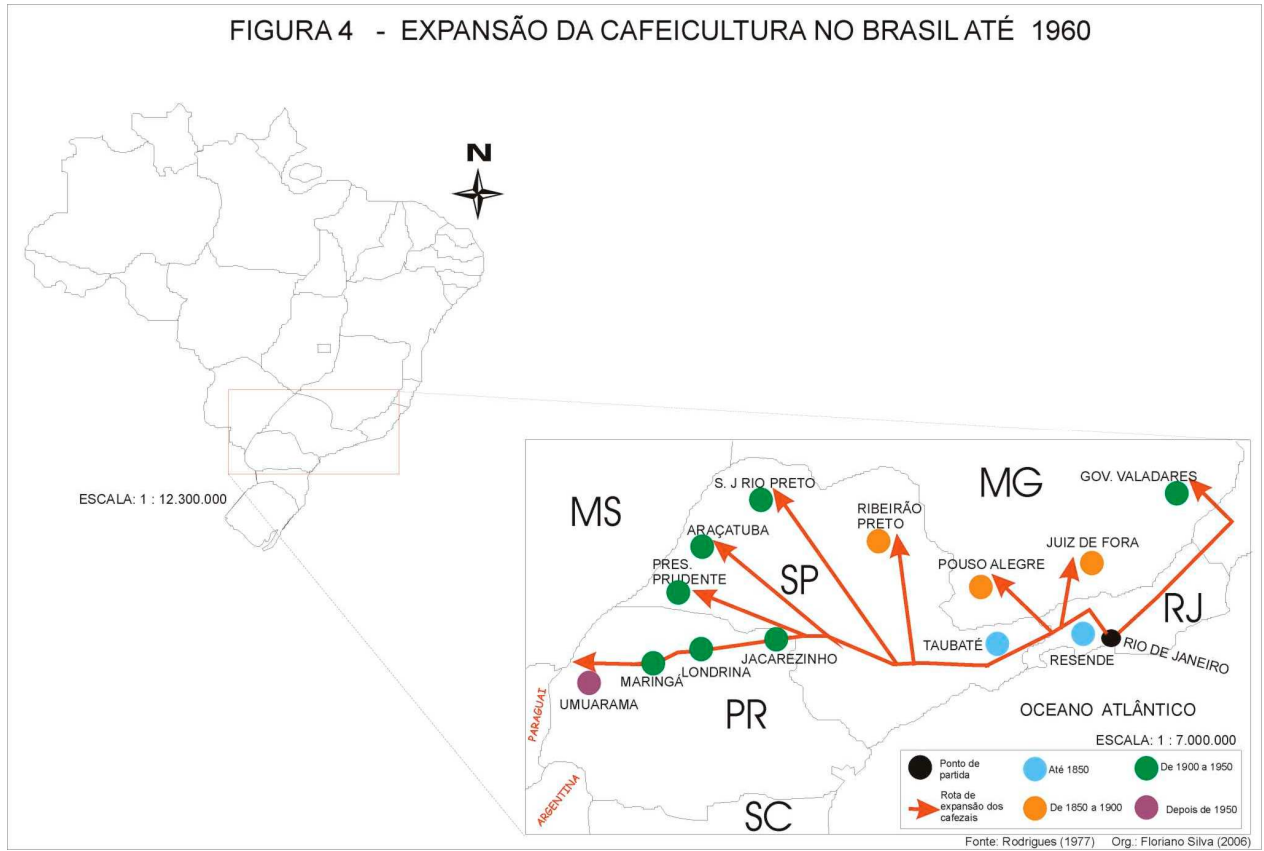
Desse processo surgiram cidades como Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Tomazina e Siqueira Campos, que completaram sua ocupação até o final da década de 1920, sendo que o café se destacava como a principal atividade econômica.

Com a chegada da estrada de ferro no Estado do Paraná, o centro cafeeiro mais importante da região foi o município de Jacarezinho, que, segundo Cancian (1981), possuía 171 fazendas de café, na década de 1920.

---

<sup>21</sup> A terra roxa é um tipo de solo muito fértil, resultado da decomposição por milhões de anos de rochas vulcânicas, com aparência vermelho-roxeada dá-se pela presença do ferro. Ocorre nas porções ocidentais dos Estados do RS, SC, PR, SP e sudeste do Mato Grosso do Sul, destacando-se nestes três últimos estados por sua qualidade. O nome **terra roxa** é devido aos imigrantes italianos que trabalhavam nas fazendas de café, referindo-se ao solo com a denominação *terra rossa*. Como *rosso* em italiano significa vermelho, pela similaridade, a palavra "roxa" foi se consolidando.

FIGURA 4 - EXPANSÃO DA CAFEICULTURA NO BRASIL ATÉ 1960



Entre as culturas intercaladas ao café destacavam-se as lavouras de milho e feijão, além da criação paralela de bovinos, como mencionado por Hespanhol (1990).

Algumas dessas lavouras cultivadas, de forma intercalada com o café, podem ser visualizadas no Quadro 1, elaborado com base nos dados do Censo Agrícola de 1920 e analisados por Cancian (1981).

**Quadro 1 - Tipos de combinação de culturas na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense**

Municípios (data de fundação)	Nº de Combinações	Gêneros de culturas
S. J. da Boa Vista (1875)	3	Milho, café, feijão
Tomazina (1890)	2	Café, milho
Ribeirão Claro (1900)	3	Café, feijão, milho
Jacarezinho (1900)	2	Café, milho
Carlópolis (1907)	4	Milho, café e feijão
Santo Antônio da Platina (1914)	2	Milho, café

Fonte: Censo Agrícola de 1920 (apud CANSIAN, 1981, p. 65).

Os tipos de combinação verificados no Quadro 1 demonstram que o milho era intercalado com a cultura do café, estando presente nos 6 municípios citados.

Nesta época, o cultivo e a produção de milho destinavam-se à engorda de suínos e para o consumo dos colonos. Nos municípios de São José da Boa Vista, Ribeirão Claro e Carlópolis, a cultura do feijão se intercalava com o café e o milho.

Mesmo após a década de 1920, observou-se que as lavouras temporárias continuaram a se expandir, pois eram necessárias para o sustento da população que trabalhava nos cafezais na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense.

Com a crise internacional, que eclodiu em 1929 e perdurou até o fim da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro buscou a retração forçada da oferta de café no mercado internacional.

Dessa forma, houve a destruição de 80 milhões de sacas até 1944 e o controle da expansão da cultura, por meio da cobrança de taxa sobre cada novo cafeeiro plantado.

O período de 1930 a 1945, segundo Padis (1981), foi marcado por uma supersafra do setor cafeeiro, resultando numa série de medidas para a manutenção dos preços internacionais e equilíbrio na produção interna.

Neste mesmo período, o modelo do grande estabelecimento cafeeiro entrou em crise devido aos problemas enfrentados com os preços do café.

No caso da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, a fertilidade do solo das áreas novas recém incorporadas ao processo produtivo, diminuía os custos da produção, superando aquelas em que o solo já estava esgotado, como observou Cancian (1981).

Iniciou-se, assim, na referida Mesorregião, a erradicação dos cafezais. Porém, nem todos os produtores e municípios aderiram a este processo com a mesma intensidade, conforme se pode observar na Tabela 1.

**Tabela 1 – Número de cafeeiros na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense -1920/1934**

Municípios (data de fundação)	Antes 1920	1920-1927	1928-1931	1932-1934
Bandeirantes (1935)	-	-	751.000	2.248.700
Cambará (1924)	6.944.786	-	-	2.880.800
Jacarezinho (1900)	5.974.160	9.053.234	941.000	575.000
Ribeirão Claro (1900)	4.830.621	884.821	-	1.100.000
Sto Antonio da Platina (1914)	3.855.714	3.190.514	-	1.901.299

Fonte: Dep. Nacional do Café (DNC), 1935 (apud CANCIAN 1981, p. 71)

O dinamismo cafeeiro na Mesorregião Geográfica ocorreu antes da crise econômica de 1929, sendo que Cambará, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina foram os municípios que iniciaram o processo de erradicação dos cafezais.

Esse processo, iniciado no Estado de São Paulo, teve reflexos também em outros municípios da Mesorregião, como pode ser visualizado na Tabela 1.

No caso do município de Ribeirão Claro, ocorreu uma retomada no cultivo do café, especificamente entre 1932-1934, em virtude “[...] da proibição do plantio de café nos maiores estados cafeeiros” (CANCIAN, 1981, p. 72).

A proibição trouxe ao Estado do Paraná a possibilidade de continuar insistindo na cultura. Iniciou-se o avanço colonizador em novas terras, principalmente para a porção localizada além do Rio Tibagi (Norte Novo Paranaense).

Hespanhol (1990) destaca que a chamada Grande Região Norte transformou-se no centro dinâmico da economia estadual após a ocupação do Norte Novo (décadas de 1930 e 1940), devido à grande produção cafeeira.

Na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro ocorreram mudanças significativas com a intensificação dos pequenos cultivos.

Para Braguetto (1996), no período posterior à Segunda Guerra Mundial, compreendido entre 1945 e 1962, a cafeicultura passou por uma intensificação na região norte paranaense devido à recuperação do preço do produto no mercado internacional.

O centro dinâmico da produção de café deslocou-se do Estado de São Paulo para o do Paraná em virtude da revalorização do seu preço e da proibição do plantio desta lavoura no território paulista.

Dessa forma houve a transferência de parte dos capitais e dos financiamentos paulistas para a produção de café realizada no Estado do Paraná, além da migração à procura de novas oportunidades.

Nesta fase, a cafeicultura paranaense estimulou a expansão das lavouras temporárias e das pastagens visando atender ao incremento populacional.

A construção da Rodovia do Café<sup>22</sup>, em 1961, proporcionou o aumento das exportações da produção cafeeira pelo Porto de Paranaguá, estreitando o relacionamento da região norte com as outras áreas do Estado, como enfatizado por Hespanhol (1990).

O processo de erradicação dos cafezais, ocorrido no início da década de 1960, por meio do Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura - GERCA<sup>23</sup> -, fez com que muitos antigos cafeicultores passassem a se dedicar à atividade pecuária.

No final desta mesma década (1960), a implementação da modernização agrícola estimulou, ainda mais, a retirada dos cafezais, impulsionada pela expansão da sojicultura.

---

<sup>22</sup> Denominada como BR-376, liga o centro-norte do Estado do Paraná, do município de Apucarana, até a cidade de São Luiz do Purunã (sul do Paraná), onde ocorre o entroncamento com a BR-277, que liga o oeste e sudoeste do Estado com o porto marítimo situado na cidade de Paranaguá.

<sup>23</sup> Segundo Stolcke (1986), o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), atuou na década de 1960 diretamente no município de Jacarezinho para eliminar a grande maioria dos cafeeiros com baixa produtividade, velhos e aqueles cultivados em áreas impróprias. A terra liberada destinou-se para culturas alimentares e matérias-primas industriais.



Porém, antes de abordar a erradicação dos cafezais e as culturas que o substituíram, cabe uma discussão acerca da importância das relações de trabalho empregadas na cultura cafeeira, especialmente a parceria e o colonato<sup>24</sup>.

Para Bragueto (1996), o colonato, até o início da década de 1960, foi uma relação importante na cafeicultura, especialmente nas propriedades maiores que exigiam o trabalho permanente.

Paralelamente a essa relação, os cafeicultores capitalizados recorriam aos trabalhadores assalariados temporários, principalmente na época da colheita.

Verificou-se que até o início da década de 1960, a cafeicultura paranaense, com base nas lavouras existentes na Grande Região Norte do Estado, alcançou uma produção expressiva no contexto nacional.

Esta cultura desenvolveu-se em pequenos, médios (na sua maioria) e grandes estabelecimentos agropecuários.

Essas relações não tipicamente capitalistas de produção estavam presentes no trabalho familiar de pequenos proprietários, parceiros e colonos. As relações capitalistas ocorriam por intermédio do trabalho assalariado temporário: o trabalhador volante ou diarista.

Ao verificar a importância da parceria e do colonato, Mungui Payes apud Bragueto (1996) analisou, no estudo realizado em 1961, as relações de trabalho presentes na cafeicultura do Grande Norte do Paraná e distinguiu quatro grupos.

O primeiro grupo, que englobou os cafezais com até 1,9 mil pés, era representado por pequenas chácaras que também cultivavam o café, embora com pouca importância.

O segundo, de 2,0 mil a 31,9 mil pés de café, abrangeu a maioria dos produtores, com área cultivada com o café que variava entre 2,8 ha e 45,5 ha e era explorada com trabalho não-capitalista (produtores familiares e parceiros).

---

<sup>24</sup> Vale destacar que para Martins (1975, p.49-50), esta relação não se configura como tipicamente capitalista. “Isso não quer dizer que a mesma seja alheia ao capitalismo desenvolvido na frente pioneira, ao contrário, essas relações são, na verdade, as possíveis e necessárias à acumulação e reprodução do capital. [...] Na verdade, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força-de-trabalho por dinheiro. O que caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade”.

O terceiro, com cafezais de 32 a 63,9 mil pés, incluiu os produtores intermediários, com relações de trabalho ora assalariadas, ora pelas relações não assalariadas.

O quarto grupo, com mais de 64 mil pés de café, abrangeu os produtores capitalistas, explorando os cafezais com relações de assalariamento, como os diaristas.

Entretanto, este último grupo não era regra, pois havia grandes produtores que também adotavam o colonato nas suas propriedades.

Desta forma, Bragueto (1996) esclarece que, na referida região, existia uma parcela significativa de trabalhadores que, embora estivessem na terra, não eram donos da mesma, como é o caso dos parceiros e colonos.

A renda gerada pelos parceiros e colonos não permitia que essa parcela da população rural pudesse comprar um lote de terra.

Além disso, os programas de erradicação dos cafezais (de 1962 a 1967/68) trouxeram mudanças nas relações de trabalho.

O aumento no custo da lavoura, pela utilização de muita mão-de-obra, juntamente com a geadas de 1975, e a adoção do pacote tecnológico da chamada "Revolução Verde", passaram a dificultar as relações de parceria e colonato no espaço rural paranaense.

### **1.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE PIONEIRO PARANAENSE**

Kageyama et al. (1990) destacam que no contexto da agricultura brasileira, esta se caracterizou, ao longo dos últimos 50 anos, como um setor privilegiado para o processo de acumulação de capital.

O processo de modernização da agricultura fundamentou-se nos preceitos da Revolução Verde, sendo compostos por sementes melhoradas, introdução da mecanização e de insumos químicos, difundidos no país em meados dos anos de 1960.

O pacote tecnológico da Revolução Verde foi articulado com os interesses do complexo industrial internacional e da oligarquia rural.

Martine (1991) ressalta que enquanto o primeiro grupo era o principal interessado na ampliação de seus mercados consumidores, o segundo tinha como principal foco de preocupação, a efervescência dos movimentos sociais na época.

Com o intuito de aumentar a produtividade, conforme enfatiza Fleischfresser (1988), foi implantado no Estado do Paraná um novo padrão tecnológico de produção agropecuária, orientado pela integração com o setor industrial.

No entanto, os produtores rurais, sobretudo médios e grandes, foram estimulados a adotarem o pacote tecnológico da Revolução Verde por meio do crédito agrícola subsidiado via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Parte-se da constatação de que essas transformações implicaram em alterações na base técnica da produção agropecuária e, na origem deste processo, está a maior integração da agricultura ao setor urbano-industrial.

No Estado do Paraná, essas alterações levaram, entre outras conseqüências, a uma maior integração da sua economia à nacional, reposicionando-a na divisão territorial do trabalho.

Para Graziano da Silva (1982) esta modernização foi considerada parcial, porque se limitou a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases do processo produtivo.

Nesse contexto, o referido autor considerou esse processo como uma "modernização conservadora", pois não rompeu com a tradicional concentração fundiária do país; além de "dolorosa", pois levou à expropriação de muitos trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras etc., dependentes das atividades agropecuárias. Tudo isto favoreceu a migração e acentuou a miséria.

Fleischfresser (1988) enfatizou que a modernização da agricultura no Paraná ocorreu de forma heterogênea, já que foi um processo fortemente direcionado pelo estado brasileiro, por meio, sobretudo, do crédito rural.

Ao dificultar o acesso ao crédito rural, aos pequenos produtores, privilegiou a produção para a exportação, realizada, predominantemente, nos médios e grandes estabelecimentos agropecuários.

Desta forma, percebe-se que a falta de incentivos atingiu o pequeno produtor, dificultando sua sobrevivência e permanência no campo.

Moro (2000) destaca que, no Estado do Paraná, em especial na Grande Região Norte Paranaense (a principal área cafeeira do estado), outros fatores também contribuíram para acelerar a erradicação dos cafezais, a partir de meados da década de 1960. Dentre eles pode-se destacar as constantes geadas e, no final de 1960, a *Hemileia vastratrix*, conhecida popularmente como "Ferrugem-do-cafeeiro"<sup>25</sup>, que invadiu os cafezais paranaenses.

De acordo com Souza (2000), o esgotamento do ciclo do café permitiu a implantação, no início da década de 1970, do programa de Metas e Bases para a Ação do Governo Federal.

O objetivo básico deste Programa era o ingresso do Brasil no bloco dos países desenvolvidos até o final do século XX, estando nele definidas quatro áreas prioritárias: (a) educação, saúde e saneamento; (b) agricultura e abastecimento; (c) desenvolvimento científico e tecnológico; e, (d) fortalecimento do poder de competição da indústria nacional.

Dentro deste programa havia o I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1972-1974), com o projeto conhecido como "corredores de exportação", que tinha o objetivo de fomentar a produção de algumas *commodities*, entre elas, a soja e a carne bovina. Também pretendia impulsionar o crescimento da produtividade através da intensificação do uso de insumos industriais e da mecanização agrícola.

Fleischfresser (1988) alerta que a substituição da cafeicultura e suas lavouras intercalares (arroz, feijão, milho e mandioca, para o consumo interno) por culturas com incentivos financeiros como a soja e o trigo (consideradas tecnicamente modernas),

---

<sup>25</sup> O nome científico desta doença agrícola foi extraída do Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria da Agricultura Familiar / Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). Disponível em: < [www.mda.gov.br/saf/arquivos/0806509627.pdf](http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0806509627.pdf) > Acesso em: 30/11/2006.

decorreu da ampliação das relações existentes entre indústria e agropecuária.

Esse foi um elemento crucial e determinante no crescimento expressivo do número de máquinas agrícolas e insumos modernos industriais que começavam a transformar qualitativamente o perfil econômico e social paranaense.

Para Moro (2000) essas medidas fizeram parte de uma política econômica, de caráter amplo, no contexto do Estado brasileiro. Estas foram geradas a partir da década de 1960, e passaram a privilegiar a agricultura empresarial.

Neste sentido, políticas de crédito e de subsídios foram criadas com a finalidade de ampliar as possibilidades de investimentos maciços dos produtores rurais na aquisição de máquinas, implementos e insumos químicos modernos.

Tais políticas permitiram a associação dos objetivos de ampliação de mercados para os produtos industriais e, ao mesmo tempo, o crescimento da produção de matérias-primas para a ampliação das indústrias alimentícias, num país em processo de urbanização.

Com isso, tornou-se possível a implementação de uma bem sucedida estratégia de modernização agrícola na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, com vários elementos que impulsionaram este processo.

Souza (2000) menciona que dentre esses elementos se destacaram: a presença do setor empresarial rural preocupado com o aumento da produtividade e da rentabilidade das explorações agropecuárias; a política de incentivos oficiais conjugados aos poderosos interesses das indústrias de insumos, máquinas e equipamentos; e, também as condições favoráveis de solo e clima.

Em função disso, as áreas cultivadas com os remanescentes dos cafezais se reduziram, sendo substituídas pelo binômio soja/trigo, pelas pastagens plantadas e pela cultura canavieira.

Essas atividades, passaram a ocupar as melhores faixas de terras situadas mais a oeste da região - derivadas de basalto, com fertilidade natural mais elevada e topografia mais plana.

Entretanto, necessitou-se de um melhor aproveitamento das terras com lavouras mais rentáveis. Para isso houve a liberação da mão-de-obra e a concentração da posse de terra.

Com relação à pecuária que se implantou e pela falta do uso intensivo de capital, a intenção não era obter lucros vantajosos, mas visava a especulação com a terra.

No caso da cana-de-açúcar, as boas condições edafoclimáticas<sup>26</sup>; a proximidade geográfica com a atividade canavieira desenvolvida no Estado de São Paulo; e, os incentivos proporcionados pelo Governo Federal, com a criação do Proálcool em 1975, contribuíram para sua expansão na região.

Pode-se inferir que a cana-de-açúcar paranaense saiu de uma condição de pouca expressividade nacional, voltada ao abastecimento do mercado consumidor estadual, para uma condição de destaque, após o Proálcool.

Segundo Szmrecsányi (1979), a cultura canavieira encontrou no território paranaense, principalmente na Região Norte, condições favoráveis para sua expansão.

Salvo condições climáticas adversas, decorrentes de geadas esporádicas e chuvas intensas e, o alto custo relativo de suas terras, o norte paranaense caracteriza-se como:

[...] uma das áreas do País que melhores potencialidades oferecem à lavoura canavieira - devido à fertilidade de seus solos, às dimensões e ao nível tecnológico de seus estabelecimentos agropecuários. (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 79)

Para Szmrecsányi (1979), não é sem justificativa que grandes investimentos de grupos açucareiros paulistas (ATTALA, principalmente) foram canalizados ao Estado do Paraná, significando um transbordamento da agroindústria canavieira paulista para áreas paranaenses.

---

<sup>26</sup> Segundo IPARDES (2004) e EMATER (2000) a maior parte da região norte pioneira foi formada por rochas sedimentares, de cores claras, do segundo planalto paranaense, dando origem a solos de baixa fertilidade natural. O norte pioneiro possui uma grande diversidade de tipo de solos, predominando quatro grandes grupos: Podzólico, Litólico, Latossolo e Cambissolo. Isto não é fator limitante para a grande maioria das culturas potenciais. Ocorrem ainda, com menor frequência, a terra roxa estruturada, solos hidromórficos, areias quartzosas e afloramentos de rochas. Esta região, quase toda situada no terceiro planalto, é a mais quente, não sendo adequada para culturas de clima temperado.

As pequenas propriedades que não foram agregadas pelos médios ou grandes arrendamentos destinados à produção canavieira, passaram a produzir milho e feijão. Essas lavouras são menos exigentes em termos de: qualidade do solo; escala de produção (tamanho da área disponível); insumos; máquinas; e, equipamentos.

Essa transformação, longe de ser homogênea, mostrou ritmos diferenciados nas Mesorregiões Geográficas do Estado do Paraná, contudo com uma tendência à difusão regional.

Segundo estudo realizado pelo IPARDES (1987), essa diferenciação regional pode ser explicada considerando-se alguns aspectos.

Dentre eles destaca-se: a ausência de uma política tecnológica para o setor agrícola que considerasse a diversidade agroecológica e os diferentes tipos de produtores rurais; e pela adoção das inovações tecnológicas de interesse restrito dos médios e grandes produtores. Essas inovações ocorreram para ampliar a produção e a produtividade, sem onerar os custos dos produtos, o que traria, como consequência, tanto os ganhos de escala como o crédito subsidiado para aquisição de insumos químicos industriais.

Entretanto, para a pequena propriedade rural, as técnicas incentivadas não eram apropriadas, em virtude da pouca disponibilidade de terras e de capital. Estes constituíam-se em obstáculos para ganhos de escala, além dos empecilhos burocráticos para o acesso ao crédito rural.

Fleischfresser (1988) observou que houve uma série de transformações importantes, a partir da década de 1970, no Estado do Paraná.

As transformações caracterizaram-se pela expressiva expansão produtiva, condicionada não somente através da incorporação de terras ao processo produtivo, mas também por assimilação de inovações tecnológicas e diversificação de produtos, ampliados e intensificados ao longo da década de 1980.

Moro (2000), por sua vez, utilizando como indicadores da modernização agrícola no Estado, a mecanização e o uso de insumos químicos, concluiu que as inovações foram assimiladas por parte

significativa dos produtores rurais paranaenses, com exceção dos localizados na região do Paraná Antigo, em que o ritmo foi menos acentuado.

Portanto, as transformações, na base técnica de produção da agricultura paranaense, modificaram, profundamente, a organização rural e implicaram em conseqüências sociais importantes.

O primeiro aspecto desse processo foi a alteração na estrutura fundiária. Graziano da Silva (1982, p.112) destaca que

[...] a evolução recente da estrutura agrária do Paraná é ilustrativa de dois grandes movimentos sucessivos e contrários: a multiplicação de pequenos produtores com formas precárias de acesso à terra (parceiros, arrendatários e posseiros) na década de 1960 e sua rápida redução na primeira metade da década de 1970. O resultado final, permeado por um crescente número de violentos conflitos, se traduziu na crescente concentração da terra e, conseqüentemente, da renda gerada no setor agrícola paranaense.

Os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3 foram retirados e adaptados do trabalho de Moro (2000), tendo sido atualizados com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, o que possibilitou analisar a evolução de alguns indicadores referentes ao processo de modernização agrícola ocorrido no Estado do Paraná, no período compreendido entre 1970 e 1995/96.

**Tabela 2 – Indicadores da Modernização Agrícola no Estado do Paraná, de 1970 a 1995/96**

INDICADORES	1970	1980	1985	1995/96	Percentual de incremento	
					1970 - 80	1985 - 95/96
Arados – tração mecânica	18.883	90.526	97.570	----	379,4	----
Consumo de energia elétrica – mil kw	34.286	50.402	396.996	258.596	47,0	(-)34,8
Uso de agrotóxicos e fertilizantes (ton.)	89.828	555.772	588.411	568.781	114,7	(-)3,3
Tratores	18.619	81.620	100.919	121.827	338,3	20,7

Fontes: Adap. Moro (2000, p.31).

Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1985 e 1995/96).

Moro (2000) ao analisar os indicadores que concorrem para afetar o nível da oferta de empregos no campo, entre 1970 e 1980,



destaca: o número de arados de tração mecânica (incremento de 379,4%); e, o número de tratores (incremento de 338,3%).

Com relação ao consumo de energia elétrica e o uso de fertilizantes e agrotóxicos, no mesmo período, observa-se também um aumento de 47,0% e 114,7%, respectivamente.

Deve-se mencionar ainda que o processo de modernização da agricultura paranaense não ocorreu de forma homogênea, tanto no tempo como no espaço, segundo as Mesorregiões Geográficas do Estado.

De maneira geral, a modernização agrícola trouxe efeitos demográficos durante a década de 1970, expropriando, com maior intensidade, os trabalhadores rurais, obrigando-os a migrarem para as cidades.

Analisando o período compreendido entre 1985 e 1995/96, observa-se incremento apenas no número de tratores (20,7%); enquanto que os dados de consumo de energia elétrica e estabelecimentos com uso de fertilizantes e agrotóxicos, tiveram uma queda no consumo (3,3% e 34,8%, respectivamente).

Em relação à redução no uso de fertilizantes e agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários, segundo informações prestadas pelo técnico agrícola da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - o Sr. R., pode-se afirmar que esta foi o reflexo das mudanças de ordem econômica e monetária que o Brasil enfrentou com a "dolarização" da economia e com a implantação do Plano Real (1994). Em 1995 foi o ano com menor volume de crédito rural no Brasil.

A Tabela 3 nos permite ter uma visão da evolução da área cultivada, do número de tratores e da relação hectares/trator na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, em relação ao Estado do Paraná, no período compreendido entre 1970 e 1995/96.

**Tabela 3 - Área cultivada e número de tratores na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e Estado do Paraná – 1970-1995/96**

	Área ( em mil ha)				Nº de Tratores (em mil)				Hectares / trator			
	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/9	1970	1980	1985	1995/9
								6				6
Norte Pioneiro Paranaense	1.290,5	1.420,7	1.438,1	1.365,5	4,7	10,4	12,2	13,0	271	136	117	105
Estado do Paraná	14.625,5	16.380,3	16.713,5	15.946,6	18,6	81,6	100,9	121,8	785	200	165	130

Fonte: Adap. Moro (2000, p.32).

Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1985 e 1995/96).

Verifica-se com a Tabela 3 que os dados apresentados nos Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96 indicam que tanto na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro como no Estado do Paraná, a ampliação da área foi comparativamente menor do que a evolução do número de tratores.

A incorporação de tratores no processo produtivo foi impulsionado pelo acesso ao crédito rural, altamente subsidiado pelo governo federal, que facilitou sua aquisição no mercado nacional.

A partir da década de 1980, como parte da política oficial de controle da inflação, o crédito rural foi restringido, principalmente, para a aquisição de novos equipamentos, como destacado por Zanela; Winkel e Carneiro (1988).

A área cultivada na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense passou de 1.290,5 mil hectares, em 1970, para 1.438,1 mil hectares, em 1995/96. No Estado do Paraná, cresceu de 14.624,5 para 16.713,5 mil hectares, no mesmo período.

O número de tratores na Mesorregião passou de 4,7 mil tratores para 12,2 mil unidades, no período compreendido entre 1970 e 1995/96; enquanto que no Estado do Paraná passou de 18,6 mil tratores para 100,9 mil unidades, no referido período.

Os dados apresentados na Tabela 3, referentes ao período entre 1985 e 1995/96, revelam que houve redução nas áreas cultivadas tanto na Mesorregião como no Estado, porém se manteve o crescimento do

número de tratores em ambas, o que reduziu a média de hectares por maquinário.

Moro (2000) enfatiza que o aumento do número de tratores e a redução da área média cultivada por trator levaram, diretamente, à diminuição do número de empregos no campo.

Portanto, para este autor, a migração campo-cidade se intensificou e, na década de 1970, com a substituição da cafeicultura pelas lavouras associadas de soja/trigo e pelas pastagens, reduziram os empregos disponíveis no campo, liberando um grande contingente de trabalhadores rurais na Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense.

De acordo com Raggio (1985), estes trabalhadores quando não emigraram para as fronteiras agrícolas na região Centro-Oeste ou Norte do país (em especial para os Estados de Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais e até outro país -Paraguai - lugares estes em que a terra agrícola possuía baixo custo); buscaram, nos centros urbanos regionais, um novo tipo de ocupação, levando à grande expansão das cidades.

As conseqüências desse processo, caracterizado pela utilização intensiva de capital, logo surgiram. Entre elas houve a redução da renda dos trabalhadores da agricultura, tanto dos pequenos proprietários como dos assalariados rurais; como também ocorreram importantes mudanças nas relações produtivas no campo<sup>27</sup>

O Estado também continuou expulsando, indiretamente, parte da população rural, devido ao processo de concentração fundiária, desta vez assumindo novas feições.

---

<sup>27</sup> Laurenti (1998, p. 471) ressaltou que o “[...] crescente aumento da integração entre unidades agrícolas, expressa no compartilhamento mercantil do uso da maquinaria agrícola, e entre unidades agrícolas e empresas de serviços motomecanizados, com resultante transformação dos trabalhos agrários em serviços e concomitante redução do espaço de manobra dos agricultores no âmbito da produção agrícola”.

O intenso processo de exclusão social, em virtude da concentração da terra e da renda<sup>28</sup>, e o aumento diferenciado da produtividade da terra e do trabalho<sup>29</sup>, nas regiões rurais paranaenses, tiveram grande repercussão sobre a estrutura social no campo.

Houve a imediata penalização dos grupos sociais com menor poder de capitalização e barganha (pequenos proprietários, trabalhadores assalariados, parceiros, sem-terra etc.), mas que, gradativamente, buscaram seus direitos através de movimentos reivindicatórios<sup>30</sup>.

O processo de modernização da agricultura produziu mecanismos que alteraram os componentes socioeconômicos e organizaram a estrutura agrária regional.

Os maiores impactos foram em relação à utilização das terras, estrutura fundiária, condição do produtor e situação rural-urbana da população, como esclarece Moro (2000).

A evolução espaço-temporal dos indicadores da modernização agrícola relaciona-se à dinâmica da utilização das terras e do uso do solo, que passaram por transformações significativas, como pode se observar na Tabela 4.

**Tabela 4 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e no Estado do Paraná, em mil hectares - 1970 - 1995/96**

	LAVOURAS PERMANENTES				LAVOURAS TEMPORÁRIAS				PASTAGENS			
	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/96
Norte Pioneiro Paranaense	425,7	108,8	78,0	52,7	413,0	496,0	515,4	397,4	455,6	603,5	661,9	751,0
Estado do Paraná	1.566,1	952,3	628,0	311,3	3.412,3	5.132,6	5.434,4	5179,4	4.517,5	5.520,1	5.999,5	8.477,3

Fonte: Adap. Moro (2000, p. 34).

Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1985 e 1995/96).

No período entre 1970 e 1995/96, no Norte Pioneiro Paranaense, as lavouras permanentes foram reduzidas de 425,7 mil ha para 52,7 mil ha, representando uma queda de 87,6%. Um dos principais fatores responsáveis por essa redução foi a crise na cafeicultura.

<sup>28</sup> Del Grossi (1989) estudando o Estado do Paraná constatou que a modernização da agricultura neste foi acompanhada por aumento na desigualdade em termos de distribuição de renda.

<sup>29</sup> Sobre este aspecto ver o trabalho de Guerreiro (1995).

<sup>30</sup> A respeito desse assunto, ver o estudo de Rolim (1985).

Nesse mesmo período, no Norte Pioneiro Paranaense, as culturas temporárias, que em 1970 eram de 413 mil ha, se expandiram até 1985, em especial devido à soja/trigo.

Em 1995/96 houve redução para 397,4 mil ha em virtude dos problemas enfrentados pela agricultura, com a dolarização da economia (Plano Real), que refletiu diretamente no preço das *commodities*.

Paralelo a esta situação, observa-se o crescimento das áreas destinadas às pastagens, que passaram de 455,6 mil ha para 751 mil ha, representando um acréscimo de 64,8% da área ocupada.

Moro (2000) ao analisar o período compreendido entre 1970-1995/96 observou que a cultura cafeeira, que poderia ter gerado muitos empregos no campo, em nada contribuiu para a absorção de trabalhadores, pois sua área foi muito reduzida.

As áreas cultivadas com soja e trigo foram ampliadas, no período de 1970 a 1985, na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, como se pode constatar na Tabela 5. Isso ocorreu devido à disponibilidade de crédito rural para a aquisição de máquinas e equipamentos para essas culturas.

**Tabela 5 – Área cultivada com as principais culturas na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro 1970-1995/96**

Lavouras	1970		1980		1985		1995/96	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Algodão	33.583	4,5	44.358	4,6	63.234	6,1	14.800	1,20
Cana-de-açúcar	11.357	1,5	25.574	2,7	32.814	3,1	46.718	3,79
Milho	135.732	18,3	65.874	6,9	55.822	5,4	125.352	10,16
Soja	10.417	1,4	97.973	10,2	97.109	9,3	188.013	15,24
Café	78.517	10,6	39.159	4,1	33.153	3,2	27.763	2,25
Pastagem	455.649	61,4	603.598	63,0	661.970	63,4	751.025	60,89
Trigo	16.717	2,3	80.892	8,4	99.213	9,5	79.764	6,47
TOTAL	741.972	100,0	957.428	100,0	1.043.315	100,0	1.233.435	100,00

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1985 e 1995/96).

A soja teve sua área de cultivo ampliada no período entre 1970 e 1995/96, diferentemente da cultura de trigo, que sofreu uma ligeira queda na sua área cultivada, entre 1985 e 1995/96, em virtude da falta de apoio governamental a essa lavoura e a importação do produto *in natura* da Argentina.

O algodão, no período de 1970 a 1985, apresentou grande expansão na área cultivada, que passou de 33.583 ha para 63.234 ha. No entanto, entre 1985 e 1995, houve significativa redução dessa área devido aos seguintes fatos, como destacam Alves e Barros (2007):

- a expansão da praga do bicudo do algodoeiro, o "*Anthonomus grandis*", dizimando várias plantações na Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense;
- a abertura do mercado nacional durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), quando a cotonicultura perdeu competitividade diante da entrada de tecidos subsidiados de outros países produtores, passando o Brasil da condição de exportador para a de importador de algodão; e,
- a expansão em bases tecnológicas modernas da produção de algodão nos estados do Centro-Oeste.

A área cultivada com o milho apresentou redução no período entre 1970 e 1985, voltando a se ampliar a partir de 1995/96, em virtude do crescimento da atividade avícola e da criação de suínos, na região.

Em relação ao café, a área, entre 1970 e 1995/96, sofreu nítida redução. Em substituição às áreas ocupadas com os cafezais, implantou-se a pecuária, ampliando ainda mais as áreas destinadas às pastagens, que cresceu de 455.649 ha para 751.025 ha, no período de 1970 a 1995/96.

A cultura da cana-de-açúcar apresentou crescimento da área cultivada, que passou de 11.357 ha, em 1970, para 46.718 ha, em 1995/96.

O crescimento da área cultivada com a cana-de-açúcar, na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, ocorreu, segundo publicação do IPARDES (2004), devido ao fato desta tornar-se um importante pólo sucroalcooleiro, a partir da década de 1970.

Este pólo reuniu o segundo maior aglomerado de usinas de açúcar e álcool do Estado do Paraná, com 6 empresas: Usina Jacarezinho e Dacalda, ambas instaladas em Jacarezinho; Destilaria de Álcool

Ibaiti, em Ibaiti; Casquel, em Cambará; Usina Bandeirantes, em Bandeirantes; e, a Destilaria Americana, em Nova América da Colina.

Shikida e Bacha (1999, p. 92) observam que no Estado do Paraná, os produtores de cana-de-açúcar, localizados sobremaneira em áreas mais dinâmicas (Região Norte, sobretudo), vêm sendo:

[...] incentivados a desenvolverem sempre novas experiências com a cana, na busca de maior lucratividade e de rendimentos crescentes na produção, mesmo quando o cultivo se processa em áreas pequenas.

A implementação do Proálcool dinamizou o setor sucroalcooleiro, tendo em vista que este programa está vinculado à resolução de dois problemas econômicos: a crise energética do modelo de desenvolvimento brasileiro, causada pela elevação dos preços do petróleo em 1973; e, a crise conjuntural apresentada pelo segmento produtor de açúcar (sobretudo os usineiros), devido à forte queda do preço do produto no mercado internacional.

Desde o início, este programa foi direcionado para o beneficiar usineiros que dispunham de poder político e de uma organização capaz de colocar o aparato do Estado funcionando de acordo com seus interesses, os quais direcionam recursos para o setor<sup>31</sup>.

Tendo em vista o processo de modernização da agricultura paranaense, deve-se destacar, como uma de suas conseqüências, a concentração da posse da terra, especialmente entre 1970 e 1995/96.

Para ter noção desse processo, basta observar que no Estado e na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, neste período, deixaram de existir 150,6 mil e 18,7 mil estabelecimentos agropecuários, respectivamente (Tabela 6).

**Tabela 6 - Número e dimensão média dos estabelecimentos agropecuários na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro e no Estado do Paraná**

	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS (em mil)				DIMENSÃO MÉDIA (HA)				POPULAÇÃO RURAL (em mil)			
	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1991	2000
Norte Pioneiro Paranaense	52,1	40,6	40,1	33,4	24,7	34,9	35,5	40,9	469,0	300,5	198,3	136,4
Estado do Paraná	554,4	454,1	466,6	403,8	26,3	36,0	35,8	39,5	4.413,2	3.142,0	2.220,1	1.776,7

Fontes: Adap. Moro (2000, p. 37). Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1985 e 1995/96). Censos Demográficos do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1991 e 2000).

<sup>31</sup> Ver também a tese de doutoramento de Thomas Jr. (1996).

Moro (2000) enfatiza que durante a década de 1970, o tamanho médio por estabelecimento, tanto no Estado como na Mesorregião, aumentou de forma expressiva.

No Estado do Paraná, o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários, na década de 1970, era de 26,3 ha, aumentando para 39,5 ha, em 1995/96. Na Mesorregião, o tamanho médio era de 24,7 ha, em 1970; e, em 1995/96, atingiu 40,9 ha.

Portanto, da mesma forma que houve um aumento do tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários no estado, esta ampliação também ocorreu na Mesorregião.

O processo de ampliação do tamanho dos estabelecimentos agropecuários; a substituição das culturas; e a mecanização agrícola, reduziram o nível de emprego no campo, liberando numeroso contingente de trabalhadores rurais.

A redução da população rural, como pode ser verificado na Tabela 6, entre 1970 e 2000, na Mesorregião, foi de 332,6 mil e, no estado, foi de 2.636,5 mil pessoas.

A análise da evolução fundiária no Estado do Paraná e na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, de acordo com a estratificação por área dos estabelecimentos agropecuários, demonstra uma forte concentração da posse da terra em virtude da redução dos pequenos (com menos de 100 ha) e a ampliação dos médios (de 100 a menos de 1.000 ha).

Já os grandes estabelecimentos agropecuários (com mais de 1.000 ha), apresentaram aumento até os dados do Censo Agropecuário de 1980, (146 estabelecimentos), reduzindo para 140 e 117, nos Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96, respectivamente, como pode ser verificado na Tabela 7.

**Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e no Estado do Paraná, por grupo de área - 1970-1995/96**

	- de 100 ha				de 100 a menos de 1000 ha				+ de 1000 ha			
	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/96
				6				6				6
Norte Pioneiro Paranaense	50.263	38.292	37.984	28.062	1.734	2.152	2.330	2.508	102	146	140	117
Estado do Paraná	536.208	430.053	441.262	342.925	17.158	22.349	23.371	25.432	1.087	1.538	1.548	1.450

Fonte: Adap. Moro (2000, p. 39). Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE ( 1970, 1980, 1985 e 1995/96).



Na Tabela 8 pode-se observar que entre o ano de 1970 e 1995/96, tanto o Norte Pioneiro como o estado tiveram decréscimo em termos de área de pequenos estabelecimentos agropecuários (com menos de 100 ha) passando de 657,3 mil ha e 7.672,3 mil ha, em 1970, para 511,0 mil ha e 6.198,0 mil ha em 1995/96, respectivamente.

Houve ainda o aumento na área dos médios estabelecimentos agropecuários, entre os anos de 1970-1995/96; enquanto que os grandes (com mais de 1.000 ha), no estado e na Mesorregião, apresentaram, a partir de 1985, redução no número e na área, em virtude da ocorrência de desmembramentos.

**Tabela 8 - Área dos estabelecimentos agropecuários na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro e Estado do Paraná, por grupo de área - 1970 - 1995/96**

	- de 100 ha (em mil)				de 100 a menos de 1000 ha (em mil)				+ de 1000 ha (em mil)			
	1970	1980	1985	1995/9 6	1970	1980	1985	1995/9 6	1970	1980	1985	1995/9 6
<b>Norte Pioneiro Paranaense</b>	657,3	581,3	596,7	511,0	445,6	565,9	599,5	654,6	187,5	273,4	241,7	119,8
<b>Estado do Paraná</b>	7.672,3	7.176,6	6.973,1	6.198,0	4.220,7	5.679,6	6.017,6	6.550,6	2.715,5	3.743,2	3.704,8	3.197,9

Fonte: Adap. Moro (2000, p. 40).

Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE ( 1970, 1980, 1985 e 1995/96).

Para Moro (2000), a condição do produtor é um outro aspecto do processo de modernização da agricultura que contribui para a avaliação do tamanho do estabelecimento e concentração da posse da terra.

Mesmo considerando as especificidades regionais do processo de organização da produção agrícola, as Tabelas 9 e 10 permitem uma clareza sobre a concentração da posse da terra.

Na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, o número de estabelecimentos agropecuários que estavam nas mãos de proprietários, em 1970, era de 24,5 mil; reduzindo, em 1995/96, para 21,6 mil estabelecimentos. No Estado do Paraná, esta redução foi de

312,7 mil, em 1970, para 282,1 mil estabelecimentos agropecuários, em 1995/96.

Com relação ao número de arrendatários e parceiros, houve oscilações no período analisado. Todavia, ao considerar o período compreendido entre 1970 e 1995/96, tanto na Mesorregião como no Estado do Paraná, os arrendatários, em 1970, eram responsáveis por 10,1 mil e 67,7 mil estabelecimentos, reduzindo-se para 3 mil e 26,9 mil, em 1995/96, respectivamente.

Já os parceiros, no período compreendido entre 1970 e 1995/96, tanto na Mesorregião como no Estado do Paraná, em 1970, eram responsáveis por 13,3 mil e 122,9 mil estabelecimentos, reduzindo-se para 3 mil e 28,1 mil, em 1995/96, respectivamente.

Os dados sistematizados sobre os ocupantes nos Censos Agropecuários, entre 1970 e 1995/96 demonstram que na Mesorregião e no Estado houve redução de 4 mil e 50 mil estabelecimentos agropecuários, em 1970 para 2,9 mil e 32,6 mil, em 1995/96, respectivamente.

**Tabela 9 - Condição do Produtor, segundo o número de estabelecimentos na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e no Estado do Paraná (em mil) – 1970 – 1995/96**

	PROPRIETÁRIO				ARRENDATÁRIO				PARCEIRO				OCUPANTE			
	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/96	1970	1980	1985	1995/96
Norte Pioneiro Paranaense	24,5	22,0	21,8	21,6	10,1	5,7	7,0	3,0	13,3	8,9	35,8	3,0	4,0	3,8	10,4	2,9
Estado do Paraná	312,7	305,7	302,5	282,1	67,7	43,3	48,1	26,9	122,9	63,0	96,7	28,1	50,0	41,6	52,6	32,6

Fonte: Adap. Moro (2000, p. 42).

Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1985 e 1995/96).

Na Tabela 10 pode-se verificar que a área ocupada pelos estabelecimentos dos proprietários era de 1.050,2 mil ha, em 1970, aumentando, em 1995/96, para 1.200,7 mil ha na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense. Com relação ao Estado do Paraná, esses números atingiram 12.161,2 mil ha e 14.279,3 mil ha, para 1970 e 1995/96, respectivamente.

Quanto aos arrendatários, houve na Mesorregião, redução na área ocupada, pelos mesmos, no período compreendido entre 1970 e 1995/96, de 98,8 mil ha para 92,3 mil ha.

No panorama estadual, nesse mesmo período de análise, os arrendatários aumentaram a área ocupada em 154,9 mil ha; em 1970 esta era de 644,4 mil ha e, em 1995/96, se expandiu para 799,3 mil ha.

O número de parceiros teve uma queda significativa na área, passando de 102,5 mil ha para 31,8 mil ha, na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense. O mesmo ocorreu em nível estadual (de 940,4 mil ha, em 1970, para 399,3 mil ha, em 1995/96).

Esta redução no número de parceiros é reflexo das mudanças causadas pela implementação da legislação trabalhista (Estatuto do Trabalhador Rural de 1963); pela modernização das técnicas produtivas; e, pelo aumento da área destinada às pastagens.

A área dos estabelecimentos explorada pelos ocupantes na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro apresentou aumento, passando de 39,1 mil ha, em 1970, para 40,6 mil ha, em 1995/96.

Tal ampliação se deu em virtude das desapropriações de terras (de propriedades rurais maiores de 1.000 ha) realizadas pelo governo do Estado, na década de 1990, motivadas pela organização e pressão de movimentos sociais na Mesorregião.

No mesmo período (1970 e 1995/96), para o Estado do Paraná, os ocupantes detinham 750,3 mil ha, reduzindo esta área para 468,5 mil ha - em 1995/96, representando redução de 281,8 mil ha em termos de área ocupada, como pode ser verificado na Tabela 10.

**Tabela 10 - Condição do Produtor, segundo a área dos estabelecimentos agropecuários, na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense e no Estado do Paraná entre 1970 e 1995/96, em mil ha**

	PROPRIETÁRIO				ARRENDATÁRIO				PARCEIRO				OCUPANTE			
	1970	1980	1985	1995/ 96	1970	1980	1985	1995/ 96	1970	1980	1985	1995/ 96	1970	1980	1985	1995/ 96
Norte Pioneiro Paranaense	1050,2	1224,0	1225,1	1200,7	98,8	85,2	71,6	92,3	102,5	77,3	76,1	31,8	39,1	34,3	36,0	40,6
Estado do Paraná	12161,2	12659,8	14571,0	14279,3	644,4	702,8	876,4	799,3	940,4	646,1	739,5	399,3	750,3	452,4	481,2	468,5

Fontes: Adap. Moro (2000, p. 43).

Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1985 e 1995/96).

Com relação aos parceiros verifica-se a redução tanto em termos de número como da área dos estabelecimentos sob essa condição na

Mesorregião e no Estado do Paraná; refletindo a decadência do período cafeeiro em que a parceria era uma prática comum.

Deve-se relembrar que a Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro do Paraná, durante as décadas de 1940 e 1950, foi a região mais importante no cultivo de café do estado.

Porém, a partir de meados de 1950, a cafeicultura regional entrou, progressivamente, em crise, devido a inúmeros fatores, destacando-se entre eles a ocorrência de geadas.

Moro (2000) salienta ainda que, quando a lavoura cafeeira foi substituída pelas pastagens e pela cana-de-açúcar, este processo favoreceu o aumento do desemprego no campo e a mobilidade espacial da população, através da expropriação do trabalhador rural.

Portanto, estavam criadas as condições favoráveis ao processo de modernização agrícola e, também, para a formação de um grupo de trabalhadores rurais 'sem terra', junto com os assalariados e os 'bóias-frias', muito comuns no espaço rural do norte-paranaense.

Até o início da década de 1970, a população rural superava o contingente urbano, sua história econômica fundamentava-se nos ciclos econômicos da mineração, do tropeirismo, da erva-mate, da madeira e, por último, do café.

Assim, entre o período de 1970 e 1990, o norte do Paraná passou de uma situação, em que a maioria da população era rural, para outra, na qual a residência urbana é predominante, como pode ser verificado na Tabela 11.

**Tabela 11 - Evolução da população Rural e Urbana na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro e Estado do Paraná – 1970 a 2000 (em mil)**

	RURAL				URBANA				% SOBRE O TOTAL							
									RURAL				URBANA			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Norte Pioneiro Paranaense	496,0	300,5	198,3	136,4	208,1	271,1	356,2	411,6	70,4	52,6	35,8	24,9	29,6	47,4	64,2	75,1
Estado do Paraná	4.440,2	3.142,6	2.220,1	1.776,7	2.503,2	4.458,4	6.239,3	7.781,6	63,9	41,3	26,2	18,5	36,1	58,7	73,8	81,5

Fonte: Adap. Moro (2000, p. 53).

Censos Demográficos do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1991 e 2000).

A redução intensa da população rural atingiu áreas em que esta era mais densa, sobretudo as antigas zonas cafeeiras, provocando decréscimo em escala regional e estadual.

Moro (2000) destaca que a concretização do processo de modernização da agricultura no Estado do Paraná ocasionou mudanças nos aspectos socioeconômicos do espaço rural e também na distribuição espacial da população.

Esta população, que vivia no campo, dirigiu-se a outros estados da Federação, em particular para as fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte e à Região Metropolitana de São Paulo.

Houve ainda o deslocamento para cidades do Estado do Paraná que se constituem em pólos regionais (Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, entre outras).

Neste caso, por possuírem tradição agrícola, os trabalhadores rurais que permaneceram tornaram-se 'bóias-frias', com ocupações temporárias e ocasionais, mesmo morando na periferia das cidades.

Existiu também um grupo que se deslocou para as terras próximas ao rio Paraná, para o Paraguai, constituindo-se os chamados 'brasiguaios'.

Em publicação do IPARDES (2004) destaca-se que o reordenamento fundiário, enquanto processo socioeconômico associado à evolução das condições produtivas, principalmente a mecanização; o aumento da escala de produção de *commodities*; e, a incapacidade dos

pequenos produtores de se adaptarem a essas condições, dificultaram sua inserção no mercado.

Rolim (1985) esclarece que a soja, sendo o principal elemento que conduziu às transformações qualitativas no setor agrícola paranaense, sofreu um arrefecimento nos anos de 1980, entrando num processo de estabilização.

Mesmo que se pudesse verificar o processo de consolidação do modelo agrícola estabelecido nos anos 1970, baseado nos complexos agroindustriais, e nos produtores rurais capitalizados e/ou integrados às agroindústrias frente às demandas do mercado, "[...] o fato é que ao longo da década de 1980 o Estado do Paraná perdeu posição na produção brasileira na maioria de seus produtos." (ROLIM, 1985, p.65).

Para Magalhães Filho (1996), a produção agrícola prosseguiu, em seu processo de transformação quantitativa, permitindo um incremento da produtividade da terra e do trabalho.

Essa transformação levou à homogeneização das lavouras (monoculturas) e das técnicas de produção, com intenso uso de máquinas para atender à demanda esperada pelo mercado internacional.

Esta agricultura capitalizada provocou também inúmeros problemas ambientais: erosão de solos; retirada da mata ciliar; e, assoreamento de cursos hídricos, como mencionam Pinheiro e Pereira (2004).

Assim, para amenizar tais problemas, surgiram parcerias entre o poder público, as associações de agricultores e as universidades. Também houve o financiamento, por meio de empréstimos externos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), visando à conservação e ao manejo dos solos nas microbacias hidrográficas.

Acrescenta-se, ainda, o programa de eletrificação rural, que atingiu, aproximadamente, metade do número de estabelecimentos rurais, permitindo o avanço das agroindústrias nas atividades interligadas aos setores, como: os lácteos; as carnes de aves e suínos; a fiação de algodão; a indústria do couro; a produção de fio de seda; de maçãs e uvas; a industrialização da mandioca; dentre outros, como menciona Magalhães Filho (1996).

Segundo Tsukamoto (2000), no bojo dessas transformações, a agricultura paranaense, especialmente na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro, passou por grandes mudanças.

Nesse contexto, o capital industrial passou a transformar a matéria-prima, produzida no campo, por intermédio das agroindústrias, as quais contribuíram para o reordenamento do espaço paranaense.

A partir da década de 1970, ocorreu a implantação e atuação das agroindústrias sucroalcooleiras, de transformação da soja, do café, do algodão, entre outras. Além das indústrias de transformação de matéria-prima de origem animal, como da avicultura de corte, da sericicultura, da pecuária leiteira, “[...] inserindo-se aqui, o pequeno produtor familiar, regido pelo sistema de ‘integração’ ou parceria agrícola [...]” (TSUKAMOTO, 2000, p. 130).

Deste modo, observadas as características do espaço agrário paranaense e da Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, constatou-se que a concentração de terras, ocasionada pela crise cafeeira, provocou o deslocamento dos trabalhadores rurais para as áreas urbanas e fronteiras agrícolas.

As terras passaram a ser ocupadas com culturas de exportação e/ou para atender às demandas das agroindústrias sucroalcooleiras, avicultura integrada, produtos lácteos e a sericicultura.

Para a manutenção das pequenas propriedades rurais que permaneceram, apesar da crise, a vinculação às agroindústrias possibilitou a manutenção de sua produtividade, por meio do sistema de integração; comercializando a produção baseada no trabalho agrícola familiar.

Tais aspectos serão tratados no capítulo seguinte, quando enfocar-se-á o histórico, a estrutura fundiária, o uso das terras, a vinculação com as agroindústrias, a tecnificação agrícola e o pessoal ocupado na Microrregião Geográfica de Jacarezinho<sup>32</sup> e do seu município-sede - Jacarezinho.

---

<sup>32</sup> A divisão do Estado do Paraná em Microrregiões tem como base a classificação do IBGE.

2

A ESTRUTURA AGRÁRIA E A EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NA MICRORREGIÃO  
E NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO



Este capítulo pretende analisar a estruturação do espaço agrário na Microrregião Geográfica de Jacarezinho e no município de Jacarezinho, por meio do levantamento da formação histórica, econômica e sócio-espacial.

Para isto realizou-se: a) levantamento bibliográfico sobre a história municipal e regional; b) coleta e sistematização de dados dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1970 a 1995/96, dos Censos Demográficos de 1970 a 2000, da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) de 2000 e 2004; e, c) entrevistas com os produtores rurais e representantes de agroindústrias presentes no município de Jacarezinho.

Ao longo desse capítulo foram focalizados aspectos relativos ao espaço agrário, tais como: estrutura fundiária; condição do produtor; utilização das terras e sua evolução.

Os indicadores que possibilitaram perceber o grau de tecnificação das propriedades foram o uso de máquinas; os insumos; os aparelhos de irrigação; a assistência técnica e o crédito rural.

Também foi observado o pessoal ocupado por categoria e gênero, o que possibilitou a obtenção de um panorama geral da Microrregião e do município de Jacarezinho no período estudado (1970 a 2006).

## **2.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SÓCIO-ESPACIAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JACAREZINHO E DO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO**

Os municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Jacarezinho, delimitada pelo IBGE (1989), são: Barra do Jacaré, Cambará, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Ribeirão Claro e Santo Antônio da Platina. A área total dos municípios que compõem a Microrregião equivale a 2.761 km<sup>2</sup>, com uma população total de 119.593 habitantes em 2000, resultando numa densidade demográfica de 43,31 habitantes por quilômetro quadrado.

Com as Figuras 5 e 6 pode-se visualizar a Microrregião Geográfica de Jacarezinho e o seu município-sede (Jacarezinho).

**FIGURA 5 - DIVISÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JACAREZINHO**

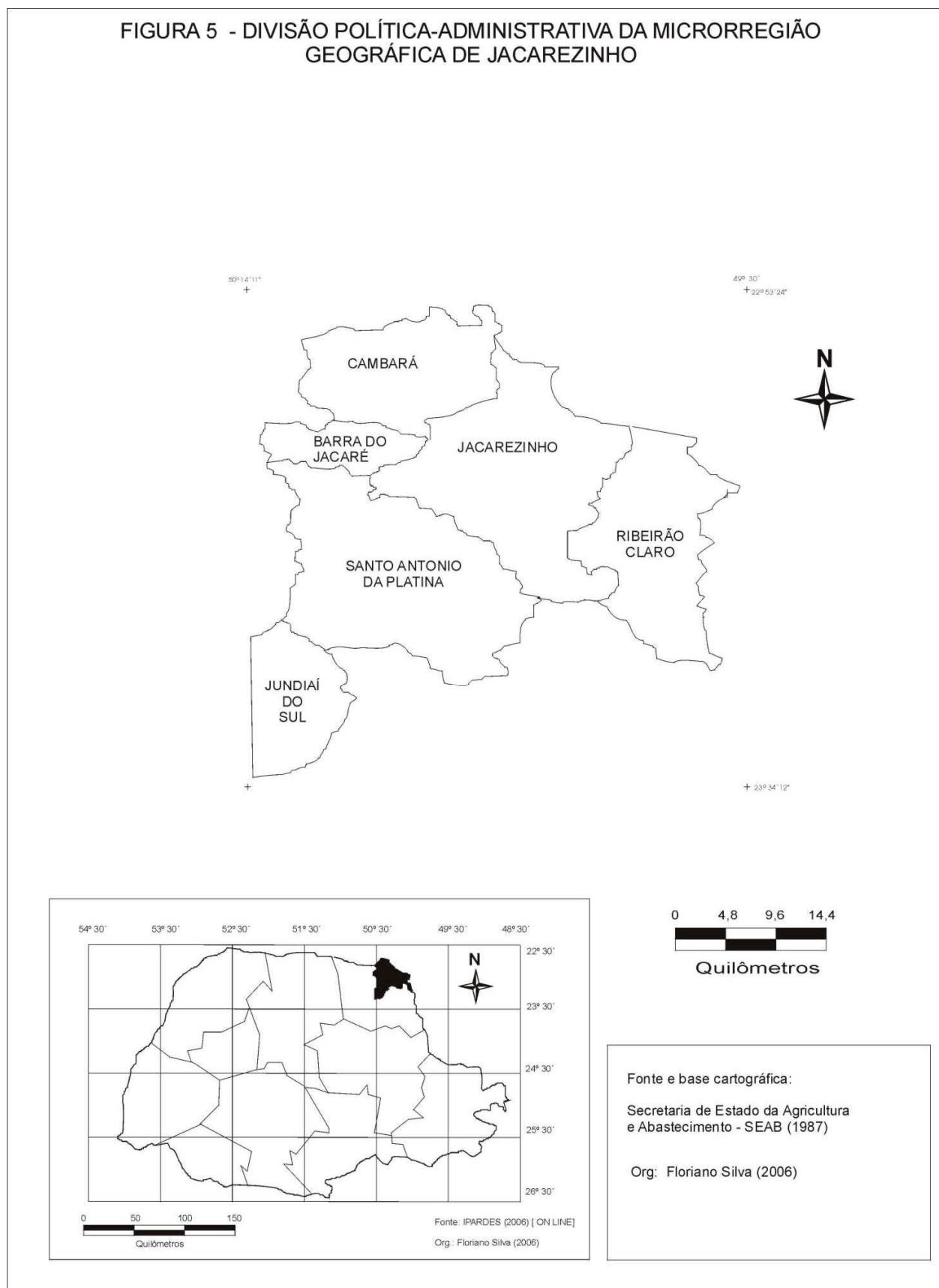
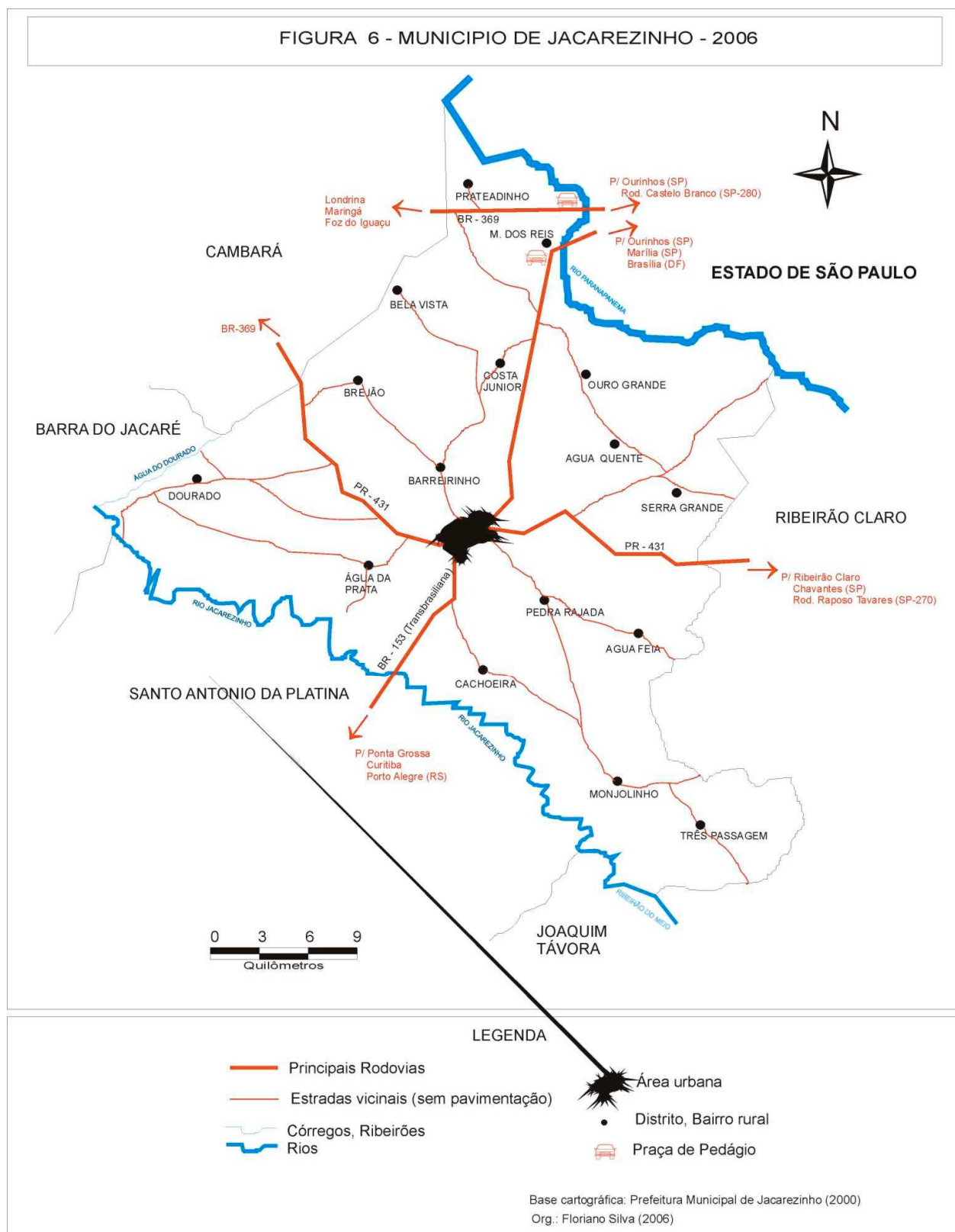


FIGURA 6 - MUNICÍPIO DE JACAREZINHO - 2006



Este município limita-se ao norte com os municípios de Cambará (PR) e Ourinhos (SP), ao sul com Santo Antônio da Platina e Joaquim Távora, a oeste com Barra do Jacaré e a leste com Ribeirão Claro.

De acordo com Selonk (1997), as regiões em que primeiro se cultivaram cafeeiros na Microrregião Geográfica de Jacarezinho tiveram o processo de povoamento iniciado a partir do século XIX, sendo realizado pela iniciativa de particulares.

No início do século XX, a penetração processou-se com mais intensidade e de forma mais regular. Nesse processo incluiu-se o município de Jacarezinho, localizado no extremo nordeste do estado, junto à divisa com o Estado de São Paulo, com quem manteve estreitas ligações e herdou sua experiência cafeeira.

Ali, o comércio se fazia com as vilas de Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju até 1894, por picadões para tropas cargueiras até os portos improvisados na margem esquerda do rio Paranapanema. Os animais transpunham o rio a nado e as cargas eram atravessadas em canoas. Com a construção de uma balsa ligando Ourinhos ao Paraná o comércio passou a ser feito com outras localidades paulistas, entre elas a Estação de Cerqueira César da Estrada de Ferro Sorocabana. (SELONK, 1997, p.15)

As primeiras tentativas de ocupação da área do atual município de Jacarezinho de que se têm notícia datam do século XIX, sendo um dos primeiros pólos de crescimento agrícola do estado, devido à presença de paulistas e mineiros.

Foi grande o fluxo de migrantes mineiros e de outros estados para esta localidade, devido ao baixo preço das terras e à sua fertilidade, próprias à agricultura, iniciando-se a migração para a Microrregião e, principalmente, para o atual município de Jacarezinho.

Nesse período inicial cultivavam arroz, feijão, mandioca, batata e algodão e criavam porcos no sistema de safras<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> O sistema de safras designa primeiro a queimada, seguida do plantio de milho, batata-doce e abóbora, sendo que quando essas lavouras estavam prontas para a colheita, os porcos eram soltos em meio às roças até atingirem tamanho e peso ideal para a comercialização.

O café, que nas últimas décadas do século XIX teve sua produção fortemente ampliada no Estado de São Paulo, só tornou-se lavoura efetiva em Jacarezinho após a primeira década do século XX.

A partir de então, inúmeras propriedades rurais que criavam porcos no sistema de safras foram revendidas a paulistas e transformadas em lavouras de café, num processo de expansão desse produto em direção ao Estado do Paraná, como relata Wachowicz (1987).

Ferreira (2000) menciona que o desbravador do território do atual município de Jacarezinho foi o Sr. Antonio Calixto que chegou no ano de 1886.

O Sr. Calixto derrubou a mata, plantou lavouras e construiu sua casa. Não demorou muito e as famílias de Joaquim Severo Batista e Francisco de Paula Figueiredo seguiram seus passos e fixaram-se na região, sendo este fato considerado por Ferreira (2000), como a 'primeira leva de pioneiros'.

No ano de 1888 foi fundada a Fazenda da Prata pela família Alcântara, de origem mineira, que chegou ao lugar em grande comitiva, compondo a 'segunda leva de pioneiros'. Vieram o médico João Cândido de Souza Fortes e o frei Inácio de Mello e Souza, que rezou a primeira missa e ergueu a primeira capela, em 25 de Dezembro de 1895.

A partir da instalação do grupo que o acompanhou ocorreu a primeira posse, a Água da Prata e, na seqüência, outras foram implantadas, tais como: Água da Estiva, Água de Ourinho, Água do Alambari, Água da Capivara etc., mantendo, conforme indicou Monbeig (1984), a prática em demarcar as terras a partir das aguadas.

O núcleo de Água da Prata, que daria origem ao município de Jacarezinho, recebeu outras denominações antes do nome atual, tais como Ourinhos e Nova Alcântara.

Para Ferreira (2000), a chamada 'terceira leva de pioneiros' de Jacarezinho deu-se nos anos de 1889/1900, quando chegaram as famílias do Dr. Costa Júnior, Júlio Cerqueira César, Manoel Brizola Veado, João Frutuoso de Mello e Balthazar Sodré.

Em 1896 iniciou-se a exportação de café por parte de Francisco de Paula Abreu e Balthazar Sodré e verificou-se o crescimento da criação de suínos.

Para este mesmo autor, a denominação de Jacarezinho foi institucionalizada pela Lei Estadual n. 471, de 03 de Abril de 1903, devido à existência de um rio que demarcava o limite territorial ao sul do município, fazendo divisa com Santo Antônio da Platina (FERREIRA, 2000).

Poder-se-ia chamar de 'quarta leva de pioneiros' o fato de se registrar acentuado crescimento populacional no município a partir de 1910, com a vinda das famílias de Barboza Ferraz e da família Pimenta.

Ao longo de sua história, o município de Jacarezinho sofreu diversos desmembramentos em seu território, resultante da criação de novas unidades municipais, o que efetivamente lhe conduziu a um lugar de destaque na historiografia paranaense, como registrou Ferreira (2000).

O município de Jacarezinho tornou-se importante centro cafeicultor na Microrregião em que o absenteísmo<sup>34</sup> mostrava-se mais intenso. Isto leva a crer na hipótese de que os proprietários residiam em importantes centros urbanos do país e teriam propriedades em várias outras localidades.

Cancian (1981) deixa claro que a produção cafeeira foi a principal responsável por numerosos núcleos urbanos que surgiram rapidamente, pouco distanciados uns dos outros, destacando-se Jacarezinho, Cambará e Andirá.

A partir da década de 1930 observou-se no município de Jacarezinho um verdadeiro "rush" populacional.

Esse fluxo, de acordo com as informações de Cancian (1981), era constituído principalmente por migrantes (paulistas e mineiros) e grupos de imigrantes italianos e espanhóis, com passagem pelas fazendas de café do Estado de São Paulo. Na sua maioria, vinham com a família para trabalhar como colonos nas fazendas que estavam em formação na região<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Neste contexto, a palavra absenteísmo refere-se à ausência dos proprietários de terras para gerenciar os estabelecimentos agropecuários, deixando a cargo de outras pessoas, tais como arrendatários plantadores de café.

<sup>35</sup> O termo região está sendo utilizado com base na divisão da Microrregião Geográfica de Jacarezinho, adotada pelo IBGE.

A opção pelo sistema de colonato<sup>36</sup> foi associada a sua maior adequação à cultura de café, que mantinha permanentemente o trabalhador em contato com a lavoura. Como a colheita era efetuada em três etapas não exigia tanta rapidez, ao contrário de outras lavouras cultivadas atualmente como a soja, o trigo e a cana-de-açúcar.

Os dados apresentados pelo Anuário Estatístico de 1937 ressaltam que havia no município de Jacarezinho um total de 24.560 pessoas residentes.

Entre as décadas de 1940 e 1960 observa-se um grande crescimento demográfico na Microrregião e no município em estudo, principalmente na área rural, em virtude da economia cafeeira que necessitava de muitos trabalhadores.

Em 1960, o município de Jacarezinho apresentou um aumento considerável na sua população urbana (acréscimo de 85,2%) em relação aos dados do Censo Demográfico de 1950, como se pode observar na Tabela 12. Mesmo assim, a população rural ainda era predominante, porém com taxa de crescimento inferior à urbana (acréscimo de 5,8%).

De acordo com Selonk (1997), tal crescimento populacional urbano no município de Jacarezinho se deve à centralidade deste em relação à Microrregião.

Isto ocorre pela implantação, na sede do município, de várias agências bancárias, estabelecimentos comerciais de atacado e varejo, escolas, seminário religioso e a primeira instituição de ensino superior do interior do Estado (prestação de serviços em escala regional), que geravam empregos e atraíam parte da população.

**Tabela 12 – População Rural e Urbana da Microrregião Geográfica e do município de Jacarezinho de 1940 a 1960**

CENSOS	Microrregião			Jacarezinho		
	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL
1940	77.655	19.099	96.754	19.393	5.135	24.528
1950	77.578	22.541	100.119	26.274	8.131	34.405
1960	155.233	41.640	196.873	27.809	15.054	42.863

Fonte: Censos Demográficos do Estado do Paraná, IBGE (1940, 1950 e 1960).

<sup>36</sup> Segundo Cancian (1981) o colonato consistia num regime de trabalho no qual se contratava uma família para cuidar de alguns milhares de pés de café por ano, em troca da moradia e terra para plantio de subsistência.

Na medida em que a fronteira agrícola se movimentava mais a oeste de Jacarezinho, em direção ao Noroeste do Estado, o eixo da cafeicultura também mudava, com o surgimento de novos centros produtores. Dentre eles destacava-se, particularmente, a região denominada de Norte Novo do Paraná, tendo como pólos regionais os municípios de Londrina e Maringá.

Estes aspectos associados às sucessivas crises da cafeicultura provocaram alterações significativas na dinâmica econômica da Microrregião Geográfica de Jacarezinho, onde se situa o município em estudo.

Assim, de acordo com Cancian (1981), ao final dos anos de 1950 e início de 1960, embora a agricultura ainda se configurasse como a principal atividade econômica do município, já se observavam algumas alterações.

A primeira delas foi a venda das grandes propriedades rurais, onde era cultivado o café.

Em segundo lugar, alteravam-se as relações sociais de produção, que passaram do colonato na cultura do café para o assalariamento temporário internamente às propriedades canavieiras.

Na fala de um entrevistado pôde-se constatar esta alteração que ocorreu no espaço rural do município de Jacarezinho:

Na década de 1960 Jacarezinho era bastante movimentado, tinha gente importante, cheia do dinheiro, eu considerava a melhor cidade do Norte Pioneiro. Mas, com o corte dos cafezais, um mar verde, a realidade mudou; as coisas ficaram mais difíceis e, hoje, é complicado arrumar serviço. (J.M., 88 anos, Julho/2005)

Fresca (2000) enfatiza que o município de Jacarezinho configurou-se como o centro urbano de maior expressão regional na porção nordeste do estado devido ao comércio varejista, atacadista e à prestação de serviços, polarizando os municípios localizados ao sul deste.

Até o final da década de 1960, as ligações socioeconômicas de Jacarezinho estavam vinculadas com os municípios paulistas por causa da facilidade dos meios de transportes, que foram estabelecidos em fins do século XIX.



Fresca (2000) ressalta ainda que o município de Jacarezinho estava localizado na rota principal do transporte ferroviário (ramal da Estrada de Ferro Sorocabana) que ligava o norte do Estado do Paraná com a cidade de São Paulo.

Entre 1960 e 1970 foi o momento da grande alteração, na qual se concretizaram as ações governamentais para a erradicação do café e a modernização da agricultura paranaense.

O Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, GERCA, atuou entre 1962 e 1967 diretamente no município de Jacarezinho e eliminou cerca de 10 milhões de cafeeiros, liberando aproximadamente 11.000 ha para outros cultivos.

A cultura cafeeira estava presente neste município desde princípios do século XX, atingindo seu apogeu nos anos de 1940, segundo Cancian (1981).

Assim, a ação do GERCA tinha como objetivo:

[...] eliminar a grande maioria dos cafeeiros com baixa produtividade, velhos e aqueles cultivados em áreas impróprias, destinar a terra liberada a um outro uso, principalmente para culturas alimentares e matérias-primas industriais e modernizar as plantações cafeeiras restantes, com forte subsídio estatal. (STOLCKE, 1986, p. 201).

A adesão dos produtores de café ao programa de erradicação ocorreu devido às sucessivas crises cafeeiras, especialmente a de superprodução, que levou à deterioração dos preços no início dos anos de 1960.

Fresca (2000) observa que a substituição das lavouras cafeeiras pelo binômio soja/trigo fez com que estas culturas presentes em Jacarezinho ocupassem as áreas que apresentam os solos do tipo terra roxa.

A presença deste solo no município é reduzida, não atingindo 20,0% das terras, estando localizado basicamente ao norte da escarpa arenito-basáltica.

Além disto, a soja e o trigo concorriam com a produção da cana-de-açúcar, que ocupava 85,0% dos solos de terra roxa.

Na Figura 7 há a representação visual da formação geológica, hipsometria, declividade e tipos de solos existentes no município de estudo.

O município de Jacarezinho localiza-se próximo à escarpa arenito-basáltica, divisora entre o Segundo e o Terceiro Planaltos no Estado do Paraná. Cerca de 70,0% das terras municipais estão no Segundo Planalto, localizado no sul da citada escarpa de origem Paleozóica, sendo constituído de rochas sedimentares da Bacia do Paraná.

A topografia é bastante acidentada nas terras ao sul da escarpa, dificultando a prática da agricultura mecanizada, ao mesmo tempo em que os solos oriundos desta estrutura geológica exigem investimentos para maiores rendimentos da produção agrícola<sup>37</sup>.

As mudanças na estrutura produtiva norte-paranaense após 1970 fizeram com que ocorressem alterações na dinâmica populacional.

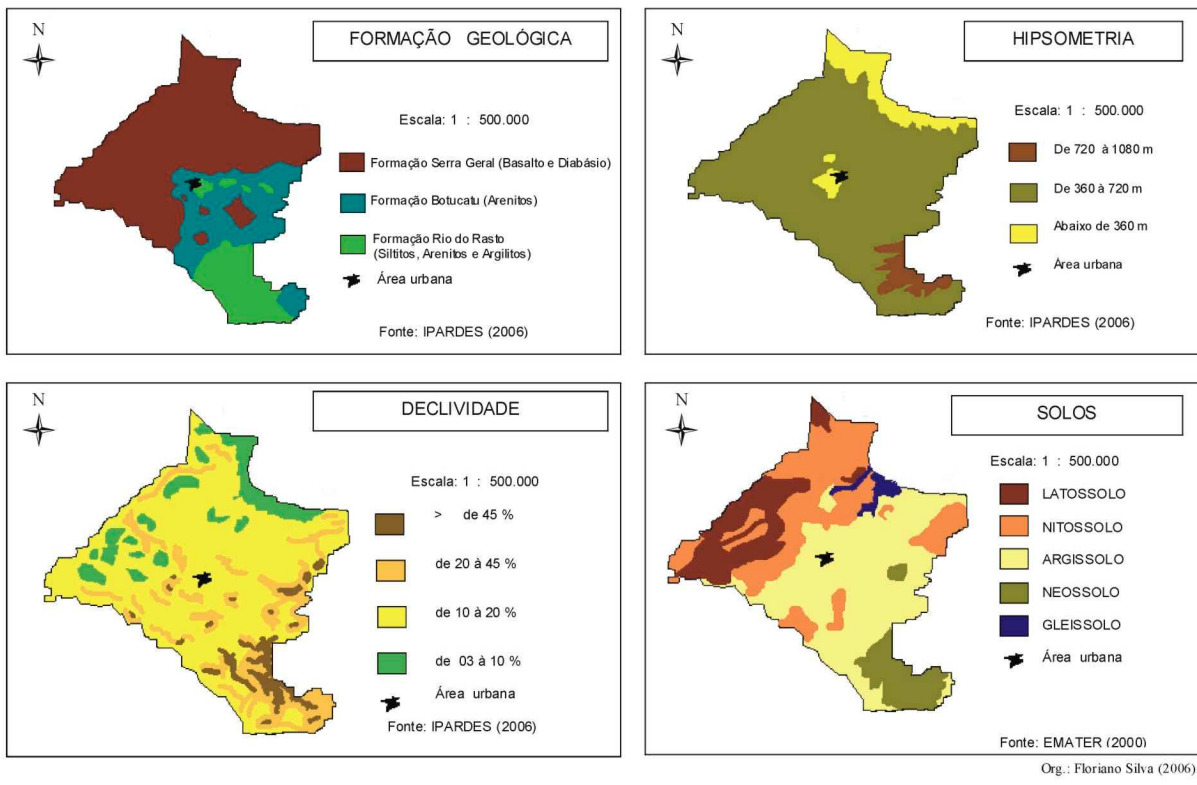
Estas mudanças coincidem com as principais crises da cafeicultura na região e, também, a paulatina substituição do colonato pela mão-de-obra volante (bóia-fria), característica da cultura canavieira.

Fresca (2000) menciona que as sucessivas crises da cultura cafeeira, ao provocarem mudanças substanciais nas relações de trabalho, influenciaram significativamente na dinâmica da cidade e nas relações entre o espaço rural e o urbano, além da própria estrutura agrária do município.

---

<sup>37</sup> Os solos predominantes nesta área são: latossolo vermelho escuro distrófico; latossolo escuro eutrófico; podzólico vermelho-amarelo distrófico; solos litólicos eutróficos; enquanto na porção norte da escarpa na menor parcela de terras municipais predomina os solos: terra roxa estruturada eutrófica e latossolo roxo eutrófico (EMBRAPA, 1981)

FIGURA 7 – ASPECTOS FÍSICOS E TOPOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO - PR



## 2.2 A ESTRUTURA AGRÁRIA DA MICRORREGIÃO E DO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO/PR

A partir do estudo da formação territorial da Microrregião e do município de Jacarezinho verificou-se a importância da cafeicultura na região e, posteriormente, sua substituição, em virtude da superprodução e deterioração dos preços do produto.

Tais fatos resultaram em mudanças na estrutura produtiva norte-paranaense, ocasionando alterações na dinâmica populacional.

Deste modo, neste subitem procura-se entender a dinâmica da questão agrária no município de Jacarezinho e as transformações ocorridas no período que se estende entre a década de 1970 a 2004.

Assim, toma-se como base a análise de importantes componentes da estrutura agrária municipal para o referido período, que são: a estrutura fundiária; a condição do produtor; as formas de utilização das terras; a evolução das lavouras e da produção animal; os reflexos do processo de modernização da agricultura; e a constituição do pessoal ocupado.

Inicialmente, ressalta-se que com referência à discussão da questão agrária, independente da escala de análise (municipal, estadual ou nacional), faz-se necessário o enfoque na constituição do processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira. Ressalta-se, em particular, a paranaense, a partir da segunda metade da década de 1960, tendo como base a adoção do pacote tecnológico da 'Revolução Verde'<sup>38</sup>.

Neste subitem não será realizada uma discussão aprofundada sobre a constituição deste processo, vale lembrar que os reflexos da (re)organização produtiva pela qual passou a agricultura nacional, ocorreu de forma diferenciada nas Mesorregiões, Microrregiões e municípios.

---

<sup>38</sup> Segundo Martine (1991, p.9-10), com a modernização, “[...] a agricultura atravessou um processo radical de transformações em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial [CAI]. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Desse modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção”.

Os efeitos do pacote da "Revolução Verde" foram considerados heterogêneos e parciais, pois tiveram modo, intensidade e tempo diferenciados para as diversas regiões. As diferentes lavouras e as fases produtivas (plantio e colheita) não provocaram mudanças na estrutura fundiária<sup>39</sup>, com tendência à concentração, além de agravar os problemas ambientais.

Desta forma, no Estado do Paraná, o processo de modernização da agricultura foi mais intenso do que o ocorrido em outras regiões do país.

Entre 1970 e 1980, o Norte do Paraná, com o cultivo de lavouras mais lucrativas (soja, trigo e cana-de-açúcar) e a pecuária, foi transformado, de forma acelerada, pela agricultura. Por ser uma das áreas mais dinâmicas do estado, resultou em expressivo decréscimo populacional, tanto em termos rurais como em relação ao conjunto da população.

No período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, a dinâmica populacional do município de Jacarezinho, passou por expressivas transformações e o entendimento da mesma é o ponto de partida para se compreender sua estrutura fundiária. Estas informações podem ser observadas na Tabela 13.

No intervalo das décadas entre 1970 e 1980 não se constatou aumento da população total do município, porém, em relação à população rural, esta foi reduzida em 4.364 pessoas.

A redução fica mais evidente quando compara-se os dados de 1970 e 2000, em que 13.528 pessoas saíram do campo. Quando se analisa a população urbana, por sua vez, verifica-se que houve o aumento de 14.412 pessoas. Portanto, a população total manteve-se praticamente estagnada.

**Tabela 13 - Evolução da população total, urbana e rural do município de Jacarezinho – 1970 a 2000**

	1970		1980		1991		2000	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
População rural	19.638	51	15.274	39	10.747	26	6.110	15
População urbana	19.103	49	23.652	61	30.111	74	33.515	85
População total	38.741	100	38.926	100	40.858	100	39.625	100

Fonte: Censos Demográficos do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1991 e 2000).

De acordo com a publicação do IPARDES (2004), entre 1970 e 1980, o município de Jacarezinho seguiu a mesma tendência de outros municípios no contexto estadual, evidenciando expressivas taxas de decréscimo populacional.

Durante a expansão cafeeira, o município de Jacarezinho absorveu importante contingente populacional, fato que o destacava em 1970 como um dos mais populosos do Estado do Paraná.

A crise dessa cultura, iniciada ainda nos anos de 1960, teve profundo impacto sobre a dinâmica demográfica regional.

Entre as décadas de 1970 e 1980, como pode ser visto nos dados da Tabela 14, houve mudança no perfil populacional da Microrregião Geográfica de Jacarezinho, já que a urbana superou a rural, porém a população total diminuiu. Essa mudança ficou mais evidente com os dados do Censo Demográfico de 2000.

**Tabela 14 – População urbana e rural da Microrregião Geográfica de Jacarezinho – 1970 a 2000**

	1970		1980		1991		2000	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
População rural	81.378	61,2	52.660	44,2	36.001	29,3	22.684	19,0
População urbana	51.489	38,8	66.375	55,8	86.673	70,7	96.909	81,0
<b>População total</b>	<b>132.867</b>	<b>100,0</b>	<b>119.035</b>	<b>100,0</b>	<b>122.674</b>	<b>100,0</b>	<b>119.593</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censos Demográficos do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1980, 1991 e 2000).

Os resultados dos três últimos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991 e 2000) demonstram que a Microrregião Geográfica de Jacarezinho se tornou mais urbanizada<sup>40</sup>.

Este processo de urbanização não é provocado apenas pelo crescimento dos demais setores econômicos, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento de: práticas agrícolas mecanizáveis; produção de *commodities* (soja/trigo, açúcar e álcool); e, pecuária extensiva; os quais libera parte importante da mão-de-obra agrícola que migrou para as cidades.

Esses trabalhadores (bóias-frias) passaram a prestar serviços sazonais na agricultura, especialmente no corte da cana.

<sup>39</sup> Martine (1991); Graziano da Silva (1996) e Gonçalves Neto (1997).

<sup>40</sup> Com relação à densidade populacional para a urbanização do país ver Veiga (2004).

Entre 1970 e 2000 a Microrregião Geográfica de Jacarezinho apresentou saldos migratórios elevados no meio rural e o crescimento urbano não compensou essa perda populacional, como enfatizado no trabalho publicado pelo IPARDES (2004).

Sem dúvida, o componente migratório, nesse cenário demográfico, possui um peso substantivo.

No bojo das intensas transformações na estrutura agrícola estadual que, se espalharam por todo o território, o espaço rural sofreu saldos migratórios negativos bastante elevados entre 1970 e 2000. Houve, assim, uma redução de 58.694 habitantes, como pode ser observado na Tabela 14.

As áreas urbanas tiveram saldos positivos de 45.420 habitantes no período de 1970 a 2000, com uma diferença populacional de 13.274 habitantes (rural/urbano), o que indica o predomínio da emigração para além da região.

Essa diminuição da população na Microrregião Geográfica de Jacarezinho está atrelada diretamente ao processo de tecnificação da base produtiva, o que resultou na concentração fundiária.

A Tabela 15 sistematiza os dados sobre a área ocupada segundo os grupos de área total na Microrregião Geográfica de Jacarezinho. Pode-se ressaltar que entre 1970 e 1995/96 os estabelecimentos agropecuários situados na faixa com menos de 100 ha tiveram um decréscimo de 6,4% em termos de área ocupada.

Com relação aos médios estabelecimentos agropecuários (de 100 a menos de 1.000 ha) no mesmo período analisado, constatou-se que houve um aumento de 39,9% em 1970, para 49,9% em 1995/96, ou seja, um incremento de 10,0%, com algumas oscilações negativas na década de 1980.

Porém, no caso dos grandes estabelecimentos agropecuários (de 1.000 a menos de 10.000 ha), que concentravam 57.657 ha, a década de 1970, representando 23,4% do total, apresentaram retração, diminuindo para 47.567 (19,8%) em 1995/96.

**Tabela 15 – Grupos de área total em área ocupada(ha) na Microrregião Geográfica de Jacarezinho / PR**

Estabelecimentos Agropecuários	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	Ha	%
Menos de 10 ha	23.576	9,6	13.309	5,3	13.995	5,4	13.568	5,3	7.968	3,3
De 10 a menos de 20 ha	19.903	8,1	16.683	6,7	17.741	6,8	17.822	7,0	13.992	5,8
De 20 a menos de 50 ha	25.887	10,5	24.812	9,9	27.215	10,5	25.880	10,2	25.664	10,7
De 50 a menos de 100 ha	20.931	8,5	20.830	8,3	22.208	8,5	23.728	9,3	25.067	10,5
<b>Menos de 100 ha</b>	<b>90.297</b>	<b>36,7</b>	<b>75.634</b>	<b>30,2</b>	<b>81.159</b>	<b>31,2</b>	<b>80.998</b>	<b>31,8</b>	<b>72.691</b>	<b>30,3</b>
De 100 a menos de 200 ha	27.804	11,3	28.394	11,3	28.420	10,9	34.405	13,5	33.588	14,0
De 200 a menos de 500 ha	39.706	16,1	55.118	22,0	48.680	18,7	45.503	17,9	50.431	21,0
De 500 a menos de 1000 ha	30.788	12,5	31.453	12,6	37.727	14,5	33.627	13,2	35.559	14,8
<b>De 100 a menos de 1.000 ha</b>	<b>98.298</b>	<b>39,9</b>	<b>114.965</b>	<b>45,9</b>	<b>114.827</b>	<b>44,2</b>	<b>113.535</b>	<b>44,5</b>	<b>119.578</b>	<b>49,9</b>
De 1.000 a menos de 5.000 ha	51.445	20,9	53.289	21,3	56.333	21,7	53.346	20,9	47.567	19,8
De 5.000 a menos de 10.000 ha	6.212	2,5	6.604	2,6	7.688	3,0	6.988	2,7	0	0,0
<b>De 1.000 a menos de 10.000 ha</b>	<b>57.657</b>	<b>23,4</b>	<b>59.893</b>	<b>23,9</b>	<b>64.021</b>	<b>24,6</b>	<b>60.334</b>	<b>23,7</b>	<b>47.567</b>	<b>19,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>246.252</b>	<b>100,0</b>	<b>250.492</b>	<b>100,0</b>	<b>260.007</b>	<b>100,0</b>	<b>254.867</b>	<b>100,0</b>	<b>239.836</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

O processo de concentração fundiária atrelado a essa dinâmica do campo pode ser melhor compreendido com a análise da estrutura fundiária do município, a condição do produtor e a utilização das terras.

Estes tópicos serão tratados no próximo subitem.

### 2.2.1 Estrutura fundiária do município de Jacarezinho

Os dados, acerca da estrutura fundiária - calcados no número e na área dos estabelecimentos - possibilitam compreender como se processou a concentração das terras no município de Jacarezinho, no período compreendido entre as décadas de 1970 e meados de 1990.

Como os dados censitários estão organizados por estratos de área, isto permite o agrupamento dos mesmos e a sua classificação em pequenas, médias e grandes explorações.

Adotou-se como critério definidor dos estabelecimentos agropecuários, o seu tamanho (extensão da área).

Assim, é entendido nesta pesquisa como pequenas unidades produtivas os estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 hectares; como médias, os com área de 100 a menos de 1.000 hectares; e,



como grandes, aqueles em que o estrato de área compreende de 1.000 a menos de 10.000 hectares. O maior estabelecimento verificado no município foi de 2.777 ha<sup>41</sup>.

Assim, a análise da estrutura fundiária do município de Jacarezinho, a partir da década de 1970 até meados da década de 1990, comprova o predomínio, em termos numéricos, dos estabelecimentos com áreas inferiores a 100 ha.

Com os dados coletados do Censo Agropecuários de 1970, constatou-se que estes estabelecimentos somaram 759; com oscilações positivas nos dados da década de 1980 e, em 1995/96, totalizavam 435, com a supressão de 324 estabelecimentos, como pode ser observado na Tabela 16.

O número de estabelecimentos com áreas inferiores a 10 ha, em todos os Censos Agropecuários realizados (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96), apresentaram oscilações entre 437 (em 1970) e 208 (em 1995/96), em relação ao número total.

Nos estratos de área de 10 a menos de 20 e de 20 a menos de 50 ha somados, o número de estabelecimentos variou, em 1970, de 273 para 179, em 1995/96, com uma redução de 94 estabelecimentos.

O estrato com a menor variação, em termos do número de estabelecimentos, foi o de 50 a menos de 100 ha, variando de 49, em 1970, para 48 em 1995/96.

Entretanto, o número de estabelecimentos agropecuários com áreas inferiores a 100 ha, para o período em questão (1970-1995/96) apresentou redução.

Essa diminuição foi ocasionada pela expansão urbana do município, que levou a incorporação de terras agrícolas à malha urbana.

A incorporação se deu em virtude da construção de conjuntos habitacionais (no final da década de 1970 e início dos anos de 1980) e de loteamentos voltados para a classe de baixa renda, como os bairros Aeroporto e Pedreiras.

Ao analisar o grupo de área total de 100 a menos de 1.000 ha no período compreendido entre 1970 e 1995/96 constatou-se que, mesmo

---

<sup>41</sup> Esse agrupamento dos estabelecimentos agropecuários em pequenos, médios e grandes tem como base o trabalho de Bragueto (1996) e Oliveira (1997).

com oscilações, o número de estabelecimentos reduziu-se de 69, em 1970, para 68, em 1995/96.

Já o número de estabelecimentos compreendidos no grupo de área com mais de 1.000 ha não se alterou no período analisado.

**Tabela 16 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área, no município de Jacarezinho – 1970 - 1995/96**

ESTABELECIMENTOS	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	nº	ha	nº	ha	nº	ha	nº	ha	nº	ha
menos de 10 ha	437	2.427	269	1.559	278	1.509	344	1.650	208	897
de 10 a menos de 20 ha	157	2.237	134	1.944	129	1.876	143	2.080	84	1.237
de 20 a menos de 50 ha	116	3.670	146	4.559	130	4.015	119	3.675	95	3.054
de 50 a menos de 100 ha	49	3.636	60	4.311	58	4.303	67	4.864	48	3.433
<b>menos de 100 ha</b>	<b>759</b>	<b>11.970</b>	<b>609</b>	<b>12.373</b>	<b>595</b>	<b>11.703</b>	<b>673</b>	<b>12.269</b>	<b>435</b>	<b>8.621</b>
de 100 a menos de 200 ha	34	4.775	44	5.929	39	5.473	44	6.048	32	4.425
de 200 a menos de 500 ha	26	7.859	30	9.185	26	8.163	25	8.016	20	6.283
de 500 a menos de 1.000 ha	9	6.563	7	5.133	10	5.937	7	5.173	16	11.790
<b>de 101 a menos de 1.000 ha</b>	<b>69</b>	<b>19.197</b>	<b>81</b>	<b>20.247</b>	<b>75</b>	<b>19.573</b>	<b>76</b>	<b>19.237</b>	<b>68</b>	<b>22.498</b>
de 1.000 a menos de 5.000 ha	10	18.256	10	16.757	11	17.670	11	18.488	11	18.745
De 5.000 a menos de 10.000 ha	1	6.212	1	6.604	1	7.688	1	6.988	0	0
<b>de 1.000 a menos de 10.000 ha</b>	<b>11</b>	<b>24.468</b>	<b>11</b>	<b>23.361</b>	<b>12</b>	<b>25.358</b>	<b>12</b>	<b>25.476</b>	<b>11</b>	<b>18.745</b>
<b>TOTAL</b>	<b>839</b>	<b>55.635</b>	<b>701</b>	<b>55.981</b>	<b>682</b>	<b>56.634</b>	<b>761</b>	<b>56.982</b>	<b>514</b>	<b>49.864</b>

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

Em tal contexto dois pontos merecem ser destacados: o primeiro, refere-se ao fato da maior área ser ocupada pelos estabelecimentos nos estratos de área de 20 a menos de 50 e de 50 a menos de 100 hectares, apesar destes serem em número inferior. O segundo é que os estratos de área de menos de 10 ha, de 10 a menos de 20 ha, de 20 a menos de 50 ha e de 50 a menos de 100 ha, a partir de 1975, apresentaram redução da área ocupada.

Nos estabelecimentos que compreendem o grupo de 100 a menos de 1.000 ha, ressalta-se que o estrato de 500 a menos de 1.000 ha apresentou um aumento de 7 estabelecimentos agropecuários no período de 1970-1995/96.

Esse aumento ocorreu pelo desmembramento do único estabelecimento agropecuário existente no estrato de 5.000 a 10.000 ha que existia até o ano de 1985, conforme apresentado na Tabela 16.

O número dos estabelecimentos com áreas superiores a 1.000 ha manteve-se o mesmo nos anos de 1970 e 1995/96, ou seja, 11.

Os dados com relação à área total dos estabelecimentos demonstram que no período de 1970 a 1995/96 ocorreu um processo de concentração fundiária no estrato de 100 a menos de 1000 ha. Isto possibilitou o aumento expressivo dos médios estabelecimentos, como se constata na Tabela 16.

Assim, o número total dos estabelecimentos agropecuários reduziu-se durante o período analisado (de 839 em 1970 para 514, em 1995/95), como também a área total ocupada se reduziu, de 55.635 (1970) para 49.864 (1995/96).

Com base nos dados da Tabela 16 verificou-se que a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários inferiores a 100 ha no período de 1970 a 1995/96 reduziu-se de 11.970 ha para 8.621 ha.

Para os estabelecimentos de 100 a menos de 1000 ha, o que se verificou foi um aumento da área ocupada, passando de 19.197 ha para 22.498 ha. O maior crescimento da área foi verificado no sub-grupo de 500 a menos de 1.000 ha.

Em geral, observou-se pela análise da Tabela 16 que o grupo de área de menos de 100 ha foi reduzido tanto em termos do número de estabelecimentos como da área ocupada.

No grupo de 100 a menos de 1.000 ha diminuiu o número de estabelecimentos e aumentou a área total ocupada; e no de 1.000 a menos de 10.000 ha não houve alteração no número de estabelecimentos, mas houve redução na área.

O número de estabelecimentos e a área ocupada entre 1970-1995/96 refletiu a continuidade de uma estrutura de concentração da terra, especialmente nos médios estabelecimentos agropecuários.

Isso porque, a linha de modernização que era estimulada pela política agrícola destinou-se à expansão das culturas para o mercado externo e/ou produção de combustíveis (álcool).

Assim, ao verificar os dados referentes aos pequenos estabelecimentos de Jacarezinho (menos de 100 ha) no período de 1970 a 1995/96, constatou-se que, em termos numéricos, estes são

significativos no município em estudo, mesmo com uma redução de 324 estabelecimentos neste período.

Para se entender a permanência dos pequenos estabelecimentos, calcados na produção familiar, é que se tomará como apoio analítico os dados referentes à condição do produtor.

### **2.2.2 Condição do produtor**

O debate sobre a unidade de produção familiar no Brasil ainda é recente, não possuindo ainda limites bem definidos.

Estudos como os de Veiga (1991), Abramovay (1992) e de Lamarche (1993) apresentaram a produção familiar como uma forma social reconhecida e legitimada nas economias desenvolvidas<sup>42</sup>. Sua forma social é o reflexo do processo de modernização.

Para Schneider (2003), nas unidades de produção, a família constitui-se a unidade social de trabalho e de exploração do estabelecimento rural, tendo o propósito imediato da produção para a satisfação das necessidades essenciais da vida.

Entretanto, vale mencionar que a produção familiar não se desenvolveu somente por intermédio da propriedade privada da terra, mesmo sendo seu acesso necessário para a reprodução social dessa categoria. Isso porque o acesso a terra pode ocorrer tanto pela propriedade como pelo arrendamento, pela parceria ou pela posse.

No caso do município de Jacarezinho, a tendência de redução dos pequenos estabelecimentos agropecuários entre 1970 e 1995/96, refletiu-se também no número como na área destes, conduzidos por proprietários, diminuíram de 472 estabelecimentos e 51.785 ha, em 1970, para 386 e 46.097 ha em 1995/96, respectivamente, como pode ser visto na Tabela 17.

---

<sup>42</sup> Em tais economias, a estrutura agrária revela um peso significativo das unidades de explorações rurais calcadas no trabalho familiar. Os trabalhos desses estudiosos refletiram, de forma geral, na produção de novos conceitos e temas, tais como das atividades não-agrícolas e da pluriatividade abordadas por autores como Veiga (1991 e 1995), Graziano da Silva (1997, 1999, 2000 e 2002), Alentejano (1997), Del Grossi (2002) e Schneider (1999 e 2003). Os estudos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e de Lamarche (1993; 1998) apresentam uma nova tendência do desenvolvimento da agricultura. Tais autores relatam que nos países centrais tem ocorrido o crescimento das explorações em que o trabalho familiar assume uma importância decisiva, caracterizada pela participação direta da família na direção, organização e execução do trabalho.

**Tabela 17 - Condição do produtor, segundo número e área dos estabelecimentos agropecuários no município de Jacarezinho / PR – 1970-1995/96**

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Proprietário	472	51.785	585	54.348	524	52.949	494	51.839	386	46.097
Arrendatário	142	1.365	24	380	117	3.185	105	1.908	44	1.499
Parceiro	163	1.696	72	915	28	429	116	2.359	50	687
Ocupante	62	790	20	337	13	75	46	879	34	1.582
<b>TOTAL</b>	<b>839</b>	<b>55.636</b>	<b>701</b>	<b>55.980</b>	<b>682</b>	<b>56.638</b>	<b>761</b>	<b>56.985</b>	<b>514</b>	<b>49.865</b>

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

Mesmo com essa redução, constatou-se a importância dos proprietários na condução dos estabelecimentos, que supera em termos numéricos mesmo quando somadas as demais condições dos produtores, tanto no número de estabelecimentos como na área ocupada.

Em 1970 foi constatada a presença de 142 estabelecimentos conduzidos por arrendatários, reduzindo-se para 44 em 1995/96. Entretanto, nesse mesmo período (1970 a 1995/96), a área sob arrendamento aumentou, passando de 1.365 ha para 1.499 ha, devido aos contratos feitos entre os proprietários rurais e as usinas sucroalcooleiras locais.

Os estabelecimentos organizados por parceiros eram 163, ocupando 1.696 ha em 1970, diminuiu para 50 estabelecimentos que ocupavam 687 ha em 1995/96.

De acordo com Gonçalves Neto (1997), com a capitalização do campo, o bôia-fria torna-se um agente comum no cenário rural, porque sua utilização é mais viável economicamente ao proprietário que a manutenção de parceiros em razão de dispensar os investimentos em instalações e a legislação trabalhista.

Os ocupantes somaram 62 estabelecimentos que detinham 790 ha. Em 1995/96 retraíram para 34, entretanto com aumento da área ocupada, chegando a 1.582 ha. Pode-se supor que ocorreu uma elevação dos índices de grilagem e apossamentos ilegítimos de terras no município.

Tendo como base a análise da estrutura fundiária, a forma de acesso a terra pelos produtores no município de Jacarezinho e a

importância numérica dos pequenos estabelecimentos agropecuários, passar-se-á a focar a evolução da utilização das terras no período pós 1970.

### **2.2.3 Utilização das terras**

Amin e Vergapoulos (1977) destacam que a terra incorpora a história de gerações que a produzem e os valores que não podem ser compreendidos segundo uma análise econômica.

Porém, observa-se que o agricultor tem consciência das dificuldades que enfrenta e também procura criar condições que o permitam se reproduzir enquanto proprietário/produtor.

As estratégias de reprodução social adotadas nas pequenas propriedades rurais, em particular pelos seus responsáveis, surgem em oposição às dificuldades socioeconômicas e políticas que as cercam. Todos esses fatores levaram à suposição de um provável enfraquecimento e desaparecimento, à medida em que o modelo capitalista se expandisse.

Alguns estudiosos da questão, tais como: Abramovay (1992), Alentejano (1997), Del Grossi (2002), Graziano da Silva (1997; 1999; 2000; 2002), Lamarche (1993; 1998), Schneider (1999; 2003) e Veiga (1991; 1995) buscaram investigar e compreender os complexos e diferenciados mecanismos que interferem e/ou conduzem à viabilidade econômica e produtiva da agricultura familiar num contexto geral e específico.

A compreensão dos fenômenos e processos sociais macroeconômicos permite reconhecer a influência e a determinação do desenvolvimento capitalista na agricultura e a interferência na agricultura familiar.

A interferência pôde ser constatada com o paradoxo na agricultura paranaense, que incorporou as tecnologias mais avançadas, elevou seus rendimentos físicos aos níveis de países mais desenvolvidos. Porém mantém uma diversidade estrutural e social com forte presença de agricultores pobres.

Essa incorporação de tecnologias se reflete com relação ao uso da terra no município de Jacarezinho. Os dados deixam evidente a

redução das terras utilizadas com as lavouras permanentes em favor do aumento das áreas com lavouras temporárias, como pode ser visto na Tabela 18.

**Tabela 18 - Uso da terra nos estabelecimentos agropecuários no município de Jacarezinho / PR – 1970 a 1995/96**

USO DA TERRA	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavouras permanentes	9.109	16,9	8.154	18,5	6.162	11,4	4.613	8,5	2.936	6,1
Lavouras temporárias	12.181	22,6	13.507	30,7	16.371	30,3	17.719	32,6	14.110	29,4
<b>Subtotal de lavouras</b>	<b>21.290</b>	<b>39,4</b>	<b>21.661</b>	<b>49,3</b>	<b>22.533</b>	<b>41,7</b>	<b>22.332</b>	<b>41,0</b>	<b>17.046</b>	<b>35,5</b>
Pastagens naturais	16.999	31,5	8.124	18,5	11.971	22,1	10.328	19,0	6.932	14,4
Pastagens plantadas	8.881	16,4	17.611	40,0	13.914	25,7	17.028	31,3	18.433	38,4
<b>Subtotal de pastagens</b>	<b>25.880</b>	<b>47,9</b>	<b>25.735</b>	<b>58,5</b>	<b>25.885</b>	<b>47,9</b>	<b>27.356</b>	<b>50,3</b>	<b>25.365</b>	<b>52,8</b>
Matas naturais	4.062	7,5	2.284	5,2	3.390	6,3	2.774	5,1	2.952	6,1
Matas plantadas	640	1,2	1.056	2,4	1.262	2,3	1.386	2,5	184	0,4
<b>Subtotal de matas</b>	<b>4.702</b>	<b>8,7</b>	<b>3.340</b>	<b>7,6</b>	<b>4.652</b>	<b>8,6</b>	<b>4.160</b>	<b>7,6</b>	<b>3.136</b>	<b>6,5</b>
Terras em descanso	2.125	3,9	812	1,8	318	0,6	199	0,4	1.919	4,0
Terras produtivas não utilizadas	*	*	2.431	5,5	665	1,2	367	0,7	542	1,1
<b>Subtotal desocupadas</b>	<b>2.125</b>	<b>3,9</b>	<b>3.243</b>	<b>7,4</b>	<b>983</b>	<b>1,8</b>	<b>566</b>	<b>1,0</b>	<b>2461</b>	<b>5,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>53.997</b>	<b>100,0</b>	<b>53.979</b>	<b>100,0</b>	<b>54.053</b>	<b>100,0</b>	<b>54.414</b>	<b>100,0</b>	<b>48.008</b>	<b>100,0</b>

\* No Censo em questão, as terras produtivas não utilizadas estão somadas às terras em descanso.

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

O predomínio das lavouras temporárias em relação às permanentes, durante o período de 1970 a 1995/96, foi estimulado pelo crédito governamental para a modernização da agricultura. Deste modo, as lavouras temporárias apresentaram no período analisado um crescimento de 1.929 ha, enquanto que as permanentes perderam 6.173 ha de área.

Deve-se ressaltar que, no período de 1985 a 1995/96, as lavouras temporárias sofreram redução da área em 3.609 ha.

Segundo Fayet (1998), a implementação do Plano Real e sua política de câmbio, segurando artificialmente o preço do dólar para conter os preços no mercado interno, levou certas atividades (inclusive a agricultura) a terem custos maiores de produção do que os preços de venda.

Esta perda cambial diminuiu a competitividade de exportação da produção brasileira (em especial das lavouras temporárias). Isso em parte explica o que pode ser visto na Tabela 18, com o aumento das terras em descanso e as produtivas não utilizadas entre 1985 e 1995/96.

As pastagens naturais e plantadas que ocupavam 25.880 ha (47,9%) da área total dos estabelecimentos agropecuários, em 1970, mantiveram-se com 25.365, apresentando uma leve redução de 515 ha, em 1995/96.

Entretanto, salienta-se que as áreas com pastagens plantadas foram além do dobro, neste período (1970-1995/96), o que caracteriza a incorporação de um novo padrão tecnológico na pecuária local. Essa mudança refletiu na utilização de sementes melhoradas de pastagens, garantindo um maior rendimento na engorda do rebanho e/ou na produção de leite.

No que tange à área ocupada por matas - naturais e plantadas, identificou-se, para o período de 1970-1995/96, significativa redução, sendo que as naturais diminuíram de 4.062 ha (7,5%) para 2.952 ha (6,1%) e as plantadas de 640 ha (1,2%), com oscilações no período, para 184 ha (0,4%).

O aumento das matas plantadas, no período de 1970 até 1985, se deve à ampliação dessas áreas para suprir as próprias necessidades do produtor<sup>43</sup>.

Com relação à utilização das terras por grupo de área total, constata-se na Tabela 19 que as maiores áreas das lavouras (permanentes, temporárias e em descanso), concentram-se nos grandes estabelecimentos agropecuários.

As lavouras permanentes (com destaque para o café, que representa 93,0% deste tipo de lavoura no município), segundo os dados do Censo Agropecuário, totalizavam 2.739,9 ha em 1995/96. Desse total, 1.431,6 ha (52,3%) encontravam-se nos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha, seguido por 985,2 ha (36,0%) nos de 1.000 a menos de 10.000 ha, além dos 519,3 (19,0%) existentes nos pequenos estabelecimentos.

Com relação às lavouras temporárias (algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja e trigo), constatou-se que 6.508,1 ha (48,4%) estavam concentrados nos estabelecimentos agropecuários de 1.000 a menos de 10.000 ha, seguidas pelos médios estabelecimentos, com

---

<sup>43</sup> Neste caso as necessidades dos produtores seriam tanto para o uso de lenha, como para palanques de cercas e outras finalidades.



5.261,2 ha (39,1%). Os pequenos estabelecimentos do estrato de área de menos de 100 hectares foram responsáveis por 3.060,2 ha (22,8%) das lavouras temporárias.

A situação se repete para as pastagens naturais e artificiais/plantadas, destinadas à engorda de gado de corte, nos grandes estabelecimentos, e para a engorda de gado leiteiro e de bezerros, nos médios e pequenos estabelecimentos.

Somados os médios e grandes estabelecimentos, estes possuem 20.592,5 ha (82,6%) das áreas existentes no município de Jacarezinho, enquanto que as pequenas áreas produtivas, inferiores a 100 hectares, foram responsáveis por 4.774,0 ha (17,4%) das terras ocupadas com pastagens, como pode ser verificado na Tabela 19.

Para as matas naturais, o destaque maior se dá para os médios estabelecimentos, que concentram 1.764,8 ha (55,9%) da área ocupada e para os maiores de 1.000 ha, com 901,3 ha (28,6%). Já os menores de 100 ha concentram apenas 582,6 ha (9,1%) das matas naturais.

Com relação às matas plantadas, o maior destaque é para os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha, com 113,5 ha (60,4%). Em seguida aparecem os pequenos, com área menor de 100 ha, com 61,7 ha (32,9%). Por fim, os grandes estabelecimentos, de 1.000 a menos de 10.000 ha, corresponderam a 8,9 ha (4,7%) das matas plantadas.

Desta forma, pode-se observar, pelos dados referentes ao período compreendido entre 1970 a 1995/96, que a utilização das terras sofreu mudanças neste período, com a redução das lavouras permanentes e a ampliação das temporárias e das pastagens plantadas.

A cafeicultura (principal lavoura permanente) ainda resiste no município, sendo cultivada com base num novo sistema de produção denominado de adensado<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Segundo Carvalho (2007), as lavouras de café, até 1970, eram cultivadas nos sistemas tradicionais de plantio, variando de 3,5 a 4,0 m entre linhas por 3,5 a 4,0 m entre plantas, resultando numa densidade de 700 a 800 plantas por hectare, comum nas plantações antigas do Paraná e São Paulo. Procurou-se reduzir os espaços na faixa de 3 a 4,5 m entre linhas e 1,5 a 2,0 m entre covas, condicionando cerca de 1.500 a 2.000 plantas por hectare. Nesses últimos anos, com a necessidade de melhorar o aproveitamento das áreas em busca de maiores rendimentos e retornos mais rápidos na cafeicultura, o sistema de plantio adensado vem sendo largamente praticado. O aumento do número de plantas por unidade de área muda o ambiente ao redor da planta, formando o que se pode chamar de microclima especial.

Tabela 19 - Utilização das terras por grupos de área total no município de Jacarezinho - 1995/96

Grupos de área total em hectare	Lavoura						Pastagem		Mata				Terras			
	permanente		temporária		em descanso		natural e artificial		Natural		Artificial		não produtivas		inaproveitáveis	
	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
menos de 10 ha	116,7	4,3	238,2	1,8	20,4	1,0	395,6	1,6	17,4	0,6	5,6	3,0	36,4	8,6	67,2	3,7
de 10 a menos de 20 ha	88,4	3,2	317,2	2,4	33,7	1,6	677,2	2,7	40,6	1,3	11,6	6,2	19,7	4,7	48,7	2,7
de 20 a menos de 50 ha	150,9	5,5	702,4	5,2	114,1	5,6	1.784,0	7,2	140,2	4,4	21,7	11,5	53,5	12,7	87,3	4,8
de 50 a menos de 100 ha	163,4	6,0	1.802,5	13,4	8,0	0,4	1.917,2	7,7	87,3	2,8	22,9	12,2	88,1	20,9	64,0	3,5
<b>menos de 100 ha</b>	<b>519,3</b>	<b>19,0</b>	<b>3.060,2</b>	<b>22,8</b>	<b>176,1</b>	<b>8,6</b>	<b>4.774,0</b>	<b>17,4</b>	<b>285,6</b>	<b>9,1</b>	<b>61,7</b>	<b>32,9</b>	<b>197,7</b>	<b>46,9</b>	<b>267,2</b>	<b>14,8</b>
de 100 a menos de 200 ha	172,1	6,3	971,6	7,2	188,8	9,2	2.545,0	10,2	348,0	11,0	43,9	23,4	24,2	5,7	131,1	7,3
de 200 a menos de 500 ha	544,3	19,9	1.679,4	12,5	374,8	18,3	2.988,3	12,0	570,7	18,1	21,2	11,3	1,3	0,3	102,9	5,7
de 500 a menos de 1000 ha	715,1	26,1	2.610,2	19,4	622,3	30,4	6.687,2	26,8	846,1	26,8	48,4	25,8	-	-	261,6	14,5
<b>de 100 a menos de 1000 ha</b>	<b>1.431,6</b>	<b>52,3</b>	<b>5.261,2</b>	<b>39,1</b>	<b>1.185,8</b>	<b>58,0</b>	<b>12.220,4</b>	<b>49,0</b>	<b>1.764,8</b>	<b>55,9</b>	<b>113,5</b>	<b>60,4</b>	<b>25,5</b>	<b>6,0</b>	<b>495,6</b>	<b>27,4</b>
de 1000 a menos de 2000 ha	136,4	5,0	3.809,2	28,3	233,3	11,4	7.407,9	29,7	854,9	27,1	5,4	2,8	309,9	73,5	710,8	39,3
de 2000 a menos de 5000 ha	848,8	31,0	2.698,9	20,1	323,9	15,8	964,2	3,9	46,4	1,5	3,5	1,9	8,6	2,0	382,5	21,2
<b>de 1000 a menos de 10000 ha</b>	<b>985,2</b>	<b>36,0</b>	<b>6.508,1</b>	<b>48,4</b>	<b>557,2</b>	<b>27,2</b>	<b>8.372,1</b>	<b>33,6</b>	<b>901,3</b>	<b>28,6</b>	<b>8,9</b>	<b>4,7</b>	<b>318,5</b>	<b>75,5</b>	<b>1.093,3</b>	<b>60,5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.739,9</b>	<b>100,0</b>	<b>13.443,3</b>	<b>100,0</b>	<b>2.045,9</b>	<b>100,0</b>	<b>24.921,5</b>	<b>100,0</b>	<b>3.154,3</b>	<b>100,0</b>	<b>187,9</b>	<b>100,0</b>	<b>421,7</b>	<b>100,0</b>	<b>1.807,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Estado do Paraná, IBGE (1995/96.)

As lavouras temporárias, com oscilações positivas (devido aos incentivos governamentais), ou negativas (devido às crises cambiais e do setor agrícola), permanecem fortes no município, especialmente com o cultivo da cana-de-açúcar e de grãos, como a soja, o milho e o feijão.

Estes três últimos são cultivados no sistema de rotação de culturas.

Quanto à pecuária, esta obteve apenas a substituição das pastagens (de naturais para plantadas) para atender as demandas da produção de leite e carne para laticínios e frigoríficos, respectivamente.

Para uma melhor compreensão das transformações ocorridas na utilização das terras no município de Jacarezinho será destacada no próximo subitem a importância da agropecuária e sua evolução no espaço rural entre 1970 e 2004.

### **2.3 EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO PERÍODO DE 1970 A 2004**

Passar-se-á, primeiramente, a identificar no período compreendido entre 1970 e 2004<sup>45</sup> a evolução da produção agrícola e sua distribuição por estrato de área. Posteriormente, serão analisados os principais efetivos da pecuária (produção leiteira, sericicultura e avicultura de corte) no município de Jacarezinho.

#### **2.3.1 Evolução das principais lavouras temporárias e permanentes**

Por meio da área cultivada com as principais lavouras no período de 1970 a 2004 verificou-se a importância dos produtos das lavouras temporárias. Os cultivos mais expressivos no município de Jacarezinho são: a cana-de-açúcar, o milho, a soja e o trigo, que pode ser visualizado na Tabela 20.

Com relação às lavouras permanentes, as que mais se destacaram no município foram: a amora e o café.

---

<sup>45</sup> Os dados referentes à produção agropecuária no período de 1997 a 2004 têm como base a Produção Agrícola Municipal do IBGE.

**Tabela 20 (A) - Área cultivada (ha) com as principais culturas temporárias na Microrregião Geográfica de Jacarezinho/PR - 1970 - 2004**

	1970	1975	1980	1985	1995/96	2000	2004
Algodão	1711	7044	9576	13328	1619	358	2151
Arroz	4093	4078	2596	2532	2296	2408	1904
Cana-de-açúcar	4295	7911	14568	18883	19398	30955	38503
Feijão	39720	5595	5498	1860	1084	3095	4370
Milho	48581	25730	22015	21394	15430	22699	22350
Soja	1421	18756	18748	13656	23837	30150	37075
Trigo	1346	10254	16055	15621	14715	21632	30070

Fontes: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

Produção Agrícola Municipal - PAM, IBGE (2000 e 2004)

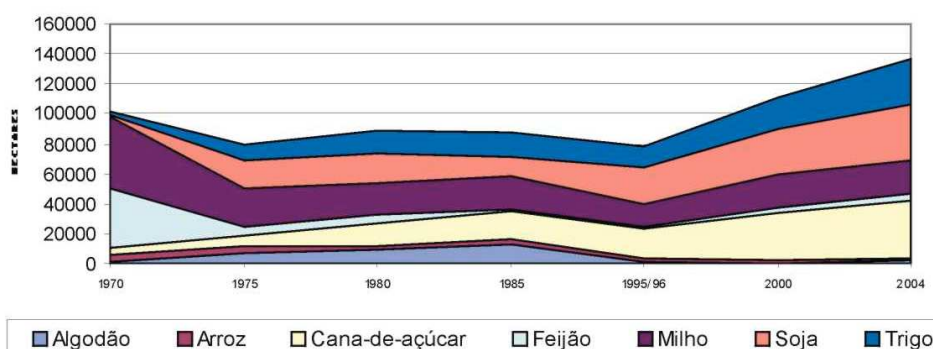
**Tabela 20 (B) - Área cultivada (ha) com as principais culturas temporárias no município de Jacarezinho/ PR - 1970 - 2004**

	1970	1975	1980	1985	1995/96	2000	2004
Algodão	133	523	599	500	9	0	1
Arroz	741	683	317	440	67	180	109
Cana-de-açúcar	3315	6612	8035	10047	11064	17800	21500
Feijão	4027	180	657	208	53	35	130
Milho	6106	4047	3960	3115	883	4193	2600
Soja	70	1819	1723	747	1363	1900	2825
Trigo	95	1127	896	955	749	766	1700

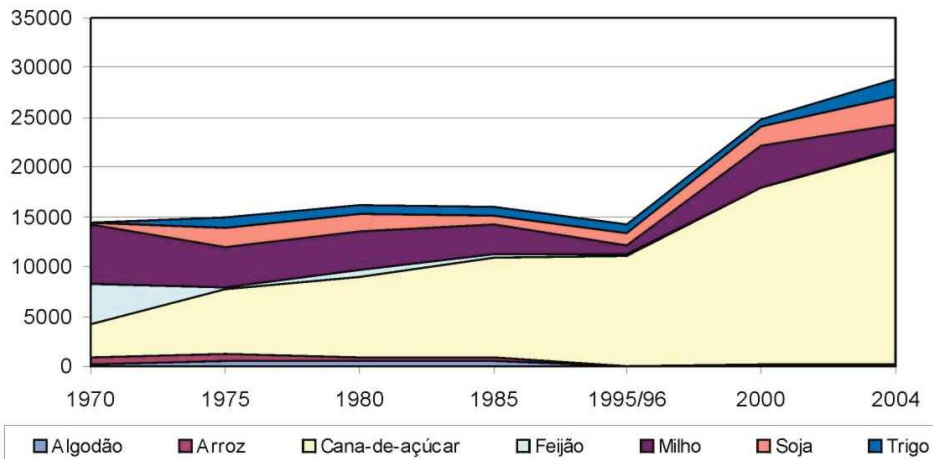
Fontes: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

Produção Agrícola Municipal - PAM, IBGE (2000 e 2004)

**Área cultivada (ha) com as principais culturas temporárias na microrregião de Jacarezinho - PR**



**Área cultivada (ha) com as principais culturas temporárias no município de Jacarezinho/PR - 1970-2004**



A área cultivada com **algodão** no município de Jacarezinho no período de 1970 a 1985, apresentou um grande crescimento, pois se ampliou de 133 ha para 500 ha. Porém, a partir de 1995/96 houve uma drástica redução para apenas 9 ha, sendo que a área cultivada foi de apenas 1 ha.

Entre os fatores que contribuíram para a retração da área cultivada com o algodão, destacam-se a praga do bicudo, a abertura do mercado nacional para a entrada de tecidos importados e a forte concorrência com a produção da região Centro-Oeste do país, como já salientado no capítulo 1.

A área cultivada com o **arroz** no período de 1970 a 1980 teve redução de 741 ha para 317 ha, respectivamente, no município em estudo. Os dados do Censo Agropecuário mostram que em 1995/96 esta área declinou ainda mais, atingindo os 67 ha.

Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) referentes ao ano 2000, mostram uma retomada no cultivo de arroz, que elevou-se para 180 ha. No ano de 2004 verifica-se nova queda, para 109 ha.

Entre os fatores que forçaram a redução da área cultivada com o arroz, Alvim e Mielitz Netto (1999) salientam que, na década de 1980 e na subsequente, os rizicultores gaúchos receberam maiores incentivos governamentais, por meio de crédito.

A ampliação deste incentivo, para a lavoura de arroz, possibilitou a expansão da produção no Rio Grande do Sul, que atingiu 63,0% do montante e a conseqüente redução das áreas plantadas nos demais estados brasileiros.

Com relação à área cultivada com **cana-de-açúcar**, em Jacarezinho foi estimulada a partir do final dos anos de 1940 e início de 1950 em virtude da instalação da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho.

Os dados apresentados pelo Censo Agropecuário, no período de 1970 até 1995/96, demonstram que a expansão da área cultivada com essa cultura foi contínua, alcançando em 1995/96 um total de 11.064 ha.

Estes dados ficam mais evidentes quando se observa a Produção Agrícola Municipal de 2000 e 2004 em que o município de Jacarezinho atingiu 17.800 ha e 21.500 ha, respectivamente.

Essa expansão em termos de área cultivada com a cana-de-açúcar foi devido a ocupação de parte das terras anteriormente utilizadas com lavouras permanentes e temporárias, tornando o município de Jacarezinho o maior produtor da atividade canavieira entre todos os municípios da Microrregião.

Em publicação do IPARDES (2005), ressalta-se que o cultivo da cana-de-açúcar é realizado nos solos de maior fertilidade do município. Esta lavoura torna-se mais importante em termos de área cultivada e de volume produzido.

As terras que apresentam declividade acentuada, são ocupadas pelas pastagens.

Com relação ao **feijão**, evidencia-se a sua redução, muito embora seja uma lavoura cuja área cultivada oscile entre uma safra e outra.

Esta diferenciação está diretamente vinculada aos preços obtidos no mercado, mas a redução deste cultivo é perceptível, pois em 1970 haviam 4.027 ha cultivados no município de Jacarezinho. Na década seguinte (1980) foram contabilizados 657 ha cultivados, decaindo ainda mais em 1995/96 para 53 ha e em 2000 para 35 ha. Apenas em 2004 é que a área cultivada atingiu 130 ha.

De acordo com Bittencourt e Lopes (2000), as oscilações entre as safras do feijão, estão relacionadas às variações climáticas, além das condições de comercialização e rentabilidade.

Com relação ao **milho**, em 1970 esta lavoura ocupava 6.106 ha de área cultivada no município de Jacarezinho. Em 1980 a área cultivada sofreu forte redução, passando para 3.960 ha e, em 1995/96 foi de 883 ha. Todavia, de acordo com a Produção Agrícola Municipal de 2000 e 2004, a área cultivada somou 4.193 ha e 2.600 ha, respectivamente.

Entre os fatores responsáveis pela redução na área cultivada com milho, está a destinação da maior parte das terras para a soja e a cana-de-açúcar.

Segundo Pinazza (2007), o milho não acompanha diretamente a variação cambial externa, dependendo apenas das condições do mercado interno. Este fator reduziu a rentabilidade financeira da atividade, visto que boa parte dos custos de produção acompanha as oscilações do dólar.

Ressalta-se ainda, que no ano de 2004, a recuperação do preço do álcool foi impulsionada pela maior demanda dos carros bicombustíveis (gasolina/álcool) no mercado interno.

Constata-se na Tabela 20 que a soja e o trigo cresceram significativamente, já que em 1970 ocupavam apenas 70 ha e 95 ha, respectivamente. Em 2004, a área cultivada com estas lavouras se elevou para 2.825 ha e 1.700 ha, respectivamente, no município.

Entretanto, em comparação com outros municípios do Estado do Paraná, as áreas cultivadas de soja e trigo, em Jacarezinho, são modestas devido ao fato da maioria das terras não ser propícia à mecanização (uma das exigências para essas culturas), uma vez que as mesmas se encontram na região de transição do Terceiro para o Segundo Planalto Paranaense.

A variação constatada na área cultivada com as lavouras temporárias no período de 1970 a 2004 se deve a uma série de fatores, tais como:

- a) a redução da fertilidade natural dos solos que, com o passar dos anos, sem tratamento adequado com insumos químicos, afetou a produtividade das lavouras, levando à redução das áreas, além das variações climáticas que estão sujeitas;
- b) os reduzidos preços pagos a esses produtos na comercialização e ao destino da produção direcionada, principalmente, à subsistência, como é o caso do arroz e feijão; e,
- c) o aumento da pecuária a partir de meados da década de 1980, de acordo com publicação do IPARDES (2005).

Por fim, além do feijão, do milho, da soja, do trigo e da cana-de-açúcar, também foram identificadas outras lavouras temporárias

no período de análise que, apesar de ocuparem áreas menos expressivas, não devem ser desconsideradas<sup>46</sup>.

Com os dados apresentados constata-se que a área cultivada, com cana-de-açúcar, no período de 1970 a 2004, apresentou ascensão, passando de 3.315 ha para 21.500 ha. Ou seja, houve a ampliação em seis vezes e meio da área cultivada.

Essa expansão foi motivada pela existência de duas unidades agroindustriais no município pesquisado.

Neste contexto, podemos destacar que a **primeira unidade agroindustrial** existente no município de estudo foi a Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, situada na BR-153, entre Jacarezinho e a divisa com Ourinhos (SP).

Segundo Tormena (2007), esta usina é de propriedade da Companhia Melhoramento Norte do Paraná - CMNP e do Grupo Mesquita Filho S/A, tendo sido implantada em 1947, com uma produção de 22.600 sacas de açúcar em seu primeiro ano de funcionamento (Foto 1).



Foto 1 - Usina Jacarezinho, situada na BR-153, no município de Jacarezinho/ PR. Autora D. O Silva (2006).



Até o início da década de 1970, essa usina permaneceu com trabalhadores rurais residindo no estabelecimento agrícola. A matéria-prima era cultivada pela usina em terras próprias e arrendadas.

A partir de 1975, com a implantação do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL - a usina passou por completa reestruturação. Com os financiamentos concedidos pelo governo federal, a usina adquiriu nova planta industrial para a exploração de açúcar e outra planta para a produção de álcool.

Houve uma expressiva alteração da estrutura produtiva e administrativa, como informa Fresca (2000).

A Usina mencionada anteriormente foi subdividida em duas empresas: a primeira denominada de Companhia Canavieira de Jacarezinho - COCAJA - responsável pelo cultivo e produção de cana-de-açúcar em terras próprias da agroindústria; e a segunda, a Companhia Agrícola Usina Jacarezinho - CAUJA - responsável pela produção de açúcar e álcool, ambas situadas no município de estudo.

Embora juridicamente as duas empresas sejam independentes, a direção geral está centralizada na unidade produtora de açúcar e álcool.

Segundo Fresca (2000), outra alteração substancial diz respeito às relações sociais estabelecidas entre a empresa e os trabalhadores. Iniciou-se o processo de demissão destes, com conseqüente desativação das colônias, dispersas pelas fazendas da agroindústria<sup>47</sup>.

O processo foi gradativo, sendo completado no final dos anos de 1980, quando se substituiu os trabalhadores permanentes pelos temporários, os "bóias-frias", para o corte da cana-de-açúcar.

Nesse período, ampliaram-se as relações desta Usina com o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a Cooperativa de Produtores de

---

<sup>46</sup> Outras culturas temporárias e permanentes foram cultivadas no município de Jacarezinho no decorrer da década de 1990, mas devido à pequena área acredita-se que as mesmas se destinaram ao consumo familiar nas propriedades, como no caso dos dados apresentados nos Censos referentes à cultura do arroz.

<sup>47</sup> A título de informação, as terras de propriedade desta agroindústria tinham cerca de 10.290 ha, correspondendo a 17,6% do total de terras agropecuárias do município (INCRA, apud Fresca, 2000).

Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo<sup>48</sup> (COPERSUCAR), cujas relações vigoraram até o final dos anos de 1980.

Esta cooperativa responsabilizava-se pela determinação do volume de produção de açúcar; do tipo de produto; transporte e comercialização. O álcool era adquirido diretamente pelas distribuidoras, as quais se comprometiam pelo transporte.

Inserida neste novo contexto, Fresca (2000) relata que a agroindústria passou a operar com uma capacidade instalada de moagem de 10.000 toneladas/dia, gerando diariamente 600 toneladas de açúcar e 210 metros cúbicos de álcool.

Do total de lucros obtidos pela agroindústria em sua planta industrial, cerca de 60,0% foram revertidos para a unidade produtiva, na aquisição de novos equipamentos e na segunda etapa de automação da destilaria. Os 40,0% restantes foram apropriados pelos proprietários da agroindústria<sup>49</sup>, como menciona Fresca (2000).

A **segunda agroindústria canavieira** sediada no município de Jacarezinho é a DACALDA Açúcar e Álcool Ltda., fundada em 1980, e localizada na Fazenda Santa Maria, no Bairro Dourado. O acesso principal é feito pela Rodovia PR-431, que liga Jacarezinho e a cidade de Cambará.

Trata-se de uma agroindústria implantada a partir de uma pequena usina de açúcar e álcool existente nesta fazenda, de propriedade de Homero Corrêa de Arruda - originário do município de Jacarezinho. Esta propriedade estava, na época da pesquisa, vinculada aos usineiros da Família Ometo, de Piracicaba (SP). O senhor Constante Ometo Corrêa de Arruda é o atual diretor da DACALDA.

Os levantamentos realizados indicam que se trata de uma destilaria produzindo apenas álcool<sup>50</sup>. A capacidade de moagem de cana-de-açúcar (toneladas) e a produção de álcool (m<sup>3</sup>) dos dois complexos agroindustriais existentes no município estão dispostos na Tabela 21.

---

<sup>48</sup> Fundada em 1959, agregava Usinas de Açúcar e Álcool no Estado de São Paulo. Em 2004, esta Cooperativa possuía 91 usinas associadas nos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, sendo que destas, 29 unidades são produtoras de álcool e açúcar.

<sup>49</sup> Em 1998 tinha seu controle acionário assim dividido: 40,0% pertencentes à Gastão Vidigal; 40,0% à Família Mesquita; e 20,0% divididos entre 246 acionistas, responsáveis pelo fornecimento de 40,0% da cana moída pela agroindústria. Os outros 60,0% da cana moída eram cultivados pela própria empresa.

<sup>50</sup> Todas as informações obtidas sobre a referida unidade, basearam-se na entrevista realizada com o Sr. N. F., funcionário da Prefeitura Municipal de Jacarezinho.

**Tabela 21 - Evolução de Moagem da Cana -de- Açúcar e Produção de Álcool da CAUJA e DACALDA de Jacarezinho: 1986 a 2004**

SAFRA	Moagem de cana (T)		Produção de Álcool (m <sup>3</sup> )	
	Cauja	Dacalda	Cauja	Dacalda
<b>1986/87</b>	1.005.390	300.847	42.780	21.223
<b>1995/96</b>	1.129.942	541.304	45.910	40.239
<b>2000/01</b>	1.286.785	646.267	53.616	46.831
<b>2004/05</b>	1.443.933	717.208	57.880	55.317

Fontes: ALCOPAR 1986 a 1996, FRESCA (2000) e ÚNICA (2005)

O município de Jacarezinho caracteriza-se por ter nas agroindústrias sucroalcooleiras a sua maior expressão econômica, não só pela geração de empregos, mas também pelo valor elevado de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

As duas agroindústrias mencionadas são responsáveis pela geração de cerca de 6.000 empregos, diretos e indiretos, no município de Jacarezinho.

Trata-se de trabalhadores temporários que atuam principalmente no corte da cana-de-açúcar, com dispensa no período de entressafra, recebendo apenas os vencimentos referentes ao salário-desemprego.

Com relação aos trabalhadores permanentes ocupados em atividades administrativas nessas usinas, estes permanecem exercendo suas funções durante o período entre as safras.

Os trabalhadores temporários atualmente preferem ser chamados de "profissionais de mão-de-obra rural". A grande maioria destes atua em Jacarezinho. Os demais exercem suas atividades nos municípios limítrofes, principalmente no Estado de São Paulo, onde também há várias agroindústrias sucroalcooleiras.

Os trabalhadores dispensados na entressafra, por morarem na área urbana do município, realizam atividades diversas e esporádicas, como ajudantes de pedreiro, jardineiros, eletricitistas, entre outros.

Neste contexto, os dados coletados do Censo Agropecuário de 1995/96 evidenciam que 92,4% da área cultivada com cana-de-açúcar se concentraram entre os médios e grandes estabelecimentos no município de Jacarezinho, como pode ser verificado na Tabela 22.

Grupos de área	Lavouras													
	Algodão		Arroz		Cana-de-açúcar		Feijão		Milho		Soja		Trigo	
total em hectare	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
< de 10 ha	9,6	100,0	17,0	33,9	24,8	0,2	8,5	15,9	82,0	9,3	61,1	4,5	30,4	4,1
de 10 a < de 20 ha	-	-	12,1	24,1	24,2	0,2	5,2	9,7	116,4	13,2	122,7	9,0	64,4	8,6
de 20 a < de 50 ha	-	-	15,7	31,3	215,9	2,0	1,2	2,3	138,0	15,6	271,8	19,9	237,9	31,8
de 50 a < de 100 ha	-	-	5,4	10,8	575,1	5,2	-	-	99,4	11,3	213,0	15,6	164,6	22,0
<b>&lt; de 100 ha</b>	<b>9,6</b>	<b>100,0</b>	<b>50,2</b>	<b>100,0</b>	<b>840,0</b>	<b>7,6</b>	<b>14,9</b>	<b>27,9</b>	<b>435,8</b>	<b>49,3</b>	<b>668,5</b>	<b>49,0</b>	<b>497,2</b>	<b>66,4</b>
de 100 a < de 200 ha	-	-	-	-	469,3	4,2	12,1	22,7	27,4	3,1	331,5	24,3	205,7	27,5
de 200 a < de 500 ha	-	-	-	-	1.090,7	9,9	2,4	4,5	116,2	13,1	338,8	24,9	21,8	2,9
de 500 a < de 1000 ha	-	-	-	-	2.389,0	21,6	-	-	181,5	20,5	24,2	1,8	24,2	3,2
<b>de 100 a &lt; de 1000 ha</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.949,0</b>	<b>35,7</b>	<b>14,5</b>	<b>27,2</b>	<b>325,1</b>	<b>36,8</b>	<b>694,5</b>	<b>51,0</b>	<b>251,7</b>	<b>33,6</b>
de 1000 a < de 2000 ha	-	-	-	-	3.766,8	34,0	-	-	2,0	0,2	-	-	-	-
de 2000 a < de 5000 ha	-	-	-	-	2.508,6	22,7	24,0	44,9	120,5	13,6	-	-	-	-
de 5000 a < de 10000 ha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>de 1000 a &lt; de 10000 ha</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.275,4</b>	<b>56,7</b>	<b>24,0</b>	<b>44,9</b>	<b>122,5</b>	<b>13,9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9,6</b>	<b>100,0</b>	<b>50,2</b>	<b>100,0</b>	<b>11.064,4</b>	<b>100,0</b>	<b>53,4</b>	<b>100,0</b>	<b>883,4</b>	<b>100,0</b>	<b>1.363,1</b>	<b>100,0</b>	<b>748,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Estado do Paraná, IBGE (1995/96).

Quanto às demais lavouras temporárias, por grupo de área, constatou-se que, no Censo Agropecuário de 1995/96, os estabelecimentos menores de 100 ha eram responsáveis pela totalidade da produção de algodão e arroz.

Na produção de feijão, os pequenos estabelecimentos foram responsáveis por 27,9% da área cultivada. Os médios representaram 27,2% e, os grandes, por 44,9% de feijão.

Já na produção de milho, as percentagens foram: 49,3%, nos pequenos estabelecimentos agropecuários; 36,8% nos médios; e 13,9% nos grandes estabelecimentos agropecuários.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, 49,0% e 51,0% da área cultivada com soja, no município, concentravam-se nos pequenos e médios estabelecimentos, ocorrendo o mesmo com a cultura do trigo (66,4% e 33,6%, respectivamente).

Contudo, a soja e o trigo eram, preferencialmente, comercializados no município de Cambará, junto à Cooperativa Regional Agrícola Mista de Cambará Ltda, que se constituía no principal agente de comercialização.

Com relação às lavouras permanentes, destacaram-se, no município de Jacarezinho, a cafeicultura e o cultivo de amoreiras<sup>51</sup>.

<sup>51</sup> A área com o plantio de amoreiras deve-se à sericicultura (criação da lagarta do bicho-da-seda) desenvolvida a partir de meados da década de 1990 por um grupo de produtores integrados à agroindústria Fujimura do Brasil, de capital japonês, localizada no município de Cornélio Procópio, no norte paranaense.

O café, mesmo erradicado a partir dos anos de 1960, voltou a ser cultivado no final dos anos de 1990, no sistema adensado.

Rocha (1997) menciona que no Estado do Paraná, o início das pesquisas com o café adensado - sistema de produção já utilizado desde os anos de 1950 na Costa Rica - ocorreu em 1975 no Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).

Todavia, essa forma de produção só ganhou destaque a partir do final dos anos de 1980, quando o cultivo tradicional do café tornou-se totalmente inviabilizado pelos altos custos de produção.

Na Tabela 23 se pode verificar a evolução produtiva dos cafeeiros no município de Jacarezinho e a contribuição para a Microrregião em que estão inseridos.

**Tabela 23 – Área cultivada com o café na Microrregião Geográfica de Jacarezinho e município de Jacarezinho (em hectares) - 1970 a 2004**

Lavourea	1970	1975	1980	1985	1995/96	2000	2004
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Microrregião	27.695	20.720	18.575	14.262	7.562	8.750	6.653
Jacarezinho	7.187	6.473	4.491	3.832	1.487	2.427	1.225
<b>Percentual</b>	<b>26,0</b>	<b>31,2</b>	<b>24,2</b>	<b>26,9</b>	<b>19,7</b>	<b>27,7</b>	<b>18,4</b>

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).  
Produção Agrícola Municipal (PAM), IBGE (2000 e 2004).

Com a redução do espaçamento e a maior produtividade, os custos da produção do café adensado também foram reduzidos quase à metade, quando comparados ao sistema tradicional.

Em contrapartida, a colheita deve ser realizada com mais cuidado, com panos para a forração do solo de modo a evitar a agregação de sujeiras ao fruto.

[...] o sistema também exige que se colha mais de uma vez, já que o amadurecimento é diferenciado. Por isso, será recomendado que a lavourea seja formada por diferentes variedades, entre precoce, médias e tardias para que o produtor possa escalonar sua colheita [...] (ROCHA, 1997, p.11)

Segundo Fresca (2000), as perspectivas deste novo sistema de produção para a agricultura, em Jacarezinho, ainda são incertas. Isto ocorre pelo fato dos médios produtores rurais terem de optar entre o

café e a cana-de-açúcar, sendo que a decisão final deverá ser pela viabilidade econômica do produto no mercado.

A substituição da lavoura de café (grande demandante de braços para sua produção) pela soja e pela pecuária (baixa utilização de mão-de-obra) justificou-se, em grande parte, com a retração entre as várias categorias de trabalhadores rurais, especialmente dos permanentes.

Quanto ao cultivo das amoreiras, estas se devem à atividade sericícola realizada pelos produtores, no município de Jacarezinho.

Estimulados pela compra/venda garantida da produção, os produtores optaram por cultivar amoreiras em virtude: da baixa demanda de insumos a serem aplicados; da quantidade de criações por ano (em média 8); e, da utilização apenas da mão-de-obra familiar em poucos hectares de terra.

Pode-se observar na Tabela 24 que a lavoura de amora aparece somente a partir de 1985, sendo que o município de Jacarezinho foi responsável por 32 dos 35 ha cultivados na Microrregião Geográfica. Em 1995/96, a participação, do município, na área destinada à amoreira atingiu o percentual de 91,4%.

**Tabela 24 - Lavoura permanente de amora na Microrregião Geográfica e município de Jacarezinho – 1970 a 1995/96**

Lavoura	1970	1975	1980	1985	1995/96
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Microrregião	0	0	0	32	35
<b>Jacarezinho</b>	0	0	0	32	32
<b>Percentual</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100,0</b>	<b>91,4</b>

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

As amoreiras no município de Jacarezinho encontram-se cultivadas especialmente nos pequenos estabelecimentos, ao passo que as culturas de cana-de-açúcar, feijão e soja, que se alterna com milho e trigo (rotação de culturas), predominam nos médios e grandes estabelecimentos agropecuários.

## 2.4 EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA, DA SERICICULTURA E DA AVICULTURA DE CORTE

O município de Jacarezinho sempre teve, na pecuária, uma importante atividade econômica. No decorrer do seu processo de formação territorial, a suinocultura destacou-se pelo sistema de safras e, em menor grau, estimulou a produção de subsistência efetivada por pequenos produtores.

Comparando a área ocupada pelas pastagens plantadas, se constata que esta se expandiu e superou as pastagens naturais, no período 1970-1995/96, como foi visto anteriormente na Tabela 18.

Inicialmente, deve-se entender o processo de transformação da agricultura, iniciado em 1960, pela erradicação dos cafezais, em que parcelas das terras liberadas foram rapidamente transformadas em pastagens.

De rápida implantação e com baixos custos, foi a primeira forma adotada de uso da terra, porém, ao longo do período anteriormente mencionado, estas terras foram ocupadas por lavouras temporárias.

Os produtores que optaram em permanecer com a pecuária passaram a investir em melhoria de pastagens (plantadas), para reduzir o tempo de engorda e garantir um retorno rápido do capital.

Entretanto, deve-se entender, primeiramente, como ocorreu a evolução dos principais efetivos da pecuária no município, ou seja, a criação do gado leiteiro, das lagartas do bicho-da-seda e do frango de corte. Neste estudo considerou-se a seqüência cronológica de implantação de cada atividade em Jacarezinho.

Os dados da Tabela 25 possibilitam uma melhor compreensão da evolução do efetivo bovino, das vacas ordenhadas e da produção leiteira desenvolvida no município pesquisado, no período de 1970 a 2004.

Pode-se constatar que o rebanho de bovinos teve oscilações crescentes, no período de 1970 a 1985, tanto na Microrregião Geográfica como no município de Jacarezinho.

Em 1970, o efetivo da Microrregião era de 249.424 cabeças e, em Jacarezinho, era de 22.073 cabeças de gado.

**Tabela 25 - Evolução do efetivo bovino, vacas ordenhadas e leite produzido na Microrregião Geográfica de Jacarezinho e no município de Jacarezinho - 1970 - 2004**

Rebanho	1970			1975			1980			1985			1995/96			2000			2004		
	Micro.	Jacar.	%	Micro.	Jacar.	%	Micro.	Jacar.	%	Micro.	Jacar.	%	Micro.	Jacar.	%	Micro.	Jacar.	%	Micro.	Jacar.	%
<b>Bovinos</b>	249.424	22.073	<b>8,8</b>	328.297	31.782	<b>9,7</b>	384.406	29.345	<b>7,6</b>	414.378	36.468	<b>8,8</b>	173.612	33.371	<b>19,2</b>	188.038	37.000	<b>19,7</b>	214.842	42.124	<b>19,6</b>
<b>Vacas ordenhadas</b>	27.981	4.088	<b>14,6</b>	29.128	2.995	<b>10,3</b>	34.441	4.025	<b>11,7</b>	30.938	3.901	<b>12,6</b>	36.130	3.200	<b>8,9</b>	21.400	3.500	<b>16,4</b>	33.196	4.500	<b>13,6</b>
<b>Leite produzido (1000 litros)</b>	17.804	3.066	<b>17,2</b>	20.419	2.459	<b>12,0</b>	34.806	4.230	<b>12,2</b>	33.374	4.387	<b>13,1</b>	26.083	2.980	<b>11,4</b>	20.869	3.200	<b>15,3</b>	34.365	3.900	<b>11,3</b>
Fontes: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).																					
Pesquisa Pecuária Municipal - PPM, IBGE (2000 e 2004)																					

Uma elevação significativa ocorreu em 1985, sendo que na Microrregião o efetivo era de 414.378 cabeças e, no município de Jacarezinho, atingiu 36.468 cabeças de gado.

O efetivo bovino apresentou redução nos dados de 1995/96, ficando em 176.612 cabeças na Microrregião Geográfica de Jacarezinho e 33.371, no município de Jacarezinho.

Abrahão et al.(2004) destacam que o desempenho global da cadeia da carne bovina na Microrregião é limitado por problemas como: a baixa qualidade das pastagens; o manejo animal inadequado; a ausência de melhoria genética dos rebanhos; a descapitalização do produtor; e, a falta de retorno imediato ao investimento em melhoria de qualidade.

Além destes agravantes, Abrahão et al. (2004) ressaltam ainda que, no início dos anos de 1990, em virtude da política de câmbio, com o preço do boi gordo superior a US\$ 22,00 a arroba, em média, resultou num prejuízo às exportações nacionais de carne.

Para os referidos autores, a carne bovina brasileira somente seria competitiva no mercado mundial, com a cotação da arroba abaixo de US\$ 21,00.

No Estado do Paraná, as exportações de carne bovina passaram de 4.605.303 Kg (1994) para 1.352.950 Kg (1995), enquanto as importações, que eram de 2.346.919 Kg (1994) passaram para 5.485.309 Kg (1995).

A política de câmbio impulsionada pelo Plano Real (1994) teve seus reflexos sentidos também na Microrregião Geográfica e no município de Jacarezinho.



Os levantamentos realizados pela Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) de 2000 e 2004 demonstram uma reação do efetivo do rebanho bovino.

Na Microrregião, o rebanho, no ano de 2000, era de 188.038 e passou para 214.842 cabeças em 2004, enquanto que, no município de Jacarezinho, o efetivo bovino foi ampliado de 37.000 em 2000, para 42.124 em 2004. Esta ampliação está associado à presença do Frigorífico Norte Pioneiro.

O Frigorífico Norte Pioneiro Ltda., de capital local, está associado à pecuária de corte. Sua capacidade de abate diário é de 800 cabeças, entretanto o abate tem girado em torno de 300 a 400 bois/dia.

O gado abatido é oriundo do município e de outros adjacentes. A carne é comercializada com distribuidores de São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com as informações fornecidas pelo entrevistado, o Sr. N.F. (46 anos), funcionário da Prefeitura Municipal de Jacarezinho, os distribuidores pertencem à iniciativa privada, cujo funcionamento é bastante oscilante. Há períodos com atividades e, em outros, com paralisações, dependendo da oferta e da procura.

Quanto ao número de vacas ordenhadas, verificou-se que na Microrregião Geográfica de Jacarezinho, no período de 1970 a 1995/96, houve oscilação positiva. Os dados de 1970, totalizaram 27.981 e, em 1995/96, esse número atingiu 36.130 vacas ordenhadas. No ano de 2000 ocorreu redução para 21.400 e, em 2004, recuperou-se, atingindo o número de 33.196 vacas ordenhadas.

No município de Jacarezinho, em 1970, eram 4.088 vacas ordenhadas, reduzindo-se, nos dados de 1995/96 para 3.200. A Pesquisa Pecuária Municipal - PPM demonstra a ampliação do efetivo, que cresceu de 3.500 (2000) para 4.500 (2004).

Segundo Filippsen, Pellini e Pfau (2004), a atividade leiteira é desenvolvida, principalmente, em pequenos estabelecimentos agropecuários e utiliza da mão-de-obra familiar.

As oscilações no número de vacas ordenhadas devem-se aos preços pagos aos produtores pelo litro de leite produzido. A ausência

do melhoramento genético inviabiliza a rentabilidade da atividade durante a entressafra.

Com relação ao leite produzido, segundo dados dos Censos Agropecuários de 1970 até 1995/96, na Microrregião Geográfica de Jacarezinho verificam-se oscilações no volume produzido.

Na década de 1970 era de 17.804.000 litros produzidos, atingindo, em 1995/96, 26.083.000 litros de leite. De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal, em 2000 observa-se queda para 20.869.000 litros e em 2004, a produção elevou-se para 34.365.000 litros produzidos.

Já o município de Jacarezinho, no período de 1970 a 1995/96, também apresentou oscilações. Conforme os dados do Censo Agropecuário, se observa que em 1970 a produção era de 3.066.000 litros, reduzindo, em 1995/96, para 2.980.000 litros.

Em 2000 e 2004, o município apresentou crescimento na produção leiteira, atingindo 3.200.000 e 3.900.000 litros, respectivamente, segundo os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

Para Filippsen; Pellini e Pfau (2004), os pontos críticos verificados no estudo da agroindústria do leite na Microrregião Geográfica de Jacarezinho relacionam-se: à sazonalidade da produção; ao manejo reprodutivo; à sanidade do rebanho; à alimentação; às pastagens e forrageiras; à qualidade do leite; à assistência técnica; e, ao crédito.

A pecuária leiteira merece uma análise mais pormenorizada que possibilitará verificar as transformações ocorridas conforme a sua finalidade econômica para, assim, se entender a importância dos pequenos produtores familiares.

Estes, ao serem estimulados pela crescente necessidade de matéria-prima (leite) da Cooperativa de Laticínios Carolina Ltda (situada em Ribeirão Claro/PR há 39 anos, distante 25 Km de Jacarezinho), facilitou a substituição da agricultura pela pecuária leiteira.

Além desta atividade utilizar predominantemente a mão-de-obra familiar, o período médio de lactação das vacas é em torno de 280

dias, garantindo uma renda ao produtor diferente de outras atividades agropecuárias.

Com relação ao efetivo de animais de pequeno porte, destacam-se: a lagarta do bicho-da-seda, os frangos de corte e os suínos. Os números coletados pelos Censos Agropecuários, do período compreendido entre 1970 e 1995/96, e da Pesquisa Pecuária Municipal, de 2000 e 2004, foram sistematizados na Tabela 26. Com tais informações constata-se, de forma geral, oscilações positivas e negativas.

Os dados dos Censos Agropecuários sobre a produção de lagartas do **bicho-da-seda**, entre 1970 e 1995/96, apontam um aumento significativo na produção do município de Jacarezinho. Em 1970, essa produção era de 1,5 toneladas, e passou para 11,0, em 1995/96. As informações apresentadas para a Microrregião Geográfica de Jacarezinho oscilaram, já que era de 3,4 toneladas em 1970 e atingiu 16,7 toneladas, em 1995/96.

Os dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 2000 evidenciaram uma redução, tanto para a Microrregião como para o município de Jacarezinho, que atingiu 6,5 e 2,3 toneladas da produção, respectivamente.

Em 2004, os dados referentes ao efetivo de lagartas do bicho-da-seda voltam a reagir, saltando para 37,8 toneladas de produção de casulos na Microrregião Geográfica de Jacarezinho, e de 16,8 toneladas produzidas no município de Jacarezinho.

A atividade sericícola no Estado do Paraná desenvolveu-se a partir de 1970, em virtude: da instalação de novas indústrias; da definição de novas tecnologias de produção; e, principalmente, pela integração que houve entre todos os segmentos envolvidos.

Em 2003, apenas três (3) empresas foram responsáveis por toda a produção brasileira de fios de seda: a maior produtora nacional é a Burajiru Takushoku Kumiai - Fiação de Seda Bratac S/A, com 68,6% da produção nacional, localizada em Bastos (SP).

Tabela 26 - Evolução dos efetivos de Bichos-da-Seda, Frangos e Suínos na Microrregião Geográfica e município de Jacarezinho de 1970 - 2004

	1970			1975			1980			1985			1995/96			2000			2004		
	Micro.	Jacar	%	Micro.	Jacar	%	Micro.	Jacar	%	Micro.	Jacar	%	Micro.	Jacar	%	Micro.	Jacar	%	Micro.	Jacar	%
Bicho-da-seda (ton.)	3,4	1,5	44,1	12,4	2,4	19,4	11,5	4,0	34,8	10,2	5,1	50,0	16,7	11,0	65,9	10,2	8,7	85,3	37,8	16,8	44,4
Aves/Frango (mil cabeças)	1.068,0	39,4	3,7	1.068,9	30,1	2,8	1.230,3	172,8	14,0	1.275,9	520,0	40,8	1032,7	555,4	53,8	922,1	530,0	57,5	1.086,2	670,0	61,7
Suínos (mil cabeças)	51,7	7,0	13,5	39,4	6,9	17,5	54,3	3,8	7,0	40,4	3,9	9,7	28,1	2,1	7,5	24,3	1,9	7,8	55,4	7,2	13,0
Fontes: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1985, e 1995/96)																					
Pesquisa Pecuária Municipal - PPM, IBGE (2000 e 2004)																					

A segunda maior produtora é a Fujimura do Brasil S.A., com 23,3% da produção, sediada em Cornélio Procópio(PR); em seguida aparece a Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda. - Cocamar - com 8,1%, localizada em Maringá (PR), como destaca a publicação da ABRASEDA (2004).

Costa (2004) salienta que, entre 1995 e 2001, houve a redução do número de produtores e da área plantada com amoreira na Microrregião Geográfica de Jacarezinho.

O lucro com a atividade deixou de ser interessante para os proprietários de barracões, levando a um encolhimento da atividade e, em alguns casos, até seu abandono.

A reação na produção de casulos de bicho-da-seda na Microrregião foi motivada pela alta nos preços do quilo do casulo: de R\$2,00 saltou para valores entre R\$5,44 e R\$6,50, a partir de 2003, como menciona Costa (2004).

Os motivos dessa elevação se devem aos baixos estoques do casulo no mercado interno e ao fato de que a China, maior produtora mundial de casulos (detentora de 86,0% do mercado mundial), teve problemas e deixou de cumprir seus contratos externos.

A **avicultura de corte** no município de Jacarezinho, no período de 1970 a 1995/96, apresentou oscilações e, de modo geral, aumentou de 39,4 mil para 555,4 mil cabeças de aves abatidas no período analisado.

Na Microrregião Geográfica de Jacarezinho, a oscilação ocorreu de 1.068,0 mil cabeças de aves, em 1970, para 1.032,0 mil cabeças de aves, em 1995/96.

Os dados da Pesquisa Pecuária Municipal para a Microrregião, em 2000, indicavam 922,1 mil cabeças, apresentando uma redução de 109,9 mil cabeças, porém, já em 2004 esse efetivo se elevou para 1.086,2 mil cabeças de aves.

O auge da avicultura no município de Jacarezinho está registrado nos dados do PPM de 2004, com 670,0 mil cabeças aves.

A avicultura de corte ganhou expressão a partir do final da década de 1970, com a implantação, no município de Jacarezinho, do abatedouro Avicultura Comércio e Indústria Ltda. - AVISCO, em 1976.

Além do abatedouro, a empresa contava com uma fábrica de ração para animais e duas unidades de criação de aves, pertencentes à Renato da Costa Lima, de acordo com as informações de Fresca (2000).

Já na década de 1990, a instalação da agroindústria SEARA Alimentos S.A. no município, atraiu vários produtores a participarem desta atividade de criação de aves de forma integrada.

Richter; Fietcher e Guimarães (2002) mencionam que, estimulados pelo preço competitivo em relação às demais carnes, o frango apresenta-se como a principal proteína animal comercializada.

O setor avícola nacional, atendendo as necessidades do mercado interno e projetando-se, a cada ano, no competitivo mercado mundial, vem se desenvolvendo de maneira extraordinária nessas últimas décadas.

As indústrias avícolas, de acordo com Richter; Fietcher e Guimarães (2002), tomando como referência o preço internacional, conduzem a um modelo de produção inserido na globalização, permitindo o abastecimento do mercado interno a preços baixos e destinando significativa parcela ao mercado internacional.

Em entrevista realizada com o Sr. A. P., gerente administrativo da Seara Jacarezinho (Jan/2006), mencionou que o sistema de integração tem contribuído para o desempenho desse segmento, contando com 76 produtores integrados à Seara na Microrregião Geográfica de Jacarezinho.

O número total de empregos diretos gerados pelos segmentos produtivo e industrial do setor ultrapassa os dois (2) mil postos, devendo atingir os elos integrantes da cadeia (matéria-prima e insumos, produção primária e industrial, varejo e exportação), nesta região.

De acordo com Richter; Fietcher e Guimarães (2002), a partir da implantação do Plano Real, em Julho de 1994, o setor avícola experimentou significativo aumento na demanda por seus produtos.

Isto foi ocasionado devido à melhoria do poder aquisitivo da população, levando à ampliação do consumo de frango no mercado nacional, o que estimulou o aumento da produção e oferta do produto.

Já o efetivo de **suínos** no município de Jacarezinho foi sendo reduzido, sucessivamente, no período de 1970 a 2000, passando de 7,0 mil para 1,9 mil cabeças, respectivamente.

A produção de suínos no município tinha como grande comprador desse tipo de carne, o Frigorífico do Grupo Rajá, que se implantou nesta localidade desde a década de 1940.

Segundo Martins (2006), a presença deste frigorífico na cidade de Jacarezinho representava 300 empregos diretos e abatia suínos de toda a Microrregião e arredores. A partir de 2000 a empresa expandiu sua produção e passou a exportá-la para a Rússia.

Entretanto, no final de 2005, com a crise do setor, em virtude do embargo russo à carne suína brasileira, a unidade foi desativada. A reativação ocorreu em 2006, em parceria com uma empresa de capital chinês, para onde passou a destinar sua produção.

Os dados demonstram que em 2004 houve crescimento no número de suínos que atingiu 7,2 mil cabeças no município. A presença do frigorífico refletiu a expansão da atividade. Na Microrregião, o número de suínos atingiu o volume de 55,4 mil cabeças.

Richter; Fietcher e Guimarães (2002) mencionam que a suinocultura paranaense é uma atividade presente nas pequenas propriedades rurais, em que 80,0% dos suínos são criados em unidades de até 100 hectares, empregando significativa mão-de-obra familiar e se constituindo numa importante fonte de renda e de estabilidade social.

A suinocultura apresenta considerável participação no consumo de milho e, principalmente, de soja. O setor contribui, também, para a complementação e regulamentação do mercado interno de carnes.

Por fim, na análise da dinâmica agrária do município de Jacarezinho é importante ressaltar que, mesmo com a incorporação de máquinas, equipamentos, insumos químicos e a diminuição da população decorrente da concentração fundiária, percebe-se que a produção familiar ainda persiste no espaço rural do município de Jacarezinho.

## **2.5 A INCORPORAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS QUÍMICOS NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO**

Os dados acerca da incorporação de máquinas, equipamentos e insumos químicos no município de Jacarezinho, entre 1970 a 1995/96, podem ser observados na Tabela 27.

Com os dados verifica-se que o número de tratores aumentou de 180, em 1970, para 281 em 1995/96. A redução do número de máquinas para o plantio e colheita, somadas atingiram o número máximo de 80 e 190, em 1970 e 1985, respectivamente.

A aquisição de máquinas e implementos agrícolas, no município; ocorreu em virtude da disponibilidade e estímulo concedidos pelo estado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde.

Além disso, o número expressivo de arados de tração animal está ligado ao significativo percentual de pequenos produtores existentes no município de Jacarezinho, que representaram 88,6% no Censo Agropecuário de 1995/96.

O aumento mais expressivo do número de instrumentos agrícolas foi verificado para os arados de tração mecânica, que de 164 unidades apresentadas no Censo Agropecuário de 1970, saltou para 344 em 1975. Permaneceu com esse número em 1980 e reduziu-se para 247 unidades em 1985 e 235 em 1995/96, como pode ser verificado na Tabela 27.

**Tabela 27 - Evolução do número de máquinas e implementos agrícolas no município de Jacarezinho – 1970 a 1995/96**

Implementos Agrícolas	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	nº	área/maq*	nº	área/maq*	nº	área/maq*	nº	Área/maq*	nº	área/maq*
Trator	180	309,0	291	192,3	433	130,7	419	136,0	281	177,5
Máquina de plantio	-	-	-	-	90	629,2	161	353,9	74	673,9
Máquina de colheita	80	695,4	34	1646,5	66	858,0	29	1964,9	22	2266,6
Arado animal	1077	51,6	557	100,5	595	95,1	553	103,0	221	225,6
Arado mecânico	164	339,2	344	162,7	344	164,6	247	230,7	235	212,2

\* Média da quantidade de hectares por máquina / equipamento

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

O relevo íngreme dificulta a adoção de máquinas e equipamentos, por parte dos pequenos produtores, que são a maioria. Ressalta-se, ainda, que nem todos obtiveram acesso ao crédito rural para a adoção do pacote tecnológico.

A adoção de fertilizantes químicos também foi significativa ao longo das décadas. Os dados disponibilizados no Censo Agropecuário de 1970 mostram que: 67 estabelecimentos adotaram adubos químicos e 29 utilizaram os adubos orgânicos, enquanto que apenas 24 estabelecimentos utilizaram o calcário ou outros corretivos neste ano.

Verificou-se que nos Censos Agropecuários de 1975, 1980 e 1985 houve elevação no número de estabelecimentos que se utilizou de fertilizantes (adubos químicos, orgânicos e calcário), passando de 333, em 1975, para 907 estabelecimentos, em 1985.

No Censo de 1995/96 constatou-se a redução para 483 estabelecimentos que utilizaram algum tipo de fertilizante. Entretanto, ressalta-se que o consumo do calcário manteve-se em alta, em relação aos dados anteriores dos Censos, havendo queda apenas nos adubos orgânicos e químicos.

De acordo com Abramovay (1999), a redução do consumo de agrotóxicos advém de dois fatores: primeiro, pela cultura canavieira demandar menor uso, e, em segundo, pela utilização de agroquímicos menos tóxicos e mais seletivos, requerendo doses inferiores por hectare.



Quanto ao uso de defensivos animais e vegetais, observa-se que 548 estabelecimentos se utilizaram, no ano de 1975<sup>52</sup>, destes. Isto ocasionou a elevação para 589, em 1980, atingindo seu maior número em 1985, com 704 estabelecimentos.

Nos dados de 1995/96 observa-se que 516 estabelecimentos utilizaram defensivos, ou seja, uma redução de 188, se comparado com os dados de 1985, como se pode visto na Tabela 28.

**Tabela 28 – Utilização de fertilizantes e defensivos, segundo o número e o percentual dos estabelecimentos no Município de Jacarezinho - 1970 a 1995/96**

Fertilizantes	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
Adubo químico	67	7,9	216	30,8	356	52,2	383	50,3	213	41,4
Adubo orgânico	29	3,4	86	12,2	146	21,4	459	60,3	178	34,6
Calcário	24	2,8	31	4,4	31	4,5	65	8,5	92	17,9
Total	<b>120</b>	<b>14,3</b>	<b>333</b>	<b>47,5</b>	<b>533</b>	<b>78,1</b>	<b>907</b>	<b>119,1</b>	<b>483</b>	<b>93,9</b>
<b>Defensivos</b>										
Defensivo animal	-	-	323	46,0	298	43,7	417	54,8	314	61,0
Defensivo vegetal	-	-	225	32,1	291	42,6	287	37,7	202	39,3
Total	-	-	<b>548</b>	<b>78,1</b>	<b>589</b>	<b>86,3</b>	<b>704</b>	<b>92,5</b>	<b>516</b>	<b>100,3</b>
<b>Total geral dos estab.</b>	<b>839</b>	<b>100,0</b>	<b>701</b>	<b>100,0</b>	<b>682</b>	<b>100,0</b>	<b>761</b>	<b>100,0</b>	<b>514</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

Embora não se tenha verificado uma expressiva adoção de máquinas, equipamentos e insumos químicos no município, com exceção da soja e do trigo, acredita-se que as mudanças ocorridas no contexto nacional acabaram afetando, direta ou indiretamente, o espaço local.

Isso porque com a modernização da agricultura brasileira houve um direcionamento dos investimentos e dos créditos por parte do Governo Federal para as culturas de exportação. Os produtores tradicionais e, em especial, os pequenos, ficaram à margem desse processo.

Essa exclusão refletiu-se de forma especial na área em estudo, ou seja, no município de Jacarezinho, em que há o predomínio de produtores familiares, os quais ficaram abandonados à própria sorte.

<sup>52</sup> No Censo Agropecuário de 1970, não consta os dados de defensivos químicos e orgânicos.

Com a acentuada expropriação rural verificada neste município, nas décadas de 1970 e 1980, constatam-se os reflexos diretos deste processo no total do pessoal ocupado, na agropecuária municipal.

Os dados da Tabela 29 revelam a distribuição do pessoal ocupado em categorias na área rural do município de Jacarezinho, no período de 1970 a 1995/96.

A pesquisa sobre o pessoal ocupado<sup>53</sup> abrangeu as pessoas, com ou sem remuneração, que se encontravam executando serviços ligados às atividades do estabelecimento.

Verificam-se, ainda, as oscilações nos dados dos Censos Agropecuários na categoria responsável e membros não remunerados da família, na Microrregião Geográfica e no município de Jacarezinho.

Em 1970 eram 18.813 trabalhadores na Microrregião e 1.858, no município. Em 1995/96, houve redução na categoria de responsáveis e membros não remunerados da família, tanto na Microrregião, que totalizou 9.528, como no município de Jacarezinho, que diminuiu para 1.135 pessoas ocupadas nessa categoria.

**Tabela 29 - Pessoal ocupado em categorias, segundo a Microrregião Geográfica de Jacarezinho e o município de Jacarezinho - 1970 a 1995/96**

Pessoal ocupado	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Micro.	Jacar.	Micro.	Jacar.	Micro.	Jacar.	Micro.	Jacar.	Micro.	Jacar.
<b>Responsável e membros não remunerados da família</b>	18.813	1.858	12.295	1.873	14.227	1.351	12.607	1.582	9.528	1.135
<b>Permanente</b>	10.285	3.095	8.343	3.940	8.094	2.526	8.230	3.749	4.484	1.513
<b>Temporário</b>	2.191	688	3.234	868	3.891	845	1.372	298	2.637	1.043
<b>Parceiro</b>	1.069	11	306	119	345	65	73	17	145	18

Fonte: Censos Agropecuários do Estado do Paraná, IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

<sup>53</sup> De acordo com o IBGE (2007): **Responsável e membros não-remunerados da família** - O produtor ou o administrador que fosse responsável pela direção do estabelecimento, recebendo quantia fixa ou cota-parte da produção. **Empregados permanentes** - Pessoas contratadas para execução de tarefas permanentes ou de longa duração, mediante remuneração em dinheiro ou em quantia fixa de produtos, inclusive os membros da família dos empregados permanentes que efetivamente os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas. **Empregados temporários** - Pessoas contratadas para execução de tarefas eventuais ou de curta duração, mediante remuneração em dinheiro ou sua equivalência em produtos, inclusive os membros da família desses empregados que os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas. **Parceiros** - Pessoas diretamente subordinadas ao responsável, que executavam tarefas mediante recebimento de uma cota-parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.), e os seus familiares que o ajudavam na execução das suas tarefas. **Outra condição** - Consideraram-se todas as pessoas cujo regime de trabalho diferia do pessoal dos grupos anteriores, tais como: agregados, moradores, etc.

Os dados disponíveis nos Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96 demonstraram um ritmo oscilante nas relações de assalariamento - tanto permanentes como temporárias na Microrregião Geográfica -, que se refletiu também no município de Jacarezinho.

Pode-se verificar que a categoria de trabalhador permanente, em 1970, para a Microrregião foi de 10.285 pessoas ocupadas e, no município de Jacarezinho, abrangeu 3.095 pessoas ocupadas. Nos dados de 1995/96, constata-se que houve redução no pessoal ocupado na Microrregião e no município.

Com relação ao pessoal ocupado temporariamente na Microrregião, no período de 1970 a 1995/96, houve oscilações, sendo que, em 1970, eram 2.191 trabalhadores temporários e, em 1995/96, esse número aumentou para 2.637.

No município de Jacarezinho, apesar das diferenças nas oscilações durante o período, constatou-se também um aumento de 688 trabalhadores, em 1970, para 1.043, em 1995/96.

Com referência aos dados apresentados, o aumento no número de trabalhadores temporários, não evidencia a substituição do trabalho permanente.

Esta mudança era esperada pois o trabalho temporário é utilizado na colheita da cana-de-açúcar e nas granjas aviárias (na retirada da "cama"<sup>54</sup> de frango).

Porém, verificou-se, na análise da dinâmica agrária do município de Jacarezinho, na década de 1980, a expropriação rural.

Na Tabela 29 pode-se observar, de forma menos expressiva, a parceria, que ocupava 1.069 trabalhadores na Microrregião e 11 no município de Jacarezinho, em 1970.

Esta categoria perdeu importância em termos numéricos, sendo que, em 1995/96, envolveu 145 trabalhadores na Microrregião. Entretanto, para o município estudado, em virtude da implantação de granjas aviárias esse número elevou-se para 18 trabalhadores.

---

<sup>54</sup> A cama de frango é a cobertura vegetal utilizada no chão dos barracões para criação de aves. Podem ser de cepilho, palha de arroz e outros.

Em suma, pode-se constatar que na área rural do município de Jacarezinho não houve a adoção de máquinas, equipamentos e insumos químicos de forma tão expressiva.

As transformações verificadas localmente revelam que a concentração de terras e o aumento da área cultivada com a cana-de-açúcar têm sido uma constante e, em virtude delas, ocorreu uma expropriação significativa, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980.

Rolim (1995) menciona que a produção agrícola, nos anos 1980, mostrou algumas diferenças em relação à década precedente, ou seja, 1970. Nesta última percebeu-se a consolidação das culturas temporárias na Microrregião Geográfica de Jacarezinho, em que se alicerçaram os principais elementos condutores das transformações qualitativas.

Ao analisar o desempenho da agricultura, nos anos de 1990, utilizando os dados da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Suzuki Jr. (2000) ressalta que a agricultura percorreu um caminho de reorganização, direcionado à melhoria da competitividade e à consolidação de uma estrutura produtiva adaptada ao novo ambiente econômico. Esta reorganização possui duas características: maior concorrência e diminuição da intervenção estatal.

As conseqüências dessas mudanças, centradas na agroindústria, refletem nas atividades agrícolas e pecuárias, as quais são fornecedoras de matérias-primas.

Deste modo, assistiu-se ao reforço do poder dos principais agentes desse processo, ou seja, o crescimento das cooperativas, das grandes empresas e dos empresários rurais.

Com relação à população rural, o trabalho de Istake & Bacha (1999) mostra que, em 1991, a zona rural paranaense abrigava aproximadamente mais de um quarto ( $\frac{1}{4}$ ) da população total, confirmando o processo de urbanização do estado nos anos de 1980, com continuidade nos anos de 1990. Esta população reduziu-se a 22,1% do total, em 1996<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Contudo, neste trabalho, discorda-se de uma das razões pelas quais os autores tentam justificar tal redução: a escalada de conflitos trabalhistas na justiça, que motivam os agricultores a promoverem a substituição da força de trabalho por máquinas e

Quanto ao pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, estes autores ressaltam o declínio expressivo da atividade agrícola na geração de empregos frente às demais atividades da agropecuária. Essas questões mostram a existência de um novo perfil da área rural.

Assim, o período compreendido entre o final dos anos de 1980 até meados dos anos de 1990 foi marcado por profundas alterações na estrutura produtiva paranaense.

Urban (1990) observou que estas mudanças foram reflexos dos processos destacados anteriormente. Os mais importantes foram: a perda do dinamismo da agropecuária<sup>56</sup>; a expropriação e migração da população rural, em duas décadas consecutivas; e, as especificidades da nova agroindústria<sup>57</sup>.

Entretanto, mesmo com a presença significativa das médias e grandes explorações, a tradição da produção familiar desenvolvida em pequenas propriedades não desapareceu no município pesquisado.

Estas, embora sejam superiores em número de estabelecimentos, não o é em termos da área ocupada e, mesmo assim, é responsável pela maior parte do pessoal ocupado no campo. Em particular da mão-de-obra feminina e de menores de 14 anos. Estes são responsáveis pela produção de importantes produtos agrícolas e da pecuária, destacando-se a produção leiteira, a sericícola e a avícola de corte.

Na Tabela 30, referente ao ano de 1995/96, verifica-se que, nos pequenos estabelecimentos do município de Jacarezinho, a mão-de-obra com idade inferior a 14 anos é quase três vezes superior à mão-de-obra empregada nos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha e sete vezes maior que a utilizada nos estabelecimentos de mais de 1.000 ha.

Quanto à mão-de-obra feminina, também é muito significativa nos pequenos estabelecimentos, sendo de 350 trabalhadoras nos com menos

---

equipamentos. Esse fato parece-me muito mais ligado a elementos de ordem econômica, como por exemplo, a redução dos custos de produção.

<sup>56</sup> A perda do dinamismo foi associado a um alto grau de empobrecimento da população rural, resultado direto da descapitalização crescente dos agricultores através da retração da renda agrícola.

<sup>57</sup> Neste artigo, a autora explica que o novo perfil organizacional vem sendo determinado por vários fatores, entre eles: a) percepção que os grupos empresariais têm do potencial que representa o setor e, diante disso, a reorientação do excedente de capital de outros ramos industriais e mesmo do agrobeneficiamento para etapas mais avançadas da industrialização; b) novas características que a comercialização dos produtos desse setor adquire, proporcionando alterações radicais no peso da estrutura industrial em relação às etapas seguintes (venda, distribuição e determinação de mercado).

de 100 ha e de 307 e 179 nos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 e de 1.000 a menos de 10.000 ha, respectivamente.

Isto é muito significativo e comprova a presença do trabalho familiar e infantil não remunerado nesses estabelecimentos agropecuários.

Os dados sobre o pessoal ocupado, no Censo Agropecuário de 1995/96, revelam que a redução da área dos pequenos estabelecimentos, após a década de 1980, ocorreu concomitantemente à reconcentração de terras nos médios e grandes estabelecimentos.

**Tabela 30 - Número de pessoas ocupadas na zona rural, por gênero em grupos de área total, no município de Jacarezinho / PR - 1995/96**

FAIXA ETÁRIA	GÊNERO	GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)		
		Menos 100	De 100 a menos 1.000	De 1.000 a menos 10.000
Menores de 14 anos	Homens	68	36	10
	Mulheres	83	31	10
<b>2 SUB-TOTAL</b>		<b>151</b>	<b>67</b>	<b>20</b>
De 14 anos ou mais	Homens	1104	1233	409
	Mulheres	350	307	179
<b>3 SUB-TOTAL</b>		<b>1454</b>	<b>1540</b>	<b>588</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1605</b>	<b>1607</b>	<b>608</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Estado do Paraná, IBGE (1995/96)

Mas isto não eliminou a produção familiar do campo, demonstrando que o trabalho familiar é forte, abrangendo 22,7% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do município de Jacarezinho e é importante considerar que os trabalhadores, na agricultura familiar, são expressivos para a ocupação rural.

Apesar das difíceis condições econômicas e sociais houve um aumento de responsáveis e membros não remunerados da família, contrariando a idéia de eliminação da produção familiar do campo. Isto pode ser constatado na análise da dinâmica agrária do município de Jacarezinho.

A análise da agricultura e da pecuária revelou que nos últimos 30 anos o município de Jacarezinho passou por transformações expressivas, nas quais se constatou: a redução das áreas de lavouras permanentes; o aumento das pastagens plantadas, do rebanho bovino e da produção leiteira.

A inserção da sericicultura e da avicultura, comprovam a diversificação de atividades, especialmente nas unidades de produção familiar.

Visando melhor compreender a permanência desses pequenos proprietários de terras passar-se-á, no próximo capítulo, a analisar a vinculação destes ao capital agroindustrial e a subordinação, que contribui para a manutenção de suas propriedades no município.

3

A VINCULAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR  
NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO/PR AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL



Neste capítulo objetiva-se compreender como ocorre o processo de vinculação da unidade de produção familiar no município de Jacarezinho/PR com as agroindústrias que atuam na escala regional (Microrregião Geográfica de Jacarezinho).

De acordo com Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993), os produtores rurais caracterizam-se por deter os meios de produção, ao mesmo tempo em que trabalham na propriedade rural, sendo definidos como "*agricultores familiares*".

A vinculação às agroindústrias torna-se uma estratégia para que produtores consigam permanecer na terra e se reproduzir econômica e socialmente.

No município de Jacarezinho, um fator marcante no que se refere aos produtores locais é a combinação de diversas formas da força de trabalho familiar, sendo uma alternativa para sua manutenção.

A pecuária leiteira, a sericicultura e a avicultura de corte, associadas na propriedade rural, passam a se constituir numa possibilidade concreta de maior obtenção de renda para o agricultor familiar.

Neste sentido, buscar-se-á entender qual é a importância atual destas atividades nas unidades de produção familiar, por terem na terra a principal fonte para a sua reprodução no campo. A constituição desse espaço produtivo proporciona as condições para o sustento da família, tornando a propriedade, local de trabalho e não de especulação.

### **3.1 A PECUÁRIA LEITEIRA E A AGROINDUSTRIA PROCESSADORA**

A pecuária leiteira iniciou-se como atividade econômica no município de Jacarezinho, com maior ênfase econômica após meados da década de 1980, quando a produção agrícola já não gerava renda suficiente para o sustento da família rural.

Naquele momento, a pecuária não foi adotada em todas as unidades de produção e, mesmo as que a optaram, incorporaram-na como

uma atividade secundária. Isso porque, a criação bovina exige, do produtor, investimentos relativos à compra de arames, palanques e animais. Ainda ocorre a imobilização de áreas agricultáveis com a pastagem. Neste contexto, a atividade inseriu-se de forma tímida, no entanto foi aos poucos ganhando novos adeptos.

Desse modo, não foi apenas o solo e nem mesmo a declividade do relevo os fatores determinantes, entretanto uma combinação dos custos-renda-riscos para a referida escolha. De acordo com um agricultor entrevistado:

Falar que o leite tá com preço bom, não tá. Mas a roça tá cada vez pior. Tudo que planta tem gasto, com adubo, com veneno e sem máquina não dá para fazer nada, e se o tempo não ajudar e a gente acaba perdendo tudo, com a falta de chuva, a seca, a geada, o granizo e até o preço na hora de vender (...) e com o leite o gasto é pouco e o dinheiro que entra é para pagar as despesas. Quando aperta, aí a gente vende um bezerro. (M.M., 56 anos, Janeiro/2006)

Constata-se, por meio deste depoimento, que há a necessidade de recursos econômicos para realizar as etapas que envolvem a atividade agrícola e podem se perder ao longo do processo produtivo.

Esta "descapitalização" choca-se com a necessidade da reprodução baseada na manutenção dos meios de produção dessas propriedades para se manterem produtivas.

Fresca (2000) ressalta que não se pode esquecer a fertilidade natural derivada da densa cobertura vegetal, a qual sustentou, por décadas, uma agricultura com baixo uso de tecnologia, assentada nos cultivos de excedentes articulados ao café.

Ao mesmo tempo, na medida em que os solos começaram a dar indicativos de esgotamento, modificava-se também a base técnica e agrícola da Microrregião de Jacarezinho, com a expansão de outros tipos de lavouras.

Como relembra Fresca (2000), a lavoura comercial que os produtores cultivavam impunha cada vez mais limites, seja com a queda da produtividade, seja em virtude dos preços pagos pelo mercado, levando a uma redefinição das estratégias de existência.

Por isso há a opção pela lavoura ou pecuária, com finalidade comercial, em que os custos e riscos não ameçassem a autonomia do trabalho familiar, centrada na propriedade, nos meios de produção e na terra.

As áreas das propriedades rurais não destinadas à criação de gado, tinham a produção agrícola como atividade principal.

Um produtor ao ser questionado sobre os motivos da redução da área de lavoura e do aumento da pastagem com a criação de gado, afirmou que:

Quer saber mesmo, porque o grão vai indo, a terra tá fraca, a gente aduba a terra, o mantimento não valoriza, né, não compensa. E o pasto, você planta a grama, ela não acaba; e põe o gado às vezes, ele vai pastando e criando. Por enquanto o gado tá dando mais lucro que o mantimento. (M.H., 47 anos, Julho/2005)

Assim, a adoção da pecuária bovina é um complemento da renda familiar, que tem por base o cultivo de lavouras. Desta forma a reprodução do rebanho torna-se uma espécie de reserva (poupança) para os períodos de dificuldade financeira.

Essa lucratividade mencionada pelo produtor não pode ser vista como o lucro do capitalista, ou ainda, "[...] a razão da produção capitalista [...]", na qual tentasse ampliar o dinheiro aplicado na produção de mercadorias, transformando-o em capital (KAUTSKY, 1998, p.100).

Isso porque, esse lucro viria quando "[...] a vaca cria, o bezerro cresce e com seis meses a gente vende o bezerro; a vaca dá o leite e a gente vende o leite e fica com o dinheiro. Então, de lucro, tem o leite e o bezerro" (R. D, 53 anos, Julho/2005).

Na Foto 2 pode-se observar a presença de um bezerro para engorda, pastando na propriedade pesquisada.

Essa forma de encarar a pecuária leiteira, pelos produtores no município de Jacarezinho, demonstra o motivo da não especialização na atividade, tornando-se um complemento de renda para a sobrevivência da família no espaço rural.

Portanto, ao venderem a produção leiteira e os bezerros, os produtores familiares realizam a troca do dinheiro por mercadorias não

produzidas no meio rural, sendo necessárias à reprodução social. Constatou-se também que 40,0% dos pesquisados reinvestem parcialmente este dinheiro com o objetivo de transformá-lo em capital (aquisição de matrizes e insumos).



Foto 2 – Bezerro pastando na propriedade para ser vendido posteriormente. Alternativa adotada pelas famílias como fonte de reserva financeira.

Autora: D. O Silva (2006)

A busca por estratégias produtivas permitiram a manutenção da propriedade, o que tornou a pecuária a substituta mais viável aos cultivos tradicionais. Isto foi ocasionado pelas intempéries e pragas, como também pelos preços de mercado, os quais possuem um retorno incerto.

Paulino (2003) deixa claro que, deve-se desmistificar a aversão, dos produtores, aos riscos. Entretanto, a experiência vivenciada por estes delinear um perfil produtivo, até que surjam novas condições para mudanças.

Desta forma, a pecuária leiteira emerge como alternativa à agricultura comercial, mesmo precisando de investimentos. A conversão para a pecuária leiteira possibilitou o aumento do rebanho através da retenção das bezerras nascidas na propriedade rural.

Entretanto, as oscilações nos preços pagos ao produtor, pelo litro de leite, têm requerido um aumento na produtividade, o qual é alcançado por meio de investimentos. Nas atuais condições do mercado, é cada vez mais limitada a sua sustentação sem a melhoria genética do rebanho (vacas com maior produtividade) e a alimentação adequada, equivalendo a custos maiores.

Segundo Paulino (2003), essas condições são resultado do fortalecimento dos oligopólios e o afastamento do estado da economia, por meio da liberalização econômica ocorrida no governo Collor, em 1991.

Assim, as variações na economia, concomitante às políticas de modernização do setor, resultaram num ônus para os produtores rurais, especialmente com a entrada em vigor da Portaria 51 do Ministério da Agricultura.

Esta portaria instituiu o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), a partir de 2002, com vistas à exportação de produtos lácteos, transferindo aos produtores a responsabilidade pela qualidade do leite.

Ao verificar a distribuição do gado leiteiro por propriedade rural pesquisada, percebeu-se que a maioria destas, ou seja, 66,0% dispõem de rebanho em torno de 11 cabeças. Segundo os produtores questionados, a produtividade média é de 14 litros/leite/dia<sup>58</sup>.

A produção tem como influência o tipo de alimentação fornecida e as matrizes com raça mista (Holandesa e Gir), as quais são destinadas ao aumento da produção leiteira. Por outro lado, os preços recebidos não permitem maiores investimentos dos produtores na atividade leiteira.

O município de Jacarezinho possui um laticínio construído em 2003, com parte dos recursos oriundos do Programa do governo estadual denominado "Leite das Crianças"<sup>59</sup>, e outra parte financiada pela Associação Agropecuária Jacarezinho - AGROJAC (Foto 3). A princípio,

---

<sup>58</sup> O valor de 14 litros/leite/dia, refere-se ao total de vacas nos estabelecimentos (em lactação ou não).

<sup>59</sup> Esse programa social do governo do Paraná realiza a distribuição de 7 litros de leite, por semana, para cada família atendida que vive abaixo da linha da pobreza. De forma simultânea ao repasse do benefício, o Programa também tem por objetivo estimular organização e a qualificação das bacias leiteiras locais e regionais por meio do exercício do poder de compra, estimulando o incremento da produção, a geração de renda e a manutenção de empregos no campo, criando oportunidades para a manutenção de pessoas no interior.

este laticínio deveria processar a produção dos agricultores familiares como incentivo para o aumento da produção leiteira no município em questão.

Porém, constatou-se, que, por pagarem mensalidades de aproximadamente R\$1.000,00 para a aquisição do resfriador e demais equipamentos, seria necessário que os produtores fornecessem a cota mínima de 150 litros diários de leite.



Foto 3 – Associação Agropecuária de Jacarezinho (AGROJAC), situada à margem da Rodovia BR-153, no perímetro urbano de Jacarezinho.  
Autora: D. O Silva.

Tal fato dificultou a permanência de muitos proprietários nesta associação fazendo com que a exclusão dos pequenos fosse ainda mais acentuada.

Somente nove (9) dos proprietários pesquisados (5,7%), atenderam as exigências dessa Agroindústria e permanecem vinculados.

Estes são os detentores das maiores extensões de terras (de 40 a menos de 100 hectares), dentre os pesquisados.

Outros cento e oito (108), que desenvolvem a pecuária leiteira (68,7%), optaram em fornecer sua produção para a Agroindústria Carolina, situada no município de Ribeirão Claro/PR.

Os integrados ao Laticínio Carolina mencionaram que fornecem leite a esta Agroindústria por possuir critérios bem estabelecidos, como: a coleta; o índice de pH; a medição do leite; e, o pagamento que sempre é realizado na data certa. Sendo assim não pretendem parar com essa parceria. Acreditam que o laticínio, por estar neste ramo de mercado desde 1967, merece mais credibilidade.

Desta forma, se o laticínio passa a seriedade ao integrado e a certeza dos mesmos receberem pela produção entregue, isso contribui, a seu favor, para firmar uma relação de sujeição.

Os pesquisados relataram que é vantajoso estar vinculado à agroindústria, pois não há necessidade de se preocuparem com o transporte da produção, que é de responsabilidade do Laticínio.

Com relação à captação do leite pela agroindústria, esta é feita diariamente, em tambores individuais de 50 litros cada, que são recolhidos em caminhões-tanque, cuja função é coletar e transportar o leite armazenado até o município de Ribeirão Claro, sede da Agroindústria Carolina Ltda.

O caminhão refrigerado do Laticínio Carolina e sua parte externa podem ser observados na Foto 4.

Entretanto, em locais de acesso mais precário (estradas rurais mal conservadas) e distante da agroindústria, a coleta é realizada a cada dois ou três dias. A produção local é armazenada em três (3) tanques de resfriamento do Laticínio Carolina, espalhados no espaço rural do município (Bairros do Monjolinho, Serra Grande e Água Feia).

O transporte do leite armazenado no resfriador do Laticínio é realizado por um caminhão com cinco (5) compartimentos de separação em que as amostras coletadas também são, ali, transportadas para a Agroindústria.

No resfriador, todo leite armazenado possui uma amostra recolhida com o nome do proprietário fornecedor. Esta medida acontece para que, caso seja detectado algum problema no laticínio, será possível identificar onde ocorreu o problema.

Tanto nos tanques de resfriamento como no caminhão coletor, é realizado o teste de Alizarol (acidez/contraste roxo) para que o leite possa ser coletado.

De acordo com a entrevista realizada junto ao gerente administrativo da Agroindústria Carolina, o senhor C.H., o pagamento do leite fornecido é realizado no dia 15 de cada mês. Além do pagamento em dia, o valor médio é de R\$ 0,45 por litro/leite(2006).



Foto 4 – Caminhão do Laticínio Carolina coletando, a granel, a produção leiteira nas propriedades.  
Autora: D. O Silva (2005)

A variação do preço pago pelo litro oscila de acordo com a qualidade do leite. Sabe-se que o laticínio tem a prática de realizar testes<sup>60</sup> antes de recebê-lo.

Pode-se dizer que a qualidade do leite produzido nas unidades não se enquadra totalmente nas normas do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL) e da Portaria 51, como mencionou

---

<sup>60</sup> Os testes de classificação como informou a Coordenadora L. M. são realizados assim que o leite chega ao Laticínio, sendo eles: Crioscopia (quantidade de água através de congelamento); acidez; gordura; proteína; extrato seco total (lactose e minerais); contagem de células somáticas e de antibióticos aplicados no gado.



L. M., Coordenadora de Qualidade e Desenvolvimento de Produção da Agroindústria Carolina.

Isso porque, embora as medidas nessa direção estejam adiantadas, o rebanho não é especializado na produção leiteira e o transporte da matéria-prima a granel ainda ocorre através de vasilhames de 50 litros cada.

O enquadramento ao PNMQL ocorre progressivamente devido à qualidade exigida pelas empresas que contratam o Laticínio Carolina para o fornecimento do leite. A matéria-prima industrializada é entregue às grandes redes de super e hipermercados do Brasil, as quais os transformam em produtos com suas marcas próprias (Carrefour, Extra e Coop), como pode ser verificado na Foto 5.



Foto 5 – Embalagens de iogurtes, com marcas próprias de redes de hipermercados, envasados pelo Laticínio Carolina de Ribeirão Claro (PR) e distribuídos para todo o país.  
Autora: D.O Silva (2006)

Ao se identificar a importância econômica da pecuária nas propriedades rurais, verificou-se que a renda obtida com essa atividade foi destacada em 122 propriedades visitadas (77,7%). Esta renda é

proveniente da venda diária de leite e, periodicamente, de bezerras. As vacas não mais rentáveis são vendidas para a renovação do rebanho.

Dos 122 produtores de leite, há 5 propriedades que possuem a criação animal apenas para o consumo, sendo que o leite não é comercializado. Esses produtores correspondem a 4,0% do total de pesquisados.

Ao ser analisada a matéria-prima, os casos mais comuns encontrados são o excesso de água e a presença de antibióticos.

No primeiro caso, o produtor é comunicado, sendo descontado do valor a ser recebido pelo preço do litro de leite. No caso de reincidência (por má fé) este não fornecerá, por 2 meses, a matéria-prima. Se, ainda persistir o problema, o produtor é descredenciado.

Já no segundo caso, inicialmente o produtor é comunicado sobre a necessidade do descarte total da matéria-prima proveniente das vacas vacinadas. Segundo informações da Coordenadora, é muito rara a reincidência.

A captação leiteira do Laticínio Carolina ocorre apenas nos municípios do Estado do Paraná, em particular da Mesorregião Norte Pioneiro. Estes municípios atendidos pela agroindústria pertencem às Microrregiões de Jacarezinho (Ribeirão Claro, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Jundiá do Sul) e de Wenceslau Braz (Carlópolis, Siqueira Campos, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Wenceslau Braz e Tomazina).

No ano de 2006, o Laticínio Carolina produzia iogurte, requeijão e mussarela. O iogurte é o carro-chefe de sua comercialização, atingindo os mercados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Foi iniciada a sua expansão para o mercado do Norte brasileiro (Estado do Acre), conforme nos informou o gerente administrativo da agroindústria, o senhor C. H., em entrevista realizada em Janeiro de 2006. Na foto 6, observa-se o abastecimento do caminhão refrigerado do Laticínio para distribuição no mercado consumidor.



Foto 6 – Caminhão sendo abastecido com subprodutos derivados de leite na saída da câmara fria do Laticínio Carolina, em Ribeirão Claro(PR), para disponibilizar no mercado consumidor.  
Autora: D. O Silva (2006)

Paulino (2003) relata que se o produtor dependesse apenas da produção leiteira não conseguiria se manter, pois a maior renda gerada é absorvida pela indústria e comércio.

Constatou-se, dentre os pesquisados, que as únicas formas de manutenção foi a diversificação de atividades ou então a ampliação do rebanho para a produção leiteira.

Mesmo assim, a subordinação destes às Agroindústrias (Carolina e AGROJAC), é vista com bons olhos, pois como já salientado, a atividade leiteira apresenta menores riscos, com retorno garantido.

Portanto, a criação de gado e a pecuária leiteira constituem-se em atividades importantes como geradoras de renda. Entretanto, não devem ser consideradas como únicas, pois há a diversificação nas propriedades rurais, onde se encontra a sericicultura, a avicultura e o cultivo de lavouras.

### 3.2 A SERICICULTURA E A AGROINDUSTRIA PROCESSADORA

Segundo Zaia (2005), no Brasil, a seda foi introduzida no século XIX durante o reinado de Dom Pedro I, no município de Itaguaí(RJ). Neste local foi instalada a primeira indústria de seda nacional, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense.

Em 1930, contando com a participação de colonos japoneses no município de Bastos (SP), iniciaram-se as experiências com a criação da lagarta do bicho-da-seda. Na década de 1940, foi fundada a Fiação de Seda Bratac S.A., nesta cidade.

No princípio das atividades da Bratac, em fins da década de 1950 e começo dos anos de 1960, a quase totalidade da criação do bicho-da-seda era desenvolvida por imigrantes japoneses.

No Estado do Paraná, a lagarta do bicho-da-seda surgiu, pela primeira vez, no município de Cambará, a 15 km de Jacarezinho. Nesta cidade, a Fábrica de Fiação de Seda Paranaense foi instalada em 1932, porém, a criação da lagarta em escala comercial começou na região de Ibaiti.

Em 1972, instalava-se, no estado, a primeira fábrica de fiação da seda: a Kanebo Silk do Brasil, atual Fujimura do Brasil, no município de Cornélio Procópio.

De acordo com a publicação da ABRASSEDA(2004), a evolução da sericicultura foi muito importante, no âmbito social, pois trata-se de uma atividade que gera um(1)emprego direto no campo para cada hectare de amoreira plantada.

Isto contribuiu para a fixação do homem no campo, mesmo com a superexploração da mão-de-obra em todo o processo, favoreceu a redução da migração da população rural para os grandes centros. Possibilitou, ainda, a geração de aproximadamente 40.000 empregos diretos no espaço rural.

A produção de casulos de bicho-da-seda no Brasil, segundo Brancalhão (2005) está dividida entre os Estados do Paraná (87,7%) e São Paulo (12,3%), sendo que a industrialização da seda subdivide-se em 53,4% no Paraná e 46,6% em São Paulo.

Oliveira(b) (1997) salienta que o sistema de produção de fios está completamente oligopolizado por apenas 4 empresas, sendo elas: Bratac (59%), situada em Bastos (SP); Duartina (SP), e Londrina (PR); a Kanebo - atual Fujimura (22,0%), situada em Cornélio Procópio (PR); a COCAMAR (11,0%), em Maringá (PR); e a Kobes (8,0%), em Marília (SP).

Segundo a Associação Brasileira de Fiações de Seda (ABRASSEDA, 2004), no ano de 2001 foram cultivados 24.441 hectares de amora no Estado do Paraná, o que resultou em uma produção de 9.351 toneladas de casulos verdes, representando mais de 80,0% da produção nacional.

Entre os agricultores familiares estudados, no município de Jacarezinho, a sericicultura está presente em 30 propriedades rurais como a principal atividade rentável, representando 19,1% do total de produtores pesquisados.

Apesar de ser uma atividade em que a produção envolve os produtores que dispõem de menores recursos financeiros, a sericicultura não está voltada ao consumo no mercado interno; ela direciona-se aos grandes compradores mundiais, como: Japão, Índia, Coréia do Sul, França, Turquia e Suíça.

Em outras palavras, é incipiente o mercado para os fios de seda no Brasil, o que lança os produtores em um circuito ainda mais instável, ocasionado pelas medidas protecionistas adotadas na importação, por parte dos países consumidores.

Watanabe et al. (1997) mencionam que neste contexto a atividade torna-se bastante peculiar, tendo em vista as oscilações, tanto das condições internas dos países compradores, como da economia mundial. Isso pode afetar diretamente os sericultores, alternando momentos de retração e de expansão da atividade.

É sabido que, nas últimas décadas, o preço da maioria dos produtos primários tem oscilado e isso também se aplica à sericicultura. O quilo do fio de seda da melhor qualidade, em 1998, era

vendido a US\$ 45 e, em 2005, alcançou US\$ 22,76 no mercado internacional<sup>61</sup>.

A pequena participação brasileira no mercado internacional exige alternativas para a própria sobrevivência das empresas citadas, devido à limitação de preços e estoques da China.

Resta-lhes concorrer em mercados diferenciados que privilegiam a qualidade superior do produto. Portanto, são esses nichos que as empresas têm explorado, garantindo a colocação de sua produção, a qual é considerada como uma das melhores do mundo, conforme destacado por Watanabe et al.(1997).

Não há dúvida de que o ritmo desenfreado do mercado impõe às agroindústrias a sua adequação, sob pena de encerrarem suas atividades. Com igual intensidade recai sobre os produtores a responsabilidade, pois a qualidade do fio da seda é determinada pelos processos de produção dos casulos, mesmo com diferentes condições naturais, as quais interferem no produto final.

Segundo Paulino (2003) é neste contexto em que se deparam os integrados na sericicultura. Enquanto não existiam limites precisos no mercado internacional de fios de seda, a conquista de produtores foi fundamental para a consolidação das empresas fiadoras.

No caso do Estado do Paraná, esse processo teve início nos anos de 1970, com a implantação da atividade, e se estendeu até meados dos anos de 1990, com mais de 8.000 sericultores integrados, os quais responderam por uma produção superior a 13.000 toneladas.

Portanto, a expansão da atividade no Estado foi considerável, mesmo que o mercado tenha demonstrado uma queda nos preços dos fios de seda. Tal expansão deve-se à diferença cambial: a desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar compensou, em parte, as perdas reais sofridas no preço dos fios de seda no comércio internacional.

Paulino (2003) evidencia a ocorrência, a partir de então, de grande crise no setor, fato coincidente com a mudança cambial atrelada ao Plano de Estabilização Econômica de 1994, ou seja, o Plano Real.

---

<sup>61</sup> Dados fornecidos pela ABRASSEDA referentes a 1998 e Penachio (2007).

Watanabe et al. (1997) destacam que apesar dessa conjuntura, a sericicultura tem a seu favor o baixo custo de implantação.

Segundo informações da Agroindústria Fujimura do Brasil S/A e dos próprios sericicultores pesquisados em 2005, é possível fazê-la com cerca de R\$ 5.000,00. Evidentemente, este custo desconsidera o preço da terra, que é de aproximadamente R\$ 30.000,00<sup>62</sup> o hectare, no município de Jacarezinho.

Então, é esse frágil balanço que ainda faz da sericicultura uma atividade atrativa para os agricultores familiares. A qualidade dos casulos é decisiva para a permanência dos integrados neste ramo.

Assim, a crise desencadeada pelo Plano Real refletiu na sericicultura, presente na fala de vários produtores. Em 6 propriedades rurais visitadas, foram encontrados barracões ociosos, que, momentaneamente, transformaram-se em depósito para a armazenagem de maquinários; ferramentas; e, até de colheitas, pois aguardam a melhoria na atividade sericícola.

De acordo com entrevista concedida em Janeiro de 2006, na Fujimura do Brasil S/A, no município de Cornélio Procópio (PR), o técnico H. K., informou que, no início desta criação, na região, o produtor interessado pela sericicultura só a abandonava se quisesse.

No período da pesquisa, foi informado que a empresa selecionava os produtores interessados em desenvolver a atividade na sua propriedade. Especialmente as que estivessem localizadas com fácil acesso e que seguissem as normas que garantiriam a qualidade na produção de casulos. Os que não atendessem a essas especificidades deverão ser eliminados dos quadros da integração.

Constatou-se que a orientação das agroindústrias mudou, pois parte do território monopolizado pela sericicultura já se encontrava consolidada, ou pelo menos, havia um círculo estável de produtores que asseguravam as metas de produção da fiação.

Há três fatores primordiais na definição da qualidade dos casulos: tamanho, forma e limpeza. Os técnicos deixam claro que isso

---

<sup>62</sup> Informação obtida por meio de consulta (via telefone) realizada em Fevereiro de 2006 em quatro (4) corretoras de imóveis do município de Jacarezinho.

depende exclusivamente do manejo das lagartas do bicho-da-seda, ao longo das fases, sob responsabilidade dos produtores.

Com relação à cadeia produtiva, Yamaoka et al. (1997) descreve os seguintes segmentos dessa cadeia da seda: sementagem (produção dos ovos); berçário; cultivo de amoreiras e criação das lagartas do bicho-da-seda; fiação de seda crua; torção de seda crua; tecelagem; confecção; e, comercialização.

A produção de seda não é algo familiar à maioria das pessoas. O ciclo da lagarta corresponde a cinco idades. As lagartas ficam na Agroindústria até a segunda idade, em torno do 7º dia.

Watanabe et al. (1997) salientam que as duas primeiras idades completa-se dentro das indústrias, que mantêm guardadas, sigilosamente, as matrizes e as estratégias de cruzamento, a fim de obterem raças híbridas que apresentem melhor produtividade de seda.

O cruzamento é orientado por duas características básicas: alto teor de seda e resistência a doenças (acentuadas nas raças japonesas e chinesas, respectivamente). Após a postura, os ovos podem ser estocados por até seis meses, contribuindo para que a distribuição das lagartas, entre os produtores, obedeça a uma programação.

A eclosão de ovos é controlada na Agroindústria; nesta ocasião as lagartas necessitam alimentar-se, ininterruptamente, com folhas de amoreiras. Isto faz com que a empresa faça uma distribuição restrita das lagartas, operacionalizando num raio de ação compreendido numa distância máxima de 30 a 40 km.

No caso dos produtores de Jacarezinho, há um agendamento prévio do dia e horário para o recebimento das lagartas, pelos produtores rurais, no entreposto localizado na cidade(Foto 7).

Para enfrentar a dispersão dos sericicultores, a empresa trabalha com uma estrutura de entrepostos, distribuídos, entre as regiões produtoras para a coleta dos casulos.

---





Foto 7 – Entrepósito da Agroindústria Fujimura do Brasil, situada próxima da BR-153, no município de Jacarezinho/PR.  
Autora: D. O Silva (2006)

O beneficiamento dos casulos do bicho-da-seda ocorre no município de Cornélio Procópio (distante 85 km de Jacarezinho), pela Companhia Fujimura do Brasil S/A (Foto 8).

Os agricultores familiares desenvolvem as etapas de cultivo de amoreiras e criação das lagartas. Nesta etapa, após passarem uma semana no berçário (unidade de criação pertencente à Agroindústria sericícola), as lagartas são entregues aos produtores, estes tornam-se os responsáveis pela criação das mesmas e deverão alimentá-las com folhas frescas de amoreira, até a formação do casulo.



Foto 8 - Companhia Fujimura do Brasil S/A, situada na BR-369, no município de Cornélio Procópio/PR.  
Autora: D. O Silva (2006)

Quando as lagartas atingem o tamanho máximo de 70 a 80 mm de comprimento, em cerca de 30 dias, passam a produzir os casulos.

Ao final deste período, cada lagarta produz um casulo de seda em estruturas especiais chamadas de 'bosque'. Após esta fase, o casulo é 'recolhido' e classificado pelos produtores antes de serem entregues às fiações, onde serão reclassificados, desidratados e armazenados até o momento da fiação, como menciona Yamaoka et al. (1997).

Dentro do casulo, a lagarta transforma-se em crisálida e com 10 ou 12 dias, esta se metamorfoseia novamente em mariposa. Porém, é feito um tratamento térmico para evitar a eclosão.

O casulo é constituído por um novelo de fio que atinge entre 700 e 1200 metros. Para desfiá-lo, utiliza-se água quente a 60<sup>o</sup>C a fim de dissolver a cola, chamada sericina. O fio, então, se solta fazendo com que a ponta seja encontrada.

No Brasil, um criador de lagarta do bicho-da-seda possui, em média, 2,9 hectares plantados com amoreiras e para cada hectare plantado, produz-se 477 Kg de casulo por ano. O valor pago pelo quilo

do casulo é de aproximadamente US\$3,00<sup>63</sup>, como informado pela ABRASSEDA (2004).

No município de Jacarezinho, pôde-se apurar, junto aos produtores rurais, em Janeiro de 2006, que o preço pago pela Agroindústria de fiação ficava em torno de R\$ 6,00 a R\$ 7,00, o quilo. Dependendo da classificação do casulo, o preço poderia chegar a R\$ 11,00 o quilo, no caso de matrizes. Segundo Penacchio (2007), no Estado do Paraná, o preço médio é de US\$ 2,60/kg<sup>64</sup>.

Em regiões de condições climáticas favoráveis, um produtor pode realizar até 8 criadas/ano. Cada criada eqüivale a um ciclo da fase jovem até a produção do casulo.

Mesmo assim a sericicultura é uma atividade que gera renda em curto prazo, pois 6 meses após o plantio das amoreiras é possível se obter as primeiras produções de folhas de amoras.

A atividade permite, aos criadores, geração de uma renda mensal, num período de 6 a 10 meses por ano, conforme as condições favoráveis de clima e solo, permitindo três cortes de amoreira e até dez criadas anuais.

A exigência dos cuidados na sericicultura torna a integração a melhor opção para o fornecimento regular da matéria-prima, pois o não-pagamento de todo o trabalho familiar contido nos casulos é decisivo na composição da taxa de lucro da agroindústria.

Caso a atividade produtiva fosse realizada através da remuneração assalariada, o preço da matéria-prima seria elevado, uma vez que a legislação trabalhista estabelece jornadas máximas e adicionais noturnos.

Portanto, o valor do trabalho que lhe é subtraído nos preços finais pagos pela sua produção, é maior do que se subtrai nas condições de exploração do trabalho nas relações capitalistas, como enfatiza Paulino (2003).

---

<sup>63</sup> A cotação do dólar comercial em dez/2004 (ano da publicação da ABRASSEDA), variou entre R\$ 2,71 e R\$ 2,65, o que significa que o quilo do casulo era de aproximadamente R\$ 8,00. Disponível em: <http://www.financeone.com.br/histdolar.php>, acesso em 14/05/2008.

<sup>64</sup> A cotação do dólar comercial em 2007 em média ficou na casa de R\$ 1,90, o que significa que o quilo do casulo era de aproximadamente R\$ 5,00. Disponível em: <http://www.financeone.com.br/histdolar.php>, acesso em 14/05/2008.

Entre as atividades desenvolvidas na área pesquisada, a sericicultura é a que requer mais cuidados diferenciados. Isto porque, a agropecuária é regida pela luz solar, enquanto que o ciclo do dormir e do acordar das lagartas é indiferente da noite e do dia, modificando a rotina dos produtores e de suas famílias que os criam. Na fase final da criação é necessário trabalhar quase 24 horas por dia.

Watanabe et al. (1997) esclarecem que a fragilidade da espécie determina que nenhuma falha seja cometida durante o manejo, em particular nas três últimas fases, as quais ocorrem sob os cuidados dos produtores.

Conforme já mencionado, os entrepostos são os pontos de distribuição de lagartas do bicho-da-seda, cabendo aos produtores retirá-las nas datas e horários estipulados.

É importante lembrar que as lagartas são vendidas na forma de adiantamento aos produtores, devendo ser saldada a dívida, na entrega dos casulos.

Para que cheguem ao destino, em condições de transporte nem sempre convencionais, são utilizadas caixas de papelão com dimensão variável entre 1,20 e 1,50 m<sup>2</sup>.

Essa é a medida para o dimensionamento da atividade, que não é padronizado entre as empresas, variando de 33.000 a 40.000 lagartas por caixa, que, em termos de peso, representa de 10 a 20 gramas.

Considerando a duração dos ciclos diretamente relacionados com as estações do ano, Zanetti (2005) esclarece que a terceira idade (Foto 9) compreende um período médio de 72 horas em que as lagartas ficam ativas, seguidas de 36 horas de sono.

Ao acordarem, ingressam na **quarta idade**, com igual duração de atividade e sono. Assim, passados cerca de 9 dias, as lagartas adentram a **quinta idade**, fase em que permanecerão acordadas ao longo de seis a sete dias, perfazendo um período de atividade de, aproximadamente, 160 horas. É o momento em que elas param de se alimentar e iniciam a subida aos bosques onde tecerão os casulos.

---



Foto 9 – Lagartas do bicho-da-seda em propriedade visitada, na terceira idade, alimentando-se das folhas das amoreiras.  
Autora: D. O Silva (2006)

Zanetti (2005) esclarece que os bosques (Figura 8) são estruturas quadriculadas de papelão, comportando, cada quadrícula, apenas uma lagarta e, conseqüentemente, um casulo.

Durante os períodos de dormência, as lagartas se mantêm imóveis, presas aos galhos de amoreira que serviram de alimento. São as fases de menor intensidade de trabalho aos criadores. Os cuidados restringem-se a três aplicações diárias de cal hidratada sobre as mesmas, a fim de evitar a proliferação de fungos, altamente prejudiciais ao seu desenvolvimento.

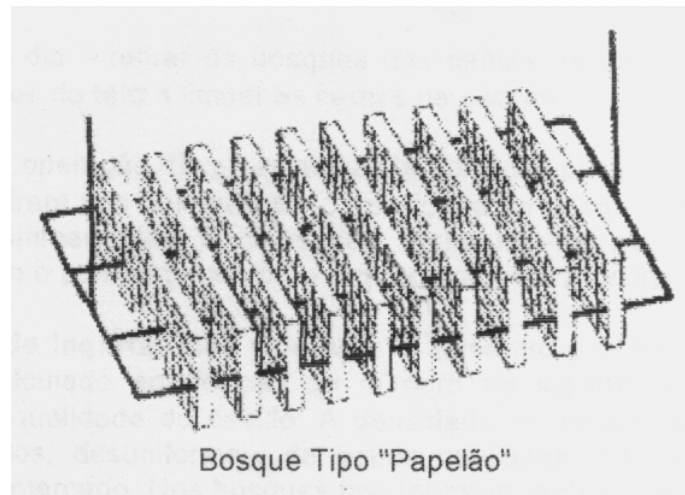


Figura 8 – Bosque tipo “papelão”, com 156 células de encasulamento para as lagartas, usado pelos produtores visitados.  
Fonte: Zanetti (2005)

Porém, há a iminência do ataque de predadores, que são os mais variados: pássaros; roedores; répteis; insetos, etc., de forma que a vigilância deve ser constante. Segundo o representante da Agroindústria Fujimura, cerca de 30,0% de perda das lagartas está relacionada a ocorrências dessa natureza.

A sericicultura é uma das atividades que torna o trabalho familiar indissociável, viabilizada justamente pelo envolvimento dos membros da família, desde as crianças até os idosos, em atribuições que não requeiram grande esforço físico.

É o que se verifica nessas fases de dormência, quase sempre a cargo dos indivíduos de menor vigor físico, ficando os demais, liberados para os trabalhos mais pesados, seja na lavoura da amoreira ou em outras, dentro ou fora da propriedade rural.

Mas, quando estão acordadas, as lagartas exigem cuidados intensivos para a melhoria da qualidade, sendo esta a etapa decisiva, pois a alimentação adequada definirá os resultados.

Em outras palavras, a produtividade da sericicultura está relacionada com a alimentação das lagartas, que varia de acordo com a fase de seu desenvolvimento.

Dessa maneira, o cultivo das amoreiras, alimento exclusivo das lagartas, necessita de um cuidado especial.

Tudo isso implica em trabalho e custos, tendo em vista que os nutrientes no solo são necessários para a manutenção de arbustos resistentes e viçosos, mesmo com podas constantes. A retenção de substâncias estranhas nas plantas afetará diretamente as lagartas, pois as primeiras serão ingeridas pelas mesmas.

Zanetti (2005) observa que para o controle das espécies invasoras deve-se recorrer ao manejo manual das pragas. Normalmente três (3) hectares de cultivo compreendem uma intensidade do trabalho no barracão e da dimensão da lavoura, desenvolvido pela exploração agrícola familiar.

A incapacidade das lagartas em tolerar substâncias químicas não se restringe apenas ao alimento ingerido. O ambiente circundante deve ser inodoro e igualmente livre de partículas tóxicas.

Zanetti (2005) deixa claro que esse é um dos motivos pelo qual a atividade tende a concentrar-se em bairros rurais. Por tratar-se de *locus* privilegiado dos agricultores familiares, prevalece a policultura fundada em um manejo apenas parcialmente apoiado em agrotóxicos, já que os custos do pacote tecnológico são elevados.

No domínio das monoculturas, a sericicultura é praticamente inviabilizada, em decorrência da concentração regular de agrotóxicos no ar, derivada das pulverizações nas plantações.

Na ocasião da pesquisa foram visitados dois (2) produtores que abandonaram a atividade em virtude da introdução de agentes desfoliantes no manejo da cana-de-açúcar de outras propriedades rurais.

A utilização de insumos altamente agressivos não se restringe a essa cultura, estando eles presentes em, praticamente, todas as lavouras cerealíferas.

Na ausência de agentes exteriores, o desafio para que os produtores possam alcançar índices satisfatórios de produtividade está nas técnicas de corte e distribuição das amoreiras para as lagartas.

Zanetti (2005) esclarece que as lagartas não enxergam, ficando impossibilitadas de buscarem o seu próprio alimento. Assim, este deve chegar até elas e em condições para que as mesmas possam

identificá-lo. É o cheiro da amoreira que as atrai e esse odor é exalado apenas pelas folhas frescas. Portanto, ao murcharem, deixam de servir-lhes como alimentos.

Ocorre que o acúmulo de folhas murchas é altamente favorável à fermentação e proliferação de fungos, que geralmente são fatais às lagartas.

Enquanto acordadas, devem comer sem parar, por isso a quantidade servida deve ser exata.

As três aplicações de cal hidratada, sobre as camas de criação, tem por objetivo reter o excesso de umidade e, assim, minimizar os riscos de contaminação.

Na Figura 9 pode-se observar a parte da amoreira que deve ser destinada à alimentação das lagartas em suas idades adequadas.

O dimensionamento da criação vai depender das condições da lavoura, mas em média, cada caixa com 33.000 lagartas requer cerca de um hectare cultivado. Após dois anos de plantio, os arbustos se recuperam mais rápido das podas. No primeiro ano de cultivo, o número de caixas a serem criadas, necessariamente, deve ser menor.

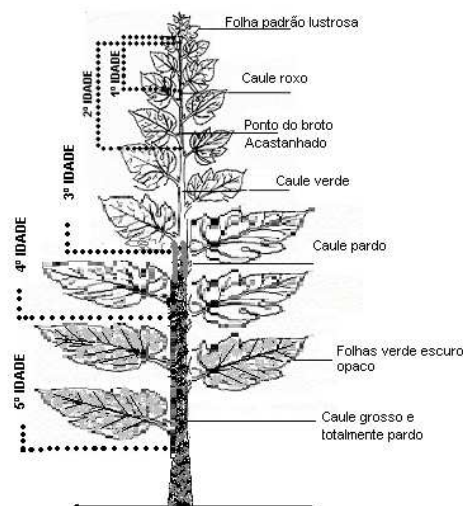


Figura 9 – Padrão de folhas de amoreira adequadas para cada idade da lagarta do bicho-da-seda.

Fonte: Corradelo (1987)



Para a terceira idade, as folhas devem ser tenras da parte superior dos galhos, cujos talos ainda estão verdes.

Ao adentrarem a quarta idade, a consistência das folhas encontra-se nos galhos, abaixo do limite anteriormente mencionado, em torno de 30 centímetros.

Por fim, na última idade, devem ser servidas as folhas mais duras, presentes na parte inferior dos galhos.

Assim, para que haja uma boa produção é necessária uma seleção do alimento servido às lagartas, diferenciando o corte das amoreiras, de acordo com as várias idades e respeitando o manejo em talhões.

Para garantir alimentos nos oito meses em que é possível criá-las, procede-se a três podas: a primeira, no final do mês de Maio, quando o ciclo anual é encerrado; a segunda acontece no início do mês de Julho; e, a terceira ocorre no início de Agosto.

Desta forma, é possível adequar o estágio do vegetal à retomada da atividade, em meados de Setembro.

A sericicultura possui um calendário peculiar que interfere no ritmo e na divisão do trabalho, no interior da unidade produtiva. No período em que as lagartas devem ser alimentadas, a incidência de luz solar rege o trabalho dos diferentes membros da família.

Conforme já destacado, as folhas, ao serem servidas, devem estar frescas. Por isso em todo barracão de criação há um depósito para os ramos das amoreiras.

De acordo com os produtores pesquisados, ao amanhecer, os homens cortam as folhas de amoreira para a alimentação das lagartas durante o dia. Estas são transportadas até o barracão, pelas carroças puxadas por animais. O número de viagens depende da capacidade diária de consumo das lagartas.

Enquanto alguns membros da família ocupam-se desta tarefa, outros distribuem, para as lagartas, as folhas e os novos ramos sempre que necessário.

Normalmente, este trabalho é realizado por pessoas idosas, mulheres e crianças. Também regam as folhas que se encontram no

depósito, para não murcharem facilmente. À noite, é comum todos se revezarem nessa tarefa.

Paulino (2003) esclarece que o sol é referência para a colheita das folhas da amoreira, para o trabalho dentro dos barracões, como ainda para o ciclo biológico da lagarta. Entre os meses mais quentes e os mais amenos, essa diferença chega a cinco dias.

Na Foto 10 pode-se observar a organização interna de um barracão que abriga as lagartas que chegaram há dois dias e estão na 3ª idade.

Os lotes de lagartas são dispostos longitudinalmente no barracão, garantindo o espaço para a circulação de pessoas que cuidam da alimentação e assepsia do local.

A necessidade de distribuição de alimento varia com o ritmo da temperatura, como também da conservação das folhas em condições de serem consumidas pelas lagartas.



Foto 10 – Organização do barracão para a criação das lagartas do bicho-da-seda.

Autora: D. O Silva (2006).

Por estes motivos, o trabalho pela manhã é intenso, com maior consumo de folhas pelas lagartas. Com o calor, as folhas murcham e as lagartas comem menos.

Ao entardecer, o ritmo de consumo intensifica-se novamente, prolongando-se por toda a noite.

Na quinta idade, o ritmo do consumo das folhas, pelas lagartas, é tão acelerado que o som produzido assemelha-se ao do cair da chuva.

Portanto, o ritmo da sericicultura é bastante particular, com atenção e cuidados extremos, pois existe a hora certa e a forma correta de distribuir os ramos da amoreira.

Havendo excesso, as folhas murcham sem serem consumidas, dificultam o saneamento no barracão, e a quantidade insuficiente diminui o desenvolvimento das lagartas, o que reflete na qualidade e quantidade dos fios de seda.

Ao final do ciclo é necessário que os produtores fiquem mais atentos às mudanças, pois as lagartas buscam, instintivamente, um local para se instalarem (bosques).

Caso este ciclo não seja interrompido, transformar-se-ão em crisálidas. Nesta fase tecerão os casulos em um único fio de seda, cujo comprimento varia de 700 a 1.200 metros, como ressalta Zanetti (2005).

Não basta aos criadores baixarem os bosques a uma altura que as lagartas possam alcançá-los. É preciso cuidar para que mais de uma não se aloje na mesma quadrícula, o que produziria casulos duplos, tornando-os sem valor comercial.

O mesmo se aplica aos casulos deformados ou manchados, exigindo dos sericultores extremos cuidados com os bosques, sendo este o equipamento mais caro dentro do barracão.

Por tratar-se de um equipamento material e estruturalmente frágil, a durabilidade dos bosques é de, no máximo, 8 anos.

Para que haja essa durabilidade faz-se necessário alguns cuidados, tais como: estocagem; montagem; desmontagem; e, manuseio após a retirada dos casulos e da deposição de excrementos das lagartas, durante os sete dias em que ali permanecem.

Assim, ao serem retirados os casulos, os bosques devem receber sol até secarem completamente, caso contrário haverá comprometimento do artefato. Cada quadrícula deformada ou suja não poderá mais alojar lagartas nas crias subseqüentes, sob pena dos casulos não terem qualquer valor comercial, como enfatiza Zanetti (2005).

As condições de alojamento das lagartas, nos bosques, se observado o manejo adequado durante a permanência no barracão, é que definirão a renda dos produtores. A qualidade é mensurada pela aparência do casulo entregue à indústria.

Nesse caso, os critérios são: forma perfeita e limpeza irretocável.

Para a valorização da matéria-prima é necessária a pré-seleção antes da entrega dos casulos. A fim de evitar o máximo de perdas é preciso retirar e realocar as lagartas que se acomodaram em quadrículas defeituosas ou em duplas. Por isso a conservação dos bosques torna-se imprescindível.

A pré-seleção feita pelos sericicultores, garantirá lotes homogêneos, de modo que os melhores possam se enquadrar nas classificações superiores, entre os casulos de primeira e os de segunda(Figura 10).

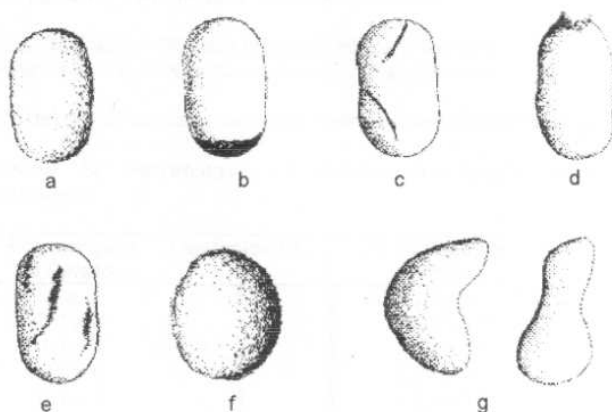


Figura 10 – Defeitos comuns em casulos do bicho-da-seda: a) casulo de primeira, b) manchado, c) riscado, d) furado, e) sujo, f) duplo e g) irregulares.  
 Fonte: Zanetti (2005)

Uma das estratégias das agroindústrias para obter a melhoria da qualidade está no pagamento de prêmios escalonados sobre o preço bruto do quilo de casulo, fixado a partir de um padrão mínimo de qualidade. Abaixo deste, os preços podem chegar à metade do que efetivamente se paga pelos melhores casulos.

Como critérios de classificação são utilizadas duas variáveis: peso e aparência.

O peso é determinado pelo tamanho da lagarta. A partir daí são definidos os prêmios, que variam de dois a dez por cento do preço bruto, em ordem inversamente proporcional ao número levantado, limitado a 290 casulos por amostra.

Com relação à aparência, na mesma amostra é feita a seleção, com o objetivo de se levantar o índice de casulos abaixo do padrão. Assim também, são adicionados percentuais de dois a dez por cento do preço base até o limite de 5,0% de descarte daqueles imperfeitos.

É por essa razão que uma seleção bem feita no barracão evita a definição de uma qualidade média, subvalorizando o preço do percentual com padrão de qualidade superior.

O contrato de integração menciona que todos os casulos serão recebidos pela indústria, mas os engenheiros de produção, da Agroindústria Fujimura, entrevistados, afirmam que, atualmente, o processamento daqueles pequenos, mal formados ou sujos representa prejuízos para a empresa, mesmo que o preço pago aos produtores seja muito baixo, chegando a menos de um dólar por quilo<sup>65</sup>.

Os casulos menores resultam em fios de seda menores, que no processo de enrolamento requerem emendas. Estas depreciam o preço do fio industrializado e oneram os custos com mão-de-obra.

O processo de industrialização é feito através do desenrolar do fio de cada casulo e o seu posterior enrolamento, até atingir enormes carretéis de fios de seda. Todos os fios possuem emendas manuais, as quais são realizadas por mulheres, devido a delicadeza da tarefa.

São inúmeras as exigências da atividade sericícola, que para sua viabilidade requer trabalhadores especiais, em particular, no campo. O envolvimento desses trabalhadores com as necessidades diretas e indiretas das lagartas chega a interferir em toda a cadeia produtiva, assim também acontece com o ritmo das lagartas, as quais ditam a rotina e o ritmo de trabalho dos produtores.

Por tais motivos o trabalho familiar é absoluto na sericicultura. E à medida que se intensificam as exigências no tocante à qualidade, a seletividade entre os próprios sericultores coloca-se em outro patamar.

O cultivo da amora e o manejo das lagartas se fazem com baixa utilização de insumos e intensa ocupação de mão-de-obra. Esse manejo fica a cargo dos proprietários rurais conforme verificado nas 40 propriedades visitadas (25,5%).

Paulino (2003) ressalta que a sericicultura trata-se de uma atividade que 'inverte' a lógica da agricultura atual, com base intensiva dos fatores técnicos em detrimento da força de trabalho envolvida na produção. As demais culturas possuem ciclos de produção

---

<sup>65</sup> Em abril de 2005, os preços pagos aos produtores variaram entre R\$ 5,00 a R\$ 7,00 por quilo de casulo verde do tipo comercial para a produção de seda, sendo que o rendimento por caixa de lagartas criadas variou entre 50 e 70 quilos. Este valor aumenta para R\$ 11,00 o quilo caso o casulo seja de matrizes.

mais longos; diferentemente da sericicultura, cujo ciclo é bastante curto, o que atrai os produtores.

Desta forma, os ganhos são determinados pela escala de produção, já que a lucratividade dos agricultores familiares ocupados com atividades convencionais e exploradas sob bases capitalistas tem sido cada vez menor.

De modo geral, são os agricultores familiares proprietários que se submetem a uma rotina exaustiva, sobretudo na quinta idade, quando a voracidade das lagartas manifesta-se com a máxima intensidade. Nessa fase, o barracão encontra-se tomado pelas camas de criação, pelo seu excepcional crescimento.

Comparativamente, no início do ciclo, a caixa que contém cerca de dez gramas de lagartas, produzirá, no mínimo, cinquenta quilos de casulos, dos quais mais de 80,0% correspondem ao peso físico das lagartas metamorfoseadas.

A determinação explícita da agroindústria da seda em selecionar os integrados apóia-se nos pequenos detalhes. Para esta seleção leva-se em consideração as condições dos que controlam integralmente a atividade, sendo que estes são mais favorecidos. Isto tudo se manifesta nos resultados finais dos ciclos.

É evidente que a situação cambial instável, paralela à crescente pressão por melhoria da qualidade sem uma remuneração satisfatória, não afastam, dos vários produtores, a adoção de novas estratégias para a reprodução familiar centradas na manutenção da propriedade rural.

A sericicultura, como também as demais atividades primárias, encontra-se submetida aos ciclos de expansão e retração.

Não foram poucos os produtores que deixaram de produzir as lagartas, em torno de 6 produtores do total de propriedades visitadas. Ao mesmo tempo foram encontradas 2 propriedades rurais iniciando a atividade. Destes, um estava começando a cultivar a amoreira e, o outro, em fase de construção do barracão.

Houve a oportunidade de visitar propriedades rurais que associam a sericicultura com a avicultura de corte e a pecuária leiteira.

Enfim, os agricultores familiares recorrem às mais variadas estratégias e, um traço comum entre eles, é a disposição em colocá-la em segundo plano. Caso as atuais opções produtivas se esgotem, haverá a retomada dos diversos cultivos, de acordo com a dinâmica dos preços.

Entre os fatores que justificam a opção por outras lavouras a serem desenvolvidas, em que a sericicultura é colocada em segundo plano, está a dificuldade de conciliar a diversificação com as exigências dessa cultura.

Neste sentido, é uma atividade em que os produtores são obrigados a abdicar do lazer e das práticas sociais difundidas na comunidade, devido à alta exigência de cuidados que a sericicultura necessita.

As exigências tornam a sericicultura uma atividade desinteressante e incompatível com as relações assalariadas, pois, os custos salariais entram em contradição com as taxas de lucro consideradas satisfatórias para as agroindústrias.

Paulino (2003) enfatiza que a integração tem como base as atividades intensivas em que a taxa de lucro, para a agroindústria, é assegurada pela apropriação do sobretrabalho contido na produção da matéria-prima.

A mesma autora ainda menciona que, com a situação de reprodução social, com baixos índices de rentabilidade, contrasta a posição da agroindústria, que dela se alimenta.

Primeiro, porque a agroindústria possui a capacidade de agregar renda à produção primária, pois o processamento industrial permite o aproveitamento integral dos casulos. O cálculo para o pagamento da matéria-prima, aos produtores, está centrado apenas na qualidade da seda produzida.

As lagartas, fechadas nos casulos, são mortas pelo choque térmico aplicado, evitando a evolução para crisálidas. Nesta situação, possuem propriedades protéicas elevadas, então são aproveitadas na fabricação de ração para peixes.

E, a parte final dos casulos, que não permite a extração da seda em forma de fio, é submetida a um processo de fiação associado a



fios de algodão, dando origem à viscose, tecido de grande aceitação no mercado têxtil.

Em segundo lugar, concorrem para a garantia das taxas de lucro, as relações das agroindústrias com os recursos públicos, cujos financiamentos dos bosques para os sericicultores foram difundidos pela agroindústria.

No contexto em que os produtores são considerados ineficientes pela Agroindústria, estes tendem a ser eliminados. O vínculo financeiro derivado de adiantamentos para a produção da matéria-prima os sujeita às agroindústrias. O contrário também acontece, pois a integradora mantém o contrato enquanto a dívida não for quitada, independentemente da qualidade da produção entregue.

Essa é uma das razões pelas quais a agroindústria está recorrendo à linha de crédito denominada Agregação de Renda à Atividade Rural (AGREGAR), a qual é vinculada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Essa linha de crédito está voltada para as empresas integradoras em virtude das baixas condições de renda dos produtores vinculados, sendo estes os alvos privilegiados desse Programa. Desse modo, os recursos são creditados à integradora, que encarregar-se-á de repassá-los aos integrados.

Paulino (2003) deixa bem claro que há uma tendência, entre os produtores, de adoção do processo de integração.

Primeiro, porque ao deixar de adiantar recursos próprios para os sericicultores, as agroindústrias preservam o poder decisório de mantê-los ou não no quadro de fornecedores.

Segundo, porque a empresa se beneficia de um recurso público para incrementar o seu capital de giro a um custo monetário baixíssimo, visto que os juros para essa modalidade de empréstimo são de 4,0% ao ano. Trata-se da mesma taxa subsidiada a que tem direito os produtores mais empobrecidos.

Para a agroindústria recorrer a essa linha de crédito oficial é altamente vantajoso. Os agricultores familiares que obtêm o repasse, através dessa intermediação, perdem o direito de beneficiarem-se com uma outra linha de crédito do PRONAF, o Pronafinho, o qual

concede um rebate de cerca de 18,0% do montante emprestado aos que pagarem as parcelas em dia.

Com a competitividade no mercado de fios de seda, a necessidade de reduzir custos e ganhar em qualidade, tornou comum a prática de débitos dos integrados para a manutenção dos contratos com a integradora.

Ao disponibilizar crédito para a viabilização da atividade, a intervenção do estado não modifica a renda dos sericicultores. Para estes, saldar os débitos sem o rebate e acrescidos de juros, ainda que mínimos, não é tarefa fácil, mesmo com a baixa renda da atividade.

Concomitante a agroindústria é livre para, a qualquer momento, rescindir os contratos, sem o resgate dos investimentos realizados pelos sericicultores.

Mesmo com a subordinação dos produtores, os riscos e entraves, a sericicultura é uma importante atividade agroindustrial, a qual contribui, substancialmente, para a economia rural.

A atividade desenvolve-se, sobretudo, nas propriedades rurais onde predomina o trabalho familiar. Representa uma alternativa para a melhoria da renda das famílias e contribui para a diminuição do êxodo rural.

### **3.3 A AVICULTURA DE CORTE E A AGROINDUSTRIA PROCESSADORA**

Richter; Fietcher e Guimarães (2002) mencionam que estimulado pelo preço competitivo em relação às demais carnes, o frango apresenta-se como a principal proteína animal comercializada.

Em termos globais, o aumento relativo da participação do frango no consumo *per capita* de carnes deriva basicamente dos seguintes fatores:

- a) queda no consumo de carne vermelha na maioria dos países ricos, em decorrência, principalmente, das preocupações com a saúde, da sanidade com a carne e de ordem ambiental;

- b) melhor capacidade de coordenação da cadeia agro-industrial do frango e uma política consolidada de *marketing* por parte das agroindústrias, manifestando-se na exploração genética do produto e no desenvolvimento de marcas comerciais de amplo conhecimento do consumidor; e,
- c) importantes ganhos de produtividade em decorrência de intensas melhorias tecnológicas do produto e do processo de produção, aproveitando-se de economias de escala, melhoria e padronização da alimentação, controle de doenças etc.

Na última década, o Brasil apresentou um crescimento de 129,0% na produção de carne de frango, com consumo *per capita* interno passando de 2,4 kg/hab./ano em 1970 para 12,8 kg/hab./ano em 1987; de 23,8 kg/hab./ano em 1997 para 36 kg/hab./ano em 2001, como ressaltam Richter; Fietcher e Guimarães (2002).

Para esses autores, diversos processos contribuíram para esta elevação, dentre eles o crescente processo de urbanização brasileiro, associado à evolução da participação feminina no mercado de trabalho, bem como a rápida e inevitável globalização dos processos econômicos.

Tais fatores vêm acirrando a competição e reforçando a necessidade da fabricação de produtos de maior valor agregado, oferecendo alternativas de praticidade e rapidez na elaboração das refeições.

Dessa forma, empresas dos mais variados portes e com características diferenciadas de produção voltam sua atenção para o desenvolvimento de novos produtos, prontos e semi-elaborados, numa clara tendência de substituição gradativa do tradicional frango inteiro.

As indústrias avícolas, de acordo com Richter; Fietcher e Guimarães (2002) tomam como referência o preço internacional, o que conduz a um modelo de produção inserido na globalização de mercado.

Fatores estes que permitem o abastecimento do mercado interno a preços baixos e destina significativa parcela ao consumo internacional, num processo altamente gerador de empregos e renda.

Paulino (2003) menciona que no âmbito internacional, apesar da avicultura brasileira apresentar-se superavitária, o esforço para exportação enfrenta algumas barreiras, como as sanitárias e de subsídios dos países concorrentes.

Sendo o maior produtor de milho, o Estado do Paraná apresenta significativa vantagem comparativa (diminuição do custo de produção e oferta satisfatória de insumos) em relação a outras unidades da federação, com perspectivas de consolidação como o maior pólo avícola da América Latina.

A partir da implantação do Plano Real, em Julho de 1994, o setor avícola experimentou representativo aumento na demanda por seus produtos, face à melhora do poder aquisitivo da população.

Para fazer frente ao aquecimento do mercado, as empresas passaram, numa primeira etapa, a preencher os espaços vagos neste setor e, em seguida, houve a priorização de investimento com vistas ao aumento da produção do setor avícola estadual.

A atividade avícola de corte é realizada por meio de "modelos de integração", que segundo Rizzi (1993), Costa (1999) Ziebert e Shikida (2004), é o nome que se dá ao sistema de produção de frangos de corte, realizado em parceria de forma contratual com uma indústria ou cooperativa (integradora) com o produtor de frango (integrado).

A integradora fornece ao integrado, os pintainhos para crescer e engordá-los e a ração especial balanceada, que reduz o ciclo produtivo, garante maior rendimento de carcaça e assegura, à integradora, uma fonte de matéria-prima de boa qualidade e padronizada.

Com relação à avicultura na Microrregião Geográfica de Jacarezinho, esta ganhou expressão a partir dos anos de 1970, com a implantação de um abatedouro de frangos, em 1976, no município de Jacarezinho, denominado Avicultura Comércio e Indústria Ltda. - AVISCO.

Essa empresa contava ainda com uma fábrica de ração para animais e duas unidades de criação de aves, pertencentes a Renato da Costa Lima, como afirma Fresca (2000).

Esta empresa foi revendida à PARANAVISCO no início da década de 1980 que, por sua vez, revendeu-a à CONTIBRASIL (multinacional dos EUA) e, em Abril de 1989, foi revendida para a CEVAL Alimentos S.A.

No momento da aquisição da planta industrial pela CEVAL, a unidade operava com capacidade de abate de 20.000 frangos/dia, e envolvia cerca de 120 granjeiros regionais em sistema de integração.

Após a aquisição, a CEVAL remodelou a unidade, cuja capacidade de abate passou para 40.000 frangos/dia com a implantação de 3 turnos de trabalho e a diversificação das atividades.

Houve a implementação da linha de cortes, com o alcance, em Agosto de 1998, do abate de 75.000 frangos/dia, dos quais 60,0% para corte e 40,0% para aves inteiras. Essa produção envolveu 315 granjeiros em sistema de integração, como informa Fresca (2000).

Vinculada à unidade produtiva, a CEVAL contava, em 1998, com uma fábrica de ração com a produção de 9.000 toneladas/mês; granja de matrizes, com cerca de 80.000 ovos/pintainhos a serem entregues ao granjeiro para criação; e o incubatório.

Entre 1989 e 1998, 90,0% da produção foram direcionadas para exportação (Rússia, Argentina, Japão, Kuwait e outros países do Oriente Médio).

A partir de 1997, ocorreu uma reorganização empresarial, com vistas à ampliação das exportações. A diretoria responsável pelo comércio de aves da unidade de Jacarezinho (Foto 11), foi deslocada para Itajaí (SC), face à proximidade portuária, sendo esta reorganização provocada pela aquisição de 86,0 % do controle acionário da CEVAL Alimentos S.A, pelo Grupo Bunge & Born.

Tal reorganização também se refletiu no aumento da capacidade de abate e nas linhas de produção. O investimento de capital foi superior a US\$1.000.000,00 e a ampliação ocorreu em outro patamar tecnológico, com linhas de produção totalmente automatizadas, de acordo com as informações do senhor A. P., gerente administrativo da Seara Jacarezinho.

Para a expansão da capacidade de abate não houve a correspondente ampliação do número de granjeiros em Jacarezinho e

municípios vizinhos, fazendo com que a CEVAL obtivesse aves em Jundiaí - SP.

Segundo o gerente administrativo entrevistado, não houve a ampliação do número de granjeiros face à ausência de linhas de financiamento no Estado para este setor alimentício.



Foto 11 – Agroindústria Seara Alimentos S/A, situada no km 15 da BR-153, no município de Jacarezinho/PR.  
Autora: D. O Silva (2006)

Em Fevereiro de 1999 ocorreram novas alterações internas no grupo Bunge & Born com repercussões no município de Jacarezinho.

Ocorreu um reordenamento das atividades do grupo, com novos redirecionamentos no setor alimentício, culminando com a divisão do mesmo em 3 áreas:

- a) CEVAL Alimentos S.A.: vinculada ao setor de soja;
- b) Santista Alimentos S.A.: relacionada ao trigo e unidades produtoras de margarinas de origem vegetal; e,

- c) Seara Alimentos S.A.: ficou direcionada às proteínas animais através das plantas para abate de frango e suínos, com uma das filiais instalada no município de Jacarezinho, como pode ser visto na Foto 16.

Dentro das novas orientações empresariais, a unidade de Jacarezinho passou a denominar-se Seara Alimentos S.A., recebendo elevadas inversões de capital para ampliação industrial da capacidade de abate.

No ano de 2000 ocorreu um período de férias coletivas para que se pudesse fazer a ampliação e atingir a capacidade de abate de 120.000 frangos/dia destinados ao mercado externo. Esta capacidade foi ampliada para 150.000 frangos/dia em 2003, segundo informações fornecidas por A. P., gerente administrativo da Seara, em Jacarezinho.

De acordo com o Sr. A. P., a rejeição, por parte do agricultor, local e regional, em se vincular à criação de aves, dava-se em função dos custos elevados e da pequena rentabilidade obtida.

É importante destacar que a territorialidade da avicultura está relacionada à alocação física das agroindústrias, em vista das restrições que as distâncias entre os aviários e os abatedouros representam para a viabilização da atividade.

Neste contexto, as agroindústrias travam entre si uma 'luta' para a demarcação dos respectivos limites de atuação. Entretanto, como em qualquer situação em que também está em jogo o controle do território, os embates são permeados por períodos de estabilidade e acomodação<sup>66</sup>.

O território das agroindústrias, em termos de escala, apresenta uma fluidez compatível com a conjuntura que rege o mercado avícola, sendo que a sobrevivência delas depende da imposição e exigências colocadas aos produtores autônomos por meio dos preços e dos padrões de qualidade da matéria-prima.

---

<sup>66</sup> Ligadas por dificuldades e interesses comuns, as agroindústrias padronizam as normas e procedimentos adotados em relação aos integrados com limites de atuação.

Dessa maneira, durante as fases de implantação e expansão da capacidade instalada, as agroindústrias esforçam-se, no sentido de garantir um número de produtores aptos a atenderem à capacidade de abate e colocação do produto no mercado<sup>67</sup>.

Para Paulino (2003), esse empenho explica-se pela dependência das agroindústrias em relação aos integrados, pois, sem produtores dispostos a criar aves, elas não funcionarão.

Contudo, a cadeia produtiva avícola estrutura-se a partir de um conflito central, devido à necessidade de conciliar dois ritmos contraditórios:

- a) a criação de aves, início da cadeia produtiva, que é controlada por prazos; e,
- b) o destino final do produto industrializado, por depender da demanda, devendo se enquadrar numa situação em que não há planejamento suficientemente eficaz.

Paulino (2003), ressalta ainda que o planejamento está relacionado à avicultura comercial, desde a fertilização até a eclosão dos ovos em ambientes controlados. Assim, há uma programação com base em duas variáveis: número de aviários disponíveis e estoque já industrializado.

Apesar desse controle envolver as duas partes na cadeia avícola, ou seja, o produtor (o granjeiro) e a agroindústria, é a demanda pelo produto que vai definir o volume da criação<sup>68</sup>.

A conversão alimentar é a palavra de ordem na avicultura, ou seja, a rentabilidade da atividade depende da capacidade de produção da carne com a menor ingestão possível de alimentos, cerca de 1,6 a 1,8 Kg de ração consumida para cada quilo de frango vivo. Considerando um ciclo médio de 38 dias, o incremento de peso das aves é progressivo, razão pela qual essa é a idade ideal para seu abate<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> Neste contexto, a proposta aos produtores é uma estratégia da agroindústria para facilitar a integração com base no poder unilateral.

<sup>68</sup> Esta é uma das atividades mais flexíveis da cadeia agroindustrial, devido ao curto ciclo de criação e da capacidade ociosa de alojamento das aves.

<sup>69</sup> A partir daí, ocorre uma inversão na relação entre ingestão de alimentos e ganho de peso, situação que torna indesejável a manutenção das aves vivas. Porém, o abate deve pressupor a inserção da produção no mercado, por tratar-se de mercadorias perecíveis, o que afeta também os produtores, pois depende da distribuição dos novos lotes de aves a serem criadas.



Além das aves recém-nascidas, que exigem rápida acomodação ao saírem das encubadoras, existe também o deslocamento das aves prontas para o abate.

Em ambas as situações, a garantia de um transporte rápido e seguro, até o destino, é decisiva na qualidade e produtividade do lote, dada a sua fragilidade.

Em virtude da necessidade de transporte periódico de alimentação, em geral duas vezes por semana, para que as aves possam ter sempre à disposição ração fresca, os produtores familiares interessados em se integrar devem dispor de propriedade rural dentro do raio de ação da agroindústria de, até no máximo, 90 Km.

Desta forma, torna-se imprescindível a existência de vias de acesso conservadas e adequadas ao trânsito de veículos pesados, como caminhões e carretas, conforme enfatiza Paulino (2003).

Por fim, há um importante tráfego de pessoal envolvido no suporte e na prestação de assistência técnica aos integrados. Assim, dependendo da distância, pode dificultar o monitoramento dos espaços de confinamento das aves.

Desse modo, a agroindústria necessita de um quadro próprio de técnicos especializados em manejo avícola, sendo estes o elo de ligação entre os integrados e a agroindústria.

As principais atividades desenvolvidas por estes especialistas são: atuar na solução dos problemas físicos das aves, intervindo, quando há incidência de doenças ou mortes excessivas em virtude de variações climáticas; fiscalizar o desenvolvimento da atividade; orientar e exigir cuidados adequados para uma produção compatível com os padrões da indústria.

A visita periódica dos técnicos nas unidades produtivas familiares, faz com que a agroindústria busque minimizar as distâncias, optando, sempre que possível, pela contratação das propriedades rurais geograficamente mais privilegiadas, ou seja, as mais próximas.

Tais medidas derivam do esforço em reduzir custos, uma vez que os níveis de dispersão geográfica definem os gastos com transporte, interferindo inclusive no dimensionamento do quadro de funcionários.

---

No caso da Seara Alimentos, os municípios que possuem produtores integrados são: Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Barra do Jacaré, Jundiaí do Sul, Ribeirão Claro e Cambará, ou seja, em todos os municípios da Microrregião Geográfica de Jacarezinho.

Paulino (2003) observa que os especialistas da agroindústria têm atribuições que ultrapassam os problemas técnicos dos avicultores. São figuras estratégicas na relação entre integrados e integradora, até para que o trabalho possa fluir e diminuir os conflitos derivados das decisões da agroindústria. Contornar a insatisfação dos integrados é uma necessidade constante, em razão do grau de exigência da atividade avícola.

Os dirigentes da Agroindústria Seara Alimentos, estruturada sob o esquema de integração, foram unânimes em afirmar que a estabilidade nas relações com os integrados é fundamental para bons resultados mútuos. No sistema produtivo, não convém um clima de descontentamento entre os avicultores, pois pode afetar a dedicação nas tarefas diárias no aviário.

A insatisfação, em determinadas conjunturas, traria problemas para a integradora, pois a baixa rentabilidade da atividade, em contraposição aos elevados custos de implantação dos aviários<sup>70</sup>, torna desafiadora a tarefa de integrar novos produtores, de acordo com o perfil desejado pela agroindústria.

No processo de integração cabem, à integradora, os custos com: assistência técnica; fornecimento e transporte de pintainhos e da ração; medicamentos; e, transporte das aves da granja até o abatedouro.

O agricultor integrado custeia a construção do barracão e a aquisição dos equipamentos, a mão-de-obra, a energia para iluminação, o aquecimento, a ventilação do aviário e a "cama" para forrar a granja.

De acordo com Carneiro et al. (2004), a atividade exige um alto investimento financeiro inicial, pois é necessária a construção de um barracão grande com, no mínimo, 1.000 m<sup>2</sup>.

Os maiores custos serão com as madeiras, as telhas, os tijolos, as telas e a mão-de-obra. Além disso, é preciso adquirir os

---

<sup>70</sup> O custo médio de implantação de um aviário era, em 2004, de R\$ 3,00 por frango a ser criado. Considerando que a capacidade mínima de alojamento é de 10.000 aves, o avicultor deveria dispor de, no mínimo, R\$ 30.000,00 para este fim.

equipamentos, como: comedouros, bebedouros, ventiladores e aquecedores, como podem ser vistos nas Fotos 12 e 13.

Os principais custos para iniciar a atividade com um aviário de 1.200m<sup>2</sup> podem ser vistos na Tabela 31.

**Tabela 31 – Principais custos para o início da atividade avícola no Estado do Paraná.**

<b>Custos para um aviário de 1200 m<sup>2</sup></b>	<b>Valores em US\$<sup>71</sup></b>	<b>Valores em R\$</b>
Construção do aviário	10.547,00	18.668,19
Aquisição dos equipamentos	7.905,00	13.991,85
<b>Total</b>	<b>18.452,00</b>	<b>32.660,04</b>

Fonte: Adap. de Carneiro et al. (2004)  
Org: D. O. Silva (2007)



Foto 12 – Visão parcial de barracão com criação de aves em propriedade integrada à Seara /Jacarezinho.

Autora: D. O Silva (2006)

<sup>71</sup> O valor do dólar comercial em 24/11/2007 era de R\$ 1,77.



Foto 13 - Barracão destinado à avicultura de corte integrada à Seara e, à esquerda, o cultivo de café, representando a diversificação de atividades na propriedade rural.

Autora: D. O. Silva (2006)

Na construção do aviário inclui-se: o preparo do terreno (terraplanagem), o barracão, a cobertura, as telas laterais no barracão, pisos e calçadas laterais e mão-de-obra.

Os equipamentos são compostos por: instalação hidráulica e elétrica, sistema de nebulização, cortinas externas e internas, sistema de aquecimento, silos e comedouros, bebedouros e mão-de-obra utilizada.

Paralelo a engorda dos frangos, tem-se ainda a produção da cama de frango, um composto orgânico (cepilho + esterco de frango) que é produzido após cada criada. Normalmente, a cama é retirada a cada 2 lotes.

Para Carneiro et al. (2004), para cada ave alojada é produzido 1,5 Kg do composto orgânico. O destino da cama de frango pode ser:

- a) a utilização na propriedade como adubo orgânico (cessão interna);
- b) a venda, como uma opção a mais de obtenção de receita na exploração; e,
- c) o uso na alimentação animal (atualmente proibido por problemas sanitários).

O carregamento dos frangos e a limpeza do barracão após a entrega no abatedouro, são as atividades que, na maioria dos casos, demandam a contratação de mão-de-obra, principalmente porque necessitam ocorrer em um curto espaço de tempo, de aproximadamente, dois (2) dias.

Mesmo com os altos custos para a implantação das granjas e todos os cuidados necessários, das 157 propriedades rurais visitadas, 23 destas, representando 14,6%, têm como principal atividade comercial desenvolvida na propriedade, a avicultura de corte.

No caso da integração, ao ser relatado o estreitamento do vínculo com o técnico, a prática dos produtores se apóia em dois pontos essenciais: a) na concepção de que a agroindústria está representada na pessoa do técnico; e, b) no esforço para ajustar a relação de integração à única que lhe parece admissível: a de pessoa para pessoa.

Mas, nem sempre isso é possível, pois nem todos os técnicos cultivam a aproximação com os produtores.

Na pesquisa de campo observou-se um embate em relação ao mediador da agroindústria e os integrados, associado a um distanciamento, talvez por uma 'suposta' superioridade, tanto pelo poder econômico que representa, quanto pelo saber técnico que difunde.

Entretanto, a insatisfação dos integrados não é suficiente para que eles decidam pela desativação do aviário. Isso porque há, por parte dos produtores, a tendência em evitar o desconhecido:

A gente acostumou com as exigências deles. São mais de 9 anos que a gente tá com a Ceval (atualmente Seara). Voltar para a lavoura pra vender com preço baixo? Não troco o frango não! (A.C., 44 anos, Julho/2005)

Portanto, a unidade produtiva, dimensionada de acordo com a composição do grupo familiar, não suporta determinados desacertos, por ter uma diversidade de atividades que são complementares entre si. Isso explica, em parte, a persistência na relação de integração mesmo quando a incompatibilidade é clara.

[...]os técnicos vira e mexe vem aqui, não falha uma semana! Sempre critica e pede pra melhorá, aqui, ali, lá, não quer ver a gente parado. Tem horas que dá vontade de largá todo o serviço, voltá a plantá pra sofre, num quero não! (S., 54 anos, Julho/2005)

Na avicultura, a experiência de uma vida parece não ter valor, pois as aves que requerem cuidados encontram-se sob um ciclo tão artificial que apenas as intervenções na mesma direção parecem ser bem sucedidas<sup>72</sup>.

Por isso, existem conflitos entre o saber técnico e o saber-fazer prático dos produtores.

Para as agroindústrias há a necessidade da tecnificação dos produtores; para os mesmos este item é o gargalo da avicultura.

Do ponto de vista da seleção genética das aves, do composto alimentar e da infra-estrutura dos aviários, houve na última década, a incorporação de tecnologias para o aumento da produtividade.

O avanço tecnológico na avicultura na última década tem mudado muito, com seleção genética e equipamentos usados. Do ponto de vista da infra-estrutura dos aviários, pode-se dizer que 80,0% dos produtores conseguiram se adequar, mas em termos de consciência e mudança de hábitos apenas em 30,0% dos produtores houve essa alteração(Sra. J., gerente de integração, 39 anos, Janeiro/2006).

Dentro da lógica da produção do capital, Paulino (2003) observa que a eficiência produtiva não é apenas coerente, mas necessária, sob pena da acumulação não se realizar.

O trabalho do produtor contido na mercadoria (carne de frango) deve ser potencializado, para que a taxa de lucro seja definida pelas empresas. Por isso a tentativa de aumento da produtividade.

Pôde-se notar na pesquisa de campo que a capacidade dos aviários com os contratos mais antigos de integração são, em média 40,0% inferiores ao mínimo aceito pelas empresas para os novos contratos, que no ano de 2006 estava em torno de 10.000 a 15.000 aves<sup>73</sup>.

<sup>72</sup> Paulino (2003) menciona que a sanidade exigida pela avicultura é contrária à concepção de força criadora da natureza, que dificulta seu convencimento e, por serem cultivadores, sua tarefa é de zelar para que os ciclos se realizem.

<sup>73</sup> Mesmo com o aumento na capacidade de alojamento das aves nos últimos anos, a renda líquida do produtor só tem diminuído.

Essa ampliação na escala de produção não está relacionada apenas à necessidade das agroindústrias diminuírem os custos, pois é a estratégia de repasse destes que impede a estagnação do setor industrial; trata-se da necessidade de garantir a criação das aves.

Contudo, o aumento da produtividade é, no discurso da integradora, a virada para a rentabilidade dos avicultores.

Em sua planilha, consta que desde 1996 o preço médio por unidade criada passou de R\$ 0,08 para R\$ 0,16, ao mesmo tempo em que aumentou 30,0% a capacidade de alojamento de aves por metro quadrado(m<sup>2</sup>). Isso poderia sugerir que os integrados estão ganhando mais com a mesma estrutura de 1996, o que não corresponde à realidade.

Os custos indiretos da produção, tais como energia elétrica e gás, ambos utilizados para aquecimento das aves, tiveram seus valores elevados acima da inflação oficial, em virtude de mudanças na política energética brasileira.

Segundo os técnicos, somente os aumentos autorizados seriam suficientes para inviabilizar a atividade, se mantida a utilização desse combustível.

Ocorre que há alguns anos os avicultores começaram a buscar alternativas para o aquecimento dos aviários, muitos dos quais vieram a adquirir equipamento movido à lenha.

Contudo, ao serem lançados modelos mais sofisticados, mais adequados às necessidades das aves, a agroindústria passou a pressionar os integrados para a sua aquisição. Segundo declaração do responsável entrevistado, todos os seus integrados deveriam proceder à substituição até 2007<sup>74</sup>.

No entanto, o empenho da agroindústria em reduzir custos na etapa de criação das aves está relacionado à própria sustentação do sistema de integração.

Tal fato explica a estratégia de ampliação da capacidade de alojamento dos aviários em cerca de 30,0%, pois isso representa

---

<sup>74</sup> A aquisição do aquecedor é problemática, pois as constantes readequações no aquecimento aviário, equivalem a custos de aproximadamente R\$ 3.400,00, ou 15.000 frangos. Aos integrados que não dispõem de reservas financeiras para o investimento, as integradoras se propunham a intermediar a aquisição, mediante o parcelamento em até um ano.

incremento nos rendimentos brutos para compensar a queda da remuneração em relação ao custo das inversões feitas<sup>75</sup>.

Paulino (2003) enfatiza ainda que tanto os aquecedores como os ventiladores implicam em gastos com energia elétrica, gás ou lenha. Estes são componentes caros da cadeia produtiva, pois houve quase uma imposição para que os barracões fossem forrados, para potencializar a ação desses equipamentos.

É nesses termos que a questão dos avanços tecnológicos está colocada. Quando, pois, se trata de instalações e equipamentos, os produtores acabam absorvendo os custos das inovações, diluindo parte da rentabilidade que a atividade proporciona.

Vários são os insumos sob responsabilidade direta dos avicultores, como é o caso da água, energia, gás e a cama de frango. Estes possuem uma variação mais perceptível, pelo fato de terem total controle sobre os mesmos<sup>76</sup>.

No caso das aves, a alimentação e a medicação necessária representam um gasto oculto, aparentemente sob responsabilidade da integradora, já que cabe a esta fornecê-las. Mas a integradora, na verdade, vende esses produtos aos avicultores, em uma operação de adiantamento, cuja cobrança é feita no momento de entrega das aves.

É importante lembrar que os agricultores familiares dificilmente têm o controle sobre os custos dos insumos, já que a planilha para pagamento da produção utilizada pela integradora, não é explícita.

Em relação às despesas, não estão sendo contabilizados os custos de manutenção do aviário, a depreciação do capital investido e o trabalho despendido.

Caso sejam descontados da receita apurada, depreende-se que a renda bruta na avicultura está em torno de R\$2.500,00 a cada lote

---

<sup>75</sup> As inversões feitas foram com relação: às adequações na estrutura dos aviários; ao conforto térmico interno com aquecedores automáticos, que espalham calor de maneira uniforme e sem lançar fumaça no ambiente, como no verão; o aumento da capacidade de resfriamento, com a instalação de ventiladores mais potentes, sob pena das aves morrerem sufocadas.

<sup>76</sup> Durante a segunda metade da década de 1990 houve um equilíbrio nesses custos, no qual o aumento do consumo de gás era compensado pela diminuição do consumo de energia. É no contexto de redução dos ganhos monetários que os produtores acabam arcando com os custos extras para a troca de equipamentos. No caso de produtores cujos aviários alojam menos aves, é de se supor que ficarão meses impedidos de retirar qualquer renda da atividade.



entregue em um período de 60 dias para o pagamento. Isto ocasiona a predominância do trabalho familiar neste tipo de atividade em 23 propriedades, totalizando 14,6% das pesquisadas que são integradas.

De acordo com as informações de Carneiro et al.(2004), a presença do produtor dentro do aviário e a observação constante são fundamentais para que ele faça uma seleção artificial.

Os pintainhos fracos ou com desenvolvimento duvidoso devem ser sacrificados já nos primeiros dias de vida, para evitar que o alimento consumido se perca pela morte antes de completar o ciclo, ou resulte em uma conversão alimentar incompatível com os padrões estabelecidos.

Os itens analisados para a remuneração do produtor são: o índice de mortalidade, a taxa de conversão, a ocorrência de doenças e a inspeção após o abate. Assim, a remuneração para o avicultor, no sistema de integração, depende do bom manejo do aviário.

Todos os lotes de pintainhos contêm uma ficha de acompanhamento, na qual é anotada tudo aquilo que acontece do início ao fim de cada ciclo.

Essas anotações permitem saber se um lote de frangos produziu adequadamente. Um método em uso é o "Índice de Eficiência de Produção", o IEP, em que é considerado o ganho de peso médio diário, o percentual de frangos vivos ao final do lote e a conversão alimentar (ração consumida - Kg, e frangos produzidos - Kg).

Carneiro et al.(2004) esclarecem que para se chegar aos dados que resultam na Tabela 32, são utilizados três índices:

- a) ganho médio diário =  $\frac{\text{peso médio (Kg)}}{\text{idade média (dias)}}$
- b) viabilidade = percentual de frangos vivos no final do lote;
- c) conversão alimentar =  $\frac{\text{ração consumida (Kg)}}{\text{frangos produzidos (Kg)}}$

Assim, pode-se construir a Tabela 32 para referência aos pagamentos realizados pela agroindústria Seara Alimentos S.A.

**Tabela 32 - Parâmetro de análise do resultado - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA E PRODUÇÃO (IEP)**

< 200	200-220	220-230	230-240	240-250	>250
Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Excelente

Fonte: Carneiro et al. (2004).

Portanto, o resultado do IEP de cada lote depende, basicamente, de quatro fatores principais: a genética, a nutrição, a sanidade e o manejo. O bom manejo do aviário é responsável por 70,0% do sucesso na pontuação do IEP, conforme ressalta Carneiro et al. (2004).

No entanto, problemas como a falta de energia elétrica em determinados períodos ou a ocorrência de doenças de difícil controle, poderão reduzir a viabilidade do lote e o IEP.

Nesses casos, o preço pago pela agroindústria será muito menor e o produtor arcará com o prejuízo. Para dimensionar melhor essa diferença basta saber que o preço pago tem variado de R\$ 0,20 a R\$ 0,26 por cabeça, de acordo com o IEP, com uma remuneração média líquida do produtor de R\$2.516,00 por lote de 10.000 frangos, como relatado pela avicultora M. H. (47 anos, 2006) e A. P. (gerente administrativo).

A distribuição da ração a ser convertida em carne deve ser cuidadosa.

Em excesso, pode haver perdas, e a falta também interfere nos resultados finais da criação: o princípio da avicultura comercial é que as aves não parem de comer durante todo o ciclo, inclusive à noite, razão pela qual a iluminação deve ser permanente.

Qualquer descuido pode ter resultados desastrosos, já que as aves não suportam chuvas (em particular chuvas de granizo) ou alterações climáticas acentuadas, como ventanias.

Isso demonstra que, apesar da integradora ter uma estimativa de dois trabalhadores para cada 20 mil aves, o que garantiria uma renda satisfatória, o mesmo número é necessário para os aviários menores, ainda que em tarefas mais espaçadas ao longo do dia.

Considerando que a escala é que determina um retorno monetário satisfatório, os agricultores familiares apenas se mantêm

pela articulação desta com um conjunto de outras atividades na unidade produtiva familiar.

Ao considerar a integração na perspectiva das estratégias de reprodução da agricultura familiar, tem-se a avicultura como atividade de ciclo bimestral, que garante um suprimento monetário importante para o pagamento das despesas correntes.

Contudo, ela não é suficiente para assegurar uma margem de ganho adequada à satisfação das necessidades da família.

É nesse contexto que se coloca a necessidade de combiná-las com atividades voltadas para o autoconsumo e mesmo com atividades comerciais, prática comum entre os produtores visitados.

Em um contexto de múltiplas funções produtivas na unidade de produção familiar, a avicultura alimenta um ciclo de incremento de renda, bem como de complementaridade com a lavoura, a pecuária leiteira e a sericicultura.

Nas plantações, ao serem utilizadas parte do esterco produzido pelas aves, consegue-se potencializar a renda, com a diminuição ou até mesmo a eliminação do gasto financeiro com a aquisição de adubos, cujo preço está contido o lucro da agroindústria.

Assim, ao mesmo tempo em que se consegue o aumento da produção, também se alimenta um ciclo de recuperação dos solos através da incorporação de matéria orgânica.

Desta forma, a produção familiar calcada em pequenas propriedades rurais possui e continua exercendo papel fundamental, embora tenha ocorrido uma redução da área ocupada por estes produtores no município de Jacarezinho.

Entender as transformações ocorridas, que envolvem a redução da área cultivada com as lavouras e o expressivo aumento da pecuária leiteira, além da sericicultura e da avicultura, não é uma tarefa fácil.

Vários fatores são responsáveis por este processo, como pode ser destacado em conversas informais com técnicos agrícolas, agrônomos e os próprios agricultores familiares.

Entre eles se destacam:

- a) as formas tradicionais de uso e manejo dos solos como a rotação de terras, formação e queima das capoeiras, a exposição dos solos a constante erosão e a redução da fertilidade;
- b) a própria aptidão do uso da terra, que em grande parte do município, principalmente na porção sudeste, não é propícia à lavoura, mas à pecuária, devido à elevada declividade do terreno, características da transição de planaltos;
- c) a busca pelo produtor e sua família por outras fontes de renda além da comercialização excedente da produção agrícola (arroz, feijão e milho), sendo neste caso adotado a pecuária leiteira, a sericicultura e a avicultura de corte, de forma integrada ao Laticínio Carolina, Fujimura e Seara, respectivamente;
- d) o acompanhamento técnico especializado pela EMATER local para orientar os produtores, não apenas nos momentos em que são convocados por estes;
- e) as reduzidas áreas dos imóveis rurais que compõem o elevado percentual das propriedades rurais com área inferior a 20 hectares (abaixo do módulo rural estipulado pelo INCRA para o município que é de 20 hectares);
- f) a falta de renda gerada nas unidades de produção familiar em decorrência dos baixos preços pagos pelas mercadorias produzidas no momento da comercialização; e,
- g) a subordinação do agricultor ao capital agroindustrial em que os preços pagos pelos produtos comercializados são irrisórios.

Enfim, como os fatores são muitos, corre-se o erro de deixar de enfocar alguns de maior relevância.

E para que o aspecto teórico não se feche, as investigações no campo são desejáveis e necessárias.

Diante do exposto, constatou-se a importância da avicultura e da pecuária leiteira, através da comercialização da cama de frangos e de bezerros.

Tais atividades passaram a ser algumas das estratégias econômicas encontradas pelos agricultores familiares para resistirem às difíceis condições vivenciadas no campo, seja pela apropriação da renda gerada na produção agrícola pelo capital, seja pela redução da mão-de-obra familiar causada pela forte expropriação rural.

Essas estratégias podem ser melhor caracterizadas, observando suas respectivas particularidades, por meio do Quadro 2, no qual se apresenta uma síntese do que foi verificado em campo durante a pesquisa prática.

**Quadro 2 – Síntese das principais características das unidades de produção familiar pesquisadas no município de Jacarezinho – PR (2005/2006)**

<b>Características</b>	<b>LEITE</b>	<b>SEDA</b>	<b>AVES</b>
<b>Agricultores que possuem a atividade como principal fonte de renda na propriedade</b>	95	30	23
<b>Assistência técnica</b>	Não há	Integradora	Integradora
<b>Cuidados necessários</b>	vacinação	Ataques de predadores: Pássaros, roedores, répteis, insetos	Índice de mortalidade; chuvas de granizo e frio
<b>Fornecedores às agroindústrias</b>	9 (Agrojac) 108 (Carolina)	Fujimura	Seara
<b>Início da atividade</b>	1980	1972	1970
<b>Investimento do produtor</b>	Arame, palanques e animais	Montagem do barracão, compra de lagartas, cal hidratada, plantação e adubação de amoreiras; R\$ 5.000,00 (exceto o valor da terra)	Terraplanagem; construção do barracão; aquisição de equipamentos; mão-de-obra; iluminação (energia); aquecedores; ventilação dos aviários e matéria orgânica (para forrar a granja); R\$ 32.660,00 (2007)
<b>Mão-de-obra utilizada</b>	Trabalho familiar	Trabalho Familiar, em especial idosos, mulheres e crianças	Trabalho familiar, com eventual utilização de diarista
<b>Mercado Consumidor</b>	Governo do Paraná (Agrojac), super e hipermercados do sul, sudeste, centro-oeste, e norte do Brasil (Acre).	Japão, Índia, Coreia do Sul, França, Turquia e Suíça.	Rússia, Argentina, Japão, Kuwait e outros países do Oriente Médio
<b>Outros produtos comercializados da mesma atividade</b>	Venda de bezerras, Adubo (esterco) e vacas para renovação do rebanho	-	Venda da cama de frango
<b>Preço pago à matéria-prima</b>	R\$ 0,45 litro/leite (2006)	De R\$ 6,00 a R\$ 7,00, dependendo da classificação do casulo poderia chegar a R\$ 11,00 (2006)	De R\$ 0,20 a R\$0,26 por cabeça de frango (2006)

<b>Principal produto destinado ao mercado</b>	Leite (Agrojac), Iogurte (Carolina)	Fio de seda	Ave inteira e em pedaços
<b>Sistema de vinculação ou subordinação</b>	Semi – integração*	Integração	Integração
<b>Tempo de produção</b>	280 dias	40 a 45 dias	38 a 40 dias
<b>Transporte</b>	a cargo da agroindústria	a cargo da agroindústria	a cargo da agroindústria

\* a semi-integração neste caso refere-se apenas a coleta da matéria-prima pela agroindústria, o que possibilita maior autonomia de produção e diversidade de atividades a serem desenvolvidas nas propriedades pelos agricultores.

No próximo capítulo, passar-se-á a analisar as propriedades rurais pesquisadas no município de estudo para compreender os mecanismos que contribuem para a permanência no campo e a subordinação destes ao mercado e ao capital agroindustrial.

4

AS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO:  
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E SUJEIÇÃO AO CAPITAL

Procurou-se neste capítulo fazer o levantamento das estratégias socioeconômicas adotadas nas unidades de produção familiar, localizadas no município de Jacarezinho<sup>77</sup>.

O interesse pelo estudo e desenvolvimento desta pesquisa, neste município, foi devido ao número significativo de propriedades rurais inferiores a 100 hectares e que se utilizam, predominantemente, da mão-de-obra familiar na unidade produtiva.

Com tais características, foram localizados 648 imóveis rurais, correspondendo a 85,3% do total do município. Entretanto, referente à área ocupada por estes, constatou-se que é inversamente pouco expressiva, já que representa 25,3% - equivalente a 12.493,6 ha - da área total do município.

Os imóveis rurais com área entre 100 e menos de 1.000 hectares agregaram quase a metade das áreas rurais de Jacarezinho (47,4%), embora em termos de números representem pouco mais de 13,0% do total. Os imóveis com mais de 1.000 hectares representaram 1,0% e ocuparam 27,3% do total da área, como pode ser visualizado na Tabela 33.

**Tabela 33 – Distribuição dos Imóveis Rurais no Município de Jacarezinho/PR - 2000/2002**

<b>Estabelecimentos Agropecuários</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
<b>Menos de 100 ha</b>	648	85,3	12.493,6	<b>25,3</b>
<b>De 100 a menos de 1.000 ha</b>	104	13,7	23.489,6	<b>47,4</b>
<b>Mais de 1.000 ha</b>	8	1,0	13.538,9	<b>27,3</b>
<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>100,0%</b>	<b>49.522,1</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relação de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais MDA/INCRA (2000/2002).  
Org. Floriano Silva (2008)

Com relação à pesquisa de campo, esta envolveu a aplicação de um questionário (em anexo) que objetivou coletar e registrar as informações socioeconômicas dos produtores familiares, tais como: a origem, a constituição e a composição das famílias; o desenvolvimento das atividades agropecuárias realizadas (a produção agrícola, a

<sup>77</sup> O município pertence à Microrregião Geográfica de Jacarezinho, conforme já mencionado. Possui 6.110 habitantes na zona rural e 33.515 na zona urbana e a sua área territorial é de 603,0 Km<sup>2</sup>. A fundação deste foi em 1884.



pecuária leiteira, a sericicultura e a avicultura de corte); a sujeição ao capital agroindustrial; e, a importância dos cultivos para o autoconsumo.

Procurou-se também verificar como estão estruturadas as propriedades rurais, considerando o acesso aos insumos, equipamentos e crédito rural; a constituição da mão-de-obra familiar e a divisão do trabalho.

Foram apresentadas questões objetivas e subjetivas (através de conversas informais), com as quais se pode analisar as facilidades/dificuldades existentes na unidade de produção familiar.

Também foram realizadas entrevistas, estruturadas com base num roteiro (em anexo), com os representantes das agroindústrias leiteira, sericícola e avícola, com o objetivo de obter informações sobre o funcionamento destas.

O questionário, as entrevistas e as conversas informais foram realizados nos meses de Julho de 2005 e Janeiro e Julho de 2006.

As informações coletadas na pesquisa de campo possibilitaram a caracterização (perfil) das unidades de produção referente à estrutura e às estratégias de reprodução. Isso colaborou para a compreensão e análise das opções mais viáveis que os produtores utilizam na manutenção e reprodução social da família ou de parte de seus membros.

As diferentes condutas socioeconômicas dos produtores foram fundamentais para que resistissem ao processo de expropriação desencadeado pela modernização da agricultura, favorecendo a permanência nas unidades e a subordinação destes ao capital agroindustrial.

Com a caracterização dessas unidades percebeu-se que a diversificação de atividades e a sujeição às agroindústrias Seara, Laticínio Carolina e Fujimura do Brasil, são as estratégias mais importantes adotadas pelos produtores.

Assim, as estratégias são adotadas não para favorecer a subordinação, mas para enfrentá-la. A integração combinada com a diversificação são estratégias e a sujeição é uma conseqüência.

Desta forma foi possível perceber as transformações pelas quais passaram o espaço agrário do Município de Jacarezinho, no período compreendido entre 1970 e 2006. As características das unidades de produção pesquisadas serão apresentadas a seguir, como também as estratégias para garantia de permanência no campo.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

Para que haja a compreensão das estratégias de reprodução da agricultura familiar parte-se de alguns conceitos centrais, considerando-os adequados para analisar tanto os mecanismos de permanência, a forma de organização da produção, como seus elementos de mudança.

##### 4.1.1 Aspectos teóricos

A reprodução é um processo dinâmico, não implica na perpetuação imutável de uma realidade e dá-se em meio às transformações e adaptações, mudanças e permanências de estruturas, viabilizadas pelas estratégias geradas pelos indivíduos. Bourdieu<sup>78</sup>(1996) salienta que a dinâmica social, marcada pela produção e re-produção das condições de sobrevivência, produz estratégias de reprodução.

Longe de ser o produto automático de um processo mecânico, a reprodução da ordem social ocorre somente através das estratégias(BOURDIEU, 1996, p. 114).

Bourdieu (1996) considera a estratégia como o resultado da articulação de um senso prático, de um *habitus*<sup>79</sup>, do que se deve fazer

---

<sup>78</sup> Salienta-se que Bourdieu quando trata do termo “estratégias”, este possui um direcionamento para classes sociais ou segmentos da sociedade, e não especificamente para produtores rurais.

<sup>79</sup> O autor reforça este caráter dinâmico do *habitus* “(...) ou seja, este não é totalmente predeterminado: O *habitus* não é o destino (...) é o produto da história, é um sistema de disposições aberto, que é confrontado com experiências novas o tempo todo e é afetado por estas. Ele é durável, mas não imutável, incorporado no indivíduo como resultado de um processo de socialização do cotidiano.” (BOURDIEU, 1996, p. 108-109).

em dada situação. Os indivíduos não constroem as estratégias como desejam, mas como condições cotidianas de sobrevivência, sejam estas sociocultural, econômica ou política.

Desta forma, a estratégia não é

(...) um ato de livre escolha do indivíduo, mas como um exercício do senso prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições dadas pelo universo social específico em que vivem (Bourdieu, 1990, *apud* FERREIRA, 1995, p.15)

Francisco (2004) menciona que para identificar as estratégias adotadas pelos produtores, é necessário entender o senso prático, que nada mais é do que optar pelo caminho ou alternativa mais viável, não só em termos econômicos, mas em múltiplas dimensões - culturais, afetivos, políticos -, conforme a realidade que cada produtor está inserido e, assim, por meio dessas estratégias, garantir a sua permanência no campo.

Segundo Martins (2002), através das estratégias, os indivíduos criam novas modalidades de conduta, que são improvisações regradas pelas práticas sociais. Este autor reconhece que a estratégia é uma relação dinâmica entre *habitus* e prática, também chamada de modalidades de conduta para a improvisação.

Com relação ao estudo das estratégias de reprodução da agricultura familiar é necessário compreender as condições e as possibilidades de ação às quais estes produtores têm se defrontado, sendo que para agir, o produtor rural procura identificar os elementos da sua realidade e sua adaptação.

A reprodução da agricultura familiar tem sido marcada pela resistência à expropriação fundiária e pela dificuldade de acesso aos meios de produção, que se tornam barreiras ao seu desenvolvimento. Portanto, as estratégias de reprodução da agricultura familiar são elementos dinâmicos de adaptação e mudança.

Algumas das estratégias de reprodução da agricultura familiar podem estar ligadas diretamente à família no que diz respeito à herança, ao trabalho e à escolarização dos filhos, como sugere Lamarche (1993).

Ainda para o referido autor, a respeito da escolarização, constatou-se, em campo, que os filhos dos produtores rurais em idade escolar estão freqüentando a escola, mesmo com dupla jornada (manhã no colégio e a tarde trabalhando com a família na propriedade), constituindo-se, nesse caso, em estratégia com dupla finalidade: a) o auxílio na propriedade, dispensando contratação de mão-de-obra; e; b) o investimento no estudo, como forma de melhorar a condição dos jovens nas propriedades, ou pelo menos garantir a eles um futuro melhor no espaço urbano.

A pluriatividade<sup>80</sup> utilizada pelos agricultores familiares é considerada uma estratégia como mencionam Wanderlei (1996), Ferreira (2002) e Schneider (2003).

Os produtores sempre recorrem à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho, pois esta seria uma forma de manutenção da família ou de parte de seus membros no espaço rural.

Segundo Teixeira(1998) a pluriatividade torna-se uma estratégia de reprodução social, no contexto marcado pela integração dos mercados rurais e urbanos, com estratégias de expansão industrial e de novas relações de trabalho.

Para descrever o processo de diversificação do uso da força de trabalho que ocorre dentro e fora da propriedade, há o surgimento de um conjunto de novas atividades no meio rural. Nesses termos Fuller define que

As propriedades pluriativas [...] refere-se a uma unidade produtiva multidimensional onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas. (Fuller apud Schneider, 2003, p.105)

Conforme Graziano da Silva (1999) é sabido que nas décadas de 1960 e 1970 houve um significativo deslocamento da população rural

para as periferias das cidades e nos anos de 1980 esses números haviam reduzido e uma conseqüente "urbanização do meio rural.

Este fato foi devido ao aumento das atividades não-agrícolas praticadas no espaço rural, possibilitando uma estratégia capaz de reter a população nos locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar seu nível de renda.

O mesmo autor, ressalta ainda que o estudo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>81</sup> de 1981 a 1990, mostrou que as rendas obtidas nas atividades não-agrícolas das famílias rurais brasileiras (em média) foram maiores que as rendas das famílias com atividades agrícolas.

Portanto, Carneiro (1998), ressalta que a partir do momento em que o modelo produtivista não garante mais a manutenção da agricultura familiar, os produtores formulam mecanismos para se adaptar e garantir sua reprodução no campo, não se limitando apenas à agricultura.

Deve-se observar que a pluriatividade não é um fator de exclusão do agricultor familiar, da atividade agrícola, mas uma alternativa para garantir sua reprodução social e econômica.

Outras estratégias são: a integração - contrato de produção junto às agroindústrias (PAULILO, 1990); as várias formas de associativismo e a cooperação (FERREIRA, 1995), que demonstram os esforços dos produtores para coletivamente se viabilizarem como tal; o trabalho acessório; a aposentadoria; e, o trabalho de membros da família na área urbana.

No contexto da questão agrária brasileira, marcado pela concentração e especulação da terra como reserva de valor, a luta constante dos produtores familiares para permanecerem no campo é um fato muito relevante.

Esse segmento de produtores que resiste à expulsão e à expropriação dos meios de produção, em pequenas propriedades rurais, revela o quanto o acesso a terra é importante para a formação de um espaço produtivo que possibilita a reprodução familiar.

---

<sup>80</sup> O tema pluriatividade somente ganhou destaque nos estudos acadêmicos brasileiros a partir dos anos 1990.

<sup>81</sup> Esse levantamento é realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Desta forma, as estratégias tornam-se respostas dos produtores aos desafios gerados à agricultura familiar em geral.

A seguir serão identificados os produtores pesquisados, bem como a constituição dos grupos familiares.

#### 4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS FAMILIAS PESQUISADAS

Neste subitem objetiva-se caracterizar a constituição do grupo familiar, considerando o número de membros, o gênero, o a faixa etária, o estado civil do proprietário e o grau de escolaridade dos proprietários e filhos.

Os dados coletados demonstram que 149 (95,0%) das propriedades são lideradas por homens, como pode ser verificado na Tabela 34. Esta é uma figura importante na composição da força de trabalho, sendo o chefe da família quem decide o quê, como produzir e para quem vender.

**Tabela 34 – Gênero do proprietário rural pesquisado**

<b>Gênero</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Homem	149	95,0
Mulher	8	5,0
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Além do predomínio de proprietários do sexo masculino, constatou-se que 70,0% das propriedades rurais visitadas são compostas por poucos membros, os quais totalizam, em média, 4 pessoas por imóvel, geralmente representado pelo casal (os pais) e dois filhos.

As demais propriedades visitadas, que representaram 30,0% do total, possuem filhos morando na cidade de Jacarezinho (média de quatro filhos por casal, com faixa etária acima dos 25 anos), residindo apenas o casal na propriedade rural ou um dos pais.

##### 4.2.1 Faixa etária dos produtores familiares

---

Com relação à idade dos produtores familiares visitados no município de Jacarezinho, com média de 48 anos, sendo que o produtor mais jovem apresentou 23 anos e o mais idoso 75 anos.

Esta característica fica mais evidente quando se analisa as faixas etárias e constata-se que 16 (10,2%) dos produtores enquadram-se na faixa de 20 a 30 anos; entre 31 e 40 anos, foram encontrados 25 produtores, atingindo 15,9%. Já os produtores com idade entre 41 e 50 anos totalizaram 55, correspondendo a 35,0%.

Dos agricultores familiares pesquisados da faixa etária de 51 a 60 anos, enquadraram-se neste grupo 37 (23,6%). Acima de 61 anos, foram encontrados 24 produtores, ou seja, 15,3%. Estes dados podem ser visualizados na Tabela 35.

**Tabela 35 – Faixa etária dos produtores pesquisados no município de Jacarezinho /PR**

Grupos de idade	Propriedades Visitadas	
	Nº	%
20 a 30 anos	16	10,2
31 a 40 anos	25	15,9
41 a 50 anos	55	35,0
51 a 60 anos	37	23,6
Acima de 61 anos	24	15,3
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005)

Os produtores com idade entre 31 e 50 anos somaram 50,9% do total de produtores pesquisados residentes no município.

Mesmo encontrando dificuldades como a baixa fertilidade do solo, a falta de estímulo governamental e a forte atração exercida pelas cidades próximas (Ourinhos-SP; Jacarezinho, Londrina e Cambará no Estado do Paraná), esses produtores tentam permanecer produtivamente na terra.

#### 4.2.2 Escolaridade do proprietário

Com referência ao grau de escolaridade dos proprietários, ressalta-se que 15 produtores (9,5%) afirmaram ser analfabetos, encontrando-se na faixa etária acima de 61 anos de idade. Outros 53 (33,8%) responderam não ter concluído o Ensino Fundamental.

Entre os motivos alegados pelos produtores para a não conclusão do seus estudos se destacaram: a ausência de uma escola de nível médio na área rural; o desestímulo familiar e pessoal; o cansaço após um dia de trabalho; e, a falta de transporte público gratuito.

Os que concluíram o Ensino Fundamental foram 38 (24,2%). Aqueles que iniciaram o Ensino Médio, mas não o concluíram somaram 35 (22,3%).

Há um considerável número de concluintes do Ensino Médio, totalizando 14 (8,9%), sendo que 4, ou seja, 2,5% relataram ter feito o curso Técnico em Agropecuária, no município de Cambará, distante cerca de 30 Km de Jacarezinho. Também foi detectada a presença de 2 produtores (1,3%) que concluíram o Ensino Superior. Esses dados podem ser vistos na Tabela 36.

**Tabela 36 - Nível de escolaridade do proprietário rural pesquisado**

Escolaridade	Propriedades Visitadas	
	Nº	%
Analfabeto	15	9,5
E.F. incompleto	53	33,8
E.F. completo	38	24,2
E. M. incompleto	35	22,3
E. M. completo	14	8,9
Superior Completo	2	1,3
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Dentre os proprietários que possuem o Ensino Superior destaca-se 1 (um) que utiliza a propriedade para o lazer nos finais de semana. Sua graduação foi em Ourinhos/SP, cursando Administração de Empresas. Neste caso, há a produção de gêneros para o autoconsumo (milho, frutíferas, frangos, suínos e hortaliças).



O outro pesquisado que concluiu o Ensino Superior, cursou Processamento de Dados, em São Paulo. Informou que trabalha na propriedade rural, dedicando-se à produção de hortaliças e comercializando-as diretamente nos estabelecimentos comerciais. Possuía, na ocasião da pesquisa, um emprego temporário, vinculado à prefeitura municipal (Terminal Rodoviário de Jacarezinho).

Este produtor é também um dos membros fundadores da Associação dos Pequenos Agricultores de Jacarezinho - ASPAJAC, criada em Agosto de 2003 e desativada em Fevereiro de 2005. Isto aconteceu devido à: falta de participantes; desmobilização dos associados; e, existência de conflitos internos por divergências nas propostas de trabalho dos líderes.

#### 4.2.3 Estado civil

Dos 157 agricultores familiares do município de Jacarezinho pesquisados, 140 (89,2%) são casados; os solteiros somaram 8 (5,1%), seguido pelos viúvos, os quais somaram 5 (3,2%) e os casais que apenas moram juntos são 4 (2,5%), conforme mostra a Tabela 37.

**Tabela 37 – Estado civil dos produtores rurais pesquisados no município de Jacarezinho / PR**

Estado Civil	Propriedades Visitadas	
	Nº	%
Casado	140	89,2
Solteiro	8	5,1
Viúvo	5	3,2
Moram juntos	4	2,5
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Com relação aos casados e aos que moram juntos, observa-se que tanto marido como esposa e os filhos, participam diretamente das discussões sobre o trabalho na a ser desenvolvido na propriedade; o que fortalece a relação familiar dentro da unidade de produção.

A mulher participa da produção direta e indireta (emitindo opiniões nas relações entre o pai e os filhos), mesclando assuntos de trabalho com assuntos particulares da família. Entre as questões de

trabalho da família, surge o tema sobre a sucessão dos pais na propriedade.

A sucessão só ocorre em caso de invalidez (nenhum caso presenciado nas propriedades visitadas) ou morte do proprietário, sendo herdeiros legítimos os filhos e a esposa.

Woortmann (1995), concluiu que o casamento não é visto apenas como uma forma de reprodução social, mas também como preservação do patrimônio, que no caso é representado pela terra.

De acordo com Moura(1978), a mulher casada em comunhão de bens quando ocorre a morte do marido, retém como herdeira 50,0% do valor total dos bens. Os outros 50,0% serão divididos entre os filhos. Caso haja a morte da mulher, o marido retém preferencialmente a moradia e "um pedaço de terra", cedendo o restante aos filhos, já que pretende um novo casamento.

Para Lamarche (1992), o projeto que os pais ambicionam para seus filhos resultam da avaliação global na qual vivem, como também as perspectivas para a unidade de produção.

Assim, concorda-se com Tedesco (2001), quanto ao incentivo a escolarização do jovem no meio rural, que foi visto pelos pais, como uma possibilidade de melhorar a remuneração da força de trabalho de seus filhos.

#### **4.2.4 Escolaridade dos filhos**

A disponibilidade de transporte público e gratuito até as escolas em todo o município de Jacarezinho incentiva a formação básica dos filhos, diferentemente de seus pais que não tiveram no passado.

Dentre os filhos dos produtores pesquisados, constatou-se que 79 (29,0%) ainda não freqüentam a escola por serem menores de 6 anos. Há 109 (40,1%) jovens cursando o Ensino Fundamental e 29 (10,6%) já o concluíram. No Ensino Médio são 32 (11,7%) filhos dos produtores pesquisados cursando-o e 16 (5,9%) já o concluíram.

Há ainda 7 filhos de produtores pesquisados (2,6%) que estão cursando o Ensino Superior em Jacarezinho e nas cidades vizinhas (Santo Antônio da Platina e Ourinhos/SP).

Os dados referentes à escolaridade dos filhos, dos produtores visitados, podem ser observados na Tabela 38.

**Tabela 38 - Nível de escolaridade dos filhos dos produtores residentes nas propriedades rurais**

<b>Escolaridade dos filhos</b>	<b>Nº de filhos</b>	<b>%</b>
Em idade não escolar	79	29,0
E. F cursando	109	40,1
E. F completo	29	10,6
E. M cursando	32	11,7
E. M. completo	16	5,9
E. Superior cursando	7	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>272</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Para Lamarche (1992) as estratégias de encaminhamento dos filhos para uma melhor formação, é resultado direto de diversos fatores como: o tamanho das famílias, a capacidade financeira, às quais são confrontadas as possibilidades de promoção social e profissional fora da unidade de produção.

Entretanto existem situações inversas, no qual um futuro no espaço rural e especialmente na unidade de produção familiar, é melhor do que as incertezas da vida na cidade. Assim mantendo-se no patrimônio familiar, espera-se que este supere as aspirações de uma ascensão social no meio urbano.

Após a caracterização das famílias pesquisadas, procurou-se, no próximo subitem, refletir como ocorreu o acesso a terra pelos produtores.

#### **4.3 CONDIÇÃO DE ACESSO A TERRA E TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS PRODUTORES FAMILIARES PESQUISADOS**

De acordo com Lamarche (1993) as principais características da unidade de produção, é devido ao grupo familiar se constituir e se renovar, tendo como base as relações familiares por laços de parentesco biológico ou simbólico. Sendo assim, a exploração familiar assegura a subsistência do grupo e do patrimônio, cuja transmissão é o objetivo principal das estratégias de reprodução do grupo familiar.

Segundo Cândido (1987), Garcia Júnior (1989) e Martins (1990) a terra, para a maioria dos agricultores familiares, é limitada e sua taxa de exploração é progressiva.

Mendes (2004), ao estudar a produção rural familiar em Catalão (GO), cita uma série de ações que são tomadas pelos produtores para se protegerem das forças externas (exploração e restrição fundiária), tais como: variar a intensidade; o ciclo e a divisão de trabalho; e, a ampliação ou restrição do consumo.

Essas variações são alternativas que regem a reprodução da agricultura familiar. É neste contexto que se verifica a história de vida dos produtores do município de Jacarezinho para adquirirem um "pedaço de terra" e transformá-lo em um espaço produtivo, o que permite a existência e a reprodução da família no espaço rural.

Assim, os dados coletados na pesquisa de campo revelam que 141 (90,0%) dos pesquisados (chefes de família) sempre residiram nas atuais propriedades rurais, mesmo com a partilha da herança. De acordo com esses produtores, seus pais foram produtores e residiram na área rural.

Os outros 16 (10,0%) pesquisados são proprietários que residiram no núcleo urbano de Jacarezinho e que, ao se aposentarem, retornaram para o campo; e de ex-moradores de outros municípios (Itaporanga/SP, São Paulo, Santo Antônio da Platina e Cambará).

Devido a importância da propriedade para os produtores, abordar-se-á no próximo subitem a manutenção e reprodução desse patrimônio no município em estudo.

#### **4.3.1 A formação do patrimônio**

Segundo Chayanov (1974), existe uma estreita relação entre o tamanho da família e o volume da atividade econômica a ser desenvolvida na propriedade rural. O gênero e a idade também influenciam na distribuição dos membros da família nas atividades a serem realizadas.

Com a pesquisa de campo constatou-se que em 72 (45,9%) das propriedades pesquisadas, a pecuária bovina (de leite e corte) preenche a função de reserva financeira e acumulação para as outras atividades desenvolvidas na unidade de produção familiar. Desta forma, a pecuária serve como suporte para a economia dos produtores rurais familiares.

Garcia Júnior (1989) afirma que as riquezas surgem das atividades marginais, como a venda de gado e bezerros, além da produção agrícola.

Esse autor menciona que os produtores se utilizam da parceria e da criação de gado para aumentar seu patrimônio, o qual pode materializar-se de quatro formas:

- 1) compra de bens materiais negociáveis (carros e equipamentos);
- 2) compra de cabeças de gado;
- 3) compra de parte da herança da família; e,
- 4) compra de terras de pessoas de fora da família (a preço de mercado).

A compra de terra, segundo Perondi (2000), imobiliza uma grande quantidade de recursos que o produtor pode ter poupado sob a forma de gado. A oportunidade da compra ocorre no momento da partilha de herança ou nas emigrações de vizinhos. Este autor ressalta ainda que esta compra quando é realizada com parentes, pode propiciar aos produtores (compradores) condições mais facilitadas de pagamento.

A forma de acesso à terra pelos produtores deu-se fundamentalmente por meio da herança, chegando a 145 (92,3%) das propriedades pesquisadas.

Pela importância dada a herança recebida, os produtores buscam estratégias para a continuidade da propriedade familiar (resistindo a venda desta), que possibilita a continuidade do patrimônio e de sua própria reprodução.

Portanto, o processo sucessório envolve o patrimônio da família e a continuidade da atividade profissional. Isso não significa que seguem as mesmas atividades agrícolas de seus pais, mas outras atividades como a pluriatividade e ocupações não-agrícolas.

As propriedades que foram compradas pelos produtores totalizaram 11 (7,0%). Foi constatada uma (1) propriedade que é explorada no sistema de parceria, representando 0,7% do total.

Deve-se destacar que dos 145, houve apenas quatro (4) produtores pesquisados (2,5%) que ao longo do tempo adquiriram outras

propriedades rurais para ampliarem suas possibilidades de ganho. Destes, dois (2) compraram a parte da herança dos irmãos e os outros dois (2) adquiriram as propriedades de famílias que migraram para os centros urbanos.

Identificada a formação do patrimônio, no próximo subitem será apresentados os aspectos sobre o tamanho das propriedade visitadas e sua localização no município de estudo.

#### 4.3.2 Tamanho das propriedades e localização

Com relação ao tamanho das propriedades constatou-se que são bastante pequena em termos de extensão territorial. Em sua grande maioria, ou seja, em 118 (75,2%) delas, apresentam áreas inferiores a 20 ha.

A seguir poderá ser observado, na Tabela 39, o tamanho das propriedades em que se desenvolve a produção familiar.

**Tabela 39 – Tamanho das propriedades rurais pesquisadas no Município de Jacarezinho / PR**

Grupos de área (ha)	Propriedades Visitadas			
	Nº	%	Área ocupada (ha)	% do total em ha
Menos de 05	46	29,3	97	3,7
De 05 a menos de 10	32	20,4	197	7,5
De 10 a menos de 20	40	25,5	544	20,7
De 20 a menos de 30	13	8,3	404	15,3
De 30 a menos de 40	9	5,7	352	13,3
De 40 a menos de 50	10	6,4	488	18,5
Acima de 50 a menos de 100	7	4,5	551	21,0
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>	<b>2629</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).  
Org. Floriano Silva ( 2008)

O tamanho médio das propriedades rurais é de 16,7 hectares, sendo que em sua totalidade são pertencentes a proprietários rurais.

A somatória da área das propriedades pesquisadas foi de 2.629 hectares. Deste total, 181,4 ha (6,9%) são constituídos por banhados/brejos e 249,7 ha (9,5%) destinadas à reserva florestal e à mata ciliar.

As propriedades com área inferiores a 5 ha e de 5 a menos de 10 ha somadas ocupam uma área de 294 ha, ou seja, 11,2% do total; as propriedades visitadas que estão nos grupos de área compreendidos de 10 a menos de 50 ha, juntas, totalizam 1.788 ha (representam 67,8%); e, acima de 50 a menos de 100 abrangem 551 ha (21,0%).

Também foi verificada a distribuição das propriedades nos bairros rurais, segundo informações prestadas pelos produtores pesquisados. Na Tabela 40 pode-se observar tais informações, como ainda a distância aproximada da sede municipal.

Pode-se verificar com a pesquisa de campo que nos bairros Serra Grande, Água da Prata e Pedra Rajada há a incidência do relevo acidentado e dos solos pouco férteis (características da transição do Terceiro para o Segundo Planalto Paranaense), com a presença de pastagens destinadas à pecuária leiteira.

Nesses bairros houve o predomínio das unidades de produção familiar pesquisadas, como também a existência significativa dessas unidades às margens de rodovias (BR-153 ao sul e PR-431 a leste da área urbana de Jacarezinho).

**Tabela 40 – Localização das propriedades rurais pesquisadas no Município de Jacarezinho, por bairros rurais**

<b>Bairro e Distância aproximada da sede municipal</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Água da Prata ( 07 km )	24	15,3
Cachoeira ( 10 km )	6	3,8
Serra Grande ( 10 km )	36	22,9
Pedra Rajada ( 13 km )	23	14,6
Brejão ( 14 km )	15	9,6
Ouro Grande ( 14 km )	3	1,9
Água Feia ( 17 km )	12	7,6
Monjolinho ( 20 km )	2	1,3
Três Passagem ( 28 km )	1	0,6
Outros (margens de rodovias e proximidades da área urbana)	35	22,3
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005) e Prefeitura Municipal de Jacarezinho (2000)  
Org. Floriano Silva (2008)

Os Bairros Brejão e Ouro Grande são os que apresentam os melhores solos (terra-roxa) e a topografia mais favorável a mecanização. Estes bairros possuem em seu entorno os médios e grandes estabelecimentos agropecuários, arrendados pelas usinas sucroalcooleiras para o cultivo da cana-de-açúcar.

Mesmo não sendo considerados como fatores centrais, a topografia e as condições naturais dos solos direcionaram as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais com áreas inferiores a 100 ha no município de Jacarezinho.

Desta forma, os agricultores familiares para sobreviverem têm recorrido a uma multiplicidade de estratégias produtivas que variam de acordo com:

- o tamanho da propriedade rural;
- a intensificação da produção para tornar a unidade de produção economicamente viável; e,
- a intensificação do uso da força de trabalho familiar e dos recursos financeiros que possuem.

Portanto, tendo por referência o último item acima, será abordado no próximo subitem relações de trabalho empregadas nas propriedades.

#### **4.4 RELAÇÕES DE TRABALHO EMPREGADAS NA PROPRIEDADE RURAL**

O trabalho é a categoria central da unidade de produção familiar, não sendo, entretanto, caracterizada pelo fenômeno social dos salários.

Mas, a explicação para o equilíbrio entre trabalho e consumo ocorre, segundo Perondi (2000), de um lado pela 'força plena' (o homem adulto em idade produtiva, com possibilidade alternativa no mercado de trabalho e emprego) e, de outro pela 'força marginal'



(representada pelo trabalho de crianças, idosos e mulheres) considerada 'não transferível'.

Isto explica o menor custo e a viabilidade econômica de certas atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, quando fica a cargo das 'forças marginais'. Essa repartição entre as 'forças de trabalho' corresponde à composição doméstica por gênero e idade.

Para Garcia Júnior (1989), os elementos principais estão todos na esfera masculina, sendo os homens que controlam as decisões sobre a unidade de produção, cabendo à mulher as decisões da casa e a reprodução das condições sociais de consumo.

#### 4.4.1 Força de trabalho familiar

A utilização da força de trabalho familiar foi destacada por 133 produtores pesquisados, ou seja, 84,7% do total.

Todavia, quando as famílias não completam sua necessidade de mão-de-obra, que são num total de 24 (15,3%), criam a combinação de outras formas de relação no âmbito da unidade de produção familiar. Recorrem, às vezes, ao trabalho assalariado temporário, o que foi informado por 20 produtores visitados (12,7%).

Outra possibilidade adotada é a troca de dias, mencionada por 4 dos pesquisados (2,6%). Essas informações podem ser constatadas na Tabela 41.

**Tabela 41 - Tipo de força de trabalho empregada na propriedade rural**

Força de Trabalho	Propriedades Visitadas	
	Nº	%
<b>Familiar</b>	133	84,7
Temporária	20	12,8
Troca de dias	4	2,5
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Tavares dos Santos (1978, p.27) afirma que na unidade de produção familiar, quem move o processo de trabalho "[...] é a força de trabalho familiar", a qual é estabelecida no âmbito da produção por meio da divisão do trabalho entre os membros da família e com ausência de salários.

A família ao traçar objetivos comuns constitui a principal relação de trabalho presente na propriedade, organizando e executando diversas tarefas diárias.

Essas tarefas tanto podem acontecer na pecuária (ordenha, vacinação, reformas de cerca e no pasto), na alimentação de aves, no corte das amoreiras e na alimentação das lagartas do bicho-da-seda, como na própria manutenção da casa (corte de lenha, ligação de bomba d'água e no preparo das refeições).

Há ainda as tarefas relacionadas à produção agrícola (preparam a terra, capinam, fazem a aragem, aplicação de agrotóxicos etc.). Enfim, a força de trabalho familiar é característica básica e fundamental nessa categoria de produtores.

O gerenciamento de 149 propriedades rurais pesquisadas (95,0%) é realizado por homens, como pôde ser visualizada na Tabela 34. Porém, as decisões só serão tomadas após a esposa e os filhos mais velhos serem consultados.

O papel da esposa, embora na maioria dos casos pareça secundário por não estar à frente das decisões mais importantes tomadas na unidade produtora, não deve ser desprezado.

Isso ficou evidente ao se realizar a pesquisa de campo; em várias situações, a resposta só era confirmada pelo produtor após consultar a esposa ou os filhos.

Os dados referentes às datas de nascimento e escolaridade dos filhos, meses de venda da produção ou de animais, normalmente foi a esposa quem respondeu ou informou ao marido.

Já os dados acerca da produção, área plantada, sacas colhidas, vacas ordenhadas, quantidade de litros de leite produzidos, casulos ou aves produzidos num mês/ciclo e o preço recebido, por exemplo, foi o marido ou os filhos mais velhos quem responderam.

A esposa geralmente acaba exercendo uma dupla jornada. De acordo com os questionamentos realizados na pesquisa de campo, 123 produtores (78,3%) afirmaram que as esposas ou companheiras também participam dos trabalhos na lavoura, no pasto, na alimentação das lagartas da seda e aves, quando é necessário intensificar o trabalho direto na produção.

Além dos trabalhos já mencionados, as mulheres são incumbidas das tarefas domésticas, ou seja, lavar, cozinhar, arrumar a casa, alimentar os pequenos animais e cuidar da horta; quando têm filhos, cuidar das crianças.

O elevado número de filhos que ainda convive e trabalha nas propriedades reflete, em parte, a grande presença de menores, que ainda não podem exercer atividade remunerada na cidade.

Os filhos em idade escolar, ajudam em horários diferenciados: aqueles que estudam durante o período matutino ou vespertino, trabalham meio período; aqueles que estudam à noite, são liberados mais cedo das obrigações, embora trabalhem o dia todo.

Na divisão dos trabalhos entre os filhos, verificou-se que as meninas se ocupam das atividades do lar junto com as mães e, nos momentos em que falta mão-de-obra, também ajudam a realizar o trabalho externo à residência.

Já os meninos, constitui importante elemento da força de trabalho familiar, realizando trabalhos junto com o pai.

Desse modo, considera-se que na unidade de produção familiar, "[...] a força de trabalho é utilizada segundo o seu valor de uso", pois é como atividade orientada para a realização das diferentes tarefas "[...] que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família" (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.33-34).

Cada pessoa desempenha um trabalho útil e concreto, conforme o momento e a necessidade, estruturando-se no interior da família uma divisão do trabalho. Tal divisão também é de gênero - entre mulheres e homens -, sendo articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada entre os vários membros da família.

Segundo Oliveira (1997, p.56), essas relações são articuladas pela família, “[...] a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo”.

A mão-de-obra familiar é a principal força de trabalho utilizada nessas unidades de produção.

Todavia, a família só recorrerá à utilização de outras formas de relação de trabalho quando não conseguir desenvolver todas as atividades na unidade produtiva e, neste caso, a situação é temporária; utilizada conforme a demanda do mercado e as possibilidades de rendimentos estáveis.

O trabalho temporário e a ajuda mútua são as formas utilizadas pelo produtor rural para complementar a mão-de-obra necessária, que será abordado no próximo subitem.

#### **4.4.2 O trabalho temporário e a ajuda mútua**

Entre as outras relações de trabalho utilizadas destacam-se o trabalho temporário, na forma de empreitas e diárias - o mais utilizado entre os produtores pesquisados - e a ajuda mútua.

O fato de o produtor familiar recorrer ao trabalho assalariado temporário não deve ser entendido como uma relação capitalista.

No caso dos produtores rurais de Jacarezinho, a força de trabalho utilizada não é de trabalhadores expropriados dos seus meios de produção, proletários rurais. No entanto, são produtores da comunidade e vizinhos, os quais exercem o trabalho acessório como complementação da renda familiar.

O produtor só recorre a esse tipo de relação quando a família, sozinha, não realiza todas as atividades que necessitam ser feitas na propriedade, em tempo hábil. Neste caso, tem-se como exemplo o momento da retirada das lagartas do bicho-da-seda e da “cama de frango”. Esta última ocorre a cada 90 dias, e não pode esperar para ser retirada.

Desse modo, a particularidade do tipo de atividade realizada, faz com que em determinados momentos ou etapas do processo produtivo, haja uma necessidade maior de mão-de-obra.

A ajuda mútua, que acontece por meio da troca de dias, constitui-se numa outra relação de trabalho. A família recorre a esta ajuda nos momentos mais críticos ou quando necessita de um complemento da mão-de-obra familiar e não dispõe de dinheiro.

Este tipo de trabalho já foi mais expressivo nesta localidade, no momento em que a produção agrícola predominava e a lavoura exigia mão-de-obra para o cultivo. A troca de dias de serviço era utilizada quando havia o preparo da terra, o plantio, a capina, o momento da colheita e o beneficiamento desta.

Tal prática tornou-se mais rara entre os produtores devido à diversificação das atividades nas propriedades rurais, pois a pecuária leiteira, a sericicultura e a avicultura não ocupam a mesma quantidade de pessoas como as lavouras.

Portanto, não resta dúvida de que houve uma maior mercantilização das relações de trabalho, ou seja, trabalhar e ganhar a diária torna-se necessário para satisfazer as necessidades.

Portanto, caracterizadas as relações de trabalho nas propriedades familiares, será abordado a seguir, um dos sustentáculos das propriedades: a produção agropecuária.

#### **4.5 A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

Para os produtores familiares que se mantiveram no campo e resistiram ao processo de expulsão e expropriação da terra, tornar a propriedade rural economicamente produtiva foi e é, uma luta constante.

É neste contexto que, ao longo dos anos, a venda do excedente dessa produção agrícola, por si só, não gerava uma renda suficiente para o sustento da família.

As novas atividades econômicas no campo, especialmente as culturas que demandam mecanização, como a soja e o trigo, começaram a tomar conta da paisagem nas áreas mais planas.

Assim, a agricultura para esses produtores descapitalizados deixou de ser uma fonte de renda viável e, muitos, passaram a dedicar-se à pecuária leiteira.

Segundo o Sr. R., técnico agrícola da EMATER, a pecuária leiteira foi adotada após meados da década de 1980 e somente na década de 1990 é que se fortaleceu.

A valorização dessa atividade ocorreu especialmente a partir de 2003 em virtude da implantação, pelo governo estadual, do Programa "Leite das Crianças". Esse programa, inicialmente, deveria priorizar o pequeno produtor de leite para estimular ainda mais a produção, melhorando a renda obtida com esta atividade.

No entanto, na prática, observou-se que o produtor deveria enquadrar-se em normas estabelecidas pela agroindústria responsável pelo recebimento da matéria-prima no município. Tal fato ocasionou uma exclusão de pequenos produtores, abrindo espaço para médios e grandes produtores de leite.

A sericicultura e a avicultura de corte ganharam adeptos no município pesquisado a partir da década de 1990, passando a serem valorizadas pelos produtores rurais, seja pela possibilidade de obter renda bimestralmente, seja pela segurança de ter sua comercialização absorvidas pelas agroindústrias.

Cabe ressaltar, entretanto, que não ocorreu um abandono total da produção agrícola (especialmente no caso das culturas para autoconsumo da unidade de produção familiar como o arroz, o feijão, o milho e a cana-de-açúcar) em virtude da expansão destas três atividades. Houve, todavia, a necessidade de redução da área cultivada nas propriedades em virtude da implantação dos barracões destinados tanto à criação de aves como às larvas.

#### **4.5.1 Culturas desenvolvidas nas propriedades**

Para a produção agrícola na safra 2004/05 foi utilizado como total a área de 2.629 ha, resultado da soma de todas as terras em que se desenvolvem as atividades agrícolas nas propriedades rurais.

Pode-se verificar na Tabela 42 que as culturas de alfafa, eucalipto, tomate, hortaliças, mandioca e cítricos somadas equivaleram a 57 ha (2,2%) da área cultivada entre 2004 e 2005. A cultura cafeeira ocupou uma área de 61 ha, correspondendo a 2,3%.

**Tabela 42 – Área das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais familiares visitadas no município de Jacarezinho / PR**

Atividades desenvolvidas	Propriedades Visitadas	
	Área (ha)	Porcentagem em relação à área total
Cítricos	4	0,2
Tomate	8	0,3
Mandioca	10	0,4
Eucalipto	10	0,4
Alfafa	12	0,5
Hortaliças	13	0,5
Café	61	2,3
Cana-de-Açúcar	80	3,0
Soja	108	4,1
Área alagada	182	6,9
Arroz	201	7,6
Feijão	206	7,8
Amora	227	8,6
Reserva Florestal	252	9,6
Milho	428	16,3
Pastagens	827	31,5
<b>TOTAL</b>	<b>2.629</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005)

Desses cultivos, a alfafa é comercializada com os produtores gaúchos através de um representante comercial que se desloca até o município de Jacarezinho. Esta localidade encontra-se num entroncamento rodoviário no qual se situa a BR 153 (Transbrasiliana), no sentido norte/sul do município e por onde trafega caminhões pesados. A região Sul do país liga-se aos principais centros consumidores do Sudeste e Centro-Oeste através desta rodovia, o que facilita o escoamento da alfafa para o Estado do Rio Grande do Sul.

Os produtores com plantio de eucalipto têm como principal finalidade o uso na propriedade rural (utilização da madeira nas estufas olerícolas). Também ocorre a comercialização da madeira para as olarias existentes junto ao rio Paranapanema (tanto do lado paranaense

como paulista). Ainda acontece o comércio para intermediários de pequenas carvoarias existentes na região.

A produção de hortaliças e tomate é destinada à comercialização direta em mercados e mercearias, bem como em feiras livres<sup>82</sup> realizadas na área urbana de Jacarezinho.

O manejo destas culturas (hortaliças e tomate) é realizado através de irrigação por gotejamento e adubação orgânica (esterco e palha de café), paralelamente à adubação química (Uréia e NPK).

A plasticultura (túneis) para o cultivo de hortaliças e tomate, como pode ser visto na Foto 14, é utilizada por 15 produtores rurais pesquisados.

O cultivo da mandioca com 10 hectares é destinado ao consumo das famílias e está distribuídas em todas as propriedades. Os cítricos ocupam 4 hectares destina-se ao autoconsumo dos produtores.

A área total em que o café é cultivado ocupa 61 ha (2,3%). A produção realizada sob a forma tradicional abrange 11 ha, sendo destinada ao autoconsumo e o excedente, já beneficiado (torrado), é comercializado na feira livre.

Em relação ao cultivo adensado do café que ocupa 50 ha, a comercialização é feita com os cerealistas que atuam no município; com a torrefadora local e a Cooperativa Regional Agrícola Mista de Cambará Ltda (COPRAMIL<sup>83</sup>).

A cana-de-açúcar, produzida em 80 ha, totalizou 3,0% da área total das propriedades pesquisadas. Esta se constitui num complemento alimentar para os bovinos em épocas de pastagens abundantes. No período de estiagem (seca) constitui-se na base alimentícia para os animais.

A soja cultivada em 108 hectares (4,1%) tem sua produção integralmente comercializada na COPRAMIL, localizada no município de Cambará.

---

<sup>82</sup> A feira livre existente na avenida central da cidade é realizada às quartas-feiras, das 15h às 21h e aos domingos, no período da manhã, com grande presença de consumidores, o que vem estimulando os produtores rurais a produzirem mais e comercializarem diretamente com o consumidor.

<sup>83</sup> A COPRAMIL citada pelos produtores, foi adquirida pela Cooperativa INTEGRADA, em 2002; porém permanecendo com o mesmo nome.





Foto 14 – Plasticultura utilizada no cultivo de hortaliças realizada nas propriedades rurais pesquisadas.  
Autora: D. O Silva (2006)

As áreas alagadas (brejos), que não são utilizadas e destinados à pastagens equivalem a 182 ha (6,9%), e a área destinada à reserva legal e mata ciliar, incluídas com mato ralo e capoeirão, constituíram-se em 252 ha (9,6%).

A percentagem atingida pela cultura do arroz (sequeiro) foi de 7,6% e o feijão somou 7,8% da área total das propriedades pesquisadas. Essas lavouras têm sua produção destinada tanto ao consumo próprio das famílias como à venda para as cerealistas locais.

A área para o cultivo das amoreiras é de 227 ha, ou seja, 8,6%. Na Foto 15 pode ser visualizada o cultivo de amoreiras.

Durante a pesquisa de campo, os produtores mencionaram sobre o plantio de milho, cuja área cultivada correspondeu a 428 ha, ou, 16,3%. O milho foi destinado ao autoconsumo (verde para a família e seco para as criações) nas propriedades e a comercialização do excedente foi realizada com cerealistas e estabelecimentos comerciais locais.



Foto 15 - Cultivo de amoreiras em propriedade rural criadora de bicho-da-seda. Em primeiro plano, a identificação do proprietário em placa que informa que a propriedade é também integrada à Seara Alimentos S/A .  
Autora: D. O Silva (2006)

Com relação à pastagem, a área destinada foi de 827 ha (31,5%). Essa área chamou-nos a atenção, pois representa quase 1/3 da área total, o que demonstra a importância da atividade de pecuária mista (leite e corte).

A comercialização da produção leiteira ocorre no próprio município, através da AGROJAC e do Laticínio Carolina em Ribeirão Claro (PR), o que vem estimulando a ampliação do rebanho leiteiro nestas propriedades. Na Foto 16 é possível visualizar uma propriedade pesquisada com o seu rebanho.

A atividade pecuária tem a função de poupança e acumulação para a unidade de produção familiar, como já salientado anteriormente.



Foto 16 - A presença de gado especializado na produção leiteira (Holandesa) em propriedade rural pesquisada, adquirido em leilão na Feira Agropecuária de Sto. Antônio da Platina, no início de 2006.  
 Autora: D. O Silva (2006)

Na pesquisa de campo constatou-se que o efetivo do rebanho é de 2.302 cabeças de gado de corte e bezerros e 1.716 cabeças de gado leiteiro, como foi sistematizado na Tabela 43.

**Tabela 43 – Efetivo da pecuária bovina (corte, bezerros e leiteiro) entre os produtores pesquisados em Jacarezinho, divididos por grupos de área**

Grupos de área	Efetivo de bovinos de corte e bezerros	Efetivo de bovinos leiteiro
Menos de 05 ha	188	102
De 05 a menos de 10 ha	330	186
De 10 a menos de 20 ha	200	266
De 20 a menos de 30 ha	202	265
De 30 a menos de 40 ha	310	285
De 40 a menos de 50 ha	568	298
Acima de 50 a menos de 100 ha	504	314
<b>TOTAL</b>	<b>2302</b>	<b>1716</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Considerando-se as pequenas propriedades rurais que possuem vacas leiteiras, que totalizaram 149, observou-se que a média foi de 11 cabeças por unidade produtiva.

Deve-se mencionar ainda que há a presença de 31 produtores que não fornecem leite para os laticínios e utilizam-no apenas para o consumo da família, já que possuem entre 1 e 2 cabeças de vaca leiteira.

Destes 31 produtores, 4 comercializam o leite *in natura* e queijos diretamente com os consumidores de alguns bairros da cidade de Jacarezinho. Para isto se utilizam de garrafas tipo 'pet' como embalagens para o leite. Os que não possuem gado bovino totalizaram 8 pesquisados.

Outros rebanhos foram contabilizados nesta pesquisa, como: suínos; eqüinos; asininos; galináceos e de patos.

Os suínos contabilizaram 1.776 cabeças (média de 11 por propriedade). A comercialização ocorre na feira-livre e com o frigorífico Rajá, em Jacarezinho; sendo também utilizado para o autoconsumo.

Os eqüinos (204 cabeças) e os asininos (12 cabeças) são utilizados para o trabalho e o transporte de carga nas propriedades rurais.

Em 134 propriedades rurais que não possuem granja de frango, os produtores informaram possuir galinhas caipiras (em média são de 31 cabeças por propriedade) e patos (80 cabeças no total). Isto ocorre já que a agroindústria integradora alega que essas aves podem transmitir doenças e, por isso, desaconselham a sua criação.

Constatou-se em apenas uma (1) propriedade pesquisada, a existência de três (3) coelhos para o consumo próprio. Todas as informações sobre os rebanhos estão sistematizadas na Tabela 44.

**Tabela 44 – Efetivo dos rebanhos (exceto bovinos) nas propriedades pesquisadas no município de Jacarezinho / PR**

<b>Rebanho efetivo</b>	<b>Quantidade de cabeças</b>	<b>Média por propriedade</b>
Coelhos	3	0,0
Asininos	12	0,1
Patos	80	0,5
Eqüinos	204	1,3
Suínos	1776	11,3
Galinhas	4168	30,8

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Além destas atividades analisadas individualmente, verificou-se que nas propriedades pesquisadas que houve a diversificação de culturas e/ou criações, que será melhor abordado a seguir.

#### 4.5.2 Diversificação de atividades agropecuárias

Como estratégia de permanência, foi verificado nas propriedades visitadas, a diversificação de atividades.

Tais combinações de atividades, podem ser visualizadas na Tabela 45, Figuras 11 e 12.

**Tabela 45 - Combinação de atividades agropecuárias nas propriedades pesquisadas em Jacarezinho / PR**

<b>Atividades*</b>	<b>Propriedades visitadas</b>	<b>%</b>
Avicultura	9	5,7
Avicultura, Pecuária Leiteira e Sericicultura	9	5,7
Avicultura, Pecuária Leiteira, Sericicultura e Cafeicultura	5	3,2
Sericicultura	13	8,3
Sericicultura e olericultura	4	2,5
Sericicultura e Pecuária Leiteira	13	8,3
Pecuária Leiteira	34	21,7
Pecuária Leiteira e Gado de corte	39	24,8
Pecuária Leiteira e olericultura	9	5,7
Pecuária Leiteira e Suinocultura	13	8,3
Olericultura	9	5,7
<b>Total de propriedades</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo (07/2005).

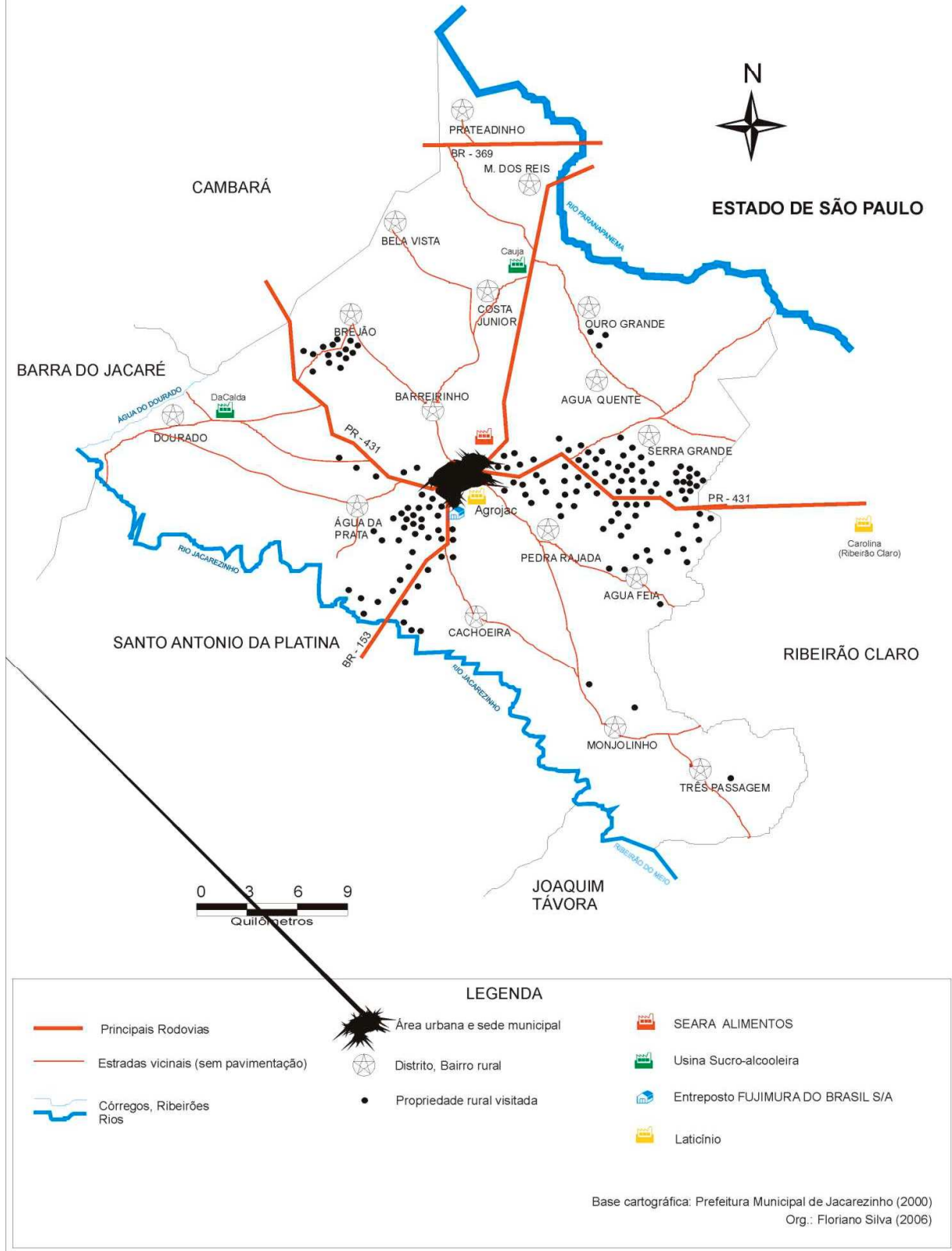
\* A primeira atividade em que aparece na composição desta tabela é a principal, desenvolvida na propriedade rural.

Analisando-se a Tabela 45, constata-se que há a presença da avicultura em 23 propriedades pesquisadas (14,6%), sendo que 9 dedicam-se exclusivamente a esta atividade; enquanto que as outras 14 diversificam suas atividades, com diferentes combinações, associando a pecuária leiteira, a sericicultura e a cafeicultura.

A presença das instalações e da atuação da Agroindústria Seara Alimentos no município em estudo, constitui-se num grande estímulo para o desenvolvimento da avicultura local.



FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES VISITADAS E AGROINDÚSTRIAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO - 2006

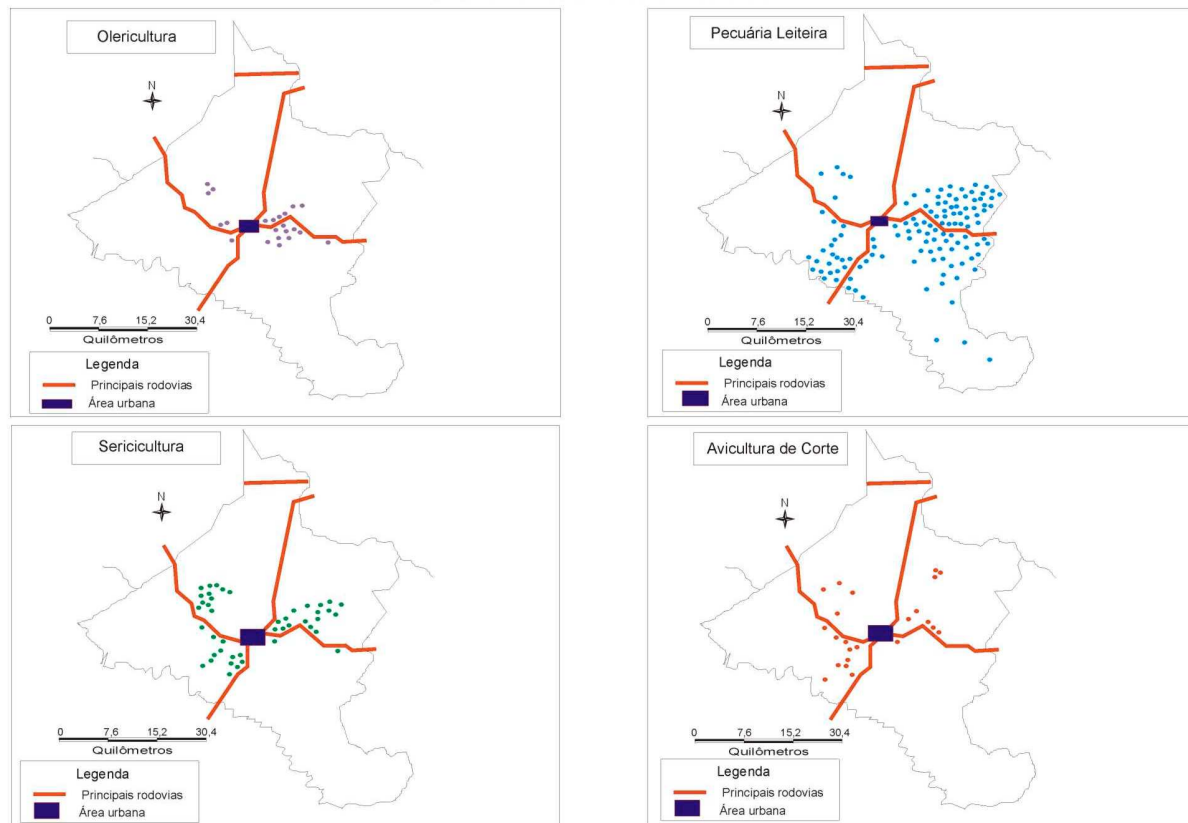


LEGENDA

- |  |                                      |  |                              |  |                                    |
|--|--------------------------------------|--|------------------------------|--|------------------------------------|
|  | Principais Rodovias                  |  | Área urbana e sede municipal |  | SEARA ALIMENTOS                    |
|  | Estradas vicinais (sem pavimentação) |  | Distrito, Bairro rural       |  | Usina Sucro-alcooleira             |
|  | Córregos, Ribeirões<br>Rios          |  | Propriedade rural visitada   |  | Entrepósito FUJIMURA DO BRASIL S/A |
|  |                                      |  |                              |  | Laticínio                          |

Base cartográfica: Prefeitura Municipal de Jacarezinho (2000)  
Org.: Floriano Silva (2006)

FIGURA 12 - LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS VISITADAS E A DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO EM 2005 /2006



FONTE: Prefeitura Municipal de Jacarezinho (2000)  
Org.: Floriano Silva (2006)



Entretanto, um dos principais entraves destacados pelos produtores refere-se à ampliação da avicultura no município. Isto se deve à falta de financiamento e/ou à dificuldade de acesso a este com maiores valores, destinados à construção de barracões; às instalações mínimas requeridas pela fornecedora dos pintainhos (Seara Alimentos); e, ainda à aquisição de equipamentos necessários (aquecedores, ventiladores, cobertura de lona nas laterais etc.).

Outro fato que merece ser destacado e que afligiu os produtores do município foi a gripe aviária, pois os frangos abatidos na agroindústria atendem à demanda dos países do Oriente Médio.

Em consequência, a produção ficou suspensa temporariamente nos meses de Março e Abril de 2006, sendo que no mês de maio daquele mesmo ano as atividades foram retomadas, sem novas interrupções.

Com relação à atividade sericícola, 44 propriedades rurais (28,0%) possuem barracões para a produção dos casulos de seda; sendo que destes, 13 proprietários (8,3%) dedicam-se apenas a esta atividade. Os demais, ou seja, 31 produtores (19,7%) diversificam as atividades na propriedade rural, combinando a avicultura, a cafeicultura, a olericultura e a pecuária leiteira.

Das 157 propriedades visitadas, 34 destas, ou seja, 21,7% se dedicam apenas à atividade leiteira.

A olericultura está presente com exclusividade em 9 (5,7%) das propriedades pesquisadas. Nesta atividade produtiva destacam-se as culturas do tomate, alface, couve, almeirão, cheiro verde, repolho, brócolis e chicória. Na Foto 17 pode ser vista o cultivo de tomate, em uma das propriedades visitadas.



Foto 17 - O cultivo de tomate é realizado por 8 produtores rurais pesquisados.  
 Autora: D. O Silva (2006).

Outras atividades são desenvolvidas paralelamente à olericultura, sendo elas: a pecuária leiteira e a sericicultura.

Do ponto de vista da diversificação (diversidade) produtiva, ocorreu em 5 propriedades rurais, representando 3,2% do total, o maior número de combinações de atividades agropecuárias. Foram 4 as combinações encontradas, articulando avicultura, pecuária leiteira, sericicultura e cafeicultura.

Para Graziano da Silva(1999), pelo espaço rural possuir novas funções não apenas por suas atividades agropecuárias e agroindustriais, as famílias pluriativas combinam as atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros.

O recurso as atividades não-agrícolas é uma estratégia de alocação da forma de trabalho familiar para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, sua reprodução.

Assim, a combinação de atividades não-agrícolas com atividades agrícolas dentro de uma família rural surge como alternativa para cessar problemas como a alta taxa de migração rural-urbana e a desvalorização da agricultura familiar, problemas esses que estão associados às dificuldades da agricultura em garantir o necessário para a reprodução da unidade de produção (CARNEIRO, 1998).

Por fim, na análise da utilização das terras e da agropecuária, foi verificado o grau dos investimentos realizados, desde os meios de produção disponíveis, a assistência técnica e até o acesso ao crédito rural obtido pelos produtores.

#### 4.6 MEIOS DE PRODUÇÃO DISPONÍVEIS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ACESSO AO CRÉDITO RURAL

Há um elevado percentual de instrumentos e meio de locomoção tradicionais utilizadas na produção, tais como: arados e carroças com tração animal. Estes ainda são empregados em virtude das condições da topografia local. Nas propriedades pesquisadas verificou-se que 133 (84,7%) dos produtores utilizam o arado e apenas 24 (15,3%) empregam a grade com tração animal, como pode ser visto na Tabela 46.

**Tabela 46 – Implementos agrícolas existentes nas propriedades rurais pesquisadas em Jacarezinho / PR**

<b>Implementos agrícolas</b>	<b>Quant.</b>	<b>% dos implementos nas propriedades rurais</b>	<b>Hectares por implemento</b>
Trator	84	53,5	31,3
Arado Mecânico	48	30,6	54,8
Arado Animal	133	84,7	19,8
Grade Mecânica	60	38,2	43,8
Grade Animal	24	15,3	109,5
Irrigação	12	7,6	219,1
Pulveriz. Costal	51	32,5	51,5
Ensilhadeira Elétrica	56	35,7	47,0
Carroça	141	89,8	19,0
Carreta p/ Trator	56	35,7	47,0
Triturador de Milho	42	26,8	63,0

Fonte: Pesquisa de campo (07/2005).

O uso do arado de tração animal é comum na localidade, seja para delinear o solo para o plantio, seja como substituto da enxada para o combate das ervas daninhas.

O sistema de irrigação é empregado por 12 (7,6%) dos produtores. Destes 5 (3,6%) são por gotejamento, os outros 7 (4,0%) por aspersão.

O pulverizador costal é utilizado em 51 unidades produtivas (32,5%). Esses equipamentos são empregados nas propriedades que desenvolvem a olericultura.

A ensilhadeira elétrica de forragens e o quebrador de milho foram mencionados por 56 (35,7%) e 42 (26,8%) dos pesquisados, respectivamente, sendo empregados para a alimentação dos rebanhos.

Dos 157 produtores pesquisados se constatou que a carroça é empregada por 141 (89,8%) como forma de transportar a produção até seu local de comercialização. Também se utiliza a carroça para o transporte do capim cortado para o rebanho existente nas propriedades, além de auxiliar no transporte de insumos.

Na pesquisa de campo, verificou-se que, concomitantemente, os produtores utilizam tanto equipamentos mais tradicionais (arado com tração animal) como máquinas e insumos do pacote tecnológico disseminado pela modernização agrícola (tratores, adubos, fertilizantes e agrotóxicos).

Das 157 propriedades rurais visitadas, 84 (53,5%) delas possuem trator. Associados ao trator, a grade é utilizada por 60 (38,2%) e o arado por 48 (30,6%) dos produtores pesquisados.

Em geral, os tratores têm várias funções, sendo elas: arar, gradear o solo e transportar a produção (milho, soja, silagem, folhas de amoreira). A carreta para trator aparece em 56 (35,7%) das propriedades, sendo utilizada como um meio de transporte até a cidade para a aquisição de insumos e a entrega da produção.

Por meio da pesquisa de campo constatou-se que mais de 90,0% dos tratores (57 maquinários) existentes não ultrapassam os 65 cavalos, enquadrando-se na classificação de potência de tratores do IBGE entre 50 e 100 cavalos. Dentre estes, os modelos mais comuns são o MF 265 e o Valmet 65.

O segundo maior número de tratores é constituído pelos de 20-50 cavalos, totalizando 25 tratores e, neste caso, verificou-se que o modelo MF 50X (36 c.v.) é muito comum nas propriedades visitadas. A distribuição do número de tratores pelas propriedades pode ser observada na Tabela 47.

**Tabela 47 - Distribuição de tratores existentes nas propriedades rurais pesquisadas por grupos de área**

Grupos de área	Potência do trator em cavalos (C.V)				
	- 10	10-20	20-50	50-100	+ de 100
- 05 ha			2	1	
05 < 10 ha	1		9	6	
10 < 20 ha			5	17	
20 < 30 ha			5	8	
30 < 40 ha				9	
40 < 50 ha			4	6	
50 < 100 ha				10	1
<b>Total</b>	<b>1</b>		<b>25</b>	<b>57</b>	<b>1</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Dentre estas propriedades foi verificada a existência de um trator com potência acima de 100 cavalos (1,2%), do modelo Valmet 128 (122 c.v.), ano 1987, presente no grupo de área de 50 a menos 100 ha, ou seja, há um investimento maior para facilitar o trabalho a ser desenvolvido na propriedade.

E, finalmente, houve a informação de existir um trator com a menor potência, ou seja, inferior a 10 cavalos. Este estava presente em apenas uma propriedade de 5 a menos de 10 ha, demonstrando que o produtor, com um trator de baixa potência, teve suas necessidades atendidas. Ressalta-se que o estado de conservação destes tratores encontra-se bem deteriorado, tendo em vista que dos 84 contabilizados, 70 (83,0%) têm mais de trinta anos de uso.

Nenhum deles alegou ter sido o primeiro dono. O tempo de uso e o estado de conservação faz com que o preço do maquinário seja menor, tornando acessível a sua aquisição, compreendido como mais uma estratégia para que os agricultores familiares consigam mecanizar parte de suas atividades no campo.

Ao serem questionados sobre a utilização de insumos nas lavouras, 36 proprietários pesquisados (13,4%) mencionaram o uso de fertilizantes químicos, enquanto que 76 (28,4%) aplicam o calcário em suas propriedades.

No caso do calcário, a compra foi intermediada pela EMATER/PR, regional de Jacarezinho. O repasse aconteceu aos interessados de acordo com o tamanho da propriedade e a quantidade indicada pelo engenheiro agrônomo responsável pelo município.

Ao serem questionados sobre o uso de adubo orgânico, 136 produtores afirmaram positivamente. A cama de frango é utilizada por 24 produtores (9,0%); a palha de café aparece em 15 propriedades (5,6%); e, o esterco bovino é empregado pela maioria, ou seja, 97 usuários (36,2%). Isso demonstra a tentativa de reutilizar recursos já existentes nas propriedades para que não haja despesas extras.

Cabe mencionar que no caso da cama de frango e da palha de café os produtores que não possuem em suas propriedades estes insumos, adquirem os excedentes vendidos pelos que possuem aviários e cafezais.

No caso da cama de frango, os produtores calculam cuidadosamente o tipo de forragem colocada no aviário, pois há um mercado em que a remuneração pode chegar a um terço do que recebem pela criação de frangos, devido à possibilidade de sua utilização como esterco.

Quando o destino é a lavoura temporária, prefere-se o cepilho (resíduo de madeira serrada). O potencial de fertilização dessa forragem, repleta de excrementos, é muito grande, pois ocorre uma rápida decomposição e absorção pelas plantas, conforme salientado por Carneiro et al.(2004).

Os defensivos agrícolas utilizados foram citados por 24 produtores (9,0%), com destaque para os herbicidas (glifosato e granocil). Tais dados acerca dos insumos podem ser visualizados na Tabela 48.

**Tabela 48 – Utilização de insumos agrícolas nas propriedades rurais pesquisadas em Jacarezinho / PR**

Insumos utilizados*	Nº de usuários	% de usuários
Esterco bovino	97	36,2
Calcário	76	28,4
Fertilizantes	36	13,4
Cama de frango	24	9,0
Defensivo	24	9,0
Palha de café	15	5,6
<b>TOTAL</b>	<b>268</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005)

\*Os produtores rurais ao serem questionados sobre a utilização de insumos na propriedade rural, mencionaram mais de um tipo.

Quanto ao manejo sanitário do gado bovino, mesmo com restrições ao uso da cama de frango, esta continua sendo utilizada para a alimentação do rebanho. A explicação para essa atitude está na composição da ração consumida pelas aves, em que se inclui a farinha de carne.

Para Paulino (2003), o consumo desta alimentação por outros animais pode ter contribuído para o surgimento da epidemia da vaca louca na Europa. Portanto, medidas sanitárias deveriam ser tomadas para uma prevenção, com o acompanhamento de técnicos da saúde.

Nas 157 propriedades rurais pesquisadas verificou-se que 122 possuem gado e estas realizam a vacinação contra a febre aftosa. Estas medidas são incentivadas pelo programa coordenado pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - PR.

Apenas 15 (9,6%) dos produtores pesquisados utilizam a assistência técnica particular. Médicos veterinários de cidades próximas (Ribeirão Claro e Cambará) e até da cidade de São José do Rio Preto/SP são contratados para esse serviço.

Neste momento, há a necessidade de salientar que para diminuir tais custos os proprietários dos bairros rurais Pedra Rajada e Água Feia se reúnem para que o atendimento seja feito em um só dia. Essa forma coletiva traz benefícios econômicos tanto ao médico veterinário quanto aos proprietários rurais.

Dos produtores familiares abordados, 127 (81,0%) disseram que a EMATER é o órgão que presta a assistência técnica. Porém, afirmaram encontrar dificuldades para agendar uma visita do agrônomo à propriedade rural. Dessa forma fica deficitário o esclarecimento sobre o uso de insumos; o destino a ser dado aos frascos químicos e, até mesmo, quanto ao acompanhamento técnico voltado para o manejo de cultivos.

Os produtores vinculados à sericicultura possuem assistência técnica prestada semanalmente pelos engenheiros agrônomos da Fujimura do Brasil.

Os integrados à agroindústria Seara Alimentos Ltda. são acompanhados por veterinários que visitam semanalmente as propriedades rurais, prestando seus serviços apenas para as atividades integradas.

Na aplicação do questionário, identificou-se 59 (37,2%) propriedades em que os responsáveis não possuíam qualquer tipo de financiamento rural na safra 2004/05; 85 (54,4%) utilizavam-se de financiamento governamental (36,3% dos produtores utilizam o crédito para investimento e 18,1% para o custeio); e 13 (8,4%) que fizeram o projeto para solicitar o financiamento, porém, até a ocasião da entrevista, não haviam ainda sido contemplados com os recursos.

A forma de financiamento mais procurada pelos produtores era o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003), os objetivos do programa são: a)propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva; b)gerar empregos, melhorar a renda e contribuir para a qualidade de vida; e, c)ampliar o exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares.

No município estudado, o PRONAF é o financiamento rural mais conhecido e utilizado pelos produtores. Quando se verificou o percentual dos produtores que já realizaram financiamento, 120 (76,8%) mencionaram ter se utilizado dos créditos deste programa.

Desses produtores, 35 (22,4%)requisitaram o financiamento para custeio da produção agrícola e 85 (54,4%) solicitaram para o investimento. Deste último, 71 (45,6%) destinaram os recursos para a compra de bovinos e 14 (8,8%) para a reforma de pasto. Essas informações refletem o interesse dos produtores em ampliar a atividade leiteira e a possível substituição das áreas com lavouras pela pecuária.

De acordo com o técnico agrícola R. S., da EMATER, os produtores pesquisados se enquadram especialmente no PRONAF Grupo C e D, como se pode constatar no Quadro 2.

No Grupo C, os juros são de 3,0% e 4,0% ao ano, para o investimento e o custeio, respectivamente, com uma carência máxima de 3 anos. Há um bônus de adimplência com taxa de 25,0% nos juros, para cada parcela da dívida paga até seu vencimento. São concedidos créditos de R\$ 1.500,00 a R\$ 6.000,00, para investimento e de R\$ 500,00 a R\$ 4.000,00 para custeio.



O Grupo D possui juros de 4,0% ao ano, com carência máxima de 3 anos, cujo bônus de adimplência é de 25,0% na taxa de juros, para cada parcela da dívida paga até seu vencimento. São concedidos créditos de no máximo R\$ 10.000,00 (para custeio) e R\$ 18.000,00 (para investimento), por operação.

Os limites de crédito para os grupos C e D (para investimento) podem ser acrescidos em 50,0%, quando os recursos forem destinados:

- a) à bovinocultura leiteira, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura;
- b) à avicultura e suinocultura, desenvolvida fora do regime de parceria ou integração com agroindústria;
- c) aos sistemas agroecológicos de produção; e,
- d) às famílias que apresentarem propostas de crédito específicas para projetos de jovens maiores de 16 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio.

**Quadro 2 – Classificação dos agricultores beneficiários do PRONAF**

<b>GRUPOS</b>	<b>BENEFICIÁRIOS</b>	<b>RENDA FAMILIAR</b>
<b>A</b>	Agricultores familiares: - assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e - amparados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra).	Sem renda mínima determinada por estabelecimento.
<b>B</b>	Agricultores familiares (inclusive remanescentes de quilombolas, trabalhadores rurais e indígenas) que : - explorem parcela de Terra na condição de proprietário, posseiro arrendatário ou parceiro; - residam na propriedade; - não disponham de área superior a 4 módulos fiscais	Obtém a renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento, com renda bruta anual até R\$ 1.500,00, excluídos os benefícios previdenciários de atividades rurais.
<b>C</b>	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que : - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; - residam na propriedade; - não disponham de área superior a 4 módulos fiscais	No mínimo, obtenha 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Tenha o trabalho familiar como predominante, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado. Obtenham a renda bruta anual familiar acima de R\$ 1.500,00 até R\$ 10.000,00, excluídos os benefícios previdenciários de atividades rurais.
<b>D</b>	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que : - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; - residam na propriedade; - não disponham de área superior a 4 módulos fiscais	No mínimo, obtenha 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Tenha o trabalho familiar como predominante, podendo manter até 2 empregados permanentes. Obtenham a renda bruta anual familiar acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 30.000,00, excluídos os benefícios previdenciários de atividades rurais.
<b>E</b>	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que : - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; - residam na propriedade; - não disponham de área superior a 4 módulos fiscais	No mínimo, obtenha 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Tenha o trabalho familiar como predominante, podendo manter até 2 empregados permanentes. Obtenham a renda bruta anual familiar acima de R\$ 50.000,00 até R\$ 110.000,00, excluídos os benefícios previdenciários de atividades rurais.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2006.

No que tange à avaliação deste Programa, 57,4% dos produtores consideram-no bom, devido ao prazo de carência para o pagamento, aos juros baixos e aos descontos para o pagamento em dia.

No entanto, 28,0% dos pesquisados reclamaram do fato dos recursos destinados ao programa serem pouco e 30,6% mencionaram como obstáculo as dificuldades burocráticas em obtê-lo. Além disso, 2,5% dos pesquisados criticaram as taxas existentes (nas liberações de empréstimo) com relação ao seguro de vida, ao sindicato e às transações

bancárias. Entretanto, mesmo com as críticas, há unanimidade em relação aos pontos favoráveis já citados.

O PRONAF apresenta alguns pontos negativos, como a demora para a aprovação do financiamento, a dificuldade para a liberação da verba e os trâmites burocráticos. Não se pode negar que este programa possibilita aos produtores familiares custear e investir na unidade de produção.

Com o acesso a este recurso, via crédito de custeio, os produtores podem adquirir: sementes melhoradas e fertilizantes (herbicidas); e, via crédito para investimento, equipamentos para o plantio (a plantadeira manual é a mais usada).

Também favorece o investimento em melhorias na unidade de produção, tais como: na reforma de pastos (pastagens e cerca); na construção de estábulos e na renovação e/ou aumento do rebanho leiteiro com vacas de melhor qualidade (existem as raças Holandesa e Girolanda, além das vacas leiteiras do cruzamento de Nelore Mocho com Gir).

Outro ponto positivo a ser mencionado é que nenhum pesquisado se endividou com o financiamento. Isso porque, ou está no período de carência, como é o caso de 34,4% dos produtores pesquisados, ou eles conseguiram se programar financeiramente para quitar a dívida, como é o caso de 20,0% dos produtores.

Neste último caso, os produtores relataram que para saldar o financiamento, na falta de recursos, utilizam como fonte de reserva financeira o gado ou bezerro, que é vendido para sanar as dívidas.

Assim, pode-se constatar entre os produtores abordados que o PRONAF é a principal forma de acesso ao crédito rural, o qual possibilita tanto o custeio da produção agrícola e pecuária, como o investimento na melhoria do rebanho.

Caso a burocracia no acesso ao financiamento - PRONAF - fosse menor, este beneficiaria um número maior de produtores. O ponto positivo sobre a atuação do mesmo refere-se ao fato dos produtores, até o momento da pesquisa, terem quitado os financiamentos adquiridos.

Para saldar seus financiamentos, o produtor tem na comercialização o momento decisivo para a negociação da sua produção,

sendo sua principal fonte de renda. Isto pode ser verificado no próximo subitem.

#### **4.7 A COMERCIALIZAÇÃO E O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: A SUJEIÇÃO DO PRODUTOR FAMILIAR AO MERCADO E AS RELAÇÕES COM O CAPITAL AGROINDUSTRIAL**

O momento mais importante para o produtor é o da comercialização, pois a família realizará a troca das mercadorias produzidas na unidade produtiva por dinheiro e, deste, por outras que ela necessita. E, também, é neste momento que, o agricultor mais percebe a subordinação em que está inserido.

A comercialização contribui para a reposição dos meios de existência da família, quando esta adquire mercadorias não produzidas na unidade. No entanto, é no momento da venda que o produtor mais sente o problema, por estar mais sujeito aos ditames do capital agroindustrial, através da ação da agroindústria.

Os produtores familiares do município de Jacarezinho desenvolveram estratégias de reprodução de modo que as propriedades passaram a constituir-se em unidades de produção diversificadas. Essa diversificação tem na pecuária (leiteira, bicho-da-seda e frangos de corte) a principal atividade direcionada para a comercialização com as agroindústrias.

A produção agrícola nas propriedades pesquisadas procura atender às necessidades das próprias famílias. A maior quantidade produzida de milho, cana-de-açúcar, cítricos e mandioca é destinada para o autoconsumo da unidade de produção e o excedente, direcionado para venda.

Os produtores rurais comercializam o excedente agrícola (complemento de renda) com cerealistas, mercearias ou realizam a venda direta ao consumidor, no município em estudo.

#### 4.7.1 Valores da produção

Em levantamento junto ao Censo Agropecuário do Estado do Paraná de 1995/96, constatou-se que os valores da produção de lavouras temporárias, permanentes, olericultura e silvicultura (eucalipto) nos pequenos estabelecimentos agropecuários (até 100 ha), mostram a sua importância na economia do município de Jacarezinho, como pode ser visualizado na Tabela 49.

**Tabela 49 – Valor da produção no município de Jacarezinho/PR (em reais)**

	Lavoura	%	Lavoura	%	Olericultura	%	Silvicultura	%
	Temporária		Permanente				(eucalipto)	
<b>Menos de 100 ha</b>	1.768.303	12,7	1.123.376	50,3	131.687	97,9	11.370	100
<b>De 100 a 1.000 ha</b>	4.772.338	34,3	366.670	16,4	2.778	2,1	0	0
<b>Acima de 1.000 ha</b>	7.378.379	53,0	744.752	33,3	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>13.919.020</b>	<b>100</b>	<b>2.234.798</b>	<b>100</b>	<b>134.465</b>	<b>100</b>	<b>11.370</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Estado do Paraná (IBGE), 1995/96.  
Org. Floriano Silva, 2008

Verifica-se que as lavouras temporárias nos pequenos estabelecimentos correspondem a apenas 12,7% do valor da produção agropecuária de Jacarezinho, sendo representada pelo arroz, milho, feijão e a soja. Os médios e grandes estabelecimentos do município, somados, equivalem a 87,3% da produção, com destaque para a cana-de-açúcar, soja, trigo e milho.

As lavouras permanentes, nos estabelecimentos menores de 100 ha, correspondem a 50,3% do valor da produção municipal representada especialmente pelo café, amoreiras e cítricos (laranja, limão e tangerina). Esses mesmos produtos são encontrados nos médios e grandes estabelecimentos equivalendo a 49,7%.

A olericultura nos pequenos estabelecimentos agropecuários corresponde a 97,9% do valor da produção municipal, representada especialmente pelas hortaliças (alface, almeirão, cheiro-verde, repolho, brócolis), leguminosas (pepino e cenoura) e tomate. Os outros 2,1% do valor da produção estão distribuídos nos médios estabelecimentos.

Já a silvicultura atinge 100,0% do valor da produção municipal, representada pelo eucalipto (destinado à lenha e palanques), cultivado nos estabelecimentos com menos de 100 ha.

#### **4.7.2 Destino da produção agrícola**

A partir da aplicação do questionário junto aos 157 pesquisados, se pôde constatar os principais destinos da produção das lavouras permanentes e temporárias.

A comercialização pelos produtores pesquisados ocorre com cerealistas da região; 29,0% comercializam o arroz; 13,0% o café e 60,0% o feijão.

Do total de pesquisados, 14,0% vendem o milho, sendo que 10,0% relataram comercializá-lo em mercearias existentes no município e outros 4,0% vendem para vizinhos nos momentos de escassez do produto.

Com relação aos produtores de soja, 100,0% comercializam-na com a COPRAMIL.

Os produtores de tomate vendem a produção total (100,0%) para mercados e quitandas locais.

Os dados coletados e sistematizados são apresentados na Tabela 50.

Constatou-se que 75,0% dos produtores de eucalipto vendem-no diretamente às olarias, como lenha (Cerâmica Brasil e Cerâmica São José), localizadas às margens da Rodovia BR-153, situada no município de Jacarezinho.

Dos produtores que cultivam hortaliças, 12,0% vendem seus produtos nas feiras livres que ocorrem na área urbana do município, conforme mostra a Foto 18.

Os produtores rurais sujeitam-se à exploração no momento da comercialização, devido aos baixos preços ofertados pelos comerciantes no ato da compra. No período da colheita, com o aumento da oferta de produtos no mercado, a tendência é a redução do preço, já que os produtores não conseguem estocar sua produção para vendê-la na entressafra, quando os preços são melhores.

**Tabela 50 - Destino da produção agrícola das propriedades rurais pesquisadas no município de Jacarezinho / PR**

CULTIVOS	TOTAL	USO PRÓPRIO		CEREALISTA		ESTAB. COMERCIAIS		VENDA DIRETA	
	Nº	Produtores	%	Produtores	%	Produtores	%	Produtores	%
Arroz	68	48	71	20	29	--	--	--	--
Café	76	66	87	10	13	--	--	--	--
Cana-de-Açúcar	106	106	100	--	--	--	--	--	--
Cítricos	86	86	100	--	--	--	--	--	--
Eucalipto	7	2	25	--	--	--	--	5	75
Feijão	79	32	40	47	60	--	--	--	--
Hortaliças	140	123	88	--	--	--	--	17	12
Mandioca	101	101	100	--	--	--	--	--	--
Milho	84	64	76	12	14	8	10	--	--
Soja	21	--	--	21	100	--	--	--	--
Tomate	8	--	--	--	--	8	100	--	--

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).



Foto 18 - Venda direta do produtor ao consumidor na feira-livre, realizada às quartas, à tarde, e aos domingos, de manhã.

Autora: D. O Silva (2006).

Diante de tal cenário, o produtor é obrigado a vender o excedente pelo preço ofertado, pois necessita saldar as dívidas contraídas, abastecer a casa e repor os instrumentos de trabalho (enxadas, foices, entre outros).

Quanto à forma de escoamento da produção, constatou-se que em 32 (20,4%) propriedades pesquisadas, os responsáveis utilizam

veículo próprio para o deslocamento da produção até o mercado consumidor, principalmente os que se dedicam à olericultura.

Outros 121 (77,0%) pesquisados alegaram que a agroindústria é quem fornece o transporte (Seara/ Fujimura/ AGROJAC/Carolina), como pode ser visto na Foto 19.

Apenas 4 (2,6%) produtores alugam o veículo de terceiros para o transporte de grãos colhidos na propriedade.

No tocante às relações entre as agroindústrias e os produtores integrados de Jacarezinho, constatou-se a importância da Agroindústria Fujimura, para a comercialização dos casulos de seda (fiação e exportação), e da Agroindústria Seara/Unidade de Jacarezinho, para a venda de frangos (abate e a exportação).



Foto 19 – Caminhão fretado pela Fujimura do Brasil S/A, para a retirada da lagartas do bicho-da-seda em uma propriedade, no momento da aplicação dos questionários.

Autora: D.O Silva (2006).



A venda de leite para o Laticínio Carolina/Ribeirão Claro e a AGROJAC/Jacarezinho não tem o mesmo acompanhamento intensivo das outras agroindústrias integradoras. Cabe aos produtores o custo com alimentação, nutrição, aplicação de vacinas e manejo sanitário do rebanho, garantindo a oferta do produto com qualidade.

Dentre os 157 abordados, 148 têm vínculo com uma das agroindústrias citadas, sendo que 23 propriedades tem como a principal atividade a avicultura e a integração com a Agroindústria Seara. Os integrados à Agroindústria Fujimura somaram 30 e os integrados da AGROJAC totalizaram 9 produtores. Com relação ao Laticínio Carolina pôde-se constatar a vinculação de 86 pesquisados.

#### 4.7.3 Justificativas para a integração

Diversos foram os motivos alegados pelos produtores para se integrarem às agroindústrias, destacando-se: a) aumentar a renda familiar (42,6%); b) ter a venda da produção garantida (37,8%); c) diversificar a produção na propriedade (11,5%); e, d) por demandar menor esforço físico que o cultivo de lavouras (8,1%). Estas informações podem ser visualizadas na Tabela 51.

**Tabela 51 – Motivos alegados pelos produtores para se integrarem as agroindústrias**

Motivos	Propriedades Visitadas	
	Nº	%
<b>Aumento da renda familiar</b>	63	42,6
Venda da produção garantida	56	37,8
Diversificar a produção na propriedade	17	11,5
Atividade menos pesada que a agricultura	12	8,1
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Observa-se que 80,4% dos integrados destacaram o aumento da renda e a comercialização garantida como principais fatores para se agregarem às agroindústrias.

Isto nos leva a crer que em virtude das incertezas da agricultura e do mercado, os produtores optaram pelo sistema de integração que apresenta vantagens comparativas.

Dentre estas vantagens, pode-se destacar o fato de haver a possibilidade de associar outras atividades na unidade produtiva, o que foi salientado por 11,5% dos produtores; e 8,1% mencionaram que a atividade demanda menor esforço físico.

Em conversa informal com um integrado da Agroindústria Seara, o mesmo destacou como é o trabalho no aviário, ressaltando a facilidade em desempenhar as funções neste ambiente em relação ao cultivo de lavouras:

(...) não precisa de curso nenhum, tirando as orientações dos técnicos da CEVAL (atual Seara) qualquer pessoa pode trabalhar e o resto é só com a prática (...)  
(...) para não pegar sol ou chuva no aviário a gente puxa a cortina, se faz frio a gente liga o aquecimento, a noite liga a iluminação, a vacina é colocada na água e distribuída para os frangos através dos bebedouros...pra tudo isso sempre tem que ter alguém em casa . (J.F, 48 anos, Julho/ 2005)

Tais funções, na perspectiva dos produtores, são simples e rotineiras, pois utilizam menor esforço físico. Entretanto, faz-se necessária a presença permanente de um membro da família para cumprir determinadas funções, no caso da avicultura e da sericicultura. Estas são: acionamento da iluminação e dos ventiladores; alimentação das lagartas; e fechamento da cortina do aviário (em caso de intempéries e outros).

As orientações para o desenvolvimento destas funções ocorrem através das visitas semanais realizadas pelos técnicos das agroindústrias. Entretanto, houve produtores alegando que essa assistência técnica poderia ser mais eficiente, conforme mostra a Tabela 52.

Tabela 52 – Avaliação dos produtores integrados sobre a assistência técnica

Motivos	Propriedades Visitadas	
	Nº	%
<b>Sim, é eficiente</b>	30	20,3
Poderia ser melhor	23	15,5
Não recebem assistência técnica da agroindústria <sup>84</sup>	95	64,2
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Constata-se na Tabela 52, que 30 (20,3%) dos pesquisados, consideram a assistência do técnico eficiente.

Com relação à melhoria da assistência técnica, 23 (15,5%) alegaram que esta poderia ser mais eficiente. Também informaram que o técnico da Seara atende os integrados com relativo desdém, em virtude dos barracões terem o tamanho mínimo para a atividade (em torno de 1.200 m<sup>2</sup>).

Os produtores visitados mencionaram que o técnico faz muitas exigências e critica a falta de automação nos aviários. No entanto, de acordo com os produtores pesquisados, essa automação não é realizada por requerer um alto investimento frente às oscilações da oferta de pintainhos para engorda, a possível quebra de contrato e as incertezas causadas pela gripe aviária, na Europa.

Paulino (2003) esclarece que a agroindústria impõe condições ao produtor rural, entre elas: aceitação das inovações; o

tamanho da propriedade; a localização; a tradição no ofício; o uso da mão-de-obra familiar, entre outros.

O contrato de integração possui normas técnicas e sanitárias a serem seguidas, as quais interferem na unidade de produção (culturas

<sup>84</sup> Com relação aos produtores que não recebem assistência técnica de nenhuma agroindústria, estes englobam os que fornecem leite aos Laticínios Carolina e AGROJAC.

de subsistência, criação de outros animais etc.), com o receio de transmissão de doenças.

A mesma autora ressalta ainda que a agroindústria obtém ganhos na qualidade e na quantidade do produto devido à: padronização; sofisticação; diversidade; sincronismo; rapidez e pontualidade.

Com tal contrato de integração, a agroindústria deixa de adquirir terras e fazer investimentos em instalações; não se responsabilizando com a legislação trabalhista (funcionários); e não realizando investimentos de alto-risco.

Mesmo com muitas exigências por parte da agroindústria, os produtores continuam apostando nestas atividades, pois, mesmo com os baixos preços recebidos, elas possibilitam uma renda fixa, o que não é o caso da produção agrícola.

[...] todo mundo quer se integrar; eu ganho pouco mas ganho sempre, a cada dois meses eu tenho dinheiro para pagar minhas contas, comprar o que quiser; quando ficava esperando a venda da lavoura eu desanimava. (J., 42 anos, Julho/2005).

Paulino (2003) destaca que o preço pago aos integrados é o resultado do 'quadro de benefícios' e cada agroindústria possui uma metodologia. Estas procuram remunerar pelos casulos, pelo litro de leite e por cabeça de frango produzido, além de premiar a matéria-prima, que possui a melhor qualidade, e a maior conversão alimentar - a quantidade de proteína vegetal gasta para produzir proteína animal.

Na concepção de Sorj (1982), a liderança das agroindústrias é explicada pelo poderio econômico e político. A pressão exercida sobre os integrados ocorre devido ao expressivo contingente de produtores rurais candidatos à integração.

Esse caráter seletivo da integração se manifesta no momento do contrato, quando a agroindústria deixa claro que os selecionados são produtores privilegiados.

Paralelamente, desenvolve-se a criação de gado misto, que funciona como uma poupança (nos momentos de dificuldade financeira), com a qual o produtor pode comercializar bezerros, garrotes (boi gordo) e vacas não rentáveis, para a renovação do rebanho.

Na avicultura, observa-se que os produtores são mais receosos com a ampliação dos barracões devido aos elevados custos e as normas sanitárias exigidas pela agroindústria, que são reflexo do mercado externo.

Para o produtor familiar essas regras podem inviabilizar sua produção, como também as oscilações de preço e dos possíveis embargos dos países importadores.

A sericicultura, que visa o mercado externo, demanda muito tempo do produtor, pois, na fase final do crescimento das lagartas, necessita de dedicação exaustiva (chegando a 24 horas por dia), sendo este o principal problema.

Com relação aos custos, esses são inferiores aos da avicultura, pois esta não necessita de muitos equipamentos, bem como não há uma regra rígida para a construção do barracão que abrigará as lagartas.

Desta forma, o produtor busca na integração a manutenção do patrimônio familiar e da condição de produtor rural: a unidade do núcleo familiar, a propriedade da terra e o trabalho agrícola independente (ainda que formal).

Mesmo com todos os problemas na relação com as agroindústrias - como o risco da não renovação do contrato, a excessiva jornada de trabalho, o baixo retorno do investimento realizado e a baixa remuneração -, a maioria dos produtores rurais prefere a condição 'privilegiada' de contratualização<sup>85</sup>.

Com o processo de integração, o produtor rural transforma-se num elo da cadeia produtiva. Tanto na avicultura, como na sericicultura, o papel do produtor é de transformar o pintainho de um dia - que não lhe pertence - em frango e as lagartas em casulos de seda.

Ele é o elo mais frágil e explorado do sistema, podendo-se inferir que a apropriação da maior parte da renda está na mão da agroindústria e do comércio.

Assim, este produtor familiar continua proprietário da terra e das instalações, mas sua atividade passa a ser comandada pelas

agroindústrias e a sua renda é proporcional ao número de aves e/ou casulos produzidos. Na integração a autonomia é mínima, por isso há a necessidade de desenvolverem outras atividades paralelamente.

O integrado não tendo perspectiva de ampliação da renda, necessita de outras atividades para garantir o sustento da família, o que será verificado no próximo subitem.

#### **4.8 OUTRAS FONTES DE RENDA**

A produção agrícola, a leiteira (e a venda de bezerros) e a olerícola, como também a criação de lagartas do bicho-da-seda e de aves são consideradas as principais fontes de renda nas unidades produtivas familiares pesquisadas no município de Jacarezinho.

Verifica-se, então, que embora os produtores familiares mantenham a agropecuária como geradora de renda, o trabalho acessório é uma estratégia encontrada para complementá-la.

No entanto, uma grande parte da renda gerada nas propriedades rurais não fica com os produtores. Observa-se, assim, um processo de sujeição e apropriação desta por outros segmentos da sociedade. Desta forma, as famílias necessitam recorrer a outras estratégias que complementem o orçamento doméstico.

Neste contexto, passar-se-á a analisar a constituição da renda familiar e a necessidade dos produtores exercerem o trabalho acessório como estratégia para continuarem no campo.

Com base neste fato, 46 (29,2%) produtores familiares informaram que os membros da família, especialmente os filhos, exercem atividade acessória esporádica, além das praticadas nas unidades produtivas.

Essas atividades são exercidas na própria comunidade local e estão relacionadas ao trabalho por tarefa (empreita) e/ou diária. Este trabalho é prestado a outros produtores no período da colheita, do beneficiamento da produção, de retirada da cama de frango e da poda das amoreiras, sendo o preço combinado pela diária de R\$15,00<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> Para a agroindústria, o sistema de integração proporciona maior renda e fixa o homem no campo.

<sup>86</sup> Este valor em Julho de 2005.

O trabalho acessório constitui-se numa estratégia que auxilia na manutenção das famílias, devido às dificuldades para garantir o necessário para a reprodução da unidade de produção. Entretanto, pode-se afirmar que não ocorre uma ruptura da condição de produtor rural para a de assalariado.

A renda gerada com o trabalho acessório representa uma complementação para 20 (12,7%) dos produtores pesquisados.

Há também os filhos que moram com o proprietário, mas trabalham fora da propriedade, em atividades realizadas no centro urbano de Jacarezinho. Dentre os 157 pesquisados, obteve-se a resposta afirmativa por parte de 11 produtores (7,0%). Destes, 10 (6,3%) informaram que os filhos investem parte da renda obtida no trabalho externo, na unidade de produção familiar.

Outra fonte de renda que contribui para a manutenção das famílias no meio rural é a aposentadoria, porém sendo menos expressiva, pois envolve apenas 12 (7,6%) do total de pesquisados.

Antes de identificar a importância da previdência social para a renda da família, cabe ressaltar o elevado percentual de produtores com idade entre 51 e 75 anos na área pesquisada. Verificou-se que 61 (38,9%) estão na idade de receber tal benefício, no entanto, apenas 36 (23,0%) dos pesquisados recebem-no, devido aos problemas de documentação junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que cuida desta parte burocrática.

Isto revela não só a expressividade da população com idade para a aposentadoria, mas também, como é significativo o número de idosos na localidade.

Com relação à aposentadoria rural, 11 produtores (7,0%) mencionaram que a renda principal advém do recebimento do benefício previdenciário.

Constatou-se que nessas propriedades, a cria, cria, recria, engorda de animais e venda de bezerros são atividades complementares. Não necessitam de muita mão-de-obra, podendo ser supridas com a contratação temporária ('tarefas' como empreitas para a roçagem de pastos) ou diária (cuidados com a criação e a aplicação de remédios e vacinas).

Assim, a criação animal funciona como uma poupança, que assegura a esses produtores uma renda extra para os momentos de maiores dificuldades econômicas.

Estes produtores seguem uma lógica que objetiva a reprodução da família no campo, a sua sobrevivência calcada na unidade de produção familiar, na preservação e manutenção do seu patrimônio. Isto é à suas raízes agrárias que os leva a acreditar na produção familiar.

É justamente por isso que eles se mantêm, mesmo com os baixos rendimentos obtidos. Devido ao processo de sujeição da renda da terra pelo capital, os produtores necessitam diversificar a produção agropecuária para que não haja dependência das variações do mercado. Desta forma, para o autoconsumo também é fundamental a criação de suínos e de aves, o cultivo da horta e o pomar.

Deve-se ressaltar ainda que não foi constatado entre os agricultores pesquisados a pluriatividade, mas a adoção da diversidade de atividades desenvolvidas nas propriedades rurais na busca por uma autonomia parcial, em relação às agroindústrias.

Enfim, considera-se que a propriedade é a principal fonte de renda para as famílias. Portanto, os produtores buscam a diversificação na unidade produtiva, e, se utilizam de outras fontes de renda, para permanecerem no campo.

Serão apresentadas, no próximo subitem, as condições de moradia, conforto, bem como as reclamações para a melhoria da qualidade de vida no campo.

#### **4.9 A PROPRIEDADE COMO ESPAÇO DE VIDA**

A constituição de um espaço produtivo no campo possibilita a reprodução social do produtor familiar. Este fato visa ultrapassar as barreiras da subsistência, uma vez que a população rural deseja viver com dignidade e qualidade de vida, usufruindo do desenvolvimento social dos dias atuais.

Isso é perceptível a partir do espaço da casa, entendido como o lugar tanto de moradia como de identidade da família rural.



Desta forma, a casa é equipada para proporcionar aos seus membros certo conforto. Este conforto é obtido por meio da ampliação ou reforma; acesso à infra-estrutura (energia elétrica, água encanada, banheiro interno) e a compra de eletrodomésticos modernos (televisão em cores, antena parabólica, geladeira e freezer, fogão a gás, entre outros).

#### 4.9.1 Tipos de moradia

Verificou-se que as residências de 85 (54,2%) produtores rurais abordados são construídas em alvenaria, 48 (30,5%) são de madeira e 24 (15,3%) são mistas. Esses dados podem ser verificados na Tabela 53.

**Tabela 53 – Tipos de moradia nas propriedades rurais pesquisadas em Jacarezinho**

<b>Tipo de Moradia</b>	<b>Propriedades visitadas</b>	<b>%</b>
Madeira	48	30,5
Alvenaria	85	54,2
Mista	24	15,3
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

A cobertura das residências rurais é, em sua totalidade, de telhas de barro. Isto ocorre em virtude da existência de cerâmicas instaladas no município em estudo, facilitando a comercialização de telhas e tijolos, com baixo custo.

A média de cômodos encontrados nas residências foi de 6 e o piso de cerâmica está presente em 145 (92,3%) das casas, enquanto que apenas 12 (7,7%) possuem piso de madeira.

Constatou-se que as 157 propriedades pesquisadas possuem energia elétrica.

A água utilizada em 132 propriedades pesquisadas é retirada de minas protegidas por tijolos e concreto. Destas, 128 (81,5%) possuem água canalizada até dentro da moradia e 4 (2,6%) até o quintal.

Há a existência de poço em 25 propriedades visitadas, sendo que em 17 (10,8%) é artesiano e a água canalizada até dentro da

moradia. Os outros 8 produtores (5,1%) utilizam o poço com bomba, cuja água é canalizada até a moradia, conforme mostra os dados da Tabela 54.

**Tabela 54 – Condições de acesso à água**

<b>Origem</b>	<b>Propriedades visitadas</b>	<b>%</b>
Poço com bomba canalizada até dentro da moradia	8	5,1
Poço artesiano canalizada até dentro da moradia	17	10,8
Mina protegida e canalizada até dentro da moradia	128	81,5
Mina protegida e canalizada até o quintal	4	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Todos os produtores pesquisados enfatizaram que o ponto de captação de água está acima de focos de contaminação, como chiqueiro e/ou sanitário.

Com relação aos depósitos/tulhas, 144 (92,0%) dos produtores mencionaram existir em sua propriedade, os quais possuem a finalidade de armazenamento de grãos e maquinários.

O acesso ao sistema de telefonia fixa está disponível a uma minoria, ou seja, a apenas 8(5,1%) produtores pesquisados, sobretudo nas propriedades rurais localizadas mais próximas das rodovias e da área urbana. Isto ocorre em virtude do acesso ao sistema ser fácil e menos oneroso a sua instalação.

A telefonia móvel (celular no sistema pré-pago) está disponibilizada para 80 (51,0%) proprietários pesquisados, pois sua aquisição demanda menor custo. Embora necessite de uma antena para recepção do sinal, esta é a forma de comunicação adotada nas propriedades familiares do município.

Quando questionados se possuíam aparelhos de televisão em cores, 100,0% responderam afirmativamente. Já a presença de antena parabólica alcançou 108 (68,8%) produtores e a disponibilidade de vídeo-cassete se ateu a apenas 44 (28,0%).

Geladeira e freezer foram contabilizados em 136 (86,6%) e 128 (81,5%) propriedades, respectivamente.

Com relação ao ar condicionado, apenas 4 (2,5%) responderam possuí-lo. O computador foi constatado em 8 (5,1%) das propriedades visitadas. Esses dados podem ser verificados na Tabela 55.

**Tabela 55 – Acesso à infra-estrutura e bens das propriedades rurais pesquisadas em Jacarezinho**

<b>Infra-estrutura e bens</b>	<b>Propriedades visitadas</b>	<b>%</b>
Energia Elétrica	157	100,0
Telefone Fixo	8	5,1
Telefone Celular	80	51,0
Depósito	144	91,7
Televisão	157	100,0
Antena Parabólica	108	68,8
Vídeo ou Dvd	44	28,0
Geladeira	136	86,6
Freezer	128	81,5
Ar Condicionado	4	2,5
Computador	8	5,1
Moto	20	12,7
Carro	144	91,7

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

No tocante aos meios de locomoção, o carro foi mencionado por 144 (91,7%) pesquisados, os quais responderam possuir ao menos um, constituído, em sua grande maioria, de utilitários (72,8%). A motocicleta é utilizada por 20 (12,7%) dos pesquisados.

É importante ressaltar que como é um meio de locomoção econômico e de fácil aquisição, a motocicleta aparece sendo o segundo e até o terceiro veículo da família residente numa mesma propriedade.

O acesso à infra-estrutura e a aquisição de bens representa uma melhoria na qualidade de vida, proporcionada pela reprodução socioeconômica.

#### 4.9.2 Principais reclamações dos proprietários rurais

As principais queixas dos produtores pesquisados, como se pode visualizar na Tabela 56, fazem referência às próprias dificuldades que eles enfrentam no campo, destacando-se:

a) 33,1% mencionaram a necessidade de melhoria das estradas rurais e a manutenção de pontes, que nos períodos de chuva dificultam o escoamento da produção e dos serviços públicos urbanos (assistência médico-hospitalar, educação, agências bancárias, prefeitura etc.);

b) 30,6% salientaram a necessidade de menor burocracia para a obtenção de financiamento, seguido por 28,0% que responderam necessitar de financiamentos com maiores valores e prazos para pagamento; e,

c) no que se refere à diminuição de impostos (reforma tributária), aumento de assistência técnica governamental (EMATER) e maior apoio político para os agricultores familiares, houve o mesmo percentual de respostas afirmativas (2,5%), para cada um destes quesitos, totalizando 7,5%.

**Tabela 56 – Principais reclamações dos proprietários rurais pesquisados com o intuito de melhoria das condições de vida no campo**

Reclamações <sup>87</sup>	Propriedades visitadas	%
Melhoria das estradas rurais	52	33,1
Menor burocracia para obtenção de financiamentos	48	30,6
Maiores valores e prazos para financiamentos	44	28,0
Diminuição de impostos	4	2,5
Aumento de assistência técnica	4	2,5
Maior apoio político	4	2,5
Não opinaram	20	12,7

Fonte: Pesquisa de Campo (07/2005).

Sendo assim, buscou-se analisar a produção familiar no município de Jacarezinho, por meio de diversos elementos que possibilitaram compreender a sua organização no espaço, bem como a permanência e a reprodução social na área de estudo.

Esta permanência foi possível devido ao desenvolvimento de várias estratégias de reprodução social que se constituem em:

<sup>87</sup> As respostas ultrapassam o número de 100,0% das propriedades visitadas, já que os pesquisados apontavam mais de uma reclamação.

- a) assegurar o acesso à terra e torná-la produtiva;
- b) enfatizar a importância das relações sociais de produção familiar mantidas no processo produtivo;
- c) garantir formas de organização do trabalho familiar na unidade de produção;
- d) promover a diversificação da produção e da comercialização;  
e,
- e) destacar a importância do autoconsumo.

Tais estratégias foram fundamentais para que as famílias resistissem ao intenso processo de sujeição da renda da terra (imposto pelo capital), de modo a não serem expropriadas, permanecendo e se reproduzindo socialmente no meio rural.

5

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com esta pesquisa pretendeu-se refletir, discutir e analisar as estratégias de reprodução socioeconômica dos produtores e sua resistência/permanência nas unidades de produção familiar no município de Jacarezinho/PR. O recorte temporal adotado considerou o período compreendido entre o início da década de 1970 e o ano de 2006.

A escolha por este período justifica-se em virtude da crise na economia cafeeira que foi a principal responsável pelas transformações espaciais na área rural e urbana, atingindo não só os proprietários rurais, mas também os arrendatários, parceiros e meeiros. Este fato impulsionou o deslocamento desses produtores para as áreas urbanas da Microrregião e do município pesquisado.

No decurso das estratégias adotadas constatou-se que a produção familiar apresenta condições de reprodução e permanência no campo, especialmente os produtores vinculados às agroindústrias.

Essa vinculação às agroindústrias é uma das estratégias utilizadas pelos produtores rurais, para que permaneçam na terra e se reproduzam socialmente, pois as atividades adotadas (pecuária leiteira, sericicultura e avicultura de corte) não necessitam de extensas áreas.

Deve-se ressaltar ainda a subordinação dos produtores familiares aos complexos agroindustriais. Tal sujeição é uma forma disfarçada de assalariamento do produtor, ocasionada pelo grau de controle e poder exercido pela agroindústria, como também a redução da autonomia do integrado na unidade de produção.

Outra estratégia utilizada para reduzir o grau de subordinação dos produtores é a diversificação de atividades na unidade de produção familiar. Isso ocorre para minimizar os reflexos da atuação das agroindústrias e garantir a manutenção/reprodução socioeconômica das famílias.

Desta forma foi possível o entendimento do processo de produção do espaço agrário e suas interligações com a dinâmica regional/nacional.

O processo de ocupação e o desenvolvimento das atividades econômicas no Estado do Paraná ocorreram através de ciclos econômicos.

Esses ciclos, por sua vez, se mostraram relevantes para a compreensão, em cada período, da ascensão e declínio das atividades agropecuárias. Nesse processo destaca-se o momento de substituição das lavouras cafeeiras pelo binômio soja/trigo, tendo por base a modernização da agricultura, resultando, na expropriação do trabalhador rural.

Tais atividades ocuparam as melhores faixas de terras, com fertilidade natural mais elevada e topografia plana. Portanto, criou-se o espaço para a modernização agrícola e, também, as condições para a formação de um grupo de trabalhadores rurais "sem terra", junto com os assalariados e os "bóias-frias".

Concomitante a esses processos, houve a diminuição da área ocupada pelos pequenos estabelecimentos agropecuários (após a década de 1980) e a reconcentração de terras nos médios estabelecimentos, reduzindo a população rural da Microrregião.

Apesar dessas mudanças, a unidade de produção familiar não foi eliminada do espaço rural do município de Jacarezinho/PR.

Verificou-se historicamente que a pequena propriedade rural no município estudado coexistiu com os grandes estabelecimentos produtores de café. Mesmo com pequena produção cafeeira, os produtores familiares não dependiam exclusivamente dessa cultura. Desta forma a crise na cafeicultura não foi o principal fator para a expropriação das famílias.

A maior transformação ocorrida no espaço agrário paranaense (meados da década de 1960), em particular no município de Jacarezinho, com as devidas proporções, foi a modernização da agricultura.

Os produtores rurais familiares não tiveram capitais e terras necessárias para se adequarem a essas transformações. A burocracia foi a maior dificuldade para o acesso ao crédito rural. Estes fatos impulsionaram a migração campo-cidade na busca por melhores condições de trabalho. Neste momento ocorreram as vendas das propriedades para os grandes produtores locais.

Entretanto, os produtores rurais que resistiram à expropriação necessitaram se adaptar perante as transformações e adotar novas estratégias para a sobrevivência.



Pode-se afirmar que a unidade de produção familiar é muito significativa numericamente no município pesquisado.

Entretanto, em valor de produção, as atividades desenvolvidas nestas unidades ficam aquém dos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, que tem nas lavouras temporárias, especialmente a cana-de-açúcar, a maior importância econômica no município.

No que se refere à olericultura e a silvicultura, que, com menor participação no valor da produção, concentram-se nas pequenas propriedades rurais. Tais atividades não são as únicas fontes de renda nestas propriedades, conforme verificado na pesquisa de campo.

Os produtores familiares buscam a diversificação de atividades para se manterem, utilizando-a como uma estratégia de reprodução socioeconômica, o que garante a elevação da renda e a possibilidade de permanência no campo.

Associada à diversificação de atividades, encontrou-se a presença do capital agroindustrial, expresso por meio das Agroindústrias Seara (avicultura de corte), Fujimura do Brasil (lagarta do bicho-da-seda) e o Laticínio Carolina (produtos lácteos) junto aos produtores.

Essa vinculação às agroindústrias é uma busca por fontes de renda estáveis (mensais ou bimestrais), ao contrário da produção agrícola, com riscos de mercado e de intempéries.

Foi verificado na pesquisa de campo que as melhores condições econômicas dentre as propriedades rurais visitadas são aquelas em que o produtor está vinculado às Agroindústrias Seara e Fujimura. Também nas propriedades com maior extensão de terra (de 40 a menos de 100 ha) e com dedicação especial à pecuária (corte e leite).

Os demais produtores (não integrados às Agroindústrias Seara e Fujimura) encontraram possibilidades de auferir renda junto ao Laticínio Carolina, o principal receptor do leite produzido nas propriedades. Esta Agroindústria, diferentemente da Agroindústria Seara, não impõe grandes exigências quanto ao processo de produção da matéria-prima.

Além da vinculação às agroindústrias, encontrou-se a produção de olerícolas (hortaliças e leguminosas) que, com a comercialização, gera renda aos produtores rurais e amplia a possibilidade de permanecerem na propriedade.

Outras atividades existentes nas unidades de produção familiar são a suinocultura e a silvicultura, ambas desvinculadas de agroindústrias.

A renda não-agrícola também foi verificada entre os produtores, sendo: o trabalho acessório, a aposentadoria e o trabalho de membros da família em diversas atividades na área urbana, como complementação de renda. Esta complementação auxilia os produtores nos períodos em que a renda agrícola é insuficiente para o seu sustento e de sua família.

Aprofundando-se mais na análise a partir da pesquisa de campo, pôde-se verificar que a subordinação dos produtores rurais fica mais evidente na atividade avícola, ou seja, em particular aos produtores integrados à Agroindústria Seara.

Isto ocorre devido ao processo de integração, no qual a agroindústria se responsabiliza pelo processo de criação de frango, desde o fornecimento dos pintainhos até o abate, com exceção para o período de engorda, que fica a cargo do integrado.

Assim, participando apenas dessa fase, o produtor rural familiar não possui opção, pois a agroindústria impõe o preço pago por cabeça de frango, e não esclarece quais são os débitos e créditos de cada lote que é produzido.

Dessa forma, a agroindústria tem o total controle do preço pago ao produtor. Além do preço, a quantidade de exigências impostas, num curto espaço de tempo, submete os produtores a várias ações e a uma situação de dependência que, aparentemente, os leva a considerar interessante para sua reprodução.

Entretanto, no caso específico de dedicação exclusiva à Agroindústria Seara, conduz a um grau de subordinação maior. Então, o produtor acredita que a venda garantida é a melhor opção.

No processo de subordinação à Agroindústria Seara, o produtor rural dificilmente poderá ampliar suas atividades, pois cabe

a ele apenas o processo de engorda dos pintainhos. Seu poder de negociação perante a agroindústria é insignificante.

O distanciamento interpessoal mantido pela agroindústria e seus integrados, bem como a ausência de custos trabalhistas para a empresa, tornou-se regra para obtenção da mais-valia do integrado.

Essa subordinação dá-se de modo econômico e moral, pois os produtores rurais não têm acesso à planilha de débitos, nem mesmo a possibilidade de questionar a agroindústria, tornando-os, apenas, fornecedores de matéria-prima.

A mediação entre o integrado e a Agroindústria Seara ocorre por meio de visitas periódicas, realizadas pelo técnico, nas propriedades rurais.

Ao visitar uma granja de um dos integrados, pôde-se constatar que a postura do técnico, perante o produtor, é autoritária, demonstrando desdém e até desrespeito.

Pode-se entender que é um relacionamento de "mão-única", ou seja, o técnico critica, exige e fiscaliza em nome da empresa, mas não abre espaço para ouvir ou atender as solicitações dos produtores.

No caso do Laticínio Carolina, não existe um contrato formal estipulando a quantidade e a qualidade do leite a ser fornecida para a agroindústria. Porém, estas exigências, embora não estejam de forma escrita, existem, pois ao ser entregue a matéria-prima, realiza-se o teste de alizarol, o qual verifica a qualidade, que influencia no preço pago aos produtores e a continuidade do fornecimento.

Constatou-se, na pesquisa de campo, que os produtores rurais vinculados ao Laticínio Carolina estão satisfeitos com a relação estabelecida e até pretendem ampliar a oferta de matéria-prima para esta agroindústria.

Diferentemente da avicultura, qualquer produtor rural pode fornecer leite à Agroindústria Carolina, tanto que sua área de captação de matéria-prima ultrapassa os limites da Microrregião.

Porém, o excesso de fornecedores poderá gerar uma grande oferta do produto que, por sua vez, resultará na redução do valor pago ao litro de leite fornecido.

A abundância de oferta da matéria-prima torna-se vantajosa para a Agroindústria, pois esta domina o mercado na Mesorregião e é a única receptora que engloba os produtores familiares, mesmo com a existência da AGROJAC em Jacarezinho.

Esta Agroindústria (AGROJAC) impõe regras definidas ao produtor familiar para o fornecimento de leite, tanto para a coleta quanto para o armazenamento. Para ser um fornecedor, o produtor necessita ser associado e pagar as taxas estipuladas pela Agroindústria. Isso faz com que ocorra ainda mais a seleção dos produtores rurais fornecedores do leite.

Como estes produtores rurais estão inseridos em uma região voltada à produção empresarial (cana-de-açúcar e grãos), a subordinação às agroindústrias tornou-se uma estratégia necessária.

Esses produtores buscam alternativas para continuarem vinculados à propriedade e possuírem condições para se reproduzirem socialmente.

A tendência é de um aumento na submissão dos produtores familiares de Jacarezinho, sendo que os não integrados à Fujimura e à Seara, se "pudessem" gostariam de investir nessa atividade. Entretanto, mesmo com o interesse por parte desses, há a falta de iniciativa de alguns produtores em se vincular a estas agroindústrias, para não se endividarem.

A engorda e venda de bezerros preenche a função de reserva e acumulação para outros ganhos realizados na propriedade rural.

Desta forma, a pecuária subsidia a economia dos agricultores familiares nos momentos de dificuldades financeiras. A diversidade de atividades na unidade produtiva é uma outra estratégia adotada para não dependerem apenas de uma fonte de renda e garantir sua reprodução.

Esta diversidade ocorre com a combinação de várias atividades na mesma propriedade (produção leiteira, criação de lagartas do bicho-da-seda e de frangos de corte, além da horticultura e da silvicultura).

No processo de integração a autonomia é mínima, por isso desenvolvem diversas atividades na mesma propriedade como alternativas para minimizar a subordinação.

Constatou-se que não há interesse dos produtores familiares em organizarem uma nova associação (pelo tipo de produto, por proximidade local ou afinidade pessoal). Estes justificaram que houve tentativas, porém todas fracassadas. Alegam não existir um produtor que coordene as atividades desenvolvidas, assim como não há confiança entre os mesmos.

Sendo a cooperação ou o associativismo uma possibilidade descartada, o produtor rural, individualmente com sua família, tem o desafio de superar a ameaça de expropriação. Este busca como estratégia, a diversificação das atividades e a integração com as agroindústrias, já que o beneficiamento e a comercialização da matéria-prima ficam a cargo destas.

Portanto, a reprodução das famílias pesquisadas só é possível porque a lógica desses produtores fundamenta-se na permanência na propriedade. A busca constante por estratégias para que não sejam expropriados tem por base o trabalho familiar.

A família só consegue se reproduzir no campo através do processo de exploração da terra e do sobretrabalho familiar, por desenvolver estratégias articuladas entre estes.

Com tudo o que foi relatado nesta pesquisa, percebe-se que os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, pois se conseguiu investigar e analisar as estratégias de reprodução socioeconômica adotadas nas unidades de produção familiar em Jacarezinho. Também se percebeu claramente a subordinação dos produtores perante as Agroindústrias, mesmo que temporariamente. Estes continuam na busca por estratégias para a reprodução socioeconômica nas unidades de produção.

Após a conclusão desta pesquisa ainda restaram algumas indagações com relação à realidade do município e que nos move a uma reflexão. As respostas para essas dúvidas podem servir de contribuição para futuras pesquisas sobre o produtor familiar rural.

Se, para a agroindústria, a integração é um grande negócio, para o produtor familiar também o é em parte, pois a relação existente é uma alternativa, temporária, devido às reduzidas opções existentes para o produtor no município estudado.

Então, lança-se a dúvida de que até quando essa relação será interessante para ambos?

É evidente que, por parte do integrado, a subordinação tralhe o benefício da comercialização garantida, mesmo com preços baixos pagos pelo produto final.

Entretanto, para a agroindústria, essa prática poderá não ser infinita. Isso porque, se houver um colapso na produção, mudanças de regras, boicote ao frango brasileiro (países consumidores) ou o deslocamento de frigoríficos para regiões mais vantajosas, esse sistema poderá entrar em crise na Microrregião.

Caso ocorra uma crise como a mencionada, caberá aos produtores o ônus com o investimento realizado nos barracões.

A reinserção desses produtores em outras atividades que não seja a avícola (nas atividades agrícolas tradicionais) seria muito difícil, especialmente dos mais jovens, pois estão acostumados com o trabalho nos barracões.

Tal fato poderá desencadear uma nova migração campo-cidade, causando uma reconcentração de terras ou transformando o espaço rural do município em estudo em chácaras de lazer para os moradores dos centros urbanos locais.

No entanto, a busca por novas estratégias a serem adotadas nas unidades de produção familiar poderão garantir a sobrevivência destes.

**REFERÊNCIAS**

ABRAHÃO, J. J. S. et al. **Bovinos de Corte**. 2004. Disponível em <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em 22/11/2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 1º ed. São Paulo: Hucitec 1992.

\_\_\_\_\_. **O tortuoso caminho da sustentabilidade: tendências recentes da agricultura na região Sul**. Artigo Agenda 21 - Agricultura sustentável. São Paulo, 1999. Disponível em <[www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros\\_trabalhos/1999.htm](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1999.htm)> Acesso em 29/04/2008.

ALENTEJANO, P. R.R. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. **Caderno do CEAS**, Salvador, n.167, p. 21-31, Jan./Fev., 1997.

ALVES, L.R.A.; BARROS, G.S.C. Produção e exportação de algodão: efeitos de choques de oferta e de demanda. In: Anais XLV Congresso da Sober. Londrina. 2007.

ALVIM, Augusto M. ; MIELITZ NETTO, Carlos G. A. A competitividade do arroz gaúcho e seu condicionantes. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 31, ano 17, FCE-UFRGS, Mar. 1999.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão Agrária e o Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FIAÇÕES DE SEDA**. Boletins Informativos. São Paulo: ABRASSEDA, 2000 e 2004.

ASSOCIAÇÃO de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná - ALCOPAR. **Produção de cana moída, álcool e açúcar do Estado do Paraná por unidade produtora: safra 1986/1998**. Maringá, 1999.

BALHANA, A . et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: **Campo-Território**. Uberlândia: UFU, V.1 n.2 p. 121-151. Ago.2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. PRONAF: a quem se destina. Disponível em <[http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/pronaf.asp#4](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#4)>. Acesso em 25/06/2006.

BARTHELMES, A. Interpretação do padrão de drenagem econômica no estado do Paraná. **Revista Paranaense de Geografia**. Curitiba, ano 1, n.1, p. 52-58,1962.

BERNARDES, L. M. C. O problema das frentes pioneira no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Jan./Março, 1953.



- BERNARDES, N. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Out./Dez. , 1952 (p. 427-451).
- BITTENCOURT, Maurício V. L.; LOPES, Melissa G. F. S. **Desempenho da agricultura paranaense nos anos 90**. Curitiba, CMDE/UFPR, 2000. (texto para discussão).
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**. São Paulo: Papirus, 1996.
- BRAGUETO, C. R. **A Inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na Divisão Internacional do Trabalho**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- BRANCALHÃO, R. M. C. **Bicho-da-seda**. Disponível em <[http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/complexo\\_da\\_seda/b\\_mori.pdf](http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/complexo_da_seda/b_mori.pdf)>, Acesso em 01/03/2008.
- CANCIAN, Nadir A . **Cafeicultura Paranaense 1900/70**. Curitiba, Grafipar, 1981.
- CÂNDIDO, A . **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 2ª Ed. São Paulo: Duas cidades, 1987.
- CARMO, J. H. O Paraná: sua ocupação e o Desenvolver de suas atividades econômicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, Grafipar, 1981. N. 76.
- CARNEIRO, S.L. et al. Frango de corte: integração produtor/indústria - uma renda bimestral estável e a produção de composto orgânico na propriedade. Referência Modular. **REDES - Referência para a agricultura familiar** , Agosto de 2004. Disponível em <[www.pr.gov.br/seab](http://www.pr.gov.br/seab)>. Acesso em 25/01/2006.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.
- CARVALHO, V.L.; CHALFOUN, S.M. **Doenças do cafeeiro: Diagnose e controle**. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 44p. ( Boletim Técnico, 58).
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la universidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CORRADELO, E.F.A., **Bicho-da-seda e Amoreira - da folha ao fio, a trama de um. segredo milenar**. São Paulo: Cone, 1987.
- COSTA, E. **Região do Vale do Ivaí volta a investir na sericicultura em 2004**. Disponível em <[www.zoonews.com.br/noticias2/noticia.php?idnoticia=34850](http://www.zoonews.com.br/noticias2/noticia.php?idnoticia=34850)> Acesso em 15/07/2006.

COSTA, T.V. A. M. **Integração Regional e seus efeitos sobre as exportações brasileiras de carne avícola.** Porto Alegre, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas - IEPE. Centro de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PREFEITURA Municipal de Santo Antônio da Platina. **História do Norte Pioneiro do Paraná.** Disponível em <<http://www.saplatina.com.br>>. Acesso em 07/04/2005.

DEL GROSSI, M. E. **Distribuição de renda e pobreza na agropecuária paranaense: 1970-1980.** Piracicaba: ESALQ/USP, 1989. Dissertação de Mestrado.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, G. J. **O novo rural brasileiro.** 2ª Ed. Campinas, São Paulo: Unicamp. Instituto de Economia, 2002. Disponível em: <<http://www.institutodeeconomia.com.br>>. Acesso em 02/02/2006.

EMPRESA Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná.** Mapa escala 1:600.000, 1981.

EMPRESA Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - PR. **Cenários do Norte Pioneiro do Paraná.** Curitiba, 2000.

FAYET, L.A. **Crise Cambial: Trocando em miúdos.** Disponível em: <<http://www.fayet.com.br/1998crise.html>>. Acesso em 10/11nov. 2007. (Fayet Consultoria - Curitiba-PR).

FERREIRA, A. Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. **REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA.** V.25, Maio-Dez/1995.

\_\_\_\_\_. **Redes sociais, penosidade física e moral: o ocultamento como face das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental** (resumo) VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia rural. UFRGS, Porto Alegre, 2002.

FERREIRA, J.C. V. **Cidades Brasileiras: origem e significado de seus nomes - O Paraná e seus Municípios.** Curitiba: Memória Brasil, 2000.

FILIPPSEN, L. F.; PELLINI, T.; PFAU, L.A. **Leite.** 2004. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/>>. Acesso em 22/11/2005.

FLEISCHFRESSER, V. **A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: Difusão, contrastes regionais e conseqüências socio-econômicas.** 1984. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí, RJ.

\_\_\_\_\_. **Modernização tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 1970.** Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.

FRAGA, N.C. et al. Norte do Paraná: Uma leitura do eldorado do café. **Revista Percursos: Curitiba em Turismo.** Curitiba, n. 3, p. 55-66, 2004

FRANCISCO, E.C. Agricultura familiar em área de proteção ambiental: Estratégias de reprodução de um modo de vida. **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ambiente e Sociedade.** Indaiatuba(SP), 2004. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2.htm](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2.htm)>. Acesso em: 06/01/2008)

FRESCA, T.M. **Transformações da rede urbana do norte do Paraná: estudo comparativo de três centros.** Universidade de São Paulo - USP, 2000. Tese de Doutorado.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 248p.

GARCIA JÚNIOR, A. R. (1989) **O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

GEORGE, P. **Geografia Rural.** São Paulo: DIFEL, 1982.

GIL, A. C. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 2000. 217p.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto Paraná 12 Meses: Combate à pobreza no meio rural.** Curitiba: SEPL/PR, 1996.

\_\_\_\_\_. **Leite das Crianças: Diminuição da desnutrição infantil.** Disponível em: <<http://www3.pr.gov.br/leite/apresenta.php>>. Acesso em 01/03/2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

\_\_\_\_\_. **O que é Questão Agrária.** São Paulo : Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP/IE, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992-1995. In: **Anais XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**: Natal - RN, SOBER, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estimativas das famílias sem terra no Brasil: priorizando o combate à pobreza e ao desemprego: relatório final**. Campinas: Unicamp, NEAD, 2000

GUERREIRO, E. Produtividade do trabalho e da terra na agropecuária paranaense. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Curitiba, 1995. Volume II. p.831-850.

HESPANHOL, Antonio N. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Ubiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu**. Universidade Estadual Paulista - UNESP Rio Claro, 1990. Dissertação de Mestrado.

HESPANHOL, R. A . M. **Produção Familiar: perspectivas de análise e inserção da Microrregião de Presidente Prudente**. 2000 (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp Rio Claro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/96

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **São Paulo é responsável por quase 58% da produção nacional de cana-de-açúcar**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal, 2004. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>> Acesso em 13/11/2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)**. Banco de Dados Agregados anos 2000 e 2004. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 13/12/2005.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Banco de Dados Agregados anos 2000 e 2004. Disponível em :< <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06/01/2006.

\_\_\_\_\_. Nota técnica sobre a análise dos dados dos Censos Agropecuários. Disponível em [www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/notatecnica.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/notatecnica.pdf) . Acesso em 20/12/2007

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil: 1937**. Rio de Janeiro, IBGE, 1937

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **O Trabalho Rural Volante no Estado do Paraná**. Curitiba, 1978.

\_\_\_\_\_. **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise conjuntural da economia paranaense**: IPARDES, 2005.

\_\_\_\_\_. Os impactos sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: Martine, G. e Garcia, R. C., **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná**. Curitiba, 2003. Disponível em : <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2006

ISTAKE, M. **Transformações na agropecuária paranaense e suas implicações sobre emprego e salários rurais: 1977-96**. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - USP - Piracicaba, 1999. Dissertação.

ISTAKE, M. e BACHA, C. J. C. Evolução da Agropecuária e da Agroindústria no Paraná no período de 1970 a 1996. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Foz do Iguaçu. (Trabalho publicado em CD ROOM),1999.

KAGEYAMA, A . et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, G. et al (org.) **Agricultura e Políticas Públicas**. IPEA, 127 p.113-223. 1990.

KAUTSKY, K.. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (Tradução de OTTO Erich Walter Maas - Coleção Pensamento Social Democrata).

LAMARCHE, H.(Coord.) **Agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993, v.1. (Coleção Repertórios).

\_\_\_\_\_. **A agricultura familiar: comparação internacional: Do mito à realidade**. Campinas: ed. UNICAMP, 1998.

LAURENTI, A. C. A evolução recente da economia paranaense com base no agronegócio como um agregado contábil. **Anais do XXXVI Congresso da SOBER**. Poços de Caldas - MG. SOBER: Brasília. v. 1, p. 465-477, 1998.

LIMA, L. M. Histórico do cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, BADEP. N 43.

LINHARES, Temistocles. **Paraná vivo: sua vida, sua gente, sua cultura** 2. Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

MAGALHÃES FILHO, F. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES. N. 87, Janeiro-Abril. p.131- 148, 1996.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **Evolução Histórica da Economia Paranaense**. Curitiba, UFPR, s.d.

MARTINE, G.. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, [S.l], n. 23, março, 1991.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Biblioteca Pioneira no Brasil, 1975.

MARTINS, C. "Notas sobre a noção da prática em Bourdieu". In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 62, Mar., 2002.

MARTINS, M.. Frigorífico será reaberto no Norte. **Gazeta do Povo**, 14/07/2006.

MARTINS, F.. **Estatística**. São Paulo. Ed. Atlas. 6<sup>a</sup>. Ed., 1996.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

MASSOLA, M. P. **A dinâmica da agricultura paranaense nos anos de 70 e 80: o caso das culturas de verão**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Toledo, 1993. Monografia.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar: as comunidades rurais em Catalão (GO)**. Presidente Prudente, 2004. Relatório de Qualificação de Doutorado.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar . Tabela de Doenças Agrícolas para o Seguro da Agricultura Familiar. (SEAF). Disponível em: < [www.mda.gov.br/saf/arquivos/0806509627.pdf](http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0806509627.pdf) > Acesso em: 30/11/2006.

MONBEIG, P.. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

- MORO, D. A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J.G. (org.) **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá, UEM, 2000.
- MOURA, M. M.. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- MÜLLER, Nice L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB 1956, n .22.
- MÜLLER, G. O complexo agroindustrial brasileiro. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 13:1-14, 1981.
- OLIVEIRA, A U de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Contexto , 1997.
- OLIVEIRA, Maria H. de. **Principais matérias primas utilizadas na indústria têxtil**. Publicações do BNDES, março de 1997(b). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/mprev.pdf>>. Acesso em: 03/05/2006.
- OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. Coleção História do Paraná; textos introdutórios.
- PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PAULILO, M. **Produtor e agro-indústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, Co-edição Secretaria do Estado e da Cultura, 1990.
- PAULINO, E. T. **Terra e<sup>(^)</sup>vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Presidente Prudente: UNESP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP/ Presidente Prudente.
- PENACCHIO, Humberto. L. **Casulo da seda, proposta de preço mínimo safra 2006/2007**. Publicação de Agronegócios - Conab. Disponível em:< [www.conab.gov.br/conabweb/downloads/Casulo\\_da\\_seda\\_proposta\\_de\\_preco\\_minimo\\_safra\\_2006/2007.pdf](http://www.conab.gov.br/conabweb/downloads/Casulo_da_seda_proposta_de_preco_minimo_safra_2006/2007.pdf)>. Acesso em: 08/11/2007.
- PERONDI, M. A .**As estratégias de reprodução de sitiantes do oeste de Minas Gerais e de colonos do sudoeste do Paraná**. Universidade Federal de Lavras - UFLA, 2000. Dissertação de Mestrado.
- PINAZZA, L. A. (coord.). **Cadeia Produtiva do Milho**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vol. 1, Janeiro de 2007. Série agronegócios.
- PINHEIRO, S. L. G.; PEREIRA, J. C.. O projeto de desenvolvimento sustentável e a perspectiva agroecológica em Santa Catarina. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia: **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, v.2 n.1, Fev.2004

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RAGGIO, N. Z. **Novo Norte do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra**. Curitiba, 1985. Dissertação. Universidade Federal do Paraná - UFPR.

RICHTER, G. O . ; Fietcher, Í. V. e Guimarães, I. G. **Frango de Corte**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/>>. Acesso em: 22/11/2005.

RIZZI, A . T. **Mudança Tecnológica e Reestruturação na Indústria Alimentar: o caso da indústria de Frangos no Brasil**. Curitiba: UFPR, 1993. (Texto para discussão n. 5/93).

ROCHA, G. **Revolução tecnológica: Paraná vive novo boom com café adensado**. Folha de Londrina, Londrina, 25 maio, 1997. Economia , p. 11.

RODRIGUES, J. A. **Atlas para Estudos Sociais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

ROLIM, C. F. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES. Nº 86, Set./Dez., p.49-99,1985.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, capitalismo e agricultura familiar. In: **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Porto Alegre, UFRGS, 1999. (Tese de Doutorado)

SECRETARIA da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB). **Identificação de áreas e aproveitamento hidroagrícola**. Curitiba, 1987.

SECRETARIA da Agricultura e do Abastecimento do Paraná/Departamento De Economia Rural (SEAB/DERAL). **Acompanhamento da situação agropecuária do PR**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/seab/revista.pdf>>. Acesso em: 13/05/2005.

SELONK, M. J. T. **Jacarezinho: paradoxo de prosperidade e miséria**. Universidade Estadual de Londrina - UEL, 1997. Monografia de Bacharelado.

SHIKIDA, P. F. A .; BACHA, C. J. C. Evolução da agroindústria canavieira brasileira de 1975 a 1995. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 53, n.1, p. 69-89, Jan./Mar., 1999.

SOARES, P. R. R. A modernização agropecuária na região Sul do Rio Grande do Sul. In: **COLOQUIO DE GEOGRAFÍA RURAL DE ESPAÑA**, 2000. **Anais...** Lleida: Universidade de Lleida, 2000. 1 CD-ROM

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2ª Ed. RJ: Zahar, 1982.



SOUZA, M. de . **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná** Campinas, 2000. Tese de Doutorado.

SOUZA, M. Adélia A . Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, 1971, n. 46

STOLCKE, V.. **Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense,1986.

SUZUKI JR., J. T. Agricultura Paranaense: Desempenho nos anos 90. **Análise Conjuntural**, v. 22, n. 3.4, p. 5-6, mar/abr.,2000.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira do Barsil (1930-1975)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Os colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEDESCO, J.C. (Org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. . Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TEIXEIRA, V. L.. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, UFRRJ, 1998. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais)

THOMAZ JR. A . **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana : a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, USP, 1996 (Tese de Doutoramento)

TORMENA, Anísio. **O Paraná e a produção sucroalcooleira**. Curitiba: Alcopar, 2007.

TSUKAMOTO, Ruth Y. Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital. **Geografia**. Londrina, v.09, n. 02, p. 129-136, Jul-Dez, 2000.

UNIÃO da Agroindústria Canavieira de São Paulo. **Perfil da produção da cana-de-açúcar em 2004**. Disponível em: <<http://www.portalunica.com.br/portalunica>>. Acessado em: 25/06/ 2005.

URBAN, M. L. Os novos rumos da agroindústria. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 12, n. 2, p. 1-3, fev. , 1990.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec,1991.

\_\_\_\_\_. Destino da Ruralidade no processo de Globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas - FEA/USP mai-ago,2004, n. 51

- WACHOWICZ, R. **Histórias do Paraná**. Curitiba: Vicentina. 2 Ed., 1995.
- \_\_\_\_\_. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.
- WACHOVICZ, R. C. **História do Paraná - Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. Curitiba, Vicentina, 1987.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária, Campinas*, n.2-3,v.25,p.37-57, maio/dez 1995.
- \_\_\_\_\_. "Em busca da modernidade social: uma homenagem à Alexander V. Chayanov." In: BRANDEMBURG, A e FERREIRA, A. (orgs). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: editora da UFPR, 1998.
- WATANABE, J.K; YAMAOKA, R. S; Baroni, S. A. **Seda**. 1997. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/>>. Acesso em: 22/11/2005.
- WESTPHALEN, C. M et al.. Nota prévia ao Estudo da ocupação da Terra no Paraná Moderno. **Boletim do Departamento de História da FFCL da Univ. Federal do Paraná**, Curitiba, 1968.
- WOORTMANN, E. F.. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- YAMAOKA, R S. et al. **Estudo da Cadeia Produtiva da Seda** (primeira versão preliminar). Londrina, 1997. (mimeo)
- YIN, R. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 2ª edição.
- ZAIA, J. C. **A Sericicultura no Paraná**. 2005. Disponível em <[www.paginarural.com.br](http://www.paginarural.com.br)> Acesso em: 05/02/2006.
- ZANELA, C.; WINKEL, H. L. ; CARNEIRO, P. H. A indústria de soja no Brasil: estrutura econômica e política de intervenção do governo no mercado. **Análise e Pesquisa**, vol.34, 1988, Brasília - DF (Campanha de financiamento da produção).
- ZANETTI, Ronald. **Encasulamento do bicho-da-seda**. Disponível em: <[www.den.ufla.br/professores/ronald/disciplinas/sericicultura.pdf](http://www.den.ufla.br/professores/ronald/disciplinas/sericicultura.pdf)>. Acessado em: 21/11/2005.
- ZIEBERT, R. A., SHIKIDA, P. F. A. **Avicultura e produção integrada em Santa Helena, estado do Paraná: Uma abordagem a partir da nova economia institucional**. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, n.1,v.51,p.71-86, Jan./Junho, 2004.

A N E X O S

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP  
 FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FCT  
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - 2005/2006  
 DISCENTE: DIANICE ORIANE DA SILVA  
 PROF<sup>a</sup> ORIENTADORA: DR<sup>a</sup> ROSANGELA AP. DE MEDEIROS HESPANHOL

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES

IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE NO MAPA: \_\_\_\_\_ BAIRRO/DISTRITO: \_\_\_\_\_  
 RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA DO AGRICULTOR: ( ) NA PROPRIEDADE<sup>88</sup> ( ) NA ÁREA URBANA

1. DADOS REFERENTES AO PRODUTOR

NOME: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_

NOME DA PROPRIEDADE: \_\_\_\_\_

1.1 ESTADO CIVIL:

( ) CASADO ( ) SOLTEIRO ( ) VIÚVO ( ) DESQUITADO ( ) AMASIADO

1.2 ESCOLARIDADE

	ANALFABETO		INCOMPLETO
	FUNDAMENTAL		
	MÉDIO		COMPLETO
	SUPERIOR		

1.3 CONDIÇÃO DO PRODUTOR

	PROPRIETARIO
	ARRENDATÁRIO / PARCEIRO
	EMPREGADO NA CIDADE
	OUTRO:

1.4 NUMERO DE PESSOAS DA FAMÍLIA QUE RESIDEM NO IMÓVEL: \_\_\_\_\_ (TOTAL)

	COM 14 ANOS E MENOS	ENTRE 14 E 65 ANOS	COM MAIS DE 65 ANOS
HOMEM			
MULHER			

1.5 POSSUI MAIS DE UMA PROPRIEDADE RURAL ?

	SIM	QUANTAS _____ ONDE ? : _____
	NÃO	

1.6 SOMA DA ÁREA DAS PROPRIEDADES RURAIS QUE POSSUI: \_\_\_\_\_

2. DADOS REFERENTES A PROPRIEDADE

	HECTARES		ALQUEIRES
AREA TOTAL:			
AREA PROPRIA:			
AREA ARRENDADA / PARCERIA:			
AREA "DADA" EM ARRENDAMENTO"			
OUTROS:			

ÁREA ALAGADA: \_\_\_\_\_

3. PERFIL DO PRODUTOR

3.1 Município/ estado de origem (onde nasceu):

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Seus pais eram agricultores: ( ) sim ( ) não

<sup>88</sup> 1 HECTARE: 10.000 M<sup>2</sup>

1 ALQUEIRE : 24.200 M<sup>2</sup>

3.2 Município onde morou pela última vez: \_\_\_\_\_

3.3 Era na área : ( ) rural ( ) urbana

**4. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - SAFRA 2004-2005**

	Hectares	Ou	Alqueires
LAVOURAS PERMANENTE			
LAVOURAS TEMPORÁRIAS			
PASTAGENS			
AREA CONSTRUIDA			
AREA REFLORESTADA OU NATIVA			
Outros			

**5. PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2004 / 2005**

CULTURA	AREA (HA)	OU	AREA (ALQ)
MILHO			
SOJA			
TRIGO			
AMENDOIM			
ARROZ			
FEIJÃO			
CANA-DE-AÇÚCAR			
CEBOLA			
AVEIA			
ALFAFA			
MANDIOCA			
AMOREIRA			
HORTALIÇAS			

OUTROS: \_\_\_\_\_

**6. DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Toneladas, sacas, arrobas : especificar)**

CULTURA	Uso na propriedade	Venda para cooperativa	Venda para agroindústria	Venda para Cerealista	Venda para o mercado	Outros
MILHO						
SOJA						
TRIGO						
AMENDOIM						
ARROZ						
FEIJÃO						
CANA-DE-AÇÚCAR						
CEBOLA						
AVEIA						
ALFAFA						
MANDIOCA						
AMOREIRA						
HORTALIÇAS						

**7. FORMA PREDOMINANTE DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO:**

ATRAVES DE : ( ) CAMINHÃO PRÓPRIO ( ) CAMINHÃO FRETADO ( ) CAMINHÃO DE CEREALISTA  
( ) TRATOR PRÓPRIO ( ) CARROÇA

Outros: \_\_\_\_\_

**8. ATIVIDADE PECUÁRIA - 2004 / 2005**

TIPO	número de cabeças	uso na propriedade	Venda no frigorífico	venda para outros
BOVINO DE CORTE				
BOVINO LEITEIRO				
SUINO - MATRIZES				
SUINO - TOTAL				

CAPRINOS				
EQUINOS				
GALINHAS				
COELHO				

**9. MANEJO SANITÁRIO**

	SIM	NÃO
CONTROLE DE PARASITAS EXTERNOS		
VACINAÇÃO CONTRA AFTOSE		
USO DE SAL MINERAL		

**10. FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR**

	COM 14 ANOS E MENOS	ENTRE 14 E 65 ANOS	COM MAIS DE 65 ANOS
HOMEM			
MULHER			

**11. FORÇA DE TRABALHO TEMPORÁRIO**

	COM 14 ANOS E MENOS	ENTRE 14 E 65 ANOS	COM MAIS DE 65 ANOS
HOMEM			
MULHER			

11.1 Em quais atividades utiliza mão-de-obra temporária ? Quando ?

**12. MEIOS DE PRODUÇÃO/DISPONÍVEIS 2004-2005**

APARELHO DE IRRIGAÇÃO/ASPERSÃO		ENSILHADEIRAS DE FORRAGEM	
ARADOS TRAÇÃO ANIMAL		GRADE MECANICA	
ARADOS TRAÇÃO MECANICA		GRADE TRAÇÃO ANIMAL	
CARRETA AGRÍCOLA		PULVERIZADOR COSTAL	
CARROÇA		QUEBRADOR DE MILHO/FORRAGEIRA	
DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO		SEMEADEIRA / ADUBADEIRA	
		TRATORES	

12.1. Aluga maquinário ? ( )SIM ( ) NÃO

**13. USO DE INSUMOS - SAFRA 2004 - 2005**

	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA (Ton. Kg. Litros)	ATIVIDADES (Onde foi utilizado )
ADUBO ORGÂNICO (CAMA DE FRANGO, ESTRECO, ...)			
ADUBO QUÍMICO			
CALCÁRIO			
RAÇÃO FORNECIDA			
DEFENSIVOS AGRÍCOLAS			

OUTROS: \_\_\_\_\_

**14. FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO**

14.1 Sr. Costuma solicitar financiamento bancário para realizar suas atividades agrícolas ?

( ) sim  
( ) não Por que ? \_\_\_\_\_

Qual tipo ?

( ) investimento ( ) custeio ( ) comercialização ( ) PRONAF ( ) Outros: \_\_\_\_\_

14.3 Qual a garantia dada para a obtenção de crédito ? \_\_\_\_\_

#### 15. ASSISTENCIA TÉCNICA

	OFICIAL / GOVERNO ESTADUAL
	PARTICULAR
	PRÓPRIA
	COOPERATIVA
	NENHUMA

#### 15.1 PERIODICIDADE DAS VISITAS DO TÉCNICO:

	SEMANAL
	QUINZENAL
	MENSAL
	QUANDO SOLICITA

#### 16. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

16.1 É ASSOCIADO A ALGUMA COOPERATIVA ?

( ) sim  
( ) não Em qual ? \_\_\_\_\_

16.2 É MEMBRO DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ?

( ) sim  
( ) não Qual ? \_\_\_\_\_

16.3 É FILIADO A ALGUM SINDICATO ?

( ) sim  
( ) não Qual ? \_\_\_\_\_

#### 17. IMPORTANCIA DO ESTABELECIMENTO COMO LOCAL DE TRABALHO FAMILIAR

17.1 Grau de escolaridade dos filhos

	ANALFABETO		INCOMPLETO
	FUNDAMENTAL		
	MÉDIO		COMPLETO
	SUPERIOR		

17.2 Estado civil dos filhos:

( ) solteiro. Quantos? \_\_\_\_\_ Local de residência \_\_\_\_\_  
( ) casados . Quantos? \_\_\_\_\_ Local de residência \_\_\_\_\_

17.3 Exercem quais atividades ? \_\_\_\_\_

17.4 Os filhos o auxiliam nas atividades agrícolas ?

( ) sim  
( ) não Em que fase ? \_\_\_\_\_ Quais as idades dos filhos: \_\_\_\_\_

17.5 Gostaria que algum de seus filhos se tornasse agricultor como o senhor ?

---

17.6 Existe algum filho que mora com o senhor mas trabalha fora da propriedade ?

( ) sim  
( ) não Onde ? \_\_\_\_\_

17.6.1 A renda obtida nesse trabalho externo é aplicado na propriedade ?

( ) sim  
( ) parcial  
( ) total  
( ) não

17.7 A sua esposa o auxilia nas atividades agrícolas da propriedade ?

( ) sim  
( ) não Em que fase ? \_\_\_\_\_

**18. INFRA-ESTRUTURA DA UNIDADE**

A PROPRIEDADE DISPÕE	SIM	NÃO	QUANTOS
ENERGIA ELETRICA			
TELEFONE			
PAIOL/TÚIA			
TV			
VIDEO CASSETE			
GELADEIRA			
FREEZER			
COMPUTADOR			
AUTOMOVEL (ANO)			

**19. CONDIÇÕES DA MORADIA DO AGRICULTOR****19.1 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DA CASA:**

	MADEIRA
	ALVENARIA
	MISTA

NÚMERO DE CÔMODOS: \_\_\_\_\_

19.2 HÁ QUANTO TEMPO MORA NESTA CASA ? \_\_\_\_\_

19.3 TIPO DE PISO

 MADEIRA ALVENARIA MISTO

19.4 TIPO DE COBERTURA

 TELHA DE BARRO TELHA AMIANTO**20. INFRA ESTRUTURA SANITÁRIA**

20.1 PROCEDÊNCIA DA ÁGUA PARA CONSUMO FAMILIAR

 POCO PROTEGIDO COM TIJOLO FONTE PROTEGIDA COM TIJOLO/PEDRA/ALVENARIA RIO POÇO ARTESIANO

20.2 AGUA CANALIZADA

 NÃO DISPÕE ATÉ O QUINTAL DENTRO DE CASA

20.3 LOCALIZAÇÃO DO PONTO DE CAPTAÇÃO ESTÁ:

 ABAIXO DO FOCO DE CONTAMINAÇÃO (CHIQUEIRO/SANITARIO) ACIMA DO FOCO DE CONTAMINAÇÃO

21. O que o senhor acha que o governo federal ou estadual poderia fazer para melhorar as condições dos agricultores brasileiros ?

---



---



---



1. Denominação da empresa.
2. Quantos empregados a empresa possui? Qual a sua abrangência?
3. Como a empresa se estruturou?
4. Existe alguma preferência de propriedade com relação ao produtor integrado?
5. Existe alguma forma de contrato?
6. Todos os integrados avícolas conhecem bem o regimento da empresa?
7. Quem define os objetivos ( linhas de ação) da SEARA? Sob quais parâmetros?
8. Qual a política adotada para melhorar os padrões de eficiência da empresa?
9. Em termos econômicos como a Seara vem crescendo?
10. Quais são os serviços terceirizados pela Seara? Por quê?
11. Quais os produtos vendidos pela Seara e quais os mercados?
12. Onde estão localizados os produtores avícolas da empresa?
13. Qual a capacidade de abate de frango e quantos estão sendo abatidos diariamente?
14. Como é feita a assistência técnica junto aos produtores?
15. E quanto aos transportes? É próprio ou terceirizado?
16. Os níveis atuais de produção dos produtores são satisfatórios? Por quê?
17. Comente as perspectivas de expansão da produção e/ou mercado da empresa.
18. Quais os componentes da ração utilizada na avicultura?
19. De onde vem a ração utilizada pelos produtores, quem a produz?
20. Quem produz os pintainhos e quais as linhagens utilizadas? Onde são compradas?
21. Como se calcula o preço de frango pago ao produtor?
22. Quais suas perspectivas para o futuro da avicultura no Brasil? Quais as tendências de mercado, na atividade?
23. Qual o papel da avicultura no município?
24. Comente sobre as perspectivas quanto à expansão da produção e/ou mercado da Seara.

Observações:

ROTEIRO DE ENTREVISTA- LATICÍNIO CAROLINA Ltda / Ribeirão Claro/PR

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do entrevistado:
2. Denominação do Laticínio:
3. Município Sede:
4. Área de Atuação - Nº de municípios:

## II. HISTÓRICO DA EMPRESA

5. Ano de Fundação:
6. Quais fatores motivaram a criação do Laticínio?
7. O Laticínio recebeu recursos de algum banco ou de outras instituições para a implantação de sua estrutura? Como foram aplicados?
8. O Laticínio recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura? De que tipo?
9. Por que foi escolhido este município para a instalação da Laticínio?
10. Que tipo de produtor faz parte , ou fornece leite, para o Laticínio?

## III. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

11. Número total de fornecedores: \_\_\_\_ Grandes: \_\_\_\_ Médios:\_\_\_\_  
Pequenos:\_\_\_\_
12. Critérios utilizados para classificar os fornecedores?
13. São apenas do município?
14. Qual a capacidade de armazenamento do Laticínio?
15. Por quanto tempo o leite pode ficar armazenado?
16. Está vinculado ao Programa do governo estadual "Leite das Crianças" ?
17. Qual a quantidade média, fornecido pelos produtores?\_\_\_\_ Grandes:  
\_\_\_\_ Médios:\_\_\_\_ Pequenos:\_\_\_\_
18. Qual o número de funcionários do Laticínio?\_\_\_\_  
Permanentes:\_\_\_\_ Temporários: \_\_\_\_\_
19. Como é verificado a quantidade de leite fornecido e o seu pH?
20. Houveram desistências de produtores no fornecimento do leite? Por que ?

## IV. SERVIÇOS OFERECIDOS AOS FORNECEDORES

21.

	SIM	NÃO
Assistência técnica		
Comercialização da produção		
Recolhimento da produção		
Outros		

## V. PERSPECTIVAS DO LATICÍNIO

22. Quais os principais projetos do Laticínio para o futuro?
23. Tem planos para aumentar o número de fornecedores?
24. Existe alguma experiência que vem sendo desenvolvida para melhorar as técnicas de produção?
25. Quais as maiores dificuldades que o Laticínio está enfrentando?

Observações:

## ROTEIRO DE ENTREVISTA JUNTO À ASSOCIAÇÃO - ASPAJAC

## I. IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado:

Função:

Denominação da Associação:

Município Sede:

Área de Atuação :

## II. HISTÓRICO DA EMPRESA

1. Ano de Fundação:
2. Quais fatores motivaram a criação da Associação?
3. A Associação recebeu recursos de instituições para a implantação de sua estrutura? Como foram aplicados?
4. A Associação recebeu algum tipo de incentivo da Prefeitura? De que tipo?

## III. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

5. Número total de associados: \_\_\_\_\_ Grandes: \_\_\_\_\_ Médios: \_\_\_\_\_  
Pequenos: \_\_\_\_\_
6. Critérios utilizados para classificar os associados?
7. Quais os principais produtos que a associação opera? \_\_\_\_\_
- 7.1. Compra a produção dos associados:
- 7.2. Venda para os associado:
8. Qual a capacidade de armazenamento da Associação?
9. A Associação tem funcionários? \_\_\_\_\_ Quantos? \_\_\_\_\_

## IV. SERVIÇOS OFERECIDOS AOS ASSOCIADOS

10.

	SIM	NÃO
Assistência técnica		
Comercialização da produção		
Venda de insumos		
Venda de mudas e sementes		
Venda de implementos agrícolas		
Venda de máquinas agrícolas		
Recolhimento da produção		
Assistência médica		
Assistência odontológica		
Outros		

## V. PERSPECTIVAS DA ASSOCIAÇÃO

11. Quais os principais projetos da cooperativa para o futuro?
  12. Qual a situação da cooperativa hoje em relação aos órgãos de financiamento?
  13. Quais as perspectivas da cooperativa em relação à agricultura regional?
  14. Tem planos para aumentar o número de associados?
  15. Quais as medidas que estão sendo tomadas para resolver os problemas de comercialização e de implantação de novas técnicas de cultivo?
  16. Quais as principais dificuldades que a associação está enfrentando?
- Observações:

## ROTEIRO DE ENTREVISTA JUNTO À FUJIMURA DO BRASIL - SERICICULTURA

1. Denominação da empresa.
2. Quantos empregados a empresa possui? Qual a sua abrangência?
3. Como a empresa se estruturou?
4. Existe alguma preferência por propriedade com relação ao produtor integrado?
5. Existe alguma forma de contrato?
6. Todos os integrados conhecem bem o regimento da Fujimura?
7. Qual a política adotada para melhorar os padrões de eficiência da Fujimura?
8. Em termos econômicos como a empresa vem crescendo?
9. Quais são os serviços terceirizados pela Fujimura? Por quê?
10. Quais os produtos vendidos pela empresa e quais os mercados?

11. Qual a capacidade de coleta e armazenamento de casulos?
12. Como é feita a assistência técnica junto aos produtores?
13. E quanto aos transportes? É próprio ou terceirizado?
14. Os níveis atuais de produção dos produtores são satisfatórios? Por quê?
15. Comente as perspectivas de expansão da produção e/ou mercado da empresa.
16. Quem produz a semente? Onde são compradas?
17. Como é discutido o preço da semente ao produtor integrado?
18. Como se calcula o preço do casulo a ser pago ao produtor?
19. Quais suas perspectivas para o futuro da sericicultura no Brasil? Quais as tendências de mercado, na atividade?
20. Qual o papel da sericicultura no município?
21. Comente sobre as perspectivas quanto à expansão da produção e/ou mercado da empresa.

Observações:

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)